



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

“Primeiro Estranha-se, depois Entranha-se”:

incursões na vivência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem
Terra – desafios à Psicologia Comunitária

Reg. 18342
Instituto Superior de Psicologia Aplicada
BIBLIOTECA

Dissertação apresentada por Mara Catarina Bicas para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Comunitária, no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, sob orientação do Professor Doutor José Ornelas e co-orientação da Professora Doutora Isabel Menezes.

Investigação Financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com a referência SFRH/BM/32237/2006.

Título: Fernando Pessoa

Lisboa, Janeiro de 2009

Agradecimentos

São muito os agradecimentos que tenho a fazer, este trabalho não teria sido possível sem nenhum daqueles/as que me acompanham e acompanharam até este momento. O meu profundo agradecimento ao professor João Francisco de Souza (*in memoria*), pela forma como aprendi a olhar o mundo, e sua família. Ao professor José Ornelas pela orientação e a oportunidade que me concedeu de abertura a novas visões no âmbito da psicologia comunitária. À professora Isabel Menezes sem o seu impulso e orientação não teria concerteza realizado este trabalho. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nomeadamente à coordenação estadual de Pernambuco com um agradecimento especial para a Rubneuz e Jaime Amorim por toda a disponibilidade e acolhimento, também para o acampamento Pontal Sul, curso "Saberes da Terra" e curso "Pedagogia da Terra" de Nazaré da Mata. Ao meu incansável amado companheiro André. À minha família sempre presente. Às amigas Andreia Pagani e Neide pela vivência multicultural em Recife, e à Ingride Alvaredo. Aos/as professores/as com quem tive a oportunidade de ter um contacto mais próximo durante a realização deste trabalho, em especial à professora Maria de Fátima Quintal Freitas, Allene Lage, Ana Sotero e sua família pelo acolhimento, Centro Paulo Freire (UFPE), Cátedra José Martí (UFPE) e professor Vantuil Barroso; professora Rosinha Barbosa, professora Manuela Ferreira e professor José Manuel Mendes. Agradeço a atenção e o incentivo.

À Escola de Mestrados (EMEPG) do ISPA, nomeadamente Doutora Carla Viegas, Ana Concha e Manuela Gonçalves por todo o apoio e acompanhamento prestado. À FCT pela possibilidade que me concedeu de realizar este trabalho.

Dedicatória

Dedico este trabalho ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco, pelo grande privilégio que me possibilitaram de poder conhecer e compreender melhor a sua luta por uma sociedade justa. A eles, fico imensamente agradecida e tal como Paulo Freire referia “estou absolutamente feliz por estar vivo ainda e ter acompanhado essa marcha que como outras marchas históricas revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo, essa marcha dos chamados sem terra” (<http://www.paulofreire.ufpb.br>)

Resumo

A presente dissertação pretende analisar a relação entre processos de conscientização e *empowerment* através de um trabalho de investigação no terreno realizado no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Nordeste Pernambucano (Brasil). Este trabalho baseia-se numa observação participante de diversos contextos de acção levados a cabo pelo MST nas áreas de acampamento e assentamento de reforma agrária, onde foram realizadas entrevistas aprofundadas aos diversos actores implicados no processo. Neste contexto, a luta pela reforma agrária, na sua busca por desocultar mecanismos de opressão e transformar as estruturas de poder, impulsiona os/as participantes a desenvolver uma consciência crítica acerca da correlação de forças existente e diversas leituras da realidade. É nessa diversidade que os/as Sem Terra poderão beneficiar de uma maior oportunidade de controlo sobre as suas próprias vidas e recursos. Nesta vivência quotidiana, a conscientização completa-se pela intervenção na realidade (prática), enquanto acção consciente e organizada, pela superação da sua condição de oprimidos/as. A discussão desta experiência assume uma intersecção teórica entre a psicologia comunitária (Prilleltensky & Nelson, 2002, 2005; Montero, 2003, 2005; Kieffer, 1984), a psicologia da libertação (Martín-Baró, 1986) e a teoria de Paulo Freire (1970), reflectindo acerca da importância do processo de conscientização levado a cabo no trabalho comunitário cujo objectivo seja a transformação social. Para o efeito, os intensos processos de socialização e politização dos Sem Terra foram a base que permitiu o aprofundamento da compreensão dos conceitos de *empowerment* e consciência crítica enquanto catalizadores de mudança social.

Palavras-Chave: Conscientização, *Empowerment*, Transformação Social, Praxis, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Abstract

The present dissertation aims at analyzing the relationship between processes of conscientization and empowerment from an investigation project *in loco* carried out within the scope of the Brazil's Landless Workers Movement, in the northwest of Pernambuco. This work is based on a participating observation of different contexts of action carried out by the Landless Workers Movement, in camping and settling areas of the agrarian reform, where deep interviews were done to various actors implied in the process. In this context the fight for the agrarian reform, in its search for uncovering oppression mechanisms and transforming the power structures, motivates the participants develop a critical awareness towards the existing correlation of forces and several readings of reality. It is in that diversity that the landless workers may benefit from a greater opportunity of controlling their own lives and resources. In this daily experience the conscientization is completed through intervention in reality (practice), as a conscious and organised action, through overcoming their condition as oppressed people. The discussion about this experience gains a theoretical interception between community psychology, (Prilleltensky & Nelson, 2002, 2005; Montero, 2003, 2005; Kieffer, 1984), the psychology of liberation (Martín-Baró, 1986) and Paulo Freire's theory (1970), reflecting on the importance of the process of conscientization carried out in communitarian work, whose objective is the social change. Thus, the intense processes of socialization and politization of landless workers were the basis which allowed the deepening in the comprehension of the concepts of empowerment and critical awareness as promoters of social change.

Key words: conscientization, empowerment, social change, *praxis*, Landless Workers Movement

AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
INTRODUÇÃO	1
<hr/>	
CAPÍTULO I. PERCURSO TEÓRICO - METODOLÓGICO	
I. BACKGROUND – OBJECTO DE ESTUDO E PONTOS DE PARTIDA	4
1.1 <u>Porquê Investigar Tema? A Nossa Trajectória...</u>	4
1.2 <u>Quadrante Teórico</u>	6
1.3 <u>Objecto e Questões Investigação</u>	6
1.4 <u>Porquê MST? (O que pretendemos com este estudo?)</u>	7
II. QUESTÕES METODOLÓGICAS	9
1.1 <u>Caracterização Investigação – paradigmas</u>	9
1.2 <u>Estudo de Caso Alargado</u>	10
1.3 <u>Seleccção dos Informantes e Local da Investigação</u>	12
1.3.1 Amostragem, Diversificação e Saturação	13
<i>Amostragem</i>	13
<i>Diversificação</i>	14
<i>Saturação</i>	14
1.3.2 Sujeitos Participantes e Local de Investigação	15
1.4 <u>Técnicas de Recolha de Dados</u>	17
1.4.1 Entrevistas Aprofundadas	17
1.4.1.1 Familiarização com Comunidade e Preparação das Entrevistas	18
1.4.1.2 Maior ou Menor Directividade na condução das Entrevistas	20
1.4.1.3 Condução e Realização das Entrevistas	23
1.4.2 Análise Documental	24
1.4.3 Observação Participante e a Partilha	24
1.4.4 A experiência dos Diários Campo	25

1.5 <u>Procedimentos para Análise dos Dados</u>	25
1.5.1 Quadro Epistemológico no Tratamento dos Dados recolhidos no Trabalho Empírico ...	25
1.5.2 Análise e Tratamento dos Discursos	27
1.5.2.1 Utilizando Software Informático – Futuro Desafiador no Tratamento de Dados	32
<i>Substrato Teórico-Metodológico do Programa</i>	33
<i>Potencialidades e Emancipação dos Dados Recolhidos</i>	33
<i>Algumas Reservas na Utilização de Softwares para Análise Qualitativa</i>	34

CAPÍTULO II. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

I. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)	36
1. O Locais e as Vivências do Povo Brasileiro	37
As Agruras da Cana - Zona da Mata	
Região da Zona da Mata	39
Região Agreste	41
As Agruras da Seca – Sertão	
Região Sertão	41
1.1 <u>A Herança Histórica de um povo lutador: as velhas lutas camponesas pela terra</u>	43
▪ Zumbi e o Quilombo dos Palmares (1655-1695)	43
▪ António Conselheiro – Canudos (1830-1897)	44
▪ Lampião – Cangaço (1898-1938)	45
2.MST, suas Lutas e as Sucessivas Políticas de Reforma Agrária	46
Coroa Portuguesa – Sesmarias	47
Coroa Brasileira – Lei de Terras (Lei nº 601/1850)	47
Década 60 – Ditadura Militar e Estatuto da Terra: o silenciamento das vozes do povo	48
Década 70 – Ressurgimento da Resistência do Campo	49
(Des)encontros: palavras de ordem do movimento e políticas agrárias	51
2.1 <u>MST em Pernambuco</u>	54
2.1.1 Enquanto isso, no Estado de Pernambuco... o que acontecia?	54

2.2 MST: suas particularidades nas Vozes Locais	58
▪ Organização e Estrutura do MST	60
▪ A TRANSVERSALIDADE DOS SEUS PRINCÍPIOS E DIMENSÕES: Formação Política/Conscientização – Colectivo/Identidade Sem Terra — Mística e Simbologia	67
▪ As Diversas Formas de Luta do Movimento: Ocupação de Terras – Pré-Assentamento – Acampamento – Assentamento	70

CAPÍTULO III. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

RESULTADOS – VOZES DOS ACTORES SOCIAIS	83
1 – OPRESSÃO (IDEOLOGIA DOMINANTE)	86
2 – EPISÓDIO MOBILIZADOR	99
3 – PROBLEMATIZAÇÃO/CONSCIÊNCIA CRÍTICA	103
4 – IDENTIDADE SEM TERRA	107
5 – MÉTODO	116
6 – EXISTÊNCIAS INDIVIDUAIS	124
7 – PODER	128
8 – RELAÇÃO TEORIA – PRÁTICA: PRAXIS	132
9 – PROJECTO COLECTIVO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ACÇÃO POLITIZADA	140
10 – CONSTRUTORES DA HISTÓRIA / NÃO NEUTROS	151
11 – RELAÇÃO INDIVIDUAL – COLECTIVO: PESSOA	153

CAPÍTULO IV. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

PADRÕES E PROCESSOS SUBJACENTES AO <i>EMPOWERMENT</i> E À CONSCIÊNCIA	156
(i) Discursos da ideologia dominante e de naturalização da opressão	157
(ii) Os processos de de-ideologização e conscientização	161
(iii) Participação política ou acção politizada e empowerment	166
Considerações Finais	170
Referências Bibliográficas	174

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
BR	Rodovias Federais no Brasil
Capoib	Conselho de Articulação dos Povos e organizações Indígenas do Brasil
CCA-PE	Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária de Pernambuco
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEFFAs	Centros Familiares de Formação por Alternância
CEPAL	Comissão Económica dos Países da América Latina e Caribe
CHESF	Companhia Hidreléctrica do Vale do São Francisco
Cidap	Centro Integrado de Desenvolvimento de Assentados e pequeno Agricultores
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e do Paraíba
CONAVE	Companhia de Navegação "Comissária de Navegação Nordeste – Conave"
CONCRAB	Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária Brasileira
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERASF	Cooperativa Regional de Assentamentos do Vale do São Francisco Ltda
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS	Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMEPG	Escola de Mestrados e Estudos Pós-Graduados
ENEFA	Encontro Nacional de Educadores e Educadoras do Ensino Fundamental dos Assentamentos de Reforma Agrária.
ENEJA	Encontro Nacional de Educadores e Educadoras de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Fundep	Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituição Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.
ITR	Imposto Territorial Rural
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação

MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento
MOVA	Movimento de Alfabetização
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleo de Base
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PE	Pernambuco
PJ	Pastoral da Juventude
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCERA	Programa de Crédito Espacial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PRRAs	Planos Regionais de Reforma Agrária
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentamentos
TLC	Tratados de Livre Comércio
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UPE	Universidade de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Grelha de Análise de Categorias e Subcategorias
Quadro 2.	Grelha de Definição das Categorias
Quadro 3.	Voices do Actores Sociais

Esta dissertação acerca das trajetórias e vivências de militantes activos/as do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), insere-se fundamentalmente num paradigma crítico dentro da psicologia comunitária. Os contributos principais situam-se nas áreas/disciplinas da educação popular, teoria crítica, psicologia da libertação, nos estudos sobre movimentos sociais e finalmente nas correntes epistemológicas e metodológicas qualitativas em ciências sociais.

Trata-se de um trabalho exploratório de tipo etnográfico que incidiu sobre o quotidiano das lutas e resistências de militantes do MST no Nordeste Pernambucano (Brasil).

Este trabalho problematiza os processos de socialização e politização dos Sem Terra, na medida em que permite o aprofundamento da compreensão dos conceitos de *empowerment* e consciência crítica enquanto catalizadores de mudanças estruturais. Partindo do pressuposto de que estes/as militantes activos/as estão imbuídos num processo de formação político-pedagógica que lhes possibilita um processo de conscientização e, neste sentido, assumem um discurso e acção politizados fazendo com que se impliquem num processo de transformação social, partimos para a exploração no terreno, baseada numa observação participante de diversos contextos de acção nas áreas de acampamento e assentamento da reforma agrária, de modo a compreendermos quais os significados que na sua essência definem os processos de conscientização e *empowerment* como/enquanto uma experiência fundamental e desencadeadora das motivações para se envolverem, participarem e comprometerem com um processo de mudança social.

Para uma melhor compreensão desta realidade, procurou-se combinar uma análise alargada das condições económicas, sociais e culturais subjacentes à actuação do movimento, com uma análise baseada nas narrativas (Rappaport, 1995) e histórias de vida (Josso, 2002) dos diversos actores implicados no processo. Foi nossa intenção que este trabalho pudesse ser (e cumprir) um veículo para ecoar vozes e subjectividades acerca de tais processos permitindo-nos assim uma atenção para narrativas comunitárias alternativas e/ou divergentes enquanto uma forma de arte no processo social (Rappaport, 1981, 1995, 1998, 2000).

Assim, pretendeu-se compreender (i) a importância da conscientização com base no testemunho dos membros (militantes activos) do movimento; (ii) analisar de que forma, na perspectiva dos seus membros (militantes activos), a conscientização é importante e

decisiva para um processo de mudança social e (iii) perceber quais as medidas e/ou características são necessárias estar presentes, nos nossos trabalhos comunitários, para que as condições sejam criadas de forma a que sejam intervenções que garantam um processo de conscientização e *empowerment* que levem à mudança social.

É nossa pretensão que este estudo possa contribuir para lançar desafios no sentido de elaborar (re)leituras do processo de intervenção comunitária comprometida com a transformação social. Assim, espera-se que esta análise do engajamento numa variedade de experiências cívicas e políticas e a ênfase na participação em movimentos sociais, cuja perspectiva crítica permita o questionamento da ordem social direccionada a potenciar caminhos para a libertação/emancipação, possa ser crucial para alargar o diálogo nesta direcção e desafiador para as nossas próprias intervenções comunitárias.

Este trabalho aparece estruturado em quatro capítulos:

Primeiro, referente ao “Percurso Teórico-Metodológico” que apresenta, tal como o nome indica, os principais conceitos estruturadores da análise e do enquadramento metodológico. Na secção “Background – objecto de estudo e pontos de partida”, damos conta das motivações e trajectória decisivas para a realização deste trabalho, objectivos e questões de partida que nos impulsionaram a desenvolver o estudo, os quadrantes e pressupostos teóricos que o sustentam e por fim, a escolha do MST enquanto espaço de observação e análise. Na secção “Questões Metodológicas” abordamos todo o percurso metodológico apresentando os pressupostos subjacentes à adopção de metodologia qualitativa. Procurámos aqui traçar os principais fundamentos epistemológicos, metodológicos e técnicos adoptados na investigação. *Segundo*, referente à “Caracterização do Contexto da Investigação” onde procurámos permitir uma abrangência suficientemente alargada das condições sócio-culturais subjacentes ao contexto em que se encontram os grupos mais desfavorecidos, nomeadamente as famílias camponesas, na sociedade brasileira, bem como toda a caracterização da realidade observada, sobretudo os espaços e processos socializadores onde os membros do MST se movem.

Terceiro, referente à “Apresentação dos Resultados” foi onde procurámos desenvolver um exercício de compreensão de todo o processo levado a cabo pelo MST, nomeadamente os processos, espaços e momentos envoltos na finalidade maior de realizar a reforma agrária. Aqui através das diferentes dimensões inerentes a todo o processo e de um “desenho” que as mesmas foram permitindo, pudemos esboçar, apoiando-nos essencialmente nos discursos dos/as entrevistados/as, uma compreensão acurada desse processo que é a luta pela reforma agrária.

Quarto, refere-se à “Discussão de Resultados” foi o momento onde procurámos esboçar um quadro de análise crítica interligando o quadrante teórico com o empírico. Neste enquadramento procurou-se analisar a realidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto um processo construtor de mecanismos de consciência política e acção politizada, por forma a encorajar os seus membros à acção colectiva e, em última instância, à construção da identidade Sem Terra, direccionada para um projecto colectivo de mudança social.

Finalmente são tecidas algumas considerações finais contribuindo para clarear e produzir uma reflexão final acerca da problemática analisada, bem como limitações e pistas para a realização de investigações vindouras.

"Era uma pessoa sem perspectiva, porque o Capitalismo faz isso né, transforma as pessoas, cega as pessoas como se fosse máquina, só lhe permite ver, ouvir e calar. Você não consegue ir além disso, desse ver, ouvir e calar". (Patrícia, MST, 2007)

CAPÍTULO I.

PERCURSO TEÓRICO - METODOLÓGICO

1.1 Porquê Investigar Tema? A nossa Trajectória...

Em primeiro lugar, gostaríamos de dizer que este trabalho surgiu da nossa prática comunitária. Durante essa prática comunitária, e de acordo com as necessidades e dificuldades que surgiam no dia-a-dia, foram surgindo questões-desafio que são a base deste trabalho de investigação. Assim, nesse trabalho comunitário um dos objectivos era *empowerment*, mas o grande desafio estava em saber como esse processo se operacionalizava e como iríamos saber quando ele surgisse.

1ª QUESTÃO-DESAFIO: O que é o *empowerment*? Como é colocado em prática?

Ao mesmo tempo, temos vindo a assistir ao proliferar de intervenções e trabalhos comunitários com os sectores mais desfavorecidos que, na maioria das vezes, são abordados sem questionar as causas dessa fragilização e opressão, gerando intervenções demasiado superficiais, centradas essencialmente nos resultados imediatos e parcelares.

2ª QUESTÃO-DESAFIO: Quando falamos de *empowerment* falamos todos do mesmo?

A partir daqui, começámos a questionar o nosso próprio trabalho e a pensar com que tipo de trabalho estaríamos comprometidos.

3ª QUESTÃO-DESAFIO: Um trabalho de adaptação ao sistema vigente ou pelo contrário de transformação?

Os projectos e as intervenções comunitárias existem para resolver os problemas ou pelo contrário são uma via/caminho para a acomodação e adequação das pessoas ao sistema. Assim, inúmeros trabalhos comunitários e projectos sociais proliferam nas comunidades mas, esse facto, não quer dizer que se esteja realmente a resolver a questão da miséria e das desigualdades. O que podemos observar durante o tempo que trabalhámos na comunidade é que isso não tem melhorado o trabalho de consciencialização das pessoas.

Muito do trabalho psicossocial comunitário, refere-se à importância de promover a participação comunitária, o sentimento de comunidade e a mudança das comunidades, no entanto, muitas dessas intervenções são neutras e, na maioria das vezes, não são intencionadas e organizadas para se comprometer com uma acção politizada. Ou seja, não propõem mudança(s) estrutural(ais) à forma como o sistema está organizado.

Fátima Quintal refere-se a este acontecimento quando fala da ausência de aspectos estruturais e conjunturais responsáveis pelas condições de miséria em que se encontram os sectores da população mais desfavorecidos de tal forma que “esta lógica acaba por despolitizar tais problemáticas” (2005:49). Portanto, existe a necessidade de um projecto

colectivo de transformação social, o que nos remete invariavelmente para o confronto entre dois extremos/pólos: individualidade vs colectividade.

Souza (2008) refere-se a esta dualidade dizendo que actualmente vivemos numa sociedade capitalista que por um lado celebra a individualidade e, por outro rejeita todas as formas de colectividade. Mas nós não existimos/sobrevivemos fora da colectividade, não poderemos sobreviver apenas na individualidade. Dito isto, um dos grandes desafios para o trabalho psicossocial comunitário não é escolher uma ou outra, é antes: como estabelecer a relação entre indivíduo e colectivo?

E este é um enorme desafio que deverá orientar/guiar o nosso trabalho. É com esta preocupação e compromisso que devemos estar atentos aos grupos existentes e ao tipo de alternativas que sugerem para a transformação do sistema em que nos incluímos. Não nos devemos iludir e pensar que vamos mudar a lógica do poder económico, ela condiciona-nos a todos nós, é inevitável. No entanto aquilo que é ameaçador para nós psicólogos comunitários é não conseguir mais questionar aquilo com que nos confrontamos. Será urgente assumir um pensamento divergente, procurar outras lógicas de funcionamento e não pensar que existe apenas aquela solução ou pior que não existe solução. É urgente que a psicologia comunitária desenvolva um projecto colectivo de transformação social.

Enquanto Psicólogos Comunitários, temos o dever de pensar de que forma nos posicionamos perante a sociedade e qual a nossa ideia/projecto para a sociedade. Tal como Freire (1979) refere não podemos ser neutros e teremos que escolher de que lado nos posicionamos, do lado da solução ou do problema. É necessário tomar partido (Menezes 2007, Martín-Baró 1986).

Assim, foi precisamente o anseio de responder a estes desafios e preocupações que nos fez estar atentos à emergência de grupos, associações, movimentos onde surgissem/emergissem alternativas ao sistema vigente. Isto é, em vez de reproduzir a lógica de mercado instituída, se olharmos com atenção existem grupos que contrariam essa lógica; teremos que reflectir sobre como é que olhamos a nossa sociedade; que grupos confirmam essa lógica ou vão contra ela, para que possamos aprender com eles.

Esta necessidade de perceber as lógicas alternativas ao sistema vigente tem a sua sustentabilidade naquilo que Rappaport (1981) refere quando fala nos aspectos paradoxais como sendo aqueles que apresentam maior interesse na vida comunitária, e onde nos diz que este pensamento divergente é essencial para não perdermos o nosso sentido de urgência, no trabalho quotidiano com as comunidades.

1.2 Quadrantes Teóricos

A área do conhecimento onde pudemos apoiar a nossa pesquisa sobre o MST foi a da psicologia comunitária. Esta é uma área que assenta as suas bases em preocupações teóricas e metodológicas com a libertação/emancipação potenciando uma acção politizada. Com inúmeras influências vindas particularmente da educação popular; sociologia militante; teoria crítica e psicologia da libertação; esta filiação situa a psicologia comunitária numa perspectiva crítica que lhe permite o questionamento da ordem social.

A abordagem da psicologia comunitária é especialmente importante porque incorpora um carácter crítico que faz com que esta área do conhecimento, na sua perspectiva epistemológica assuma que a sociedade é uma construção colectiva efectuada pelas pessoas que consideram que as suas circunstâncias de vida necessitam ser transformadas e com base nisso desenvolvem uma perspectiva crítica. Trata-se portanto de potenciar a acção/construção humana (humanização, Freire 1970) tornando-a mais consciente, o que nos leva a considerar os processo de conscientização como um dos propósitos fundamentais da psicologia comunitária. Aceitando esta perspectiva como fundadora, e assumindo um posicionamento e intersecção entre a psicologia comunitária (Prilleltensky & Nelson, 2002, 2005; Montero, 2003, 2005; Kieffer, 1984), a psicologia da libertação (Martin-Baró, 1986) e a teoria de Paulo Freire (1970), o objectivo principal deste trabalho de investigação centrou-se em alargar o diálogo sobre a visão do *empowerment* e conscientização enquanto processos fulcrais para intervenções cujo objectivo seja a mudança social e a emancipação dos/as cidadãos/ãs.

1.3 Objecto e Questões Investigação

Tal como referimos antes, esta Investigação parte de dois pressupostos:

- por um lado, de que os membros que integram o MST, assumem um discurso e acção politizados e estão implicados num processo de mudança social;
- por outro lado, estes membros estão imbuídos/mergulhados num processo de formação político-ideológica que lhes possibilita um processo de conscientização, tal como foi teorizado por Paulo Freire (1970).

Poderemos dizer que este estudo procura compreender a pertinência de convocar o pensamento de Paulo Freire, nomeadamente o conceito de conscientização, para pensar a psicologia comunitária emancipatória. Desta forma, a investigação procura visibilizar e credibilizar, a partir do estudo de caso realizado, alternativas de luta(s) pela inclusão apontando para isso os elementos emancipatórios e de resistência.

De acordo com isto, este trabalho de investigação elegeu como principal objectivo da investigação: reflectir acerca da importância do processo de conscientização, levado a cabo

no trabalho psicossocial comunitário cujo objectivo seja a transformação social, partindo da perspectiva dos membros de grupos organizados na comunidade.

Assim, na sequência do objectivo principal identificámos algumas questões de partida para o nosso trabalho:

- Perceber, segundo a fala das pessoas, se um trabalho comunitário que tenha o objectivo de problematizar a ideologia dominante e fomentar a conscientização tem alguma influência no envolvimento, compromisso e participação das pessoas.
- De que forma o processo de conscientização está relacionado com o desenvolvimento de um processo de *empowerment* comunitário/colectivo?
- Quais os impactos que o processo de conscientização teve nas suas vidas?
- Será o processo de conscientização um factor decisivo para que as pessoas se envolvam numa luta pela transformação social?

Sendo assim, o campo e as experiências eleitas para explorar estas questões foram encontrados junto do MST.

1.4 Porquê o MST? (O que pretendemos com este estudo?)

Decorrente das preocupações anteriores, fomos percebendo a existência de grupos comunitários organizados que evidenciavam essa potencialidade de ousar uma lógica diferente. *I.e.*, acumulavam potencialidades e formas de agir/actuar que encerram em si, por um lado, possibilidade de influenciar e orientar as práticas comunitárias no sentido da mudança e, por outro, formas de desenvolver sistemas alternativos àqueles que se encontram vigentes, mediante alterações estruturais.

Assim, a emergência do activismo do movimento Sem Terra no centro de uma generalizada apatia e falta de esperança, ajudou a provocar esta investigação uma vez que:

(i) a sua luta pela reforma agrária emerge como luta contra as formas de opressão, impulsionando os seus membros a desenvolver uma consciência crítica acerca da correlação de forças existente e diversas leituras da realidade. É, por isso inspirado na pedagogia de Paulo Freire;

(ii) propõe medidas estruturantes, a sua proposta é a reforma agrária com redistribuição da terra; não uma redistribuição de recursos do estado (medidas fragmentadas) tais como subsídios (cesta básica; bolsa-família). Procuram enfrentar os problemas do campo atacando as causas estruturais;

(iii) actuam com pessoas em profundas condições de opressão.

Acreditámos que existia muito mais para ser aprendido a partir da análise do assunto, onde os indivíduos comprometidos politicamente reconstroem as suas realidades, pessoais e sociais, para se tornarem assertivos e activistas comprometidos.

Podemos então concluir que dada necessidade de observar quais os grupos que poderiam anunciar o surgimento de outras lógicas de funcionamento, e sendo o MST um movimento com uma “estratégia política de transformação radical da sociedade” (Vendramini, 2007:128) revelou-se ideal enquanto campo de pesquisa.

Apesar da extensa documentação de teorias e metodologias específicas para gerar e orientar os processos de *empowerment* e conscientização nos trabalhos comunitários, no entanto, em várias leituras compreensivas da literatura sobre o assunto em questão, confrontámo-nos com a ausência de trabalhos que incluíssem a interpretação daqueles que experimentam a combinação destes processos. Por isso propomos uma análise/compreensão que, por um lado reúna a possibilidade das pessoas que passam pelo processo terem a oportunidade de falar dele (voz) e, por outro, nos permita uma análise/compreensão de como esses processos contribuem de forma efectiva para a transformação social, mantendo a esperança de propor alternativas estruturais ao sistema vigente.

Com esta convicção estruturámos um estudo exploratório que pretende explicitamente conhecer e compreender como os processos de conscientização e *empowerment* actuam e concorrem para um processo de transformação social e, como isso se manifesta ao nível do contexto mais imediato. Esta análise inclui a compreensão do contexto global envolvente no qual as pessoas vivem, percebendo as situações de injustiça e exclusão a que estão sujeitas.

1.1 Caracterização Investigação – Paradigmas

Partindo do pressuposto de que as decisões sobre os aspectos metodológicos vão direccionar toda a investigação a ser realizada conferindo um design específico a toda a pesquisa, elegemos a metodologia qualitativa por um lado como forma de aproximar a realidade da teoria e, por outro, por entendermos que uma perspectiva quantitativa não daria conta de toda a complexidade e riqueza sociológica que a realidade poderia trazer para o interior deste trabalho de investigação.

Assim sendo, o Paradigma de investigação que usámos assenta na metodologia colaborativa, familiar à Psicologia Comunitária. As metodologias de investigação colaborativa, desempenham actualmente um papel fulcral no debate sobre metodologias nas ciências da comunidade. Para a pesquisa colaborativa, não basta documentar, torna-se crucial procurar uma aproximação à resolução dos problemas em questão. Assim, esta metodologia surge enquanto ferramenta metodológica de contribuição para a transformação social. Os métodos de investigação colaborativa, ao estabelecerem relações de reciprocidade entre investigadores e comunidades, permitem enfrentar com êxito o erro que implica a influência da perspectiva pessoal e grupal dos investigadores no seu quefazer científico (Kelly, Azelton, Burzatte e Mock, 1994; Sarason, 2003). Também permitem que as questões e problemas sociais sejam definidos nos termos que são relevantes para as comunidades, o que conduz a uma investigação rigorosa, ao mesmo tempo que produtiva, relevante e útil para a comunidade (Montero, 1998; Taylor *et al*, 2004).

Atendendo às características deste estudo, consideramos que a opção por esta metodologia se adequa aos seus objectivos uma vez que: um dos princípios se baseia na proximidade do/a investigador/a com os diversos actores comunitários com a intenção de desocultar as suas vivências partindo dos significados elaborados pelos mesmos; outro princípio é o desenvolvimento de um quadro conceptual e de compreensão que desponte dos relatos desses informantes e da sua interpretação, daí a opção pela não adesão a um esquema rígido ou a um modelo teórico concreto.

Os requisitos deste tipo de metodologia fazem com que a investigação qualitativa assuma um carácter indutivo (Taylor & Bogdan, 1987; Denzin & Lincoln, 1994), apoiando-se nas teorias de Glaser e Strauss [*Grounded Theory*] pelo facto de que os dados não são recolhidos com a finalidade única de verificar hipóteses para avaliar modelos ou teorias estabelecidas previamente mas muito mais para, a partir desses dados, deixar-se

surpreender e elaborar os significados que se desejam conhecer (Strauss & Corbin, 1990 1994; Ferreira, 2008).

Trata-se antes de perceber como pessoas e grupos nos seus contextos económicos, sociais e culturais se desenvolvem no presente, pretendendo captar “o conteúdo das experiências e os significados atribuídos pelas pessoas e, dessa forma conhecê-los pessoalmente e experimentar o que sentem nas suas lutas quotidianas na sociedade” (Taylor & Bogdan, 1987:21).

Na tentativa de descrever a realidade e a narrativa do(s) outro(s), poderemos sempre fazê-lo de modo invasor, comprometedor e até opressor. Nesse sentido, pensamos que procurar captar o contexto é um aspecto primordial aquando da reconstituição interpretativa dos significados investigados e somente o viés ou a natureza humanística da metodologia qualitativa nos permitiria um verdadeiro diálogo entre sujeito da investigação e sujeito investigador (Montero, 1998; Lincoln e Guba, 1985; Denzin e Lincoln, 1994).

1.2 Estudo de Caso Alargado

Esta investigação buscou compreender de que forma um conjunto de práticas baseadas na conscientização, referente ao pensamento de Paulo Freire, e no *empowerment* se assumem como resistências ao discurso dominante e são capazes de promover não apenas mudança social, como também um sentimento de sujeitos por parte dos seus actores.

Neste sentido, nesta investigação com contornos da abordagem qualitativa elegemos o Método de Caso Alargado (Burawoy, 1991, 1998) como estratégia metodológica. Esta metodologia foi a que nos pareceu mais adequada, uma vez que nos permite não apenas incidir sobre o caso estudado, mas também porque a sua estrutura permite ampliar o espectro de reflexões e o universo de análise permitindo enquadrar o caso no seu contexto mais global, na sociedade. Decorrente desta nossa opção, e dirigindo-nos de forma mais incisiva para a opção metodológica de estudar o movimento dos Sem Terra, estávamos conscientes dos diferentes pressupostos subjacentes à ciência positiva e ciência reflexiva (Burawoy, 1991; 1994, 1998). Segundo este autor, as situações sociais poderão ser abordadas através de uma destas formas. A *primeira*, centrada no modelo positivista, permite uma separação e simultaneamente um distanciamento em relação ao “mundo” que estudámos, *i.e.* existe um conjunto de procedimentos que asseguram essa nossa distância. Portanto, aqui teremos que “conviver” com o vazio manifesto entre os princípios positivistas e a prática. Tal como refere Burawoy “constituindo o observador como *outsider* requer um esforço de alienação, que é facilitado por procedimentos de objectividade “ (1998:10).

Por sua vez, esta constatação tem sustentabilidade na ideia que Buroway (1998) e Rappaport (2005) exploram acerca da relação entre ciência e ideologia. Ou seja, para a perspectiva positivista, ciência e ideologia determinam-se mutuamente e de acordo com esta visão Rappaport refere a quase inexistência de debate(s) que incida(m) no tema da separação entre Ciência e Estado, afirmando que “hoje em dia, a ciência tem o status de um sistema de crenças religioso e a burocracia do estado para reforçar o seu dogma” (2005:233).

A *segunda* forma trata-se de um modelo alternativo de ciência que Buroway (1991;1998) apelida de modelo reflexivo de ciência ou ciência reflexiva. Aqui o contexto e o diálogo são princípios de base. Ao contrário da anterior, o contexto é o ponto de partida e o engajamento, através do diálogo, no mundo estudado faz com que a objectividade seja medida não por procedimentos que buscam um mapa ou uma “cartografia” acurada da realidade, mas ao invés disso através do crescimento do conhecimento no decorrer do tempo (Buroway, 1998).

De uma forma simples, poderemos assumir que a grande diferença entre ciência positiva e reflexiva assenta na premissa da existência de um “mundo” externo que pode ser construído de forma separada ou com aqueles que estudamos. Respectivamente, uma demanda uma “cartografia” precisa das formas de funcionar desse mundo externo, pois é isso que lhe vai permitir a sua compreensão e análise; enquanto que na outra o diálogo e a intersubjectividade entre o/a analista e os participantes em estudo comandam o processo (Burawoy, 1991; 1998).

Posto isto, é no âmbito da ciência reflexiva que Burawoy salienta o chamado método de caso alargado que se desenvolve em íntima complementaridade com a observação participante.

Este método alternativo utilizado por Boaventura de Sousa Santos (1983;1995) e analiticamente aprofundado por Michael Burawoy (1991; 1998), foi adoptado por nós com o intuito de situar o nosso caso num campo mais vasto do domínio social, pois entendemos que as suas «particularidades» exigiam e mereciam esse cuidado.

Essas «particularidades» concentram-se no facto do MST ser um movimento social extremamente politizado, que ao longo de 24 anos se tem colocado numa posição de desafio do sistema vigente; através das suas acções ele “recoloca em cena o debate sobre a reforma agrária, denúncia a pobreza e a indignação no meio rural e expõe ao mundo uma desumana situação em que as pessoas tornam-se descartáveis, por não poderem mais sobreviver por meio do seu trabalho” (Vendramini, 2007, pp 125-6). Sendo o objectivo do método de caso alargado situar um determinado caso no campo social mais alargado para a

compreensão desse mesmo caso, pensámos que as condições de existência do MST justificam e preenchem este perfil.

Decorrente da tipicidade do método de caso alargado, em vez de se centrar na quantidade de casos que garanta uma amostra representativa e, por isso, generalizável, incide não apenas sobre o(s) caso(s) estudado(s) e a sua singularidade, mas também na concorrência dos diversos factores estruturais para a ocorrência de uma dada prática social. Tal como refere Allene Lage o “caso é uma janela através da qual se vê a sociedade e outras coisas de forma mais ampla” (2005:186).

O procedimento é indutivo e a sua meta não se centra na abstracção de características do caso que o tornem generalizável a outros casos, mas a sua preocupação centra-se em situar o caso num campo social mais alargado, através da maior riqueza de detalhe possível (Sullivan, 2002).

Acerca disto, Boaventura Sousa Santos propõe que “em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou mesmo de único. A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interacções que o constituem” (1983, pp 11-2).

O estudo do movimento social Sem Terra é um caso que justifica uma análise mais alargada às condições económicas, sociais e culturais circundantes (Mendes, 2000), e como estas se manifestam num tipo de sociedade como a brasileira. Inclusivamente a importância de recuperar a história assume-se aqui decisiva.

1.3 Selecção dos Informantes e Local da Investigação

Antes de iniciar esta secção, gostaríamos de fazer referência a um ponto de conflito que habitualmente se coloca entre metodologias qualitativas e quantitativas. Tratam-se dos conceitos de diversidade e saturação (Guerra, 2006) que se encontram directamente ligados à importância da capacidade de representatividade e generalização, por parte dos estudos qualitativos.

Tal como refere Isabel Guerra “não tem muito sentido falar de amostragem, pois não se procura uma representatividade estatística, mas sim uma «representatividade social» que nada tem a ver com esse conceito” (2006:40). Portanto, não se procuram as regularidades, nem tão pouco a representatividade estatística, mas antes a riqueza da diversidade dos fenómenos estudados e a representatividade social que assumem.

Mas então seria legítimo perguntar, como assegurar a representatividade e generalização das nossas investigações com bases qualitativas? Vários autores (Álvaro Pires, Daniel Bertaux e Glauser e Strauss) exploram o interesse desta questão e revelam que os critérios de diversidade e saturação são diferentemente assumidos mediante o tipo de investigação encetada. Assim sendo, no nosso estudo, optámos por alguns desses critérios explicitados de seguida.

1.3.1 Amostragem, Diversificação e Saturação

Este estudo é baseado na vivência de um trabalho de investigação no terreno realizado no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Nordeste Pernambucano (Brasil). Para a selecção dos informantes, recorreu-se a uma amostra intencional (Lincoln e Guba, 1985), que incidiu em 3 tipos de actores: Lideranças [Dirigentes; Militantes] e Base. Especificamente:

- Dirigentes que actuam ao nível das estratégias nacionais, estaduais e regionais;
- Responsáveis por sectores e colectivos que actuam ao nível das estratégias de intervenção do desenvolvimento da região;
- Coordenadores/as de assentamentos e acampamentos que actuam junto de acampados/as e assentados/as;
- Assentados/as e acampados/as.

Amostragem

Tal como já referimos anteriormente, na opinião de alguns autores (Isabel Guerra e Álvaro Pires, 2006) não é aconselhável usar o nome de amostra na definição dos universos de análise qualitativos, apesar desta ser uma opção da grande maioria dos autores/as que se referem a amostragens não probabilísticas. Esta ausência de sentido na palavra amostra, prende-se com o facto dessa poder ser seleccionada tendo na sua base critérios de escolha intencional (Carmo & Ferreira, 1998; Guerra, 2006). Ou seja, “a amostra não se constitui por acaso, mas em função de características específicas que o investigador quer pesquisar” (Guerra, 2006:43). Isabel Guerra reforça esta ideia dizendo que “as características da análise qualitativa não facilitam uma definição *a priori* do universo de análise, porque, a pesquisa qualitativa é muito maleável, o objecto evolui, a amostra pode alterar-se ao longo do percurso” (2006:43).

No entanto, apesar destas variações quanto à denominação da amostra, apoiámo-nos na classificação encontrada pelo autor Álvaro Pires (1997) (na obra de Isabel Guerra) que nos fala essencialmente de duas modalidades de amostragem no âmbito dos dados qualitativos: amostragem por caso único e amostragem por caso múltiplo. No nosso estudo, optámos pela amostragem de caso único que “consiste na escolha de uma pessoa, situação ou local

para fazer uma análise intensiva, do tipo «estudo de caso» (Guerra, 2006:44) onde nos foi possível proceder a uma análise e consequente descrição em profundidade da caso em estudo. Ainda segundo os autores, esta opção permite o detalhe na busca de sentidos escondidos e abre pistas para exploração futura.

Diversificação

Decorrente do que foi dito anteriormente, neste nosso estudo optámos pela chamada “diversificação interna” (Álvaro Pires, 1997, *cit in* Guerra, 2006). Acontece quando o/a investigador/a define que o seu universo de análise se centra num grupo ou situação homogénea, onde se explora a diversidade interna desse mesmo grupo/situação. A sua finalidade teórica na investigação pretende “explorar a diversidade num conjunto homogéneo de sujeitos ou situações” (Guerra, 2006:41).

Saturação:

Quanto ao princípio da *Saturação*, Isabel Guerra propõe a assunção de duas funções cruciais: na perspectiva operacional porque “indica em que momento o investigador deve parar a recolha de dados”; segundo a perspectiva metodológica porque “permite generalizar os resultados ao universo de trabalho (população) a que o grupo analisado pertence” (Álvaro Pires, 1997:157; *cit. in* Guerra, 2006). De acordo com isto, Isabel Guerra refere-se à Saturação de forma bastante elucidativa quando nos diz que é “definida como um fenómeno pelo qual (...) o investigador tem a noção de nada recolher de novo quanto ao objecto da pesquisa” (2006:42).

O conceito de saturação, tendo sido explicitado e desenvolvido por Glauser e Strauss no interior da investigação qualitativa, poderá ainda assumir-se enquanto “saturação teórica” ou “saturação empírica” (Glauser e Strauss, 1967; *cit. in* Guerra, 2006).

No nosso caso, optámos pela “saturação empírica” que acontece quando os dados recolhidos não apresentam mais novidade ou diferença que justifique o avanço da recolha desse material empírico.

Quanto à “saturação teórica” não se justifica o seu uso, pois a pesquisa levada a cabo não pretendia uma exaustividade em termos de conceitos, *i.e.*, a saturação teórica “aplica-se a um conceito para significar que este emerge de dados e é confrontado depois com diferentes contextos empíricos: a finalidade do investigador é desenvolver as propriedades desse conceito e assegurar-se da sua pertinência teórica e do seu carácter heurístico” (Guerra, 2006:42).

No estudo em questão, a selecção foi realizada em virtude da participação activa e constante dos sujeitos. Assim, partindo do princípio de que na investigação qualitativa à medida que se recolhe a informação esta vai sendo analisada, recorremos ao princípio da saturação empírica. Por esta razão não pré-determinámos o número de informantes, pois assumimos que o processo de recolha de informação estaria terminado quando a informação começasse a ser repetitiva não acrescentando informação nova.

Realizámos um total de 37 entrevistas. Contudo, optámos pela selecção e análise de 12 entrevistas pelo facto de termos que atender à restrição de tempo no sentido de alcançar o final deste trabalho. Nos critérios de escolha desta amostra procurámos assegurar que estaria implícita a diversidade suficiente por forma a garantir critérios de heterogeneidade (diferença entre sexo, idade, formação e cargo assumido) e especificidade (àquilo que é característico e da militância e competências participativas que desempenham).

1.3.2 Sujeitos Participantes e Local de Investigação

A escolha da população alvo que serve de base à investigação desta dissertação teve como principal critério a selecção de militantes activos, envolvidos e com uma participação activa, e deveu-se ao conhecimento privilegiado que detêm acerca dos processos de conscientização e *empowerment* inerentes ao MST, bem como pela sua posição de activistas, com um discurso politizado, envolvidos num projecto de mudança social. A selecção foi feita com base num processo informal e foi surgindo à medida que íamos conhecendo e compreendendo o processo político-pedagógico do movimento. Optámos, no entanto, por nos assegurarmos que a selecção comportaria membros de todos os quadrantes e níveis de actuação, nomeadamente: *dirigentes; lideranças e base*. Apesar desta preocupação e intenção por forma a assegurar uma dimensão global do processo de actuação do movimento, não foi uma prioridade deste estudo distinguir quais as repercussões que cada uma destas posições implica ao nível do compromisso e envolvimento num projecto de transformação social, nem tão pouco ao nível dos processos por nós estudados. Consideramos que este poderá ser um tema abordado em investigações futuras, tal como indicaremos mais adiante nas considerações finais.

Posto isto, os dirigentes assumem funções normalmente de coordenação ao nível nacional, estadual e regional; as lideranças são responsáveis por dar conta do funcionamento das diferentes regiões, garantindo que a actuação dos diferentes sectores inerentes ao movimento seja cumprida e, por fim, a base é a sustentação de toda estrutura do MST, composta por acampados e assentados, que se ocupam da coordenação dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Partindo destes critérios, o grupo de entrevistados/as constituiu-se em 37, sendo que para efeitos de análise apenas seleccionámos 12. Desses seis são do sexo feminino e seis do

sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 42 anos de idade, sendo que três deles participam no movimento desde criança iniciando quando tinham entre 8 e 10 anos. O tempo de pertença ao movimento varia entre os dois e os vinte anos. Quanto ao nível de escolaridade, um deles possuía curso universitário em “Educação do Campo e Desenvolvimento”, cinco estavam em fase de conclusão de curso universitário, nomeadamente os cursos de “Pedagogia” e “História e Realidade Brasileira”, cinco estavam a concluir a oitava série (correspondente ao nono ano) e um possuía curso médio (correspondente ao décimo segundo ano). Em termos de funções desempenhadas no âmbito do movimento, temos três membros pertencentes à coordenação estadual, sendo que um deles integra igualmente a direcção nacional do movimento; um desempenha funções de dirigente de uma regional, quatro ocupam funções nos sectores de uma dada região, nomeadamente nos sectores de educação e produção, três ocupavam funções nos colectivos regionais, nomeadamente colectivos de cultura e juventude e um desempenha a função de coordenador de um acampamento.

Quando iniciamos o trabalho de campo, sabemos que é necessário seleccionar um ou mais locais. No nosso caso será necessário justificar porquê a escolha de não uma, mas várias localizações.

Strauss *et al.* sustentam a necessidade de que “um certo número de locais devem ser seleccionados para estudo, de modo que se possa obter uma larga perspectiva da instituição” (*cit. in Burgess, 1997, pp:64-5*).

Assim, por forma a apreender e compreender a “rede de situações sociais” nas quais está imerso e envolvido o Movimento dos Sem Terra, justificou-se para nós a observação de diferentes locais nos quais acontece todo o processo. Este facto, permitiu-nos a focalização nos princípios transversais e comuns do MST subjacentes às diferentes actividades e demandas do dia-a-dia.

Segundo Burgess (1997), a selecção dos locais de pesquisa é complexa e pelo menos cinco critérios terão que marcar presença: simplicidade; acessibilidade; a não intrusão; permissividade e participação (Spradley, 1980; *cit. in Burgess, 1997*).

Quanto ao local onde iria incidir a nossa observação, este foi um ponto que gerou controvérsia no início. Isto porque existia a dúvida se centrávamos a nossa atenção num local ou num processo específico, tal como um acampamento ou assentamento, ou ainda num determinado sector desenvolvido pelo MST. Contudo decidimos centrarmo-nos numa observação participante de diversos contextos de acção levados a cabo pelo MST nas áreas de acampamento e assentamento de reforma agrária, bem como perceber de uma maneira geral como estavam organizados e a dinâmica dos diferentes sectores e instâncias

representativas levadas a cabo pelo Movimento. Para o efeito todos os locais de observação foram seleccionados em consenso com a direcção estadual do MST de Pernambuco.

Inicialmente questionámos o facto de serem locais diferentes (apesar de todos pertencerem ao estado de Pernambuco) pois a sua condição histórica e geográfica poderia influenciar. No entanto, a prioridade da investigação centrou-se na apreensão de todo o processo político-ideológico levado a cabo por um movimento social politizado como o MST. A intenção foi exactamente conseguir uma apreensão global do processo.

1.4 Técnicas de Recolha de Dados

No interior da investigação qualitativa várias são as técnicas que se propõem captar o real. Assim, por forma a diminuir a subjectividade do entrevistador/a, optámos por uma constelação de técnicas que nos permitisse, por um lado uma melhor compreensão das situações vividas e, por outro, assumir leituras plurais da realidade social, recusando desta forma uma leitura normativa dessa mesma realidade.

De acordo com um princípio de triangulação de métodos, e procurando desta forma compensar imperfeições e defeitos no olhar do próprio/a investigador/a, achámos por bem munir-nos de um leque relativamente alargado de técnicas tais como: entrevistas em profundidade; análise documental; observação participante e diários de campo.

1.4.1 Entrevistas Aprofundadas

Recorreu-se à entrevista em profundidade, por acharmos que esta daria conta do processo comunicacional que se pretendia com este estudo. Este é um tipo de entrevista qualitativa que se caracteriza pela sua flexibilidade, por ser dinâmica e aberta. Taylor e Bogdan definindo as entrevistas qualitativas em profundidade referem “entendemos reiterados encontros cara a cara entre o investigador e os informantes, encontros estes direccionados para a compreensão das perspectivas que têm os informantes a respeito das suas vidas, experiências ou situações, tal como as expressam com as suas próprias palavras” (1987:101).

Este tipo de entrevista, preenche o perfil daquilo que faria mais sentido para este estudo na medida em que se assume um modelo de entrevista que nos possibilitava maior “margem de manobra” para estabelecer um contacto horizontal, mais parecido com um ambiente natural de uma conversação. Em vez de um intercâmbio formal de perguntas e respostas, onde invariavelmente nos estudos mais estruturados (num contínuum desde perspectivas mais quantitativas até mais qualitativas) todos adoptam o modelo de que o/a investigador/a faz as perguntas e o sujeito da investigação dá as respostas. Desta forma garantimos que “o

próprio investigador seja o instrumento da investigação, e não um protocolo ou formulário de entrevista” (Taylor e Bogdan, 1987:101).

Apesar do termo entrevista se ter “banalizado” e estar subjacente a uma boa parte dos estudos realizados nas áreas da sociologia e das ciências sociais em geral, não nos podemos esquecer que ela apresenta extrema complexidade, na medida em que convoca características de não-directividade, ou seja, “atitudes de compreensão, de empatia, de facilitação e de abertura ao outro” (Poirier *et al.*, 1999:49). Ora, isto relaciona-se com a importância do envolvimento do entrevistado/a com o entrevistador/a (Minayo, 2007). Estas relações de base etnográfica, em vez de se transformarem em vantagem (Buroway, 1998 e Rappaport, 2005) seriam, para muitos, condição suficiente para o enviesamento da análise. Ainda segundo Maria Cecília Minayo “em lugar dessa atitude se constituir numa falha ou num risco comprometedor da objectividade, ela é condição de aprofundamento da investigação e da própria objectividade. Em geral, os melhores trabalhos de campo são os mais simpáticos e que melhor se relacionam com os entrevistados. A inter-relação, que contempla o afectivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências e a linguagem do senso comum no ato da entrevista é condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa” (2007, pp 67-8).

Partindo do pressuposto de que a eleição do método de investigação deve ser determinada pelos interesses dessa mesma investigação, das circunstâncias do local ou das pessoas a estudar e pelas limitações de ordem prática que o/a pesquisador/a enfrenta; a opção pela técnica de entrevista aprofundada pareceu-nos especialmente adequada pois segundo essa escolha a “dimensão intimista varia” (Poirier *et al.*, 1999:49). Isabel Guerra, corrobora esta ideia quando propõe que “quanto menor for a intervenção do entrevistador, maior será a riqueza do material recolhido, dado que a lógica e a racionalidade do informante emergirá mais intacta e menos influenciada pelas perguntas” (2006:51).

1.4.1.1 Familiarização com Comunidade e Preparação das Entrevistas

Nesta secção importa perceber como preparámos as entrevistas e fizemos a aproximação aos sujeitos da investigação. No nosso estudo, antes de iniciar as entrevistas optámos por uma aproximação ao campo e conseqüentemente aos sujeitos. Muitas vezes as limitações de tempo impedem que esta aproximação se possa realizar contudo, no nosso caso, apesar do tempo não ser de sobra desde o início definimos como prioridade estabelecer os primeiros contactos com os/as participantes da investigação de uma forma informal.

Esta estratégia auxiliou-nos grandemente porque nos permitiu tempo suficiente para iniciar a interacção e estabelecer a relação de parceria e aprendizagem entre as duas partes. De

acordo com este compromisso, não detínhamos uma preocupação desenfreada em começar desde logo a formular questões directivas e a procurar forçar o alcance do nosso objecto de estudo. Pelo contrário, em vez de assumir uma postura de avaliação (com que tantas vezes são conotados os/as investigadores/as) e com o intuito de diminuir, senão anular, os efeitos do poder (Burawoy, 1991; 1998) que a figura do/a investigador/a carrega, posicionámo-nos muito mais numa postura de aprendizagem, descoberta e interesse pelo quotidiano da vivência no Movimento Sem Terra¹. Esta estratégia vem a propósito do descrito por Taylor e Bogdan “o entrevistador qualitativo deve encontrar modos de conseguir que as pessoas comecem a falar sobre as suas perspectivas e experiências sem estruturar a conversação nem definir o que aquela deve dizer”. Estes autores vão mais além e dizem mesmo que “o entrevistador deve aparecer como alguém que não está totalmente seguro das perguntas que quer fazer e que está disposto a aprender com os informantes” (1987:115). Na realidade, quando iniciámos o nosso trabalho de campo esta foi a postura que assumimos, por um lado porque na verdade esse seria um momento e experiência de vida onde iríamos aprender e presenciar formas de resistência organizadas perante o sistema vigente. Por outro lado, essa postura permitiu-nos partir libertos de preconceitos e estereótipos uma vez que desconhecíamos em grande parte a dinâmica interna do processo levado a cabo pelo MST. Montero refere-se a isto dizendo que a “melhor maneira de iniciar um processo de familiarização com uma comunidade é deixando de lado, na medida em que isso seja possível, os estereótipos e preconceitos tanto negativos como positivos (...) [que] não permitem captar o que está ocorrendo numa comunidade, nem a forma em que se dão as relações ou seu estilo de vida, desviando assim a compreensão da situação que se vai estudar e originando muitos erros e omissões” (2007, pp 78-9).

Todo o processo descrito atrás é apelidado por Maritza Montero de familiarização, pois trata-se de um “processo sociocognitivo no qual os agentes externos e internos iniciam ou aprofundam o seu conhecimento mútuo captando e apreendendo aspectos da cultura de cada grupo, enquanto encontram pontos de referencia comuns, avaliam os interesses que movem cada grupo, desenvolvem formas de comunicação, descobrem peculiaridades linguísticas e começam a desenvolver um projecto compartilhado. É para além disso, um processo que introduz os agentes externos no conhecimento da comunidade, transformando em habituais e entendidos os aspectos específicos de cada comunidade” (2007:78).

¹ Durante a primeira reunião com a coordenação estadual do MST reconhecemos que na nossa postura, implícito à necessidade de pesquisar o tema, estaria uma forte componente de aprendizagem do quotidiano do movimento (Diário de Campo, 14/08/2007, Biblioteca Centro Paulo Freire/Caruaru).

Este carácter mútuo da familiarização é imprescindível, não podendo ser encarado como uma fase ou estágio superficial que poderá ser “pulado” ou realizado de forma branda. Diversa literatura (Taylor & Bogdan, 1987; Burgess, 1997; Denzin & Lincoln, 1994) nos mostra que todo/a o/a observador/a é por sua vez observado/a e, neste sentido, os sujeitos participantes da pesquisa terão a liberdade para se interrogar quem somos, porque estamos ali, porque nos interessamos por aquele tema. Diversas vezes as pessoas se dirigiam a nós com um grande interesse em saber como era Portugal; quais os costumes; como funcionam os movimentos sociais em Portugal e se existia MST; porque tínhamos decidido ir para lá saber das razões de sua luta; entre muitas outras coisas.

Outra questão relacionada com a familiarização e que poderá ter uma contribuição decisiva quanto à forma de aceder aos dados e informações por parte da comunidade, tem que ver com a motivação do/a investigador/a para participar e procurar compreender o tema em estudo. Aqui Montero refere que esta situação exige da nossa parte uma atitude de abertura perante todas as pessoas e grupos da comunidade, o que supõe da nossa parte a não “identificação com um grupo em particular nem com um sector específico da comunidade” (2007:86). Muitas vezes, um dos erros que invalida/inutiliza toda a pesquisa é quando o/a entrevistador/a é percebido como pertencente a uma determinada tendência política ou religiosa. No entanto, a atitude de abertura referida anteriormente não supõe, mesmo que o possa parecer, a adopção de uma “atitude de neutralidade a respeito do problema que se vai tratar. Deve ficar claro que se estamos ali é porque nos preocupa, e se nos preocupa é porque temos uma opinião e uma posição a respeito desse assunto” (2007:87). Dependendo das situações e contextos sociais é necessário sermos cautelosos/as na forma de negociar a entrada nas comunidades e de avançar no processo de ganhar a sua confiança e respeito. Num movimento de rotação, voltamos novamente à questão tratada no início deste capítulo que se prende com o nosso background e motivações que nos inclinaram para a realização do estudo; nesta fase uma vez mais o/a investigador/a necessita estar consciente de qual a sua posição ética e política a respeito das causas que produziram e continuam a produzir a situação na qual se pretende “intervir/investigar” (Montero, 2007:88).

1.4.1.2 Maior ou Menor Directividade na condução das Entrevistas

As entrevistas a realizar pelo/a entrevistador/a, e conseqüentemente o guião de entrevista, poderão balançar entre uma ausência de directividade e uma semidirectividade (Bertaux, 1997; cit. in Guerra, 2006).

Esta condição, nas entrevistas em profundidade, está obviamente conectada com os seguintes aspectos: estágio dos conhecimentos (inicialmente a entrevista é mais aberta e à medida que se vão afinando as questões centrais há um progressivo fechamento); estatuto

da pesquisa (no caso de pesquisas com carácter exploratório a entrevista é menos directiva) e as características pessoais do/a entrevistado/a (maior ou menor facilidade para verbalizar a sua perspectiva) (Guerra, 2006).

Assim, o guião de entrevista vai servir para assegurar que as grandes áreas são abordadas com todos os sujeitos de investigação; no nosso caso serviu somente para recordar que determinadas questões sobre certos temas teriam que ser feitas. Elaborámos então um guião de perguntas abertas que só se utilizou para organizar e delimitar certos temas de interesse, mas que em nenhum momento impediram a criação espontânea de descrições e interpretações por parte dos/as entrevistados/as.

Para além disso, à medida que fomos realizando as entrevistas no tempo, fomos igualmente ampliando e nalguns casos revisando o guião, pois a sensibilidade e a aprendizagem crescente com todo o processo do MST redireccionou-nos para essa necessidade. Isabel Guerra diz-nos que é frequente “nas pesquisas exploratórias, que o guião seja completado ao longo do tempo” (2006:53).

Contudo, esta atitude não significou que estivéssemos perdidos, pelo contrário almejou *duas posturas* da nossa parte que estão intimamente ligadas com as opções metodológicas referenciadas desde o início deste capítulo. Por um lado, o nosso interesse em restringir o menos possível a fala dos/as entrevistados/as. Assegurámo-nos apenas que existisse uma orientação temática das entrevistas e que um conjunto de aspectos fosse comum a todos/as os/as entrevistados/as. Assim, algumas dimensões/temáticas presentes que marcaram todas as entrevistas foram:

- O que significa para si ser Sem Terra? (Identidade Sem Terra)
- Qual a importância do colectivo e para que serve?
- Qual a Inovação organizativa que o MST traz nas suas propostas?
- Qual(ais) a(s) diferença(s) entre o antes e depois de ter entrado no movimento Sem Terra?
- Porque é que permanece na luta, junto do movimento?
- Qual(ais) a(s) principal(ais) diferença(s) na forma como vê o mundo?
- Quais os principais momentos de luta que o/a marcaram mais?
- Tendo em conta a perspectiva socialista do movimento, como vê e espera que o seu futuro se desenvolva?

No final tínhamos um conjunto de perguntas mais específicas - “perguntas de lembrança” (Guerra, 2006) - caso fossem necessárias, que variavam consoante os grupos de interlocutores (Lideranças [dirigentes; militantes] e Base).

Por outro lado, o facto de termos construído e memorizado o guião possibilitou-nos uma postura de maior “disponibilidade” para ouvir as pessoas, estarmos atentos ao seu discurso, sem a preocupação de seguir a ordem das questões (dimensões). Desta forma, a entrevista afigurou-se mais a uma conversa informal e fluida (Guerra, 2006).

Estas duas posturas assumidas na entrevista têm que ver com o nosso desejo, desde o início, de tornar as entrevistas não num momento especial e específico que a pessoa aguardava para falar, imaginando desde logo a possibilidade de ter um gravador diante de si, por exemplo. Mas queríamos que o seu momento, ou a importância da chegada desse momento, fosse diluída no todo, ou seja, este seria mais um contacto de entre os muitos que estabelecemos com as pessoas durante a vivência no terreno. Por isso tudo fizemos para que esse momento aparecesse da forma mais natural possível e onde se evidenciassem não as expectativas habituais perante um/a entrevistador/a e o seu gravador, mas antes ter diante de si alguém realmente com interesse em saber e aprender com aquilo que tinha(m) para contar da sua experiência pessoal.

De acordo com estas nossas preocupações, na literatura (Taylor & Bogdan, 1987; Montero, 2007) aparecem algumas sugestões relativamente à atmosfera que o/a investigador/a deve criar nas entrevistas em profundidade, nomeadamente: *não emitir juízos* – onde o/a entrevistador/a não pode parecer que está ali a fazer uma avaliação do que está a ser dito (concordando, negando, felicitando ou criticando) ou insinuar preferências por determinados aspectos e desprezo por outros (Montero, 2007); *permitir às pessoas falar* – principalmente no início é muito importante permitir que as pessoas falem sem interromper, ainda que o tema esteja a fugir ao nosso interesse. Há formas subtis de a fazer retornar ao tema em estudo. Achámos importante fazer sobressair este aspecto porque se porventura o/a entrevistador/a dá sinais de estar com pressa, ou desinteressado do que a pessoa está a contar e apenas centrado nas perguntas que tem que fazer, ou ainda com um posicionamento face ao que está a ser dito isso poderá ser prejudicial uma vez que “perceber os sentimentos do outro é uma capacidade presente na maior parte das pessoas, e as pessoas entrevistadas dão-se conta quando há interesse genuíno ou quando se trata de uma obrigação que está a molestar quem a executa” (Montero, 2007:214). Relacionado com o anterior *prestar atenção* – significa muito mais do que um interesse sincero por aquilo que a pessoa está a dizer é saber exactamente qual a melhor altura para formular as questões; significa também uma grande oportunidade (que no quotidiano não é colocada em prática e passa despercebida) para o/a entrevistador/a ver as subjectividades e as relações sociais de um modo novo e diferente. Esta oportunidade, que deve ser valorizada, permite-nos exercitar a recomendação de Rappaport (1981) quando diz que devemos estar atentos às lógicas alternativas ao sistema vigente através de pensamentos divergentes. Por fim, *ser*

sensível – é uma atitude que deve estar sempre apurada e vigilante aquando do trabalho de campo e particularmente no contacto privilegiado que as pessoas nos concedem como é o caso da entrevista (Taylor & Bogdan, 1987).

Estes aspectos, que à primeira vista poderão parecer simples e óbvios, são relevantes devido à frequente relação desigual e unilateral entre sujeito investigador e sujeito investigado. Claro está que essa relação poderá ser mais ou menos potenciada em função da atitude do/a pesquisador/a e da sua consciência crítica em relação à ciência e seu papel de construção no mundo. Assim, essa relação desigual com claras vantagens para o/a investigador/a², tem maior viabilidade de se evidenciar nas pesquisas de carácter qualitativo, pelo facto de ao longo de vários meses, nalguns casos, se estabelecer uma relação de convivência e confidencialidade. No fundo, aquilo que o/a investigador/a pede não é simples, trata-se de solicitar relatos sobre as diferentes vidas e, no final, o/a pesquisador/a “sente que nada tem para dar em troca de tanta disponibilidade e abertura” (Guerra, 2006:52). Por tudo isto, a única forma de minorar este dano consiste em “assegurar sempre que possível a devolução dos resultados” (Guerra, 2006:52) e relacionar-se com os sujeitos de investigação enquanto pessoas e não como meras fontes de dados.

Esse contacto fortalece a relação e aquando da realização das entrevistas será menos ameaçadora a presença do gravador. Mesmo que os sujeitos entrevistados não atribuam um valor excessivo ao gravador, é conveniente reduzir o mais possível a sua presença. Taylor e Bogdan a este respeito chegam mesmo a verbalizar “use um aparelho pequeno e coloque-o fora do campo de visão. O microfone não deve ser intrusivo; deverá ter uma sensibilidade suficiente para recolher as vozes sem que seja necessário falar na frente dele” (1987:131). No caso de entrevistas em profundidade a transcrição é sempre aconselhável (Guerra, 2006) apesar da transcrição de narrativas orais ser um trabalho longo, fastidioso e minucioso (Poirier et. al, 1999). No nosso caso, apesar da selecção de apenas 12 entrevistas, a transcrição levou várias horas de trabalho, resultando daí um total de 187 páginas de texto.

1.4.1.3 Condução e Realização das Entrevistas

Antes da realização das entrevistas foi sempre solicitada autorização para o fazermos, explicando que a finalidade era conhecer a sua opinião acerca dos aspectos do trabalho comunitário desenvolvido pelo MST. Todas as entrevistas foram gravadas de maneira individual, levando cada uma entre 1 a 2 horas, num local escolhido pela pessoa e posteriormente transcritas para a sua análise.

² Grande maioria das vezes a realização do trabalho leva à aquisição de um determinado título (licenciatura, mestrado, doutoramento), mas também a eventual divulgação e publicação do seu trabalho em congressos, artigos ou livros.

Quanto ao local de realização das entrevistas, isso não ofereceu no nosso estudo qualquer tipo de obstáculo na medida em que optámos pela vivência junto do MST o que nos dava a possibilidade de serem realizadas sempre em espaços familiares para os/as entrevistados/as. Todas [entrevistas] se realizaram nas áreas de actuação do MST e como estávamos sempre disponíveis isso facilitou o processo, pois acabaram por realizar-se em horas mais convenientes para as pessoas.

1.4.2 Análise Documental

A análise documental tornou-se fundamental, pois foi onde nos pudemos socorrer não apenas para a compreensão de toda a dinâmica levada a cabo pelo MST, mas também permitiu-nos compreender de forma aprofundada as directrizes da formação politico-ideológica do movimento, bem como o seu projecto mais alargado de emancipação e transformação social.

Assim, a análise documental incidiu na consulta dos registos localmente produzidos e publicações internas ao MST, bem como registos das próprias pessoas. Destacamos livros, Revista Sem Terra, Jornal Sem Terra, site do MST (<http://www.mst.org.br>), Cartilhas e Cadernos, Músicas escritas pelo e para o MST e Vídeos/DVD's sobre o processo de luta do Movimento.

1.4.3 Observação Participante e a Partilha

Numa investigação com este teor, o contexto assume uma relevância especial passando a assumir um papel central no esforço de entendimento da realidade observada. É precisamente aqui que a observação participante com as suas potencialidades poderá contribuir enquanto ferramenta para apreender e compreender os diferentes contextos e as visões dos seus próprios actores, pois permite-nos ter a possibilidade de aceder à realidade do outro. No nosso caso específico, permitiu-nos tal como refere Allene Lage "humanizar o acto de fazer ciência" (2005:188). Esta é uma técnica que exige uma «disponibilidade» e abertura do/a investigador/a para experienciar o mundo do outro. Esta «disponibilidade» é simultaneamente um acto de aprender, mas também de ensinar. Assim a observação participante assumiu-se como um dos eixos centrais neste trabalho de investigação, na medida em que nos permitiu uma partilha impossível para qualquer questionário ou inquérito.

Através da observação participante pudemos ir construindo um clima de informalidade que muito contribuiu para uma melhor compreensão dos contextos que nos propusemos compreender.

1.4.4 A Experiência dos Diários Campo

Para além das técnicas anteriormente utilizadas, existiam ainda assim inúmeras experiências diárias, interações e pensamentos que necessitavam ser registados, sob pena de se perderem e se esvaírem da nossa memória. Assim, optámos por realizar um diário de campo onde quotidianamente registávamos observações e dinâmicas do dia, bem como reflexões pessoais que as próprias situações nos provocavam, nos faziam lembrar ou associar a algo. Assim este instrumento revelou-se uma ajuda preciosa na medida em que nos permitiu ir reflectindo sobre o nosso próprio percurso e simultaneamente compreendendo todo o processo.

Começámos então a árdua tarefa de registar toda a nossa experiência desde o momento que aterrámos no aeroporto de Recife. Neste diário cabem tantas coisas como: dia-a-dia; dificuldades; descobertas; reuniões; dinâmicas de interação; pensamentos; observações de como as pessoas se comportavam; coisas que me chamaram a atenção; experiências; período de doença; habituação ao clima e cultura diferentes, ...

Nos momentos em que estivemos no terreno, a dificuldade em manter os registos diários actualizados era grande. Isto devia-se ao facto de por um lado ser grande a nossa vontade de apreender todas as interações, saberes, curiosidades e nesse sentido os dias passados junto do MST eram muito intensos e preenchidos. Por outro lado, como não havia uma distinção entre o espaço do sujeito da investigação e sujeito investigador, muitas vezes havia dificuldade em ter tempo para registar de forma regular no diário. Contudo, principalmente pela manhã bem cedo procurávamos fazer os registos ou quando regressávamos a Recife³.

1.5 Procedimentos para Análise dos Dados

Realizámos a transcrição integral da selecção das 12 entrevistas. Para a descrição e interpretação sistemática do conteúdo dos Discursos, baseámo-nos na análise de conteúdo mediante o Software NVivo 8.

1.5.1 Quadro Epistemológico no Tratamento dos Dados recolhidos no Trabalho Empírico

Após a recolha de dados, e de acordo com os princípios metodológicos da investigação qualitativa, a etapa que se impõe de seguida relaciona-se com os processos de descrição,

³ Em Recife era onde ficávamos alojados quando não estávamos nas áreas de reforma agrária junto do MST, era também onde mantínhamos contacto com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Este vínculo revelou-se essencial para o desenrolar da pesquisa, por um lado porque nos permitia ter acesso às bibliotecas, livrarias e centros de pesquisa para consulta bibliográfica e aquisição de livros, muitos deles inexistentes em Portugal, ou de muito difícil acesso. Por outro lado, era onde tínhamos as reuniões de orientação do trabalho empírico com o Professor Doutor João Francisco de Sousa, por forma a orientar toda a nossa pesquisa de terreno.

análise e interpretação desses mesmos dados (Minayo, 2007; Carmo & Ferreira, 1998; Wolcott, 1994). Apesar destes processos encerrarem diferenças conceituais significativas, aparecem interligados pela complementaridade que infligem uns sobre os outros. Complementaridade que se torna evidente quando percebemos a descrição enquanto momento de anúncio das características centrais dos discursos escritos e falados que serão apresentadas, como refere Minayo “ como se os dados falassem por si próprios” (2007:80); a análise com o propósito de estabelecer relações após o tratamento analítico e a interpretação que indo além do descrito e do analisado pretende alcançar uma significação ampla e abstracta das características iniciais (Minayo, 2007; Carmo & Ferreira, 1998; Wolcott, 1994). Corroborando esta estreita ligação Minayo refere que na “nossa experiência em pesquisa indica que não há fronteiras nítidas entre coleta das informações, início do processo de análise e a interpretação” (2007: 81).

Posto isto, os dados obtidos durante a realização do trabalho empírico, nomeadamente: entrevistas, diário de campo, análise documental e observação participante foram objecto de tratamento segundo a técnica de análise de conteúdo. Gostaríamos de começar por dizer que não existe uma única forma de fazer análise de conteúdo, existem várias dependendo obviamente do posicionamento epistemológico do/a investigador/a e do tipo de pesquisa que realiza. Assistimos a um manancial que vai desde as lógicas dedutivas, onde predomina uma análise quantitativa⁴ até lógicas indutivas ou também designadas de qualitativas (Carmo, 1998; Bardin, 2004; Quivy & Campenhoudt, 1998; Minayo, 2007; Ghiglione & Matalon, 2005; Denzin & Lincoln, 1994). Ghiglione e Matalon (2005), referindo-se à categorização proposta por Henry e Moscovici em 1968, adoptam ainda a designação de procedimentos fechados e procedimentos abertos ou exploratórios.

Assim sendo, neste contínuo de possíveis formas de utilização optámos desde logo por não aplicar uma análise de conteúdo de contornos quantitativos, enquadrando-nos num paradigma indutivo onde fosse possível utilizar as recomendações e os pressupostos de uma análise compreensiva.

O recurso a esta técnica decorreu da convicção de que este tipo de posicionamento nos permitiria uma compreensão em profundidade dos cenários e das pessoas em estudo. Assim, este enfoque assume muitos paralelos com o método da Grounded Theory [teoria fundamentada] de Glaser e Strauss. Segundo Guerra, apoiando-se na proposta de Demazière e Dubar (1997) “os dados empíricos são o ponto de partida e a matéria-prima de

⁴ Para uma boa introdução à técnica de análise de conteúdo de contornos quantitativos consultar Vala (1986), onde surgem referências clássicas a esta técnica nomeadamente: Berelson, 1954; Henry & Moscovici, 1968; Krippendorf, 1980 e Bardin, 2004.

qualquer teoria. A teoria é assim construída interrogando indutivamente os dados empíricos” (2006:66).

Para nós justifica-se este posicionamento, na medida em que encaramos a “linguagem como um fenómeno eminentemente social” (Ferreira, 2008). Usar a linguagem implica estar dentro de uma relação social e, nesse sentido, ela é um fenómeno diferente e desigual, não podendo ser descontextualizada de um modo económico, social e cultural. Na investigação qualitativa, e de acordo com a análise de conteúdo em que nos centrámos, aquilo que nos importa conhecer são as relações que no fundo estão a ser veiculadas através de um discurso e de um contexto. Por isso, o nosso objectivo não se centrou em saber quantas vezes se disse algo sobre um determinado tema, mas antes quem disse o quê, como foi dito e quando. Por tudo isto, todas as circunstâncias terão que ser objecto de registo do/a investigador/a e ser submetido à análise de conteúdo.

A análise de conteúdo por nós acolhida, assume um enfoque muito próximo à abordagem da análise do discurso que partilha a ideia da linguagem enquanto um meio “não transparente e não neutral” de descrever o mundo social (Azevedo, 1998a). Ainda segundo Azevedo, no cerne da análise discursiva interessa “salientar as formas em que a linguagem constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais e as instituições, e de examinar as formas pelas quais as pessoas utilizam activamente a linguagem na construção da vida quotidiana” (1998:108).

A análise de conteúdo surge ainda muito associada a uma perspectiva da etnometodologia uma vez que encara os significados dos discursos como sendo delimitados pelo(s) contexto(s), onde o foco de atenção se desloca de construções individuais e “estruturas psíquicas internas” para processos inter-relacionais e culturais que se edificam e mantêm entre os indivíduos (Azevedo, 1998:109).

1.5.2 Análise e Tratamento dos Discursos

No presente estudo, todo o material recolhido no decurso da pesquisa de terreno foi objecto de tratamento, no caso das entrevistas realizámos a transcrição integral das 12 entrevistas seleccionadas para análise. Reunimos assim o nosso *corpus* de análise.

Na procura de fidelidade e exactidão ao discurso dos/as entrevistados/as, por forma a influenciar o menos possível nos seus discursos, assumimos dois procedimentos básicos: primeiro, reunimos todos os dados (notas de campo, transcrições e documentos) e procedemos a uma leitura exhaustiva e cuidadosa de todos. Prévio ao início de uma análise intensiva, considerámos que seria fundamental conhecer os dados que dispúnhamos ao pormenor (Taylor & Bogdan, 1987), não só porque desta forma estaríamos em condições ideais de poder começar a desenvolver ideias e reflexões sobre os mesmo, mas também, e sobretudo, porque esta seria a única forma que dispúnhamos para sermos o mais fidedignos

possível àquilo que tínhamos observado e conversado no contexto do movimento dos Sem Terra. Segundo, assegurámo-nos de que a transcrição incluísse todas as reticências, questões, hesitações, vocabulário próprio, sotaque, etc pois entendemos que esses são essenciais para a compreensão de todo o “ambiente social” implícito aos discursos. Optámos pela transcrição na totalidade, em vez da transcrição de apenas alguns segmentos ou extractos dos discursos (Wetherell e Potter, 1995), na medida em que considerámos que isso seria descontextualizar toda a riqueza sociológica e reduzir, ou pelo menos minimizar, as potencialidades da interpretação. Para nós a transcrição significou também e desde logo um momento importante de análise onde se começaram a desenhar algumas reflexões sobre os significados que os dados nos traziam e de como iríamos organizar e apresentar a informação.

Assim, iniciámos uma análise descritiva de carácter temático aprofundada. Esta análise dos dados processou-se assim através essencialmente de duas grandes dimensões/etapas a saber: (i) *descoberta* e (ii) *codificação* (Taylor & Bogdan, 1987), caracterizando-se por ser meramente descritiva e ainda não interpretativa; no entanto há aqui algumas considerações a fazer, nomeadamente relativamente à definição das categorias e das unidades de significação a ter em consideração na análise.

Assim, a primeira dimensão da análise consistiu na (i) descoberta onde o propósito foi identificar os principais temas e fazer emergir conceitos e proposições. Os autores Taylor e Bogdan referem-se a esta fase como “fase de descoberta em progresso” (1987:159). Ainda segundo os autores, este poderá ser um processo com algumas dificuldades iniciais (sobretudo para investigadores/as principiantes), na medida em que inicialmente se torna custoso reconhecer e identificar padrões e conjecturas que emergem dos nossos dados. No sentido de colmatar e aperfeiçoar esta capacidade, impera a necessidade de explorar os dados a partir de uma ampla variedade de perspectivas por forma a um maior aproveitamento dos mesmos (Taylor & Bogdan, 1987; Atkinson *et al*, 2001).

Esta dimensão consistiu particularmente em várias releituras cuidadosas e atentas dos dados previamente seleccionados, onde, à medida que decorria a nossa reflexão, fomos desde logo registando todas as temáticas, ideias importantes e até algumas relações que íamos antevendo.

A par deste trabalho, nomeadamente nas transcrições das entrevistas, fomos então dando conta dos seguintes procedimentos: (a) reservámos as margens para efectuar anotações e aderimos à recomendação de Isabel Guerra onde na margem esquerda inventariámos sinopses da narrativa do/a entrevistado/a e na direita anotámos ideias relacionadas com o quadro conceptual implícito ao nosso modelo de análise (Guerra, 2006; Taylor & Bogdan, 1987); (b) simultaneamente elaborámos fichas biográficas de cada entrevistado/a e (c) construímos memorandos com todas as ideias e relações que nos iam ocorrendo para

reutilizar aquando da categorização e inferências. Ao fim de trabalhar algum tempo em profundidade as entrevistas, a nossa familiarização com os dados era já avançada e isso permitiu-nos realizar um trabalho de exploração de temas emergentes nos discursos, onde nos fomos deixando “surpreender” (Ferreira, 2008:4). Esta construção compreensiva e indutiva da análise materializou-se na procura de actividades recorrentes, vocabulário específico, expressões características/próprias e os significados atribuídos, sentimentos colectivos, formas de fazer típicas, provérbios, temas de conversação entre outros. De tal forma que nos levou, na fase posterior de codificação, a efectivar algumas codificações “*In Vivo*” (Nvivo 8, 2008), ou seja, algumas das categorias foram codificadas com o nome associado pelos/as entrevistados/as a algum processo ou tema específico. Taylor e Bogdan chamam de “conceitos concretos” (1987:163) tratam-se de conceitos que “derivam nativamente da cultura estudada; toma o seu sentido somente dessa cultura e não da definição do científico” (Bruyn, 1966:39, *cit in* Taylor & Bogdan, 1987:163). A finalidade é buscar palavras ou frases do vocabulário dos/as entrevistados/as que captem o sentido que os membros do MST atribuem às situações vivenciadas no movimento.

Ainda durante esta etapa, fomos construindo uma lista provisória dos diversos temas e esboçando um esquema de classificação, bem como a análise das semelhanças (possíveis relações) subjacentes aos diferentes temas.

Assim, decorrente do que foi dito anteriormente, apesar de nos apoiarmos num quadro conceptual de referência, a definição das categorias foram emergindo não tendo sido definidas *a priori*, potenciando categorias emergentes do discurso dos/as entrevistados/as. Em última instância, trata-se do/a investigador/a delimitar o seu posicionamento epistemológico, na medida em que isso tem que ver com o modo como se vai processar a análise de conteúdo, pois teremos que decidir se queremos ser surpreendidos por aquilo que os discursos possam trazer ou se, pelo contrário, queremos reconhecer e reconfirmar aquilo que já sabemos da literatura. Consubstanciámos a análise numa lógica exploratória (Carmo & Ferreira, 1998) que nos permitiu uma descoberta dos significados atribuídos à realidade observada e a respectiva construção das categorias. Portanto, procedemos a uma categorização designada por alguns autores *a posteriori* (Vala, 1986; Carmo & Ferreira, 1998; Bardin, 2004).

Identificados os segmentos mais significativos dos textos e dispendo já de uma listagem com os principais temas e ideias encontrados na análise inicial, passámos à segunda

grande dimensão da análise que consistiu na (ii) codificação⁵ onde o propósito foi a codificação dos dados e o refinamento da compreensão do tema em estudo.

Assim, a codificação efectuada por nós centrou-se no recorte, classificação e agregação de todas as notas do diário de campo, transcrições das entrevistas bem como alguns segmentos da análise documental relevantes enquanto complemento para a compreensão dos significados dos discursos e práticas quotidianas. Paralelamente impôs-se-nos a necessidade de escolher qual a fragmentação dos textos que iria servir de *unidades de significação*⁶. Assim, tendo nós realizado uma análise de cariz temático/análise temática, a unidade de significação foi o “tema” na medida em que possibilitou uma análise ao “nível semântico” que nos permitiu “descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação” (Bardin, 2004:99). Quanto às unidades de significação cabe advertir que adoptámos um critério flexível, na medida em que, por vezes, deparámo-nos com o facto de algumas unidades de significação terem contidas nelas próprias outras unidade de significação que nos foi útil e fundamentado colocar em outra categoria. Isto demonstra que os temas não são estanques, pelo contrário, relacionam-se e implicam-se. A ideia das categorias serem mutuamente exclusivas deverá privilegiar-se, contudo não se devem sacrificar os dados em função desse rigor e dessa exigência (Ferreira, 2008). Os autores Taylor e Bogdan referem-se igualmente a este assunto advertindo para o facto de “alguns fragmentos dos dados entrarem em duas ou mais categorias; devem fazer-se-lhes corresponder os códigos a todas elas” (1987:168).

Posto isto, a análise sistemática tornou possível a classificação destas unidades em categorias – a categorização⁷ - onde procedemos à separação dos dados codificados nas diversas categorias. Também aqui tivemos alguns cuidados no sentido de não segmentar demasiado os discursos sob pena de se descolarem do seu contexto, trazendo isso risco ao nível da interpretação posterior. Alguns autores chamam a atenção que aquando do fraccionamento dos discursos deverão incluir-se nos recortes uma parte suficiente do contexto para que o fragmento possa ser inteiramente compreensível, evitando assim parcelarizações (Taylor & Bogdan, 1987; Mendes, s/d). José Mendes diz mesmo que “a citação de um extracto sem a pergunta do entrevistador é um acto descontextualizado e redutor” (s/d:13).

⁵ “A *codificação* corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo” (Bardin, 2004:97).

⁶ “ (...) corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização” (Bardin, 2004:98).

⁷ “ (...) operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo) sob um título genérico” (Bardin, 2004:111).

Como complemento desta fase de categorização, utilizámos o programa informático – Nvivo8 – que nos auxiliou nesta operação mecânica de separação dos dados pertencentes às diversas categorias de codificação. Inserimos todos os dados numa base de dados e procedemos à sua categorização. A base de dados permitia-nos assim o manuseamento em simultâneo de duas bases de dados, uma com os documentos: entrevistas, memorandos, esquemas, modelos, diários de campo, etc e outra disponível com as categorias e sub-categorias construídas.

Assim, o acesso a estes dois tipos de registos em simultâneo permitiu-nos realizar uma “análise vertical” e uma “análise horizontal” que se complementaram. Segundo os autores Ghiglione e Matalon estas poderão ser usadas simultaneamente (2005:223). Na análise vertical foi possível fazer uma análise por entrevista, onde sintetizamos todos os temas que o/a entrevistado/a abordou e onde identificámos os significados que cada individuo separadamente atribuía aos diferentes acontecimentos experienciados. Na análise horizontal foi possível uma análise por categoria e subcategoria, onde se realçaram os temas convergentes dos diferentes discursos, ressaltando as diversas configurações sob as quais esses temas surgem na fala dos/as inquiridos/as.

Assim, ao longo do trabalho de categorização, inicialmente fomos criando os *Free Nodes* – e numa fase mais avançada da análise foi-nos sendo possível criar uma árvore de codificação – *Tree Nodes* – onde dispúnhamos já de relações estabelecidas entre as categorias e sub-categorias (Nvivo 8, 2008). Para além de nos permitir visualizar as relações que estávamos a criar entre as categorias, o programa permitiu-nos igualmente complementar este esquema de categorização com um conjunto de modelos onde íamos concebendo “desenhos” do projecto à medida que íamos avançando no tempo com as reflexões. Paralelamente à codificação dos dados fomos igualmente refinando o esquema da codificação acrescentando, suprimindo, expandindo e redefinindo categorias e sub-categorias. Ao longo do tempo desenvolvemos um trabalho de refinamento e de agregação dos resultados onde nalguns casos nos levou a decompor algumas categorias e noutros a proceder à sua fusão. Demos então esta etapa por terminada depois de termos codificado todos os dados. Reunimos ainda os dados que sobraram e que não entraram na análise aquilo que chamámos de categorias soltas, no entanto numa revisão final alguns dos dados ainda se ajustaram às categorias de codificação existentes. A etapa terminou assim com dois procedimentos; por um lado com a rejeição da informação que não se ajustava à análise. Acerca disto Taylor e Bogdan referem que “nenhum estudo utiliza todos os dados recolhidos. Se não se ajustam, não trate de forçar a inserção de todos os dados no seu esquema analítico” (1987:169). Por outro lado, com a identificação dos excertos das entrevistas que poderiam ser seleccionados para incluir na redacção.

De seguida, procedemos à confirmação da categorização onde o propósito foi proceder a uma análise exaustiva da congruência, da coerência das categorias entre a definição do seu conteúdo e os extractos das entrevistas codificados nas mesmas. Aqui foi quando estabilizámos a nossa grelha de análise de forma satisfatória, embora não possamos dizer de forma definitiva pois em caso de necessidade teríamos que proceder à sua recodificação.

Estabilizada a grelha de análise e indexados os segmentos dos textos ao sistema de categorização, foi possível identificarmos três grandes dimensões: i) *Ideologia/processo de Naturalização*; ii) *Processo de De-Ideologização e Conscientização*; iii) *Participação Política/Ação Politizada*. Dessas dimensões salientam-se onze principais temas emergentes: 1) opressão; 2) episódio mobilizador; 3) problematização/tomada de consciência; 4) identidade sem terra; 5) método; 6) repercussões individuais; 7) poder; 8) relação teoria-prática = praxis; 9) transcendência política da praxis; 10) construtores da história; 11) relação individual-colectivo = pessoa. No entanto pela complexidade que lhes é inerente ramificaram-se em diferentes subcategorias (Cf. Grelha de Análise).

1.5.2.1 Utilizando Software Informático – Futuro Desafiador no Tratamento de Dados

Todo este processo descrito anteriormente foi coadjuvado por um suporte informático que permite o tratamento de informação de cariz qualitativo – Nvivo 8. Assim as entrevistas, notas de campo e alguns documentos foram indexados e codificados utilizando este programa. Embora tenham sido registadas dificuldades técnicas na análise por um/a único/a investigador/a de mais de 30 entrevistas, actualmente estas limitações vêm-se bastante reduzidas, senão ultrapassadas devido ao uso e apoio em softwares informáticos de análise de conteúdo, como o caso do NVivo 8⁸ (Guerra, 2006).

Trata-se de um software criado para análises qualitativas e nos últimos anos tem-se desenvolvido de forma acentuada a utilização de computadores para apoiar os procedimentos de classificação e codificação dos diversos textos, mas igualmente o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento (Azevedo, 1998b; Bogdan & Biklen, 1994; Buston, 1997; Fielding & Lee, 1992). De tal forma que, os programas de computadores na investigação qualitativa vão desde formas simples de processamento e recuperação dos textos até formas mais sofisticadas que permitem a elaboração de classificações e relações entre os dados que nos levam ao desenho e construção de uma teoria (Tesch, 1992, 1995; Azevedo, 1998b).

⁸ Última actualização, realizada no ano 2008

Substrato Teórico-Metodológico do Programa

Este programa nasce e aparece com base nos princípios da “Grounded Theory”⁹ (Strauss & Corbin, 1994) assumindo muitas das suas principais funções, destacando-se a flexibilidade demonstrada na análise e organização da informação potenciando assim, de forma considerável, o poder da análise qualitativa. Neste carácter flexível demonstrado pelos programas de computador referimo-nos especificamente às capacidades interactivas e de confronto entre os dados, nomeadamente a construção, modificação e relacionamento entre categorias; dispor de notas/memos associados a documentos e categorias e aos extractos dos textos a que correspondem; permite ainda o cruzamento e conexões na base de dados criada. De acordo com estas características dos programas, aquilo que a “Grounded Theory” nos chama à atenção é para o facto de estarmos atentos e procurar que os dados «falem por eles próprios»; potenciando a possibilidade de nos deixarmos surpreender pelos mesmos. Quando decidimos estudar um determinado tema ou problemática, o/a investigador/a necessariamente tem já no seu bojo uma teoria de base, quanto mais não seja é influenciado/a pela pessoa que é, pelas suas convicções e motivações. No entanto, isso não significa em nada que os dados não nos possam sempre surpreender.

Neste sentido, este programa permite ao/a investigador/a, através das suas funcionalidades flexíveis, adoptar esta postura de forma eloquente. Claro está dependendo de como o/a investigador/a lhe dá uso, mas acerca disto desenvolveremos algumas considerações mais adiante quando nos referirmos às limitações e reservas do seu uso.

Potencialidades e Emancipação dos Dados Recolhidos

No presente estudo, a opção de recorrer a esta ferramenta teve na sua base a finalidade primordial de usar algumas das potencialidades apontadas por vários autores (Azevedo, 1998b; Buston, 1997; Bogdan e Biklen, 1994; Richards & Richards, 1994) quanto à “estruturação e tipos de dados”; “codificação”; “notas/memorandos”; “ligações entre os dados”. Assim, dado o facto de dispormos de dados pouco estruturados, isso, justificou o uso do NVivo na medida em que se trata de um programa que facilita “os investigadores no desenvolvimento da teoria” (Azevedo, 1998b:150). No entanto, este programa revela-se sobretudo pela possibilidade que permite de realizar um trabalho analítico interactivo onde é possível que se determinem “conexões entre categorias, que se desenvolvam esquemas categoriais com vários níveis, que se formulem esquemas conceptuais e se teste a sua adequação aos dados” (Azevedo, 1998b:150). Ao nível da “codificação” é um exemplar suporte para a indexação de códigos aos extractos de diversos textos e consequente

⁹ Grounded Theory trata-se de uma “metodologia geral para desenvolver teoria que está enraizada nos dados recolhidos e analisados sistematicamente” (Strauss & Corbin, 1994:273). Para aprofundamento desta perspectiva ver também Strauss & Corbin, 1990.

organização e categorização. São assim exequíveis processos de categorização com “elevado grau de complexidade”, possibilitando a “categorização hierárquica” e a criação de uma árvore de codificação¹⁰; atribuição de “uma ou mais categorias a cada segmento” e a redefinição da categorização sem comprometer o seu conteúdo (Azevedo, 1998b:152). Associado a este processo é ainda possível criar “notas/memorandos” quer aos documentos, quer às categorias onde procedemos a todo o tipo de reflexões, esquemas analíticos e mapas/modelos conceptuais e suas relações (Buston, 1997). Para além de ficarem disponíveis as ligações a que correspondem essas notas, é também possível aceder a todas as fontes de onde partem as categorias, bem como a diversos relatórios que sumariam as categorias existentes e todos os elementos que lhe estão inerentes. Permite assim uma listagem completa do processo de categorização e conseqüentemente uma visão de conjunto ou global que nos protege de cairmos numa visão espartilhada e fora de contexto. Relativamente à “ligações entre os dados” as potencialidades do programa poderão ser resumidas quando José Azevedo refere que “permitem ao investigador “navegar” facilmente entre estes vários tipos de dados e ainda visualizar um esquema gráfico que mostra a relação entre os vários componentes” (Azevedo, 1998b:153). Posto isto, o programa encerra sofisticadas formas de pesquisa e trabalho exploratório intra e inter documentos e categorias, localização de palavras-chave, homogeneidades entre a ocorrência de excertos conferindo a possibilidade de combinar diferentes variáveis e estabelecer articulações complexas¹¹ quer entre os dados, quer com os pressupostos teóricos orientadores.

Sendo imperiosa a rapidez e vantagens na gestão dos dados através do uso destes programas (Bogdan & Biklen, 1994), cabe advertir que os mesmos não podem em momento algum substituir a perspicácia e intuição do/a investigador/a na interpretação dos dados (Taylor & Bogdan, 1987). E, portanto, “salvo em obras de ficção, o computador não pode analisar os dados, somente ajudar” (Azevedo, 1998b:149).

Algumas Reservas na Utilização de Softwares para Análise Qualitativa

Atendendo ao que acabámos de referir, será necessário contudo reter algumas reservas que se têm vindo a desenhar, fruto dos inúmeros debates acerca das implicações que estes programas desempenham na forma como a análise qualitativa é levada a cabo (Lee & Fielding, 1996; Coffey, Holbrook & Atkinson, 1996; Kelle, 1997).

Estas reservas centram-se essencialmente em torno da ideia de que o computador poderá passar a ser uma forma de controlar e manipular a investigação estimulando o/a

¹⁰ No programa NVivo 8 designadas de *Tree Nodes*.

¹¹ No Programa NVivo 8 designadas de *Queries*.

pesquisador/a a usar de forma acrítica certos procedimentos e estratégias (Azevedo, 1998b).

Decorrente disto, e tal como referimos anteriormente, este suporte informático incorpora como fundamento teórico a *Grounded Theory* e, neste sentido, “a associação da análise de dados computadorizada com uma versão simplificada da “teoria enraizada” (Azevedo, 1998b:153) tem sido outra preocupação demonstrada. Aquilo que tem vindo a ser enfatizado, é uma suposta alienação do/a investigador/a face aos seus dados, por um lado pela possibilidade e habilidade demonstradas por estes programas em proporcionar um tratamento da informação célere e relativamente fácil permitindo muitas vezes poupar tempo e, por outro lado, segundo Azevedo, pela importância atribuída à codificação nos programas informáticos dando a “entender que o central da teoria enraizada é a codificação e que o principal objectivo destes programas é facilitarem os processos de codificação” (Azevedo, 1998b:154).

No entanto, diferentes autores (Azevedo, 1998b; Lee & Fielding, 1996; Coffey, Holbrook & Atkinson, 1996) são unânimes no reconhecimento de que os fundamentos da *Grounded Theory* subjacentes aos programas informáticos suplantam um simples processo de codificação, permitindo inferências e interpretações de enorme complexidade e riqueza sociológica.

"(...) hoje por estar no movimento, por ter esse conhecimento, porque me deram a oportunidade desse conhecimento, de saber brigar e dizer vai-te embora brigar que tu tem possibilidade, vai brigar porque tu faz parte desse mundo que tu achava que não fazia. Se você não for brigar por aquele teu direito, que antes eu sabia que tinha mas não ligava e não brigava porque prá mim passava, ah mas hoje eu vejo que se eu não brigar por esse meu direito, mais tarde eu não tenho possibilidade mais de brigar. Agora eu tenho a chance, antes eu não tinha a chance mas eu já tenho a chance de brigar, está entendendo"
(Cristina, MST, 2007)

CAPÍTULO II.

CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO - O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Tal como referimos anteriormente, este estudo orientou-se por uma ciência reflexiva que nos permitiu não apenas perceber a dinâmica do contexto, mas também os significados atribuídos pela própria comunidade a esses contextos e realidades. Entendemos que esta metodologia responderia convenientemente aquilo que pretendíamos apreender – a riqueza sociológica do contexto, da comunidade e dos seus actores.

Assim, a realidade a ser investigada centrou-se no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Nordeste Pernambucano. Trata-se de um movimento social politizado, onde o objectivo de luta maior se centra na luta pela Reforma Agrária. Posto isto, o trabalho de campo teve uma duração de 4 meses, Agosto a Novembro de 2007, onde passámos a conviver e residir.

Desde o início, e depois da decisão de abordarmos uma apreensão geral do processo do MST, procurámos perceber a dinâmica global e como acontecia cada momento que dava depois origem a um processo maior. Procurámos elaborar um esquema de quais os locais e processos a valorizar, assim os locais onde nos detivemos mais tempo foram: Acampamento Pontal Sul (Petrolina -Sertão São Francisco); Assentamento Normandia e Centro de Formação Paulo Freire (Caruaru); Assentamento Pedro e Inácio (Nazaré da Mata – Mata Norte); Trabalho de Base (Mata Norte – Nazaré da Mata, Sirigi, Machados, Lagoa Comprida, Vicência); Curso Pedagogia (PRONERA – Nazaré da Mata); Curso Saberes da Terra (Centro de Formação Paulo Freire – Caruaru); Acampamento Serraria (Caruaru); Secretaria Estadual do MST (Caruaru).

Assim que começámos a perceber um pouco melhor toda a dinâmica, confrontámo-nos novamente com outra dificuldade que foi perceber quais as pessoas com quem gostaríamos de conversar de forma mais intencional através das entrevistas aprofundadas. Deparámo-nos então com a existência de diversos actores sociais, nomeadamente: dirigentes, militantes e a base. Uma vez mais optámos por procurar compreender os significados atribuídos pelas diversas pessoas, com o intuito de chegar a um desenho global de todo este processo, na medida em que uma das grandes prioridades deste estudo é exactamente compreender o contexto mais alargado em que se enquadra este Movimento. Para além disto, realizaram-se inúmeras actividades extra em que participámos. Aliás esta é uma constante do Movimento, a dinâmica é sempre muito acelerada e existe sempre imenso trabalho a ser realizado. Algumas dessas actividades extra foram: X Encontro Estadual dos Sem Terrinha, com a sua Marcha pela Cidade de Recife até ao palácio do Governador de

Pernambuco; Reunião de Coordenação Regional e Reunião de Coordenação Estadual, ambas no Centro de Formação Paulo Freire.

Relativamente à nossa integração e receptividade por parte do movimento pode-se fazer um balanço muito positivo. Tivemos uma receptividade muito boa em todos os locais que estivemos. Pensamos que aqui a condição da diferente nacionalidade nos auxiliou no contacto que fomos estabelecendo com as pessoas. Isto porque, ficavam interessadas em perceber mais acerca de Portugal, faziam várias comparações em termos da língua, costumes, queriam saber como era Portugal na sua dinâmica de movimentos sociais, qual o nosso interesse em ir estudar aquele processo pelo qual eles passavam, como era a reforma agrária em Portugal. Para além destas curiosidades, confrontámo-nos com outra questão na qual nunca tínhamos pensado antes. Ou seja, o MST trabalha muito as questões da história do povo brasileiro e, nesse sentido, o tema da colonização portuguesa aparecem com grande vigor e intensidade. Pernambuco é um dos estados onde a entrada dos portugueses esteve muito presente delimitando até aos dias de hoje o dia-a-dia e o tipo de produção e exploração que é feita principalmente em torno da cana-de-açúcar. Assim, para nós este contacto com a história que contribuiu para o contexto actual, foi mais um factor que serviu para percebermos o padrão geral onde se enquadra o MST e a sociedade brasileira de uma maneira geral. Foi importante confrontarmo-nos com uma visão e uma vivência diferente da nossa.

1. Os Locais e as Vivências do Povo Brasileiro

Dedicamos este capítulo à compreensão do contexto onde decorreu a acção, bem como à explicitação dos aspectos envolventes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que fazem dele um movimento social politizado com um papel crucial no processo de transformação social das desigualdades e da(s) exclusão(ões).

Começamos com a contextualização das grandes regiões onde decorreu a pesquisa, nomeadamente Zona da Mata, Agreste e Sertão do Estado de Pernambuco. Tal como referimos anteriormente, gostaríamos de advertir uma vez mais para as nossas decisões relativamente aos locais observados no trabalho de campo e as decisões que lhe estiveram subjacentes.

Assim, de acordo com a direcção estadual do MST em Pernambuco definimos os locais onde iria decorrer o trabalho de campo. Cabe aqui advertir que esta foi uma decisão interessante e que se foi desenhando ao longo do tempo. Ou seja, desde o primeiro contacto que tivemos com as lideranças do movimento foi-se estabelecendo um ambiente de comunicação e procura de consenso entre a ideia que a pesquisa trazia e aquilo que o MST podia oferecer. Cabe notar também que viemos mais tarde a perceber que este

contacto tão particular já nos antecipava muito daquilo que é o MST e da forma como leva a cabo as suas acções.

Posto isto, à medida que íamos avançando no trabalho de campo fomos também definindo, em algumas reuniões, aquilo que no processo do MST poderia responder da melhor forma ou complementar os nossos objectivos e desejos de observação. Numa atitude de colaboração o MST possibilitou-nos o acesso a todos os contextos que estiveram na base da nossa observação.

Esta foi assim uma decisão construída no tempo e fruto de reelaborações que fomos procedendo daquilo que íamos observando. Assim, independentemente dos locais, a nossa opção passou a ser dar prioridade à apreensão de todo o processo político-ideológico levado a cabo pelo MST. Optámos então por observar os diversos “espaços desencadeadores de consciência”¹² levados a cabo pelo MST em diversos locais do estado. Claro está que a condição histórica e geográfica subjacente a cada local condiciona as suas condições de existência, mas o facto de termos a possibilidade de perceber as acções do MST nos diversos locais foi também uma estratégia para podermos “desmistificar” muitas das “ideias feitas” acerca do processo inerente ao movimento e da sua forma de funcionar. Assim, o grande objectivo passou a ser a apreensão de todo o processo de formação político-ideológica do MST e não tanto a caracterização histórica e geográfica ou até a comparação entre os locais.

Posto isto, optámos por observar as várias fases do processo do MST e quais as estratégias e métodos levados a cabo em cada um deles, por forma a alcançar por um lado uma compreensão o mais abrangente possível, pois cremos que assim estaríamos em condições de alcançar uma compreensão global do movimento e, por outro, o facto de termos a possibilidade de ver por diversos prismas a sua actuação isso permitir-nos-ia uma investigação mais justa e fidedigna para com aqueles que nos “abriram as portas e o coração” e nos receberam com grande satisfação por estarmos interessados em conhecer mais sobre aquele movimento.

De acordo com esta introdução, gostaríamos agora de passar a retratar uma breve caracterização das regiões onde se intrinca a nossa pesquisa, bem como das condições e vivências quotidianas dos brasileiros que as habitam.

Pernambuco é um dos 26 estados brasileiros e localiza-se na Região Nordeste do Brasil, possuindo uma extensão de 748 quilómetros e uma população superior a 7,9 milhões de habitantes. Nos seus limites fronteiriços surgem os estados de Paraíba, Ceará, Piauí, Bahia e Alagoas. O estado de Pernambuco está assim dividido em quatro grandes regiões

¹² Definição criada por nós para nos referirmos aos espaços e momentos utilizados pelo movimento para exercer a sua acção e que no seu conjunto reproduzem todo o processo de formação político-ideológico.

naturais: litoral, mata, agreste e sertão, cada uma com grande diversidade de territórios. Assim, a nossa pesquisa incidiu em três dessas regiões: Zona da Mata; Agreste e Sertão (cf. Anexo 1) que passamos a descrever de seguida.

As Agruras da Cana – Zona da Mata

▪ Região Zona da Mata

Trata-se de uma região bastante fértil próxima ao mar, predominando um clima tropical húmido. A zona da mata pernambucana caracterizava-se pela abundante Mata Atlântica que aí existia, nomeadamente espécies vegetais como Pau-Brasil, Sucupira, Pau d'arco, Pau d'arco amarelo, entre outras. Desde a colonização da coroa portuguesa, essa mata começa a ser extinta e com o decorrer do tempo cede o seu lugar a extensas áreas canaviais. Actualmente toda a paisagem é dominada pela plantação de cana-de-açúcar, existindo apenas pequenos aglomerados isolados da ainda remanescente mata atlântica.

Assim, no período colonial a paisagem começa a transformar-se e a dar lugar à monocultura da cana-de-açúcar, passando a ser povoada pelos típicos engenhos e pelas usinas. Muitos engenhos estão actualmente desactivados, no entanto, em tempos era-lhes característico a casa grande, onde habitavam os “senhores do engenho” e a senzala¹³ predominando o trabalho escravo.

Ao longo do tempo, passam a fazer parte deste cenário grandes concentrações de terra – latifúndios – e com a modernização da agricultura passam a dominar as grandes usinas, onde a agroindústria açucareira e do bio-diesel dominam todo o contexto laboral e económico.

No nosso caso, interessa-nos perceber quais as consequências que isso trouxe para a população local e para o trabalhador rural em particular. Se no período colonial predominava o trabalho escravo, sendo posteriormente extinto através de Lei que decreta a sua abolição, as formas de escravatura e de opressão permanecem¹⁴ ao longo dos anos afectando o trabalhador rural completamente dependente e à mercê dos grandes latifundiários. Entretanto, a modernização da indústria canavieira e o domínio da produção de cana trouxe

¹³ Para saber mais podem ler-se obras como: Freyre, 1998 e Campos, 2006.

¹⁴ Aquando do trabalho de campo uma vez que nos encontrávamos na altura da apanha da cana-de-açúcar, portanto da safra, tivemos oportunidade de falar com alguns trabalhadores rurais que habitavam na favela e que nos contaram como era trabalhar no corte de cana: a jornada de trabalho iniciava-se por volta das 04h da manhã e terminava por volta das 17h, cada trabalhador tinha que levar consigo o seu sustento do dia e o instrumento de trabalho, normalmente: um garrafão de água, alguma comida e a catana para o corte. Cada trabalhador tinha que fazer 12 toneladas/dia e ganhava cerca de 5 reais/dia (equivalente a cerca de 1,66€). Para além disso é de notar que o corte da cana é um trabalho difícil, na medida em que exige que os trabalhadores vão com o corpo relativamente tapado, pois a cana tem uma espécie de pêlos que provocam alergia e fazem pequenos corte, além disso é um terreno que permanece sempre húmido, passando os trabalhadores a maior parte do tempo com os pés húmidos.

sérios problemas para a população. Cabe advertir que vários foram os factores que estiveram na origem da degradação continuada dos trabalhadores/as rurais: os/as trabalhadores/as são sufocados pelos grandes latifundiários que concentram em sua posse milhares de hectares de terra, formando uma pesada oligarquia que detinha forte poder económico e grande influência sobre o próprio estado. O “senhores do engenho” tinham sob seu comando famílias camponesas que se sujeitavam às mais diversas formas de exploração e que trabalhavam apenas pela sobrevivência. Num solo que não lhes pertencia eram até impossibilitadas de plantar a sua lavoura para subsistência. Na década de 60, 70 começa a desenhar-se uma crescente modernização da indústria canavieira através de diversos incentivos do poder público, mas que não foi acompanhada pela melhoria das condições de trabalho, pelo contrário começou a deixar de existir espaço para o trabalho braçal de homens e mulheres e crianças do campo, passando famílias inteiras a ser mandadas embora dos engenhos e propriedades dos grandes latifundiários Tal como Vendramini refere “as pessoas tornam-se descartáveis, por não poderem mais sobreviver por meio do seu trabalho” (2007:126). Quando muito a sua jornada de trabalho restringe-se à altura da safra da cana-de-açúcar que pode estender-se por um período máximo de 4 meses, passando o resto do tempo a ser ocupado por pequenos trabalhos ao dia. Carecendo de alimentos para a sua sobrevivência (terra para produzir e poder sobreviver) e de trabalho as famílias, sem alternativa, são obrigadas a dirigir-se para as cidades, uma boa parte desloca-se para Recife¹⁵ em busca de melhores condições.

Contudo, como não podia deixar de ser, fruto deste processo de êxodo rural começam a surgir os mais diversos problemas. As pessoas passam a habitar em favelas e nas palafitas¹⁶ em condições miseráveis, passam a ser operários assalariados e em conglomerados passam a habitar pessoas com as mais diversas culturas. Totalmente desconhecedores do ambiente citadino, os recém-chegados passam a ter que enfrentar novos desafios e a exclusão e segregação que não termina e, em muitos casos, se agrava na cidade. Segundo Vendramini a “modernização da agricultura no país acentua ainda mais a concentração da propriedade da terra e a desigualdade social no campo, (...) degradação dos empregos rurais, miséria da população rural e deterioração do meio ambiente” (2007:124).

¹⁵ Este fenómeno foi apelidado por Gilberto Freyre (1951) de “inchação”. Segundo Boaventura de Sousa Santos “a «inchação» do Recife é um fenómeno antigo e tem-se agravado cada vez mais, não só devido ao crescimento vegetativo como também aos fluxos migratórios para aqui convergentes. Na década de 60, o aumento relativo da população da cidade do Recife foi de 36% enquanto o da população do estado de Pernambuco foi de 26%. Em 1970, cerca de 30% da população do Recife era constituída por não-naturais (migrantes). Em 1970 o sector terciário ocupava na Região metropolitana do Recife 68,5% e no Recife 78,2% da população economicamente activa” (Santos, 1983:13).

¹⁶ Construções de casas em cima de troncos de madeira nas margens dos rios.

▪ **Região Agreste**

O Agreste, como é conhecido, representa 19% do território pernambucano tratando-se de uma região intermédia que demarca a divisão entre a faixa litoral (Zona da Mata-Litoral) e o sertão e que, por isso assume um clima tropical sub-húmido que se reflecte na vegetação que é constituída pelos chamados brejos e pela caatinga. Os brejos encontram-se nas imediações do limite com a Zona da Mata tratando-se de áreas húmidas e férteis normalmente localizadas em terrenos mais altos e, portanto com temperaturas mais amenas. É no Agreste que se localiza o Planalto da Borborema fazendo com que a região disponha de temperaturas mais brandas, pois trata-se da região do estado que fica mais acima do nível do mar, permitindo que seja percorrida pelo chamado “circuito do frio”. Existe inclusivamente a cidade de Gravatá conhecida como a “Suiça pernambucana” pelo frio que se pode fazer sentir nessa localidade, existindo chalés típicos, na sua maioria utilizados para lazer e casa de campo pela classe média, com uma arquitectura a fazer lembrar o estilo dos Alpes. A caatinga¹⁷ por sua vez localiza-se já nas imediações do sertão. Em termos económicos, esta região tem uma forte predominância da pecuária, mas também da agricultura sendo o Agreste que assegura o abastecimento da Zona da Mata. Caruaru é a capital desta região que se destaca pelo seu elevado desenvolvimento industrial, comercial e de serviços. Este desenvolvimento é de tal ordem que são conhecidas mundialmente duas feiras: *feira da sulanca* e a *feira de gado*. Por altura do trabalho de campo, tivemos oportunidade de visitar a feira da sulanca onde podemos encontrar tudo o que necessitamos. Ambas desempenham um importante papel para a economia regional e funcionam como mercado abastecedor do próprio estado.

Contudo, o crescimento da actividade pecuária na região tem igualmente acarretado problemas para o trabalhador do campo pois, pelo facto da actividade pecuária exigir menos mão-de-obra, isso faz com que os trabalhadores rurais se vejam uma vez mais obrigados a migrar para os grandes centros urbanos, aumentando desta forma o êxodo rural.

As Agruras da Seca – Sertão

▪ **Região Sertão**

Por fim, a região do sertão é uma das maiores correspondendo a cerca de 70% do território do estado de Pernambuco. O clima é tropical semi-árido e aqui marca presença habitual a seca. As chuvas são raras o que faz com que toda a região do sertão pernambucano se

¹⁷ Palavra de origem indígena e que significa “mata branca”. Este nome deve-se ao facto de durante a seca uma grande parte das plantas perder as suas folhas exibindo galhos e arbustos cinzento-esbranquiçados, em alguns casos parece até que foram queimados pelo fogo (Siebert, 2005).

integre no chamado “Polígono das Secas”¹⁸. A vegetação predominante é a caatinga, trata-se de uma vegetação pobre constituída na sua maioria pela espécie cactos: mandacaru, gericó, jurema, umbuzeiro, imburana, entre outras.

Durante o trabalho de campo tivemos o privilégio de conhecer muitas destas espécies vegetais, um dos acampados do Pontal Sul mostrou-nos algumas das plantas que constituem a caatinga, explicando-nos pacientemente algumas das suas propriedades para a medicina tradicional. A caatinga tem assim um aspecto seco e “sem vida”, contudo é enganoso pensar que é uma vegetação morta. Os vários tipos de vegetação possuem mecanismos por forma a defenderem-se da evaporação da água armazenada, assim algumas não possuem folhas, outras perdem-nas durante a seca e outras ainda possuem raízes fortes que armazenam a pouca água que cai. Por isso, basta que chova um pouco e tudo fica verdejante.

Nessa conversa que tivemos com o senhor Zé Adalberto, ele explicou-nos que por vezes basta o orvalho da noite para fazer ressuscitar pequenas plantas (*e.g.*: Jericó) e quando o calor aperta voltam ao seu estado aparentemente seco.

O sertão é assim conhecido pelas secas e pela calamidade que acarretam consigo, fazendo do povo sertanejo um povo sofredor pela falta de água e conseqüentemente pela falta de alimentos, na medida em que as suas plantações acabam por não vingarem e serem mesmo destruídas pela seca permanente. No entanto, e a contrastar violentamente com uma paisagem que à primeira vista parece “morta”, surge um dos maiores recursos naturais – o rio São Francisco – também conhecido pelo “Velho Chico”. É um dos maiores rios brasileiros, abrangendo uma boa parte do território pernambucano. Assim nas imediações do rio surgem extensas culturas de frutas, que através de modernos sistemas de irrigação, asseguram uma forte produtividade que se destina em especial à exportação. Também a criação de gado é intensa próximo às suas margens, daí que muitas vezes o rio seja também conhecido por “rio dos currais”. Petrolina reclama a capital da região do sertão e é igualmente um importante pólo financeiro e comercial.

Uma vez mais surge a instalação e domínio de grandes agroindústrias na região que se dedicam à monocultura de fruta, nomeadamente plantações de uva de “perder de vista” pertencentes a grandes produtoras de vinho. Os incentivos estatais continuam e surgem projectos de irrigação como o da – transposição do Rio São Francisco. O MST tem-se debatido na luta contra este projecto, na medida em que se trata da construção de

¹⁸ Área de 950.000 Km² delimitada em 1951 por uma lei que abrange muitos estados do Nordeste.

quilómetros de canais que rasgam todo o sertão e que visa, uma vez mais, favorecer as grandes propriedades latifundiárias impedindo que as populações mais pobres que habitam mesmo ao lado desses canais se possam servir da água para a sua sobrevivência.

Diversos e longos têm sido os projectos estruturais que prenunciam a resolução, ou pelo menos a minimização do sofrimento do povo sertanejo, contudo revelam-se sempre promessas infrutíferas que não passam do papel nos sucessivos governos. Assim para escaparem ao destino de morrer de fome e de sede, famílias inteiras escapam à seca abandonando a região, deslocando-se para outros locais onde possam de alguma forma sobreviver.

Até aqui vimos a riqueza natural das diferentes regiões do estado de Pernambuco que, apesar da grande diversidade de territórios, climas e vegetação, todas elas encerram em si algo comum e transversal a pobreza e a miséria em que o povo do campo tem sido mantido. Contudo, apesar do povo do campo, principalmente o povo nordestino, ser comumente associado a um povo ignorante, jeca tatu e bóia-fria¹⁹ foi igualmente no campo que se forjaram lutas, resistências e heranças que fazem parte das raízes do MST e das lutas camponesas do Brasil.

1.1 A Herança histórica de um povo lutador: as velhas lutas camponesas pela terra

Uma análise sobre o MST implica necessariamente recuar um pouco no tempo e percebermos que os movimentos sociais rurais remontam ao período do chamado Brasil colonial. Muitas foram as influências históricas decisivas para que mais tarde se forjasse o movimento dos Sem Terra que conhecemos hoje. A população indígena, os negros escravizados, onde os quilombolas se destacam através de Zumbi no Quilombo dos Palmares ou António Conselheiro em Canudos, são alguns antecedentes históricos que iniciaram diversas formas de luta e de contestação à ordem social vigente e que tinham em comum a luta pela terra, pelo direito de permanecer na terra.

▪ Zumbi e o Quilombo dos Palmares (1655-1695)

Estando perfeitamente implementado o sistema escravagista pela coroa portuguesa, esse era essencialmente assegurado pelos negros trazidos de África que garantiam a mão-de-obra escrava principalmente nos engenhos de cana. É neste contexto que surge o nome Zumbi dos Palmares, último dos líderes do emblemático Quilombo dos Palmares formado no período colonial. Os quilombos são assim um símbolo da resistência e da luta dos africanos

¹⁹ Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato na sua obra Urupês. Bóia-fria advém do facto dos trabalhadores agrícolas levarem consigo as próprias refeições (na gíria, *bóia*) em recipientes sem isolamento térmico desde que saem cedo de casa, o que faz com que elas já estejam *frias* ao almoço.

contra a escravidão. Tratava-se de um local de refúgio dos negros que fugiam das senzalas das fazendas, engenhos de cana e de pequenas propriedades, mas mais que isso eram acampamentos, que se foram transformando em aldeias, onde os seus habitantes – quilombolas – procuravam reproduzir toda a cultura africana, dedicando-se à economia de subsistência, artesanato, chegando alguns a comercializar com as comunidades vizinhas. Estas eram comunidades auto-suficientes que se baseavam nos princípios da propriedade colectiva e de uma vivência em comunidade, fraterna onde era aceite a diversidade de raças. Na sua maioria africanos, embora se saiba da existência de indígenas e brancos.

Posto isto, o Quilombo dos Palmares foi assim o maior quilombo que existiu, resistiu por mais de um século, chegando a reunir cerca de 30 mil pessoas em nove vilas ou núcleos. Aqui se destaca o nome Zumbi que resistir à opressão colonial e assume o comando do Quilombo de Palmares. Durante cerca de 15 anos lidera a luta e a resistência contra a escravidão até que uma investida comandada pelo Bandeirante Domingos Jorge Velho destrói Palmares (1694) e Zumbi, apesar de conseguir sobreviver, é morto a 20 de Novembro de 1695.

Contudo, o sonho pela liberdade e o surgimento de uma nova sociedade ausente de exploração e opressão do ser humano não cessou aqui e no final do século XIX voltou a germinar em Canudos, nordeste da Bahia.

- **António Conselheiro – Canudos²⁰ (1830-1897)**

No final do século XIX, reinava uma situação de miséria no sertão nordestino onde a seca, a fome, a violência e o poder dos coronéis imperava. As populações famintas e resignadas ao esquecimento dos poderes políticos procuravam sobreviver. É precisamente neste contexto que emerge um importante movimento messiânico, liderado pelo beato António Conselheiro. António Vicente Mendes Maciel [António Conselheiro] nascido no Ceará, em 1874 começa a ficar conhecido por entre o povo pobre do sertão pelas suas mensagens religiosas de consolação e de esperança, face à sua situação de penúria e calamidade. De 1876 a 1893 aumenta a sua popularidade; mas também se regista um acontecimento histórico, uma das maiores secas (1877-1879) do nordeste brasileiro onde a dizimação era completa e onde o povo podia apenas aguardar ajuda governamental ou divina. Conselheiro passa a ser visto como um homem santo, um profeta enviado para libertá-los da extrema pobreza e passa também a ser conhecido como “Bom Jesus” reunindo em seu redor um grande número de seguidores. Em 1888 com a abolição da escravidão, muitos mais se juntam a Conselheiro e no ano de 1889 com a implantação da República, ganha novos inimigos. Foi então em 1893 que Conselheiro se assentou numa fazenda abandonada nas margens do rio Vaza-Barris,

²⁰ Para saber mais sobre este movimento de luta social consultar a extensa e eloquente obra de Euclides da Cunha “Os Sertões” (2002).

conhecida por Canudos no sertão da Bahia. Formou um povoado que rebaptizou de *Belo Monte*²¹ e que recebia todos os atingidos pelas agruras da pobreza. Rapidamente se transformou numa cidade, embora existam controvérsias relativamente à estimativa de sua população, estimavam-se entre 15 mil a 25 mil habitantes. Canudos representava assim uma estratégia de sobrevivência em comunidade onde todos tinham acesso á terra cultivando agricultura para sobrevivência e criação de gado. Perante tal cenário vários se sentiram incomodados, nomeadamente as autoridades religiosas locais e a elite agrária que viu a economia do sertão afectada e conseqüentemente a desorganização das formas de produção dos seus latifúndios. Rapidamente houve a interferência da República para pôr cobro àquela fonte de rebelião que ensombrava os poderes oligárquicos e no ano de 1896 inicia-se um ciclo de ataques que durou até 05 de Outubro de 1897 ficando conhecido como a Guerra dos Canudos pelas enormes proporções que assumiu.

Este acontecimento histórico representou uma vez mais a luta e a resistência pela libertação dos pobres que viviam na zona rural, mas mais do que isso prediz muito daquilo que serão as bases dos movimentos sociais rurais na medida em que em Canudos se valorizou um sistema de utilização colectiva da terra, trabalho cooperativo e solidário, do qual os produtos eram repartidos no colectivo.

▪ **Lampião – Cangaço (1898-1938)**

No final do século XIX e início do século XX, marca presença no Nordeste Brasileiro um fenómeno de nome Cangaço. Às causas do seu surgimento são atribuídas naturezas diversas, contudo parece ser evidente e inquestionável uma origem ligada ás questões fundiárias e sociais onde os sertanejos maltratados, submetidos a regimes de trabalho escravo e subjugados pelos senhores poderosos aumentavam convivendo lado a lado com a morte. Forjam-se assim possibilidades de rebelião pois “quando a morte passa a ser sua companhia diária o homem reage”²². É aqui que surge Virgolino Ferreira da Silva, conhecido por Lampião – o rei do cangaço – e o seu grupo, do qual fazia igualmente parte sua companheira Maria Bonita, primeira mulher a participar de um grupo de cangaceiros. Virgolino Ferreira nasceu em Serra Talhada/PE numa família humilde, contudo a sua família sujeita ao trato duro e injusto acabou por se confrontar com a morte do pai (homem pacato e pacífico) por desavenças de terras. Consta-se que se juntou ao cangaço para vingar a morte do pai. No cangaço saqueavam fazendas e armazéns, sequestravam coronéis subvertendo assim a ordem vigente e “latifúndios que, durante décadas e até mesmo séculos imaginavam-se intocáveis, sentiram o peso de sua presença e o terror das conseqüências

²¹ Para saber mais consultar referência de Macedo, J.R. (2004) *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular.

²² Disponível em <http://www.infonet.com.br/lampiao/>

do não atendimento de suas exigências²³. Lampião e o seu grupo actuou praticamente em todos os estados do nordeste brasileiro e veio a sucumbir a 28 de Julho de 1938 quando foi surpreendido pelos soldados em Angicos/Sergipe, juntamente com Maria Bonita e mais 9 companheiros. A extinção deste grupo marcou o final do cangaço.

Tal como referimos no início a luta pela reforma agrária não se inicia com o MST, raízes mais remotas se encontram na sua origem. Cabe advertir que nestes antecedentes históricos não podemos afirmar que lhe estariam inerentes “a consciência da necessidade de uma organização política e a busca de uma conscientização sobre o problema agrário brasileiro, muito presente entre os militantes do MST” (Francisco, 2007:295). Esta tendência começa a desenhar-se quando os trabalhadores rurais começam a ter possibilidade de definir e organizar estratégias de acção de enfrentamento do latifúndio, que começa a ser possível a seguir à implantação da república quando os interesses militares se contrapõem aos interesses das oligarquias rurais – coronéis. Estes últimos defendiam a manutenção da autonomia dos estados brasileiros e, desta forma, continuaria intocável o poder político dos coronéis; contrapondo estavam os militares que defendiam a consolidação da União (pessoa jurídica de direito público representante do governo federal). Estas discordâncias levam a que a União saia fortalecida e que, simultaneamente, o poder dos coronéis vá decrescendo, permitindo desta forma que os trabalhadores rurais se organizem para resistir. É neste contexto que, de 1950 até ao Golpe Militar (1964), os movimentos sociais do campo passam a organizar-se em associações e assim surgem as Ligas Camponesas; os Sindicatos de Trabalhadores Rurais; a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB - 1954) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER – 1960-64). Todas estas tentativas foram extintas logo após o golpe militar e as suas lideranças perseguidas (alguns exilaram-se), presas ou mortas.

2. MST, suas Lutas e as sucessivas Políticas de Reforma Agrária

“...quando dou pão aos pobres,
chamam-me de santo, quando
pergunto pelas causas da pobreza,
me chamam de comunista.”...
Dom Hélder Câmara

Gostaríamos de começar por dizer que a luta do MST e de tantos outros movimentos do campo tem na sua base a herança de um sistema de distribuição da terra que levou ao

²³ Disponível em <http://www.infonet.com.br/lampiao/>

problema da concentração de terras no Brasil nas mãos de poucos impedindo o povo brasileiro ao seu acesso e conseqüentemente sua sobrevivência.

- **Coroa Portuguesa – Sesmarias**

Esta questão inicia-se no Brasil aquando da chegada da Coroa Portuguesa que distribui as terras com base no sistema sesmarial, cuja principal função era estimular a produção de cana-de-açúcar e garantir o povoamento da região. Contudo, as práticas de concessão das sesmarias, já usadas em Portugal e decididas aplicar nas colónias com adaptações, foram sendo outras e rapidamente se chegam a situações como: propriedades com dimensões imensas; expansão do capitalismo mercantilista e mão-de-obra escrava; vilarejos e cidades administrados por quem era dono das propriedades rurais. Neste sistema, a própria Coroa incentivou a concentração de terras, desenvolvendo igualmente um sistema agrícola que é usado até hoje pelos grandes latifundiários, principalmente na Zona da Mata Pernambucana onde a indústria açucareira está muito presente. Assim, o sistema semarial foi abolido com a Independência, todavia o seu impacto sobre a estrutura fundiária do país faz-se sentir até à actualidade.

- **Coroa Brasileira – Lei de Terras (lei nº 601/1850)**

Contudo, este problema da concentração de terras nem por isso desapareceu aquando da Independência do Brasil, em 1822. Surgem, mesmo antes da independência, inúmeros conflitos por terra onde se debatiam os chamados posseiros²⁴ dada a imensidão de terras e a não delimitação dos seus “marcos” ou limites. Também a partir de 1850, quando se começa a desenhar todo o cenário do fim da escravatura (abolição em 1888) e com o aumento das fugas e da organização dos escravos nos quilombos, a elite agrária rapidamente engendra uma forma de impedir a apropriação das terras brasileiras mediante a apropriação pela posse. Assim surge a Lei de Terras (nº601/1850), que estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra ou pela autorização do Rei. Desta forma, uma vez mais, o trabalhador rural é impedido de tornar-se proprietário continuando a submeter-se ao poder dos oligarcas. Esta lei veio, pelo contrário, assegurar os interesses dos grandes proprietários do Nordeste e Sudoeste, onde davam inicio as extensas plantações de cana e café, garantindo a compra como a única forma de obtenção de terras (deixando de ser possível através da posse) e que as terras ainda não ocupadas passariam a ser propriedade do Estado e, portanto, adquiridas exclusivamente através da compra. Foram assim certificadas as bases para que até há pouco tempo milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais ficassem impedidos de aceder à terra e, pior que isso, muitos deles

²⁴ Agricultor/a que trabalha numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra.

obrigados a separar-se da sua cultura rural e inserirem-se no processo de êxodo. Esta legislação manteve-se sofrendo pequenos acréscimos que não se vieram a executar devido às posturas mais conservadoras do governo. Esta situação alterou-se com a constituição de 1988, considerada mais democrática, que legitimou a desapropriação da terra para fins de reforma agrária.

- **Década 60 – Ditadura Militar e Estatuto da Terra: o silenciamento das vozes do povo**

Previamente ao Golpe Militar de 64, começam ebulições onde a temática da reforma agrária surge e, neste contexto, a bandeira de luta que se começa a evidenciar é a derrotar dos grandes proprietários. O governo do Presidente João Goulart, conhecido por “Jango” (1961-1964) foi marcado pela abertura às organizações sociais e ganham espaço os movimentos populares e sindicalistas.

Com o golpe militar de 64 iniciou-se uma ditadura militar que durou até 1985 e que em muito contribuiu para o desaceleramento, ou quase aniquilamento, dos movimentos agrários que até ai despontaram. Anos marcados pela forte repressão e pelo terror onde era proibido quase tudo, o governo militar concebeu e aprovou o Estatuto da Terra (Lei 4504/64) que, nas suas medidas, apesar de garantir a reforma agrária mais não fez do que reprimir fortemente os movimento campesinos que despontaram durante o Governo de Goulart. Em vez de trazer benefícios sócio-económicos aos trabalhadores rurais, o Estatuto da Terra reafirmava os interesses dos grandes proprietários e das empresas rurais e, com o intuito de promover o capitalismo no campo, foram concedidos avultados subsídios e financiamentos, tudo em nome do desenvolvimento. Claro está que as medidas inerentes a este Estatuto não trouxeram, ao contrário do que alguns esperavam inicialmente, a democratização da terra e afundaram ainda mais o fosso das desigualdades no campo.

O regime militar prioriza a modernização dos latifúndios e desta forma “assistimos a uma perversa penetração do capitalismo nas relações produtivas do campo, transformando e submetendo toda a produção ao capital, ainda que mantidas as antigas estruturas fundiárias” (Vendramini, 2007:123). As décadas de 60 e 70 estão marcadas pela chamada “revolução verde” e pelo crescimento económico do Brasil, ficando uma vez mais adiado o projecto de reforma agrária. Concretizando-se o projecto do progresso para o meio rural, através do Estatuto da Terra, potenciou-se o êxodo rural para os grandes centros urbanos. Neste modelo agrícola, não havia espaço para que os trabalhadores rurais que se dedicavam à agricultura de subsistência pudessem vingar. Assim, sem capacidade de competir com a desigualdade trazidas pelo progresso, a solução para muitos foi abandonar o campo ou tornarem-se assalariados rurais. A estrutura fundiária brasileira continuou concentrada, à semelhança do que vinha acontecendo desde o período colonial.

▪ **Década 70 – Ressurgimento da Resistência do Campo**

Foi essencialmente nos dois últimos governos da Ditadura Militar – Governo Geisel (1974-1979) e Governo Figueiredo (1979-1985) – que se inicia e se concretiza uma gradual abertura política e a redemocratização do país. Paralelamente, vai sendo possível brotar novamente as acções colectivas no meio rural e para isso vários factores contribuíram. A actuação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que se iniciam no começo dos anos 60 ligadas principalmente à igreja católica (progressista), nomeadamente aos princípios da teologia da libertação. Através da sua forma de actuação tiveram grande importância na luta pela redemocratização do país, na medida em que estas eram espaços onde as pessoas se encontravam para reflectir e transformar a realidade, promovendo a tomada de consciência da situação social e política. Daí que fossem inspiradas em Paulo Freire procurando uma metodologia que levasse da conscientização à acção. Assim, nos anos 70 as CEB's espalhavam-se pelo país e, sendo uma forma de organizar os trabalhadores rurais e urbanos para lutarem pelos seus direitos e contra as injustiças sociais, era grande o seu impacto no campo sócio-político pois queriam a transformação da sociedade.

Outro dado importante foi a acção da Pastoral da Juventude (PJ) e em 1975, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT desempenhou um importante papel de protecção junto dos trabalhadores rurais durante a ditadura militar, inicialmente na Amazónia com os posseiros e peões²⁵, mas que rapidamente estendeu a sua acção ao nível nacional à medida que aumentavam os conflitos pela terra. De entre as suas acções a agricultura familiar e a ecologia passaram a ser áreas em torno das quais organizava as famílias camponesas. Os direitos humanos estiveram sempre presentes na acção da CPT, assumindo um papel fundamental na denúncia dos violentos conflitos fundiários²⁶ das várias regiões, nomeadamente conflitos pela posse da terra, pelo uso da água, assassinatos, ameaças de morte, prisões e despejos.

A CPT, na sua forma de actuação, foi repensando a sua forma de agir e além de se manter fiel ao objectivo de ser um serviço de suporte e organização dos trabalhadores rurais no campo, defendeu sempre a postura de que as famílias sem terra seriam quem decidia a orientação/o caminho a seguir possibilitando, desta forma, que esses fossem os principais protagonistas desta luta. A CPT contribui para a organização e desenvolvimento de vários movimentos sociais no campo, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

²⁵ Nome dado ao empregado menos graduado na função rural, cabe-lhe as tarefas de manejo do gado.

²⁶ Desde 1985 que a CPT, enfrentando as graves situações de violência e morte dos/as trabalhadores/as rurais no campo brasileiro, publica anualmente a obra *Conflitos no Campo Brasil*.

De uma maneira geral, podemos concluir que uma ala progressista da igreja católica desempenhou um importante papel na formação de muitas lideranças do MST, tal como vimos na fala de uma das lideranças do movimento que entrevistámos

“O que é que é pra si ser ou fazer parte do movimento; o que é que é pra si ser uma sem terra?”

R: Veja eu vim da Igreja né, da pastoral da juventude então eu vivi a década de 80, né daquela crença da, que a gente ia mudar aí, a gente tinha uma pastoral da juventude inserida num meio popular, com a teologia da libertação, que a gente fazia estudos da Bíblia contextualizada, a gente tinha uns padres que dava formação prá gente que criava aquela juventude, querendo fazer a transformação. A princípio, porque eu vim eu fiz a catequese, depois fui ser catequista, depois prá pastoral da juventude e aí quando eu tava ali na catequese e tal, eu achava que eu queria ser freira e depois, ahhh quando eu, quando a gente tava mais ali na pastoral da juventude ainda acreditando nisso e tal, mas aí também foi começando ali a nascer o partido dos trabalhadores e, quer dizer nascer ele já tinha nascido, tava ali tentando organizar o partido dos trabalhadores na cidade e aí surgiu o movimento, então o movimento foi..., porque aquela ideia de que a gente na na igreja, como eu venho da igreja, eu achava assim ser freira era a forma de ajudar as pessoas e o movimento veio..., então tem que ajudar as pessoas organizando as pessoas né (*risos*) então era essa crença de poder organizar o povo e é uma questão muito concreta né, ali quando a gente tava ali na pastoral da juventude a gente mexia com as comunidades, a gente tava no meio do povo, organizando o povo prá reivindicar saneamento, prá reivindicar escola, tirar o lixão que estava incomodando a cidade, lá a comunidade, e aí quando vem o movimento, o movimento já tava organizando desde oitenta e..., quer dizer desde final da década de 70, mas ele nasce em 84 mas ele vai aparecer ali no extremo sul da Bahia onde eu morava em 87, então quando o movimento chegou e que explicou qual era o objectivo nossa senhora foi a..., casou perfeitamente a possibilidade de organizar o povo prá uma acção concreta então eu fui pro trabalho de base organizar o povo prá ocupação e é esse ideário que a gente tinha de de, tinha esse esse essa formação cristã né da ajuda, ajudar o povo e tal, esse valores cristão, e no movimento era uma acção muito concreta né, então você tava ali numa acção de enfrentar o latifúndio..., e aí eh eu me encontrei nisso, nesta acção concreta da luta prá transformação e aí aos poucos, participando de formação, você vai conseguindo construir né de que não há outra saída prá classe trabalhadora a não ser se organizar e lutar contra o sistema e aí foi isso, estou há 20 anos acreditando ainda que isso é possível (*sorriu*) né” (R).

Entre 1979 e 1980, no bojo da luta pela redemocratização, surge uma nova forma de pressão dos camponeses: as ocupações organizadas por centenas de famílias. Assim, no sul do país, fruto da política de modernização da agricultura e da concentração fundiária com a consequente exclusão dos trabalhadores rurais do processo produtivo, no ano de 1979 surgem as primeiras ocupações de terra que marcam o referencial histórico das origens e conquistas do MST – 110 famílias ocupam Gleba Macali (07 Setembro) e outras 170 famílias ocupam Gleba Brilhante (25 Setembro) em Ronda Alta/Rio Grande do Sul (Morissawa, 2001). Logo se seguiram novas ocupações Santa Catarina (Fazenda Burro Branco, Município Campo Êre); Paraná (Fazenda Imaribo, Município Mangueirinha e acampamento em Curitiba frente à sede do INCRA); Mato Grosso do Sul (Fazenda Santa Idalina, 1983/4, Município de Ivinhema); São Paulo (Fazenda Primavera, Município

Andradina; Fazenda Pirituba, Município Itapeva; Fazenda Tucano e Rosanela, Região Pontal de Paranapanema; Sumaré) e, desta forma, o MST foi emergindo em vários estados, ganhando um alcance nacional e legitimidade de luta pela reforma agrária, na medida em que se revelou um movimento coeso em torno dos seus propósitos de conquista da terra e do direito de trabalhar.

Inicialmente o governo descredibilizou as acções do MST, demonstrando total descaso para com a questão de estarem a lutar para voltar para a terra e saírem da marginalidade que as favelas e os lixões das cidades os condenavam. Apesar do descrédito, em 1984 acontece o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel/Paraná, de 21 a 24 de Janeiro, congregando a presença de 12 estados. Estava assim fundado um movimento de amplitude nacional que, até hoje, tem trilhado um caminho de luta onde “a situação de opressão e exploração a que cada vez mais são submetidos os lavradores e os sem-terra em suas lutas de defesa fazem com que estes comecem a agir contra o projecto da burguesia latifundiária, que quer se apropriar de toda a terra e, em vez de só se defenderem, começam uma luta pela reconquista – *Cascavel, 22 de Janeiro de 1984*” (Morissawa, 2001:139). A partir daí começou-se a pensar um movimento com estrutura organizativa, objectivos e linhas políticas definidos. No ano seguinte, Janeiro de 1985, realiza-se o I Congresso Nacional dos Sem-Terra, na cidade de Curitiba/Paraná e no final da década de 1990 o movimento estava já organizado em 23 estados do país.

- **(Des)encontros: palavras de ordem do movimento e políticas agrárias**

José Sarney (1985-1990)

Nos anos 80, assistimos a avanços significativos dos movimentos sociais e decorrente deste I Congresso a palavra de ordem do MST era “**Ocupação é a única solução**” assente na crença de que a reforma agrária apenas avançava por meio da luta com sucessivas ocupações. No governo Sarney alguns compromissos foram estabelecidos com o MST, nomeadamente a violência no campo contra os/as trabalhadores/as rurais seria travada e os/as agricultores/as participariam da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Logo apareceram reacções contrárias da parte de latifundiários, empresários rurais e fazendeiros, voltando rapidamente os ataques da polícia, e o MST confronta-se com a inoperância dos órgãos estaduais encarregues pelos assuntos fundiários – Mirad (Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento) e o INCRA²⁷. Com tudo isto, a elaboração do PNRA fica confinada aos gabinetes regionais que estavam sob uma forte influência dos latifundiários. As metas ambiciosas deste governo de assentar 1 milhão e 400 mil famílias

²⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A este órgão compete analisar se as terras ocupadas são ou não produtivas. Caso seja confirmada a improdutividade poderá ser emitido o título de posse da terra; caso a propriedade se revele produtiva acontece a reintegração da posse.

resumiram-se no final de cinco anos a cerca de 80.000 famílias assentadas (Stedile e Fernandes, 2005).

Fernando Collor de Melo (1990-1992)

Entre o anterior governo e este a União Democrática Ruralista (UDR)²⁸ ganha poder e actua nomeadamente em três frentes: no braço armado; na bancada ruralista, no parlamento, e através da *media*, sua aliada. Os ruralistas conseguem impor emendas à Constituição Brasileira de 1988 ainda mais conservadoras do que o Estatuto da Terra. Por sua vez, o governo Fernando Collor ficou conhecido por parar os assentamentos, nomeadamente as desapropriações de terra e a libertação de créditos para os/as assentados/as. Simultaneamente, em 1990 acontece o II Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Brasília, onde o MST continuou a debater a sua organização interna, as ocupações e principalmente a expansão do movimento ao nível nacional. Agora a palavra de ordem era “**Ocupar, Resistir e Produzir**”. O governo apoiando-se em medidas propagandistas proferia propostas grandiosas e no início do ano 1992 lançou o Programa Terra Brasil²⁹ com uma série de vantagens para a reforma agrária. Mais uma vez, o MST constatou que nada do programa foi concretizado e em Outubro desse ano o Presidente foi afastado do poder.

Itamar Franco (1992-1994)

Este governo retoma os projectos de reforma agrária e aqui algumas medidas tomadas contribuem para um clima favorável e de avanços. É implementada a Lei Agrária (1993) regulamentando as desapropriações de terra e foram vetados pelo governo Itamar 3 dos seus artigos³⁰. A lei agrária possibilitou ainda o chamado “rito sumário” que tem a função de acelerar o processo na medida em que exige que o poder judicial decida em 120 dias se a propriedade é ou não passível de ser desapropriada.

Uns meses após o final deste governo, em Julho de 1995, em Brasília, o MST participa do III Congresso Nacional. Cresce a consciência de que a reforma agrária é uma luta fundamental no campo, mas se não for disputada na cidade nunca terá uma vitória efectiva. Assim, nesse seguimento, a palavra de ordem é “**Reforma Agrária, uma Luta de Todos**”.

²⁸ É uma entidade de classe que reúne ruralistas e tem como objectivo fundamental defender o direito de propriedade rural. Fundada no ano de 1985, no início do mês de Junho de 1986 inaugurou a sede nacional em Brasília.

²⁹ Algumas medidas: desapropriar 2,9 milhões de hectares; assentar 50 mil famílias; destinar 114 bilhões de cruzeiros para o PROCERA (programa de crédito especial para a reforma agrária) aos já assentados; assistir tecnicamente e com recursos 98 mil famílias assentadas (Morissawa, 2001:148). Cabe advertir que nos dois anos de governação não se verificou nenhuma desapropriação de terra destinada à reforma agrária.

³⁰ Na realidade várias organizações de trabalhadores pediram ao presidente que vetasse os cinco artigos que praticamente inviabilizavam a reforma agrária, no entanto apenas foram vetados os art. 14º, 15º, 17º.

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

FHC tem um projecto neoliberal e prioriza a agro-exportação. O Brasil durante 8 anos viveu um modelo económico neoliberal que representou graves danos para quem vivia no campo, aumentando a pobreza, as desigualdades, o êxodo rural e a falta de trabalho e de terra.

Este governo, além de ficar muito aquém daquilo que prometeu para a reforma agrária, pautou-se pela permanente tentativa de tornar o MST ilegítimo e desmobilizar qualquer forma de acção colectiva. Segundo Jaime Amorim, líder estadual do MST em Pernambuco, “uma das características do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso foi a desmobilização dos movimentos sociais, utilizando o método de cooptação das lideranças dos movimentos sociais, da neutralização, com as políticas compensatórias e assistencialistas. Mas, o ponto mais forte que marcou a relação de seu governo com as classes médias, formadoras de opiniões, foi a cooptação de intelectuais, principalmente da área económica” (2005:33). Foi igualmente um governo marcado pelo aumento significativo das prisões políticas e de processos judiciais contra as lideranças, aumentando também a violência e morte de trabalhadores/as rurais. As diversas acções jurídicas e de repressão são assim uma forma de desmobilizar e de impedir e/ou atrasar o crescimento dos movimentos sociais agrários; no governo FHC temos dois exemplos – massacre de Corumbiara e o massacre Eldorado dos Carajás.

Em 2000 realiza-se o IV Congresso Nacional, igualmente em Brasília, cuja palavra de ordem foi “**Reforma Agrária, por um Brasil Sem Latifúndio**”. É o reflexo das políticas neoliberais implantadas no país que privilegiaram o agronegócio em detrimento da pequena agricultura. Contudo, apesar das grandes dificuldades enfrentadas durante este governo o alento e o vigor da militância permaneceram incólumes.

Lula da Silva (desde 2003)

O actual governo foi eleito pelo povo brasileiro com grande entusiasmo e expectativa. Na medida em que, como nos indica Jaime Amorim, a “sua vitória foi o resultado de um amplo e histórico movimento de massas, de acumulação de forças progressivas e da sociedade civil organizada pelos movimentos sociais, partidos, sindicatos, movimentos estudantis, pastorais, sociais e outros. (...) Historicamente, Lula é resultado da construção e do assenso dos movimentos de massas no Brasil” (2005, pp 31-2).

Contudo, a vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Ariovaldo Umbelino, professor de Geografia Agrária na Universidade de São Paulo, faz uma análise onde afirma que “a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É

como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também, fingir acreditar” (www.mst.org.br). O MST continua a sua luta e no ano de 2007, realizou-se o V Congresso Nacional, em Brasília, onde a palavra de ordem foi “**Reforma Agrária por Justiça e Soberania Popular**”. Segundo, Messilene da Silva, uma das lideranças de Pernambuco, isso retrata a “ideia de que a gente tem que construir um país soberano, mas que essa soberania tem que ser construída em conjunto com a sociedade, com o povo” (www.mst.org.br).

Actualmente, e em jeito de conclusão, aproximando-se as comemorações dos 25 anos da sua existência (Janeiro 2009) o MST faz um balanço sobre os avanços do projecto neoliberal e do agronegócio e suas repercussões nas metas de reforma agrária dizendo que em 2008 “compreendemos o significado desta decisão do capital. O governo federal abandonou qualquer possibilidade de fazer a Reforma Agrária, a lentidão do Incra e a falta de vontade política do governo Lula serviram como sinal verde para que os setores mais violentos do latifúndio e mais atrasados do poder judiciário articulassem uma poderosa campanha de criminalização dos movimentos” (www.mst.org.br).

2.1 MST em Pernambuco

▪ ENQUANTO ISSO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO... O QUE ACONTECIA?

Antes de iniciarmos cabe advertir que o estado de Pernambuco emerge como cenário de lutas de trabalhadores rurais, demarcando-se pela sua capacidade de mobilização. Na década de 1950 foi palco das chamadas Ligas Camponesas, tendo igualmente grande contribuição para a realização do I Congresso Nacional dos Sem-Terra. O surgimento das primeiras Ligas Camponesas³¹ data de 1945 sob a iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) contudo, em 1948 até 1954, com o banimento do PCB houve o desmoronamento destas organizações de trabalhadores e raras³² as que funcionavam e conservavam o nome de Liga. Ressurgem as Ligas Camponesas no Nordeste em 1955 quando no Engenho Galiléia, na cidade de Santo Antônio/PE é criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP). Este ressurgimento marcou a passagem de estatuto das Ligas que, de organizações passaram a movimento agrário cujos propósitos se firmavam em lutar pela reforma agrária e a posse da terra. Nesse mesmo ano, vários acontecimentos em Recife/PE, nomeadamente o *Congresso de Salvação do Nordeste* e o *Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco*, fizeram com que um número

³¹ Para saber mais sobre Ligas Camponesas consultar referência disponível em <http://www.fundaj.gov.br>

³² Com excepção da Liga Camponesa da Iputinga, em Pernambuco, liderada por José dos Prazeres.

significativo de pessoas se reunissem para discutir as questões sociais e económicas da região Nordeste. Estes momentos estimulam a expansão das ligas para o interior do estado e para outros estados. Em 1959 outro acontecimento contribui para a sua expansão e para a possibilidade de outros locais sonharem com a reforma agrária, tratou-se da SAPP ter conseguido a desapropriação do Engenho Galiléia. Na década de 60, as ligas assumem representatividade a nível nacional das lutas camponesas e o seu apogeu surge no começo de 1964 com a congregação da Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco (FETAPE)³³. Francisco Julião Arruda de Paula foi o líder pernambucano responsável pela primeira grande discussão em torno da questão da reforma agrária no Brasil, bem expressa na sua famosa palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra” que mais tarde explicou como significando “ir à raiz do problema”. Posto isto, examinando os acontecimentos anteriores por nós narrados, este foi o movimento camponês brasileiro mais consistente com os ideais de reforma agrária presenciado até à data. Porém, chegado o Golpe Militar (1964) o movimento é desarticulado e banido, ficando o sonho da reforma agrária adiado e Francisco Julião exilado no México.

Assim, será no ano de 1989 que o estado pernambucano terá, pela primeira vez, contacto com o movimento Sem Terra. No histórico do MST neste estado, normalmente são referenciadas cinco etapas distintas que definem e delimitam a forma como o movimento se foi estruturando (MST, s/d).

Implantação: [1989 – 1991]

Em Maio de 1989 que membros do MST vindos de outros estados se situam em Pernambuco com o objectivo de iniciar a sua formação. Desde logo estabelecem uma sede no município de Palmares e começam por fazer trabalho de base em Palmares, Joaquim Nabuco, Ribeirão, Escada e Cabo resultando desse trabalho a ocupação com 400 famílias do Engenho do Complexo Suape, no Cabo (25 Julho 1989). Esse mesmo grupo de famílias sofre despejo por ordem do governo estadual da altura – governo Miguel Arraes – que se fechou ao discurso e negociação com o MST. Em Outubro do mesmo ano, o INCRA apresenta alternativa para os trabalhadores – fazenda Varzinha – município de Cabrobó, contudo essa área além de pequena e distante 42 quilómetros da cidade de Cabrobó estava envolvida no “escândalo da mandioca”³⁴, embora já em processo de expropriação. As famílias passaram a ser alvo de ameaças ficando expostas a confrontos, mas cada vez mais decididas a fazer pressão para que a lei fosse cumprida. A partir das negociações da

³³ Da FETAPE faziam parte 40 organizações com cerca de 40 mil filiados no estado de Pernambuco. Estima-se que na época, as Ligas Camponesas congregavam entre 70 a 80 mil pessoas.

³⁴ Conhecido por este nome porque os recursos públicos do governo eram indevidamente utilizados servindo para plantar maconha, ao invés de mandioca.

fazenda Varzinha, rapidamente o MST se tornou o ícone essencial para a desapropriação de outras áreas igualmente sujeitas ao mesmo escândalo.

Em Maio de 1990 ocuparam a fazenda Serra Negra e depois a fazenda Papagaio, sede do escândalo da mandioca, única área em processo de expropriação da qual foram despejados. Actualmente é um assentamento com o nome de Pedro Jorge com 12 famílias.

Retornar à Zona da Mata: [1991 – 1992]

Toda a década de 1990 ficou marcada por diversas conquistas do movimento no estado e as ocupações expandiram-se pelos municípios de Pombos (Engenho Ronda), Gameleira (Engenho Frescudim), Amaraji, Barreiros (Engenho Muitas Cabras), Gravatá, Bonito (Engenho Mearim), Rio Formoso (Engenho Camaçari), Barra de Guabiraba, Água Preta (Engenho Flor de Maria), Santa Maria da Boa Vista, Caruaru, Riacho das Almas e São Bento do Una.

Em Julho de 1991 realizou-se a primeira caminhada até Recife. Janeiro de 1992, foi um ano em que duas acções colectivas do MST dão um cunho importante à história do movimento no estado: por um lado a realização do 1º Encontro Estadual onde se procedeu à eleição da primeira coordenação estadual do MST e, por outro, a 18 de Janeiro acontece a ocupação da fazenda Pedra Vermelha, município de Arcoverde, com 250 famílias. Contudo, apesar desta ter fracassado foi possível nesse espaço de tempo ganhar aliados e proceder à grande ocupação que marcou esta etapa da volta à Zona da Mata. Foi então a 27 de Abril que acontece na Mata Sul a grande ocupação do Engenho Camaçari, propriedade da usina Cucaú, município de Rio Formoso, com mais de 400 famílias.

Ainda em Maio de 1992 tem início o primeiro curso prolongado de militantes com 60 jovens; um grupo de jovens militantes desse curso desenvolveu trabalho de base na Mata Norte realizando a ocupação do Engenho Salvador, município de Itaquitinga, em Julho, com 300 famílias. Em Novembro dá-se a ocupação do Engenho Panorama, no município de Timbaúba, mas logo são despejados de forma violenta pelos paramilitares; no entanto o mesmo engenho foi ocupado de forma definitiva em Março de 1993. Em Dezembro tem lugar o 2º Encontro Estadual em Nazaré da Mata, Mata Norte. Foi nesta altura que a secretaria estadual passou a situar-se em Caruaru até hoje.

Consolidar Resistências: [1993-1994]

A estabelecer a ponte para esta terceira fase o 2º Encontro desempenhou um papel importante na medida em que algumas esperanças e expectativas se forjaram, nomeadamente a de se consolidarem os primeiros assentamentos; para além disso ficaram também definidos os objectivos do ano seguinte e foi eleita a primeira direcção estadual.

Os anos seguintes (93 e 94) evidenciaram-se pela grande resistência e luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. No Agreste, a 2 de Maio, deu-se a badalada ocupação da Fazenda Normandia por 147 famílias. Devido ao árduo processo (4 anos de luta, 6 ocupações, 5 despejos) ficou conotada como o ícone da luta e resistência pela reforma agrária no estado, alcançando vitória apenas no final de Janeiro de 1997.

Neste período, por conta das dificuldades de negociação, acontecem as primeiras ocupações do INCRA, igualmente na tentativa de desobstruir a inoperância deste órgão público para agilizar a reforma agrária: em Julho de 1993 foi exigida a nomeação de um superintendente do INCRA; em Julho de 1994 foi realizado um protesto denunciando o sucateamento desse órgão. Em Dezembro de 1993 acontece o 3º Encontro Estadual do MST e em Outubro, Recife, o Seminário da Fundação da Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária de Pernambuco (CCA-PE).

Entre os factos mais importantes ligados aos Sem Terra de Pernambuco são de destacar o primeiro acto público conjunto em Maio de 1994 realizado entre MST, CUT e Fetape com mais 5 mil camponeses. Também neste ano o 2º curso prolongado no recém-conquistado Assentamento Serra dos Quilombos (onde se tentou construir o 1º centro de formação do MST no estado) e em Dezembro acontece o 4º Encontro Estadual. Este período fica marcado pela tomada de posição do MST quanto à monocultura da cana e das propostas de diversificação da produção agrícola.

Ampliação das Lutas: [1995-1996]

Tal como o nome indica esta é uma fase marcada pela expansão geográfica do MST no estado. Em 1995 realiza-se a ocupação do Safra com 2.204 famílias, devido a esta o movimento cresce muito rápido no sertão do São Francisco e até final desse mesmo ano sete áreas já estavam ocupadas. Assim, com a massificação da luta no vale do São Francisco leva a que o MST comece a questionar o modelo de desenvolvimento irrigado do sertão pernambucano. Acontece, ainda, em Caruaru o 5º Encontro Estadual saindo com este a divisão do MST em regionais.

O ano de 1996 ficou marcado pelo ano das Marchas. Em Abril realizou-se a marcha de Gravatá a Recife que terminou com uma greve de fome que durou dez dias e ocupações nas diversas regionais. Também pela primeira vez de 9 a 11 de Outubro realiza-se o I Encontro Sem-Terrinha com 500 crianças em Recife. Logo em Setembro acontecem mais duas grandes ocupações Usina Água Branca (400 famílias) e Fazenda Catalunha (720 famílias). Esta etapa termina com 6º Encontro Estadual, em Dezembro de 96, definindo-se a autonomia das regionais e a necessidade de estabelecer uma maior estruturação e organização do próprio movimento.

Estruturar e Organizar o Movimento: [1997-...]

Com o intuito de cumprir as directrizes definidas no 6º Encontro diversas acções tiveram lugar no ano de 1997: encontro das mulheres da reforma agrária (400 delegadas); 6 a 8 Maio em Recife teve lugar a grande marcha em Pernambuco (da Mata Sul a Recife); II Encontro Sem Terrinha (1200 crianças); estruturação do Centro de Formação no Assentamento Normandia - Centro de Formação Paulo Freire; primeiro programa de Alfabetização de Jovens e Adultos com 40 turmas; desenvolvimento de um programa de assistência técnica para áreas de assentamento através do programa Lumiar. Este foi também o ano de maior violência e morte contra os/as trabalhadores/as rurais, destacando-se a morte de Pedro e Inácio (Assentamento Pedro e Inácio). Neste ano foi também legalizada a Cooperativa Regional de Assentamentos do Vale do São Francisco Ltda (Cooperasf). Nesta fase é igualmente de destacar, no ano de 1998, a Jornada de Lutas de 29/03 a 05/04 onde cerca de 6.500 famílias ocuparam 27 áreas improdutivas em várias regiões do estado.

Estas são as fases mais demarcadas, uma vez que se referem a momentos cruciais da implantação e evolução do MST no estado. Hoje em dia o movimento revestiu-se de novas necessidades e desafios continuando uma luta por dignidade e justiça social.

2.2 MST: suas particularidades nas Vozes Locais

Nesta parte iremos circunscrever a nossa descrição e caracterização do MST às grandes áreas comuns, ficando aspectos minuciosos e de grande riqueza por descrever pois não cabe neste trabalho proceder à caracterização exaustiva de todo o processo.

O Brasil é um país onde a concentração de terras é desmedida nas mãos de muito poucos³⁵, estando esse facto na raiz das desigualdades sociais. Os trabalhadores rurais por sua vez, sem terra para trabalhar e enfrentando a invasão das novas tecnologias que substituem a sua mão-de-obra no campo, são forçados a procurar alternativas acabando por viver em condições sub-humanas nas periferias das cidades.

Assim, o MST reivindica o seu direito de luta apresentando uma proposta de reforma agrária como forma de alcançar a justiça social. Propõem a redistribuição de terras e acreditam num país de cidadãos livres com dignidade e esperança. Segundo esta perspectiva, a luta pela reforma agrária é envolta dos seguintes objectivos (cf. Anexo 2):

- Construir uma sociedade sem exploração e sem exploradores onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
- Lutar para que a terra, que é um bem de todos, esteja a serviço de toda a sociedade;

³⁵ Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil é o segundo país do mundo com maior concentração de terra, onde podemos destacar que pouco mais de 2 mil latifúndios ocupam 56 milhões de hectares, sendo que dessa área uma boa parte é improdutiva (Morissawa, 2001; Fernandes, 1999; MST, 1998a).

- o Garantir trabalho para todos, com a justa distribuição da terra, renda e das riquezas;
- o Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos económicos, políticos, sociais e culturais;
- o Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- o Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

(Fonte: MST, 2005a e MST, 2005c)

Contudo, esta luta pela reforma agrária não se assume simplesmente enquanto reivindicação de um “pedaço de chão”. Assim, “o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. (...) a luta não só pela reforma agrária, mas pela construção de um projecto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana” (www.mst.org.br). A sua luta é muito maior na medida em que propõe um modelo de transformação das causas estruturais intimamente relacionadas com a desigualdade e pobreza. Vendramini referindo a isto diz “As populações do campo, vítimas do processo de exclusão, não reivindicam apenas terra. Querem mais que o reconhecimento da legitimidade da sua presença sobre a terra; «querem a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais»” (Martins, 1993:90, *cit in* Vendramini, 2007:125).

No fundo apresentam um projecto de transformação radical da sociedade, ou seja, “para o MST, a reforma agrária não se limita a resolver o problema da concentração da propriedade da terra como um resquício feudal ou um entrave ao capital, mas engendra mudanças estruturais profundas, abrindo caminho para um novo modelo de desenvolvimento nacional, calcado na democratização dos meios de produção. Essas mudanças estruturais devem atingir a economia e as relações de poder” (Melo, 2006:119).

Segundo o MST, por meios das suas diversas acções de pressão, o seu objectivo central é procurar que o governo brasileiro assuma a decisão política de cumprir a lei referente à reforma agrária presente na Constituição Federal Brasileira de 1988. Nomeadamente no que diz respeito à função social da terra³⁶ - que prevê que todas as propriedades que não cumpram a sua função social serão desapropriadas para fins de reforma agrária. O texto

³⁶ Capítulo III – **Art. 186º** da Constituição Federal de 1988: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, os seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos seus trabalhadores. Caso não seja cumprido algum destes requisitos da função social da propriedade, o imóvel rural fica sujeito à desapropriação por interesse social mediante justa e prévia indemnização, em conformidade com o **artigo 184º**. Segundo este artigo compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indemnização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

constitucional esclarece igualmente acerca do cuidado com o meio ambiente, as leis trabalhistas e a não utilização da terra para plantio ou cultivo de plantas psicotrópicas (droga).

Assim, apesar do texto constitucional garantir o direito à terra aquilo que acontece muitas vezes é que esse direito não é garantido a milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais que necessitam dela para trabalhar, produzir e viver. ¿COMO GARANTIR ESSE DIREITO?

▪ ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO MST

O MST está organizado em 24 estados brasileiros congregando cerca de 4 milhões de famílias sem terra no Brasil inteiro. Actualmente o movimento conquistou o assentamento de aproximadamente 350 mil famílias e 150 mil continuam a luta nos mais de 700 acampamentos³⁷. Relativamente ao estado de Pernambuco, no ano de 2008, apenas uma área foi transformada em assentamento para 350 famílias; 12 mil famílias permanecem em acampamentos e 16 mil famílias assentadas aguardam infra-estrutura e crédito para produzir alimentos³⁸.

Antes de avançarmos com alguma ideia acerca da organização e estrutura do MST, importa advertir para o facto de que à medida que historicamente o crescimento do MST se foi concretizando, permeado pelas suas lutas, foi-se igualmente edificando uma estrutura organizativa com base nas experiências vividas pelo movimento. Ou seja, no seu processo de construção e expansão foi sendo repensada a forma de organização, não existindo fórmulas acabadas para responder às diversas circunstâncias. Assim, com base nas necessidades e de acordo com a realidade quotidiana, trabalhadores e trabalhadoras, foram criando o sistema de organização que conhecemos actualmente (Morissawa, 2001; Melo, 2006; Fernandes, 1999). As práticas foram surgindo primeiro que os conceitos e, sem se importarem muito com isso, a sua preocupação sempre foi adoptar posturas e actuações que estivessem de acordo com as necessidades de cada época e das famílias sem terra. Stedile comentando o destaque dos conceitos na trajectória do movimento disse “o principal é ir desenvolvendo a actividade. É irrelevante o nome que mais tarde daremos a ela. (...) Nunca demos muita importância para essa terminologia. Ao contrário, sempre dissemos que isso era coisa de intelectual que não tem nada o que fazer. Ou, então, porque o pessoal está acostumado a formalizar tudo. (...) Se não der certo, a gente desmancha e faz outro. Não tem esse compromisso burocrático.” (Stedile e Fernandes, 2005, pp 93-4). Pareceu-nos

³⁷ Fontes: (Stedile e Fernandes, 2005)

(MST – dados actualizados a 14/07/2006 – <http://www.mst.org.br>)

³⁸ Fonte: MST – Entrevista “Ressuscitando usinas de cana falidas”, Messilene da Silva, dados actualizados a 05/11/2008 – <http://www.mst.org.br>

que este seria um dado importante para a compreensão de toda a organização e modo de actuação enquanto sujeito colectivo.

Hoje em dia o Movimento possui uma estrutura organizativa³⁹ com duas grandes dimensões: a das *Instâncias Representativas/Organizativas* do Movimento, que vão desde os Núcleos de Família nos Acampamentos e Assentamentos, passando pelas Brigadas, Direcção Regional, Direcção Estadual e Direcção Nacional. Paralelamente a esta existe a dimensão dos *Sectores e Colectivos* do MST. São sectores do MST: Saúde, Direitos Humanos, Género, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projectos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa. São colectivos do MST: juventude e relações internacionais. Contudo, os sectores podem estar presentes ou não, nos diferentes estados e regiões, consoante a sua necessidade, ou seja, eles existem e têm razão de existir consoante a sua acção contribua para levar a cabo a reforma agrária (cf. Anexo 3).

Estas duas dimensões entrecruzam-se permanentemente e para que seja possível ao MST manter uma estrutura de unidade, relação e comunicação entre as diversas instâncias necessitam estar assentes naquilo que o MST apelida de “organicidade”. Segundo Ademar Bogo, um dos principais pensadores do MST, “chamamos de organicidade à relação que deve ter uma área de actuação do movimento de massas com todas as outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana. É fundamental efectuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST (...) O movimento que embora mobilize, articule e agite as massas não poderá sobreviver, se estiver estruturado sobre a espontaneidade das mobilizações” (Bogo; 1999: 131).

Essa organização permite-lhes uma eficaz articulação interna que se reflecte num elevado nível de participação e capacidade de mobilização⁴⁰, bem como dar conta da diversidade de situações e circunstâncias que vão desde as características regionais de cada estado até à diversidade introduzida pela subjectividade da base. E em relação a isto o movimento refere

“Preocupar-se com a democracia e não com a organicidade é ser antidemocrático por natureza, pois a organicidade é o elemento fundamental para que as bases possam participar, dando opiniões para que as instâncias tenham mais elementos para decidirem questões menores, e as bases possam contribuir na implementação das decisões encaminhadas pelas instâncias. Organicidade portanto, é a relação que

³⁹ A estrutura organizativa do MST é composta por colectivos nas várias instâncias, desde a base (acampamentos e assentamentos) até às instâncias nacionais. Estes colectivos aparecem paralelamente em duas grandes dimensões: uma das instâncias representativas e outra dos sectores e colectivos.

⁴⁰ O MST congrega números expressivos de pessoas nas suas mobilizações mantendo sempre o vínculo de movimento de massas.

deve ter uma parte com a outra da mesma organização. Embora as tarefas sejam diferentes, as partes têm a mesma importância, pois sem elas a responsabilidade das tarefas recai sobre algumas delas" (MST, 2000, pp 19-20).

Contudo, importa adiantar um pouco mais como toda esta estrutura organizativa está assente em determinados princípios organizativos que têm no seu bojo algumas características da originalidade do MST. João Pedro Stedile acerca destes princípios refere "Internamente, o movimento criou uma prática política diferenciada dos outros movimentos. Nós a chamamos de princípios organizativos. (...) dentro do MST, para o movimento crescer e se ampliar, é necessário aplicar permanentemente seus princípios organizativos (Stedile e Fernandes, 2005:40).

Os princípios organizativos têm no seu bojo algumas das características de originalidade do MST, como sejam:

i) O histórico da luta e experiência de outras organizações de trabalhadores e o aprendizado decorrente da actuação do próprio MST. A importância de fazer o resgate da história parece ser relevante na medida em que permite fortalecer a identidade cultural e aprender com o que já foi feito para deixar uma contribuição válida para as lutas que virão. Nas palavras de Stedile referindo-se ao aprendizado obtido através de lutas antecedentes ao MST, vimos isso claramente.

"Primeiro, é uma questão de verdade histórica. A luta pela terra existe neste país desde que os portugueses aqui chegaram, em 1500. (...) Não inventamos nada. (...) Os que vieram antes cometeram erros e acertos. Procuramos aprender com eles, para não cometer os mesmos erros e repetir os acertos. Em segundo lugar, precisamos restabelecer o valor da humildade. (...) Precisamos, sim, ter a humildade de aprender com os que nos antecederam. (...) Nesse sentido, é importante fazermos o resgate histórico das nossas lutas. Isso nos dá a noção exacta das limitações e do carácter temporário da nossa participação. (...) Esperamos ter condições e capacidade para deixar um legado de lutas útil. O MST é a continuidade de um processo histórico das lutas populares. Esperamos ser um elo com as lutas futuras. Este é o nosso papel histórico." (2005, pp 57-8).

ii) No MST a ideia de movimento de massas atravessa toda a forma de actuação e organização, onde a vinculação com a base é a força anímica e propulsora.

"Para o MST, o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas. (...) Queremos organizar o povo. No momento em que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da reforma agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força." (Stedile e Fernandes, 2005:81).

iii) Outro aspecto singular no MST é a possibilidade e a experiência de colocar em prática o conhecimento produzido e acumulado ao longo dos anos. A pressão das necessidades do

dia-a-dia fazem dele um movimento extremamente ligado à realidade quotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

“A prática concreta da luta pela reforma agrária nos ensinou que não se podia copiar experiências, porque cada espaço, cada realidade local, traz novos elementos que vão sempre se recriando a partir do conhecimento já acumulado. Há dois factores que influenciaram a trajetória ideológica do movimento. Um é decorrente do fato de estar sempre muito ligado à realidade, ao dia-a-dia, o que nos obriga, de certa forma, a desenvolver uma espécie de pragmatismo. Não pragmatismo nas ideias, mas nas necessidades. Tu tens de utilizar o que dá certo, não podes ficar defendendo uma ideia pela ideia em si. Mas se ela dá certo ou não. (...) A realidade nos cobra permanentemente, não adianta vir com a ideia pronta, que não dá certo.” (Stedile e Fernandes, 2005, pp 58-9).

iv) A diversidade imposta por toda a dinâmica do processo de socialização é aproveitada pelo movimento como forma de crescimento e enriquecimento da praxis.

“As questões específicas ficam para os estados. Senão tu corres o risco de querer uniformizar tudo, sem respeitar as diferenças regionais. É fundamental respeitar essas diferenças regionais quando se trata de uma realidade ligada à agricultura. Há ainda diferenças climáticas e geográficas que devem ser respeitadas também. Assim, é importante que se dê a oportunidade para cada estado decidir como implementar as linhas políticas definidas num evento nacional.” (Stedile e Fernandes, 2005:83).

Para além disso, nessa diversidade existe espaço para todos/as os/as que queiram fazer parte desta luta. “Tudo é muito grande e há espaço para todos. Essa é a nossa riqueza.(...) independentemente da formação, do conhecimento, há tarefas para todos.” (Stedile e Fernandes, 2005:85). Sem discriminação, nem exclusão de ninguém tal como referia uma das nossas entrevistadas

“Então é nisso aí que eu vou crescendo mais ainda é com essa forma de trabalho, que eles trabalha do menor ao maior independente de quem quer que seja do preto ao branco, do aleijado ao são, do limpo ao sujo, não tem diferença. Então é isso que fez com que eu mudasse a minha visão e continuo mudando, a cada dia eu fico mudando.” (L)

v) Outra característica que reflecte a originalidade do MST é a sua capacidade para ser aberto às várias ideias e influências de diferentes correntes, no sentido de ir melhorando sempre a sua acção de luta pela reforma agrária e dignidade humana.

“A contribuição que a teologia da libertação trouxe foi a de ter abertura para várias ideias. (...) Em suma, incorporamos dela a disposição de estar abertos a todas as verdades e não somente a uma, porque esta única pode não ser verdadeira. (...) Essa concepção de ver o mundo é que nos deu abertura suficiente para perceber quem poderia nos ajudar. A partir dessa concepção, fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. (...) Sempre tivemos uma luta ideológica e pedagógica dentro do movimento de combater rótulos. Se Lenin descobriu uma coisa que pode ser universalizada na luta de classes, vamos aproveitá-la; se Mao Tsé-Tung, naquela experiência de organizar uma revolução camponesa, descobriu coisas que podem ser

universalizadas ou aproveitadas, vamos assimilar. Isso não quer dizer que vamos copiar tudo o que foi feito na China, o que seria um absurdo, uma ignorância." (Stedile e Fernandes, 2005, pp 59-60).

vi) Outra das características distintivas do MST é a sua capacidade de equilíbrio entre as subjectividades colectivas e individuais, *i.e.* procura fazer uma gestão entre os interesses colectivos e individuais. Por um lado, existe a necessidade de ter disciplina e respeitar as decisões do colectivo⁴¹ e, por outro existe igualmente uma enorme capacidade de perceber e valorizar as aptidões e habilidades de cada pessoa porque "isso faz com que a organização cresça porque a pessoa se sente bem, se sente feliz com o que faz" (Stedile e Fernandes, 2005:41). Isso faz com que a pessoa não se dilua no todo e se sinta a participar e com uma função social coibindo-se, simultaneamente, de sobrepor as suas vontades individuais às vontades colectivas. No MST o processo acontece ao contrário do que estamos habituados no sistema de democracia representativa, acontece na contra-mão onde "quem ocupa um cargo nacional obrigatoriamente precisa do respaldo da base, das instâncias estaduais. Isso nos protege de termos na direcção nacional um aventureiro ou um oportunista. Nos estados, todos se conhecem e cada um conhece as características e as qualidades dos militantes." (Stedile e Fernandes, 2005:84)⁴².

vii) Outro ponto é a necessidade do MST manter o diálogo e a comunicação enquanto elementos mediadores e permanentes de todo o intenso processo de socialização entre os membros constituintes do movimento. Tudo é sempre acompanhado de muita reflexão e discussão para que se possam encontrar as melhores soluções e chegar a decisões de conjunto. Isto reflecte-se directamente num dos princípios organizativos de crítica e autocrítica.

viii) Outro aspecto denunciador do carácter singular do MST incide sobre a consciência que desenvolvem da necessidade de se constituírem como organização política (não partidária) e a busca de uma conscientização tendo por base a questão agrária brasileira. Portanto, construir consciência social e política, na perspectiva do movimento, é um dos pilares que assegurará a perenidade do movimento. Stedile aludindo ao desenvolvimento da consciência social para mudar a sociedade diz

"Essa consciência não é um simples doutrinário. É perceber que os problemas concretos que as pessoas sofrem, como o analfabetismo, a doença de um filho, a dor de barriga de uma criancinha, não ocorrem apenas porque elas não têm terra. Podem até ter terra, mas continuarão analfabetos, a criança irá morrer com três meses e assim por diante. Existe um sistema social que cria os pobres e que os impede de ter uma vida digna. Isso é que cria a consciência social. Se gerarmos um movimento

⁴¹ As decisões nas instâncias são tomadas de forma colectiva, mas as responsabilidades pelas tarefas são individuais.

⁴² Isto vê-se claramente na forma como acontece o processo eleitoral do MST (cf. Anexo 3).

corporativo que não propicia consciência política e social, ele será efêmero.” (Stedile e Fernandes, 2005:119).

De acordo com esta perspectiva, destacamos agora os princípios organizativos: direcção colectiva; divisão de tarefas; disciplina; planeamento; estudo; luta de massas; vinculação com a base e crítica e auto-crítica (MST, 2005c; MST, 1997; MST, 1994) que se complementam. Pensamos poder dar uma ideia de cada um deles através das próprias palavras de um dos líderes nacionais do movimento João Pedro Stedile. O MST adopta o princípio da direcção colectiva onde todas as instâncias do MST (desde a base até à direcção nacional) devem ser formadas por comissões colectivas de militantes na forma de colegiado⁴³ sem distinção de poder. Outro dos princípios reflecte-se na divisão de tarefas onde Stedile refere “aprendemos que a primeira pergunta que se deve fazer para o militante é a seguinte: «O que tu gostarias de fazer dentro do MST?» No conjunto, surge uma diversidade de aptidões e de habilidades. (...) se ele gosta de ser professor ou pesquisador, é nessa área que irá contribuir com o MST. Isso só é possível se houver de fato uma divisão de tarefas dentro da organização. Aquela organização centralizada na mão de uma pessoa ou de um pequeno grupo de pessoas não permite essa riqueza” (2005:41).

Outro princípio é a disciplina onde “se não houver um mínimo de disciplina, pela qual as pessoas respeitem as decisões das instância, não se constrói uma organização. Isso é regra da democracia. Não é militarismo ou autoritarismo. Muito pelo contrário. Repito, até para combater certos desvios basistas, que a democracia também exige normas ou regras para serem seguidas” (2005, pp 41-2). No seu todo disciplina significa respeitar o que foi decidido no colectivo. O planeamento, outro princípio, refere-se à importância de planejar, definir e avaliar todas as acções com base na realidade. Incluídas no planeamento estão a necessidade de recursos económicos e humanos; cronograma das actividades e avaliação das actividades. O estudo é outro dos princípios que desde cedo se tornou a prioridade do MST. Há a preocupação permanente de que todos os militantes sejam estimulados e desafiados a estudar: conhecer documentos referentes ao movimento; estudar a realidade da sua região e do país; realizar cursos de graduação e pós-graduação, entre outras. O estudo será determinante na forma como a luta social irá alcançar os seus objectivos, pois a produção de conhecimento permitirá errar menos. “O estudo nos ajuda a combater o voluntarismo, esse negócio de “deixa que eu chuto”. Isso não resolve.” (Stedile e Fernandes, 2005:42). Neste princípio emerge igualmente a importância da formação de quadros técnicos, políticos, organizadores e profissionais de todas as áreas.

⁴³ O MST adopta o princípio da direcção colegiada onde existem comissões/grupos representantes das diferentes instâncias, com igual autoridade tomando decisões em conjunto. Sendo um espaço consultivo e deliberativo, a responsabilidade é dividida de forma equitativa.

A luta de massas assume-se como outro grande princípio organizativo assente na certeza de que a luta por justiça social só será alcançada se existir luta de massas. Dom Tomás Balduino refere que “a mudança no campo é inseparável da organização do povo, ninguém sozinho consegue esta façanha. E como é que se dá esta organização? É pobre com pobre, porém de uma forma organizada, no aprendizado, no estudo, na organização da saúde, da escola, da produção, da comercialização”⁴⁴. A crença de que esperar que os direitos sejam aplicados apenas porque estão descritos na lei é uma ilusão para o MST, por isso a pressão popular e a acção colectiva estão na base das conquistas possíveis. “O povo só conseguirá obter conquistas se fizer luta de massas. É isso que altera a correlação de forças políticas na sociedade. Senão o próprio status quo já resolvia o problema existente.” (Stedile e Fernandes, 2005:43). Outro princípio organizativo é a vinculação com a base, em que todos os dirigentes devem manter vínculo permanente com o povo, estando receptivos aos desejos, ambições, angústias, inspirações, etc. “por mais estudado que seja [referindo-se aos/as dirigentes do MST], por mais combativo e lutador que demonstre ser (...) se não mantiver vínculos com a sua base social, não irá longe. Em outras épocas do movimento, chegamos a ser mais rigorosos. Exigíamos que determinado percentual, mesmo da direcção nacional, morasse em assentamentos, o que necessariamente não significa estar com a base social. (...) Todos erram menos quando ouvem o povo.” (Stedile e Fernandes, 2005, pp 43-4). Por último o princípio da crítica e da auto-crítica encerra em si a necessidade de realização de avaliação periódica de forma a corrigir erros e procurar soluções para os desvios. Para as críticas e as auto-críticas existem espaços e momentos apropriados (em reuniões e no colectivo) na medida em que são interpretadas com seriedade e enquanto elemento essencial para melhorar a actuação do MST. Este tipo de avaliação reserva-se a estes espaços e momentos porque se entende que sendo feita de forma individual e aleatória, ao acaso, sem ser remetida a cenários e episódios concretos seria uma fonte de problemas, desconfianças e mal-entendidos. Estando o foco na melhoria de um colectivo e existindo um forte sentimento de identidade e pertença a esse colectivo, a experiência e vivência da auto-crítica não é encarada enquanto um “ataque pessoal” mas antes como sinónimo de humildade e simultaneamente grandeza de reconhecer os seus próprios erros e querer contribuir com o todo.

Por forma a terminar a ideia da “organicidade” levada a cabo pelo movimento, concluímos com uma explicitação eloquente de João Pedro Stedile

“a estrutura organizacional do MST nem é vertical, nem é centralizada, nem tem hierarquia. Essa estrutura, construída ao longo desses 20 anos, não é mérito nosso; nós a aprendemos nas organizações de camponeses que nos antecederam (...) Desse aprendizado, vimos que um movimento

⁴⁴ Citação retirada do documentário “MST – Terra, Esperança e Conquista de Todos”

social só mantém a sua autenticidade, as suas características de luta por seus objectivos justos, se aplicarmos, nos métodos de organização, algumas características fundamentais. A primeira delas é, lá na base, no sentido de todos estarem organizados em núcleos, em comissões. Então, a rigor, para participar do MST, a pessoa tem de participar de alguma comissão com toda a família; se no assentamento há grupos de família, ocorre o mesmo no acampamento. Tudo é discutido nesses grupos. Em seguida, coordenam-se comissões do acampamento e do assentamento, representantes desses núcleos. São comissões amplas, que se obrigam sempre a se reportar às suas assembleias. Depois, criam-se, ainda na horizontal, as comissões em nível estadual e, num encontro nacional, se elege a coordenação nacional (...); mas a coordenação nacional não tem poder, ela apenas articula, ela é uma corrente que dá unidade.

Lá na base, no acampamento, no assentamento, cada comissão tem total autonomia, e assim é no Estado. De maneira que as instâncias nacionais, como se diz, não têm gerência. Nós mesmos, às vezes, ficamos chocados porque um acampamento tomou determinada decisão e nós, que temos uma leitura mais politizada da conjuntura nacional, refletimos dizendo: «isso não era hora de fazer a passeata, isso não era hora de fazer a ocupação». Mas não temos poder, quem decide são eles. Porque é essa autonomia que vai criando não só o poder de eles decidirem. É ela que garante a reconstrução da cidadania dessas pessoas. De nada adianta fazermos um movimento de massa para dois ou três mandarem. Não seria libertá-los, não seria construí-los como cidadãos que decidem sobre o seu destino. Então, é preferível que eles errem em suas decisões locais, mas que eles vão aprendendo e construindo seu próprio método, do que procurarmos ajudá-los ou ensiná-los. Eles é que têm que aprender com suas próprias pernas. E é isso que vai gerando a consciência" (*cit in* Melo, 2006:123).

- **A TRANSVERSALIDADE DOS SEUS PRINCÍPIOS E DIMENSÕES: Formação Política/Conscientização – Colectivo/Identidade Sem Terra – Mística e Simbologia**

Formação Política/Conscientização

Lutar por um projecto diferente de sociedade significa antes de mais, assegurar que os seus membros se assumam enquanto novos sujeitos sociais e políticos capazes de um questionamento do modelo político e económico vigente e dos processos de desigualdade e exclusão que lhe são inerentes. Nesse sentido, essa finalidade é alcançada mediante um vigoroso processo de formação política.

Essa formação política centra-se na capacidade de desenvolver e potenciar nos seus membros a consciência de como está organizada a sociedade e como isso se repercute na vida das famílias camponesas, garantindo que emirjam no seu interior militantes com um nível de conhecimento, reflexão e capacidade de acção elevados (2003, MST). Assim, essa formação política abrange as lideranças de base, militantes e dirigentes.

Para o MST (2001) essa formação realiza-se em diversos momentos, não ficando confinada a cursos de formação. A formação política completa-se e oscila entre a teoria e a prática, na medida em que vai desde as ocupações de terras, mobilizações, caminhadas, assembleias

até encontros, seminários e cursos. Esta necessidade de diversidade e íntima relação teoria-prática ressoa a necessidade de articular três elementos pedagógicos: estudo; trabalho produtivo e trabalho de base, pois esta conjugação torna-se decisiva para o processo de formação da consciência. Para além disso, o MST pretende ainda garantir que essa formação seja massiva; completa e permanente. *Massiva* no sentido de abarcar um número significativo de pessoas com vista à multiplicação de militantes; *completa* no sentido de ser abrangente de todos os aspectos que compõem o movimento e *permanente* no sentido de ser contínua e produzir efeitos a longo prazo.

Ora esta formação política terá, inevitavelmente, consequências ao nível do tipo de militância que se irá formar no futuro e, no tipo de contributo que a mesma poderá dar à sociedade em que se insere. À militância está subjacente o seu sentido de urgência e de indignação perante as injustiças cometidas, o compromisso com a mudança social e o desencadear dos processos catalizadores dessa mudança, bem como a rebeldia perante uma correlação de forças sociais imutável. No entanto, “despertar estas capacidades latentes em todos os seres humanos, mas frequentemente adormecidas por processos de opressão e exclusão que retiram estas possibilidades do imaginário das pessoas, requer processos de formação político-pedagógicos que despertem esses novos sujeitos, ao mesmo tempo em que se dá visibilidade às contradições das sociedades actuais, tornando possível perceber as possibilidades de transformação” (Lage, 2005:486). Assim, será no cerne destes processos de formação que se começa a edificar um processo de tomada de consciência que, com o decorrer do tempo, se vai maturando contribuindo, tal como refere ainda Allene Lage (2005), para esfumar as formas de alienação e isolamento iniciais, dando lugar por um lado à superação desses sentimentos e, por outro contribuindo à construção de outros referenciais no lugar dos antigos que se afirmam pela autoconfiança e crença de que realmente é possível acreditar e desejar uma sociedade diferente.

De forma breve, poderemos talvez concluir que todo este processo de construção de uma consciência politizada apela, por um lado para o desenvolvimento de um projecto colectivo de transformação social, onde se alimenta um sentimento de pertença e identidade e, por outro, para uma nova sociedade, designada de sociedade socialista.

Colectivo/Identidade Sem Terra

Posto isto, e de acordo com os pressupostos de partida, a formação política terá repercussões também ao nível do tipo de relacionamento entre as pessoas. Isso reflecte-se no chamado colectivo e no companheirismo daí decorrente. Ou seja, todo o quotidiano do movimento, nos acampamentos, assentamentos, cursos de formação, etc, é perpassado pela prática de uma acção colectiva, de uma colectividade onde tudo é feito no colectivo.

Esta característica é de tal forma contundente que “o companheirismo é uma forma superior de relacionamento entre as pessoas” (Lage, 2005:487), *i.e.*, trata-se de uma relação fraterna, baseada na solidariedade, onde todas as questões quotidianas são pensadas por forma a serem realizadas no colectivo (tarefas diárias de limpeza, trocas de materiais e infra-estruturas, etc).

Durante o trabalho de campo, pudemos perceber constantemente este tipo de relacionamento ficando muito claro, através da nossa observação e da explicação das pessoas com quem falávamos, que nada daquilo que é o MST e que almeja ser seria possível sem a existência do colectivo e de uma luta colectiva.

Mas mais do que uma relação baseada no companheirismo e na cooperação, é uma forma de relacionamento que permite acreditar no outro, nas suas capacidades e habilidades, permitindo-lhe uma oportunidade de colocar em pratica as suas competências participativas, possibilitando que se assumam enquanto cidadãos/ãs com dignidade humana.

Mística e Simbologia

Desde o seu início que o movimento tem vindo a criar símbolos que por um lado representam o ideal da sua luta e, por outro, são sinónimo de coesão e união, *i.e.*, auxiliam na manutenção da sua unidade em torno desse objectivo maior de justiça social. Segundo Morissawa (2001) trata-se de um acto cultural, pois na maioria das vezes surge sob a forma de dramatização, onde as lutas e esperanças do movimento são representadas.

Assim, os elementos que compõem e estão presentes na mística são vários, desde a bandeira do MST, hinos, músicas até aos instrumentos de trabalho (facão, foice, enxada) e frutos da produção agrícola. Os momentos em que se concretiza uma mística normalmente antecedem as mobilizações, encontros e marchas, mas também está sempre presente no quotidiano das famílias sem terra. Desta forma, a mística contribui para “alimentar” a utopia e o sonho, reforçando o vínculo ideológico e de reflexão entre os membros do movimento (Bogo, 2002; MIRE, 2003). Assim, “a mística tão concreta entre os Sem Terra e difícil de ser traduzida para o mundo moderno, despolitizado e empobrecido de utopias e mitos revolucionários, parece ser a força propulsora que anima e gera a energia suficiente para os milhões de excluídos do campo se organizarem e acreditarem que a utopia de uma nova sociedade é possível” (Lage, 2005, pp 488-9). De entre as várias místicas que presenciámos, foi-nos concedida a possibilidade de participarmos de uma. Pensamos ter sido um momento especial, na medida em que tivemos oportunidade de partilhar e experienciar essa força propulsora de mais de perto.

▪ **AS DIVERSAS FORMAS DE LUTA DO MOVIMENTO: Ocupação de Terras – Acampamento – Assentamento** (cf. Anexo 4)

Através das acções do MST presenciamos um novo capítulo da história que tem vindo a ser escrito pelos milhares de famílias sem terra. O MST tem usado a pressão social como uma efectiva forma de luta, descobrindo e recriando sempre os seus métodos de pressão. A ocupação de terras improdutivas tem-se verificado a mais contundente, existindo também acampamentos nas margens das rodovias, marchas e caminhadas, ocupação de prédios públicos, vigílias, manifestações e acampamentos nas capitais e grandes cidades, jejuns e greves de fome, entre outras. Para além disso, gostaríamos ainda de esclarecer que a sustentação financeira do movimento se faz de diversas formas: através de doações da igreja, doações nacionais e internacionais de projectos de solidariedade, entidades e ONG's brasileiras, doações dos assentados/as. Todas estas doações são depositadas em contas bancárias abertas em nome da associação nacional de cooperação agrícola (ANCA), da Confederação brasileira das cooperativas de reforma agrária (Concrab) e também outras entidades como a cáritas do Brasil.

De seguida explicamos as diferentes fases da actuação do movimento envoltas numa formação político-pedagógica que vai alimentando todo o processo.

Os Problemas Agrários, a Lei e a Ocupação de Terras

Tal como temos vindo a anunciar até aqui, o espaço rural tem-se configurado segundo um desenvolvimento agrícola que está na origem de graves problemas agrários. Assim, a concentração da propriedade e dos meios de produção controladas por uma minoria; o problema da ociosidade das terras onde uma boa parte é sub-utilizada⁴⁵; a produção insuficiente para satisfazer as necessidades básicas da população brasileira sendo as melhores terras destinadas à monocultura (cana, café, algodão, frutas) para exportação; o problema do êxodo rural e migração formando extensos aglomerados urbanos; as relações de trabalho pautadas pela exploração e dominação⁴⁶; igualmente a política agrícola adoptada pelo governo deixa de fora os pequenos agricultores e trabalhadores rurais no que diz respeito ao crédito rural e preços para os produtos agrícolas; no semi-árido nordestino os problemas inerentes da seca são combatidos com obras públicas (construção de canais, açudes, etc) que apenas beneficiam as grandes propriedades, passando a água a ser uma

⁴⁵ As terras localizadas nas imediações das grandes cidades têm servido apenas como área de lazer da classe dominante.

⁴⁶ Os direitos sociais e trabalhistas assegurados pela constituição brasileira são completamente desrespeitados, assumindo contornos próximos à escravatura. 65% dos assalariados rurais não possuem carteira de trabalho assinada; apenas 40% dos trabalhadores possuem trabalho o ano todo. Os restantes estão desempregados vivendo do trabalho temporário, sendo que os salários ficam aquém das necessidades mínimas de alimentação (MST, 1998b).

nova forma de dominação e exploração da população indigente (MST,1998b), são alguns dos problemas agrários enfrentados.

O MST apresenta assim propostas de mudanças estruturais no campo que, neste momento, não passam ainda do campo dos sonhos e da utopia. Segundo o MST “a correlação de forças existentes actualmente em nossa sociedade não permite a sua implementação” (1998b:26). Acreditamos que, se massificamos a luta, a solução se torna mais rápida, porque obriga o estado também a ser mais rápido.” (Stedile e Fernandes, 2005:120). É então que surge uma das mais importantes e massiva forma de pressão social que é a *ocupação de terras* improdutivas e o conseqüente *acampamento*.

Frequentemente escutamos nos meios de comunicação social que as ocupações, vulgarmente apelidadas de “invasões”, desrespeitam o Estado Democrático de Direito, apelidando as suas acções como crimes contra a propriedade da terra ou desacato/afronta da ordem pública. Assim, a sociedade justifica a utilização da repressão policial que muitas vezes termina com a prisão de lideranças, despejos violentos ou até morte de trabalhadores rurais (*e.g.*, Eldorado dos Carajás; Corumbiara) na tentativa de travar a actuação do movimento. Contudo, ao longo dos anos as ocupações têm escancarado e colocando em praça pública o debate acerca da evidência da miséria e exploração no campo, da ineficácia das leis, etc. Não cabe neste trabalho estendermo-nos acerca da legitimidade das ocupações de terras, no entanto gostaríamos de salvaguardar que tais actos “de acordo com a legislação, as ocupações de terra para fins de pressão pela implementação da reforma agrária jamais constituíram afronta à ordem jurídica” (MST,1998a:10)⁴⁷. Na ânsia de manter o *status quo* e a concentração fundiária pelos sucessivos governos, com maior ou menor veemência, ressurgem a ilegitimidade e ilegalidade das ocupações.

Mas como é que acontece uma ocupação? Em primeiro lugar, importa dizer que a acção de ocupar a terra é realizada com muita prudência e preparação. É no momento em que o MST decide começar a preparar uma ocupação que o sector frente de massa⁴⁸ ocupa um destaque especial, embora todos eles se complementem e sejam interdependentes. Este sector, através de uma equipa definida para a tarefa, inicia numa região previamente definida (pode implicar município(s), bairro(s), cidade(s)) o chamado trabalho de base. Cabe advertir que previamente, toda a estrutura e conjuntura da realidade a ser abordada foi

⁴⁷ Esta trata-se de uma publicação elaborada com o contributo das interpretações de juristas brasileiros de renome, acerca das leis existentes no que concerne aos assuntos da reforma agrária.

⁴⁸ É um dos sectores do movimento, sendo responsável pelo desenvolvimento do seu processo de expansão. Normalmente estão-lhe confinadas as tarefas de disseminação para isso, os responsáveis, deslocam-se para outros municípios, regiões ou estados formando novos grupos de famílias e realizando novas ocupações.

extensamente estudada pela equipa e realizado, se assim pudermos chamar, um diagnóstico social onde constam registos dos aspectos económicos, políticos, sociais e culturais. Este trabalho é de tal forma importante e comprometedor do sucesso da ocupação que por vezes leva dois a três meses a ser preparado.

Posto isto, a equipa instala-se no local, normalmente numa casa alugada ou algum local cedido pela própria comunidade, pois também acontece de os membros do movimento estabelecerem parcerias com elementos da própria comunidade (*e.g.*: igreja, associação local, etc) por forma a ganhar algum espaço de confiança. No porta-a-porta e pelas ruas da favela, do vilarejo ou da cidade⁴⁹ vão conversando com os/as moradores/as no sentido de expor o que fazem ali e desde logo emerge um primeiro grupo que empatiza com as ideias do movimento. Identificado esse grupo inicia-se o trabalho de começar a reunir e trocar ideias, reforçando a convivência. As reuniões são preferencialmente em locais públicos (praceta, igreja, escola), muitas vezes até sugeridos pelas próprias pessoas, por forma a passar a mensagem e ir influenciando quem se quiser ir juntando ao processo de conquista da terra. Várias reuniões se seguem e as pessoas são incentivadas a levar outras famílias que conheçam e estejam interessadas em participar também. O trabalho de base é realizado essencialmente junto das comunidades pobres (favelas, palafitas), onde os membros do movimento fazem um trabalho longo de ouvir os desejos, sentimentos e projectos da população; os seus problemas quotidianos; quais os grupos com maior poder e que exercem algum tipo de dominação na comunidade; devem também estar atentos a todos os sinais de resistência ou luta inerentes àquela população; entre outros. Assim, o trabalho de base torna-se um processo que se desenrola ao longo do tempo, sem pressas, onde desde logo se inicia um trabalho de formação política. Ou seja, desde logo se começam a realizar acções concretas nas quais as pessoas são levadas a participar quer com sugestões, quer com ideias, assumindo responsabilidade por acções que aquele novo grupo definiu, ajudando com os conhecimentos que têm da sua região, etc. Os ajuntamentos em determinados casos ganham tamanha proporção que chegam a reunir centenas de pessoas⁵⁰. Dessa multidão, por vezes destaca-se um subgrupo com aptidões e habilidades que poderão significar um enorme contributo durante todo o trabalho de base e no dia da ocupação. Nesta altura, fica constituído uma espécie de núcleo inicial de militantes que, juntamente com a equipa do MST, passa a participar e a ter um nível de compromisso maior na medida em que lhe serão confinadas responsabilidade, esperando-se competência nas tarefas.

⁴⁹ A designação de cidade é comumente empregue, pela generalidade das pessoas, àquilo que em Portugal chamamos vilas.

⁵⁰ Para se ter uma noção das proporções alcançadas o Acampamento Pontal Sul, fruto de uma ocupação, onde realizámos o trabalho de campo reunia no seu interior mais de 2.200 famílias.

Este núcleo passa a funcionar com base num voto de confiança (*i.e.* aquelas pessoas passam a lograr da confiança do MST não só para auxiliar no processo, mas também para manter sigilo e descrição na acção que organizam); reúnem-se diversas vezes, acertam objectivos e clareiam o plano de actuação. A partir daqui (quer com o ajuntamento maior, quer com este núcleo) até ao dia da ocupação (normalmente a data e o local são sigilo absoluto apenas a direcção sabe) o processo é sempre dinâmico realizam-se: discussões acerca da ligação que as pessoas têm ao meio rural, os cenários em que aconteceu o êxodo rural, esclarecem-se dúvidas e receios⁵¹ sobre a legitimidade da actuação do MST, mostram-se exemplos das conquistas (assentamentos e produção agrícola) mas também das dificuldades. Aqui é importante referir a cautela do MST para que todo aquele processo não seja associado, pelas famílias, à promessa de terra. Ou seja, o movimento não garante terra, mas assegura um forte processo reivindicativo e de organização das famílias. A luta quotidiana pela conquista da terra terá que ser sua, e isso é desde logo muito claro com o acto da própria ocupação e mais tarde no acampamento⁵².

Próximo do dia já está assegurada uma grande massa de pessoas (colectivo), com uma organização bem montada, coesão em torno de um objectivo (ocupar e acampar) e com as lideranças do MST na frente para assegurar a segurança das famílias. Ultrapassada a questão da comida, lona e transportes, um ou dois dias antes acertam-se horários para que cheguem todos ao mesmo tempo, quem vai na frente, como está montada a segurança, mas muitas vezes o local da ocupação está até ao momento de cortar a cerca do latifúndio em segredo por receio de fracasso ou insegurança de todos⁵³. O trabalho de base não tem uma receita pronta e infalível, conta com o bom senso dos militantes para escutar o povo, estar atento às suas características e saber acompanhar o ritmo das pessoas (MST, 1999; MST, 1986).

Chegado o dia adultos, jovens, crianças e idosos, cantando e puxando alguns “gritos de ordem”, avançam para a sua nova situação. Numa das conversas realizadas durante o trabalho de campo com a dirigente estadual Rubneuz Leandro, ela, procurando explicar o momento da entrada na terra, referia que quando as pessoas fazem uma ocupação há o “corte” da cerca física, mas internamente cada pessoa sente aquele momento à sua maneira. Nesse dia acontece algo extraordinário, as pessoas “cortam” várias cercas e

⁵¹ As imagens de desqualificação e criminalização das acções dos Sem Terra são construídas e repassadas através dos *media* e, na maioria das vezes, as pessoas possuem apenas essa informação que as leva a pensar que poderão estar a cometer algum acto ilícito.

⁵² Estes são contextos sujeitos a condições difíceis de suportar e, por isso, com profundo significado ao nível emocional para as famílias.

⁵³ Acontece que quando os proprietários sabem que as suas áreas serão ocupadas as cercam com os seus jagunços (pistoleiros) prontos a matar quem entrar.

desvelam [descortinam, descobrem] outra(s) realidade(s). Desvendam, muitas vezes, aquilo que nunca tinham visto ou pensado, que nunca questionaram o porquê de ser assim. Porém, ela adverte para o perigo desse desvelamento, na medida em que a pessoa fica vulnerável e será necessário, a partir desse momento, uma construção colectiva muito forte assente em outros referenciais para que a pessoa se possa ir alicerçando e construindo consciência crítica.

O Acampamento

Logo que a área é ocupada inicia-se um mutirão⁵⁴ para montar o acampamento. Todos participam e se ajudam uns aos outros, no caso de vegetação densa ceifa-se o mato e faz-se a limpeza da área formando-se “ruas”, constroem-se os barracos com madeira do mato e lona preta, normalmente são construídos lado a lado e em fileiras, embora não exista uma regra específica de ordenação. Quando o dia começa a romper já está construída uma “cidade” de barracos de lona preta. Numa fase posterior, as pessoas vão complementando os seus barracos e as ruas dando-lhe um ar habitável, serão também construídos os fogões a lenha, a escola, a igreja, etc. (Turatti, 2005). Além dos barracos onde moram as famílias, existem os barracos referentes aos bens colectivos do acampamento como: a escola, igreja, o almoxarifado, etc. O almoxarifado é onde ficam armazenados os alimentos que chegam de doações e que são distribuídos às famílias; a escola, sendo normalmente multi-seriada, é frequentada por crianças e adultos simultaneamente. Os professores são enviados pela prefeitura ou pelo próprio MST. Por vezes acontece das prefeituras garantirem transporte às crianças do acampamento para a escola da cidade, mas normalmente estas estão sujeitas à segregação pelo facto de serem sem terra, acabando muitas por abandonar.

Conquistar um pedaço de terra, é um sonho irreal para milhões de brasileiros/as por isso, *inicialmente*, a possibilidade real e concreta de conquistar a terra é o que leva as pessoas a assentirem à luta pela reforma agrária levada a cabo pelo MST. Porquê enfrentar as duras condições do acampamento? Por um lado, esta é a única possibilidade que têm de alcançar a terra e poder mudar a vida que levavam até àquele momento, pois em toda a sua vida nunca chegarão a ter poder de compra, o dinheiro que possuem mal dá para comer e, por outro lado aquela será igualmente a possibilidade que têm de resgatar a sua dignidade enquanto seres humanos. Na realidade não há alternativas não há alternativa de emprego, não há alternativa de estudar, não há alternativa de habitação, não há alternativa de adquirir crédito, etc.

⁵⁴ É uma iniciativa colectiva para alcançar um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente, onde todos são beneficiários e, ao mesmo tempo prestam auxílio num sistema de rodízio (e.g.: construção civil de casas populares; pintura da escola do bairro; limpeza de um parque; etc).

Tendo em conta a profunda exclusão e ausência de participação em que as pessoas vivem, o acampamento é o primeiro espaço de cidadania, mas também onde se inicia um longo processo de aprendizagem colectiva, onde cada pessoa é estimulada a cultivar valores como a solidariedade e o companheirismo.

“É que a princípio o acampamento é um dos processos mais importantes que tem né, que daí são pessoas, não é apenas um aglomerado de pessoas, são pessoas que têm vida, que têm um contexto social, que têm toda uma cultura, todo um jeito de viver e de se organizar. Esse é o momento fundamental de se desenvolver essa consciência, que é um momento que todo o mundo participa de um pouco de tudo, de todas as lutas, de todas as formas de buscar o direito, de ir prá s ruas, de se organizar né, de conquistar os direitos que são fundamentais na vida né do ser humano.” (entrevistada P)

Neste sentido, perante um conjunto de pessoas com hábitos e culturas diferentes vindos de profundas situações de degradação e marginalização, o desafio da convivência colectiva, de terem que aprender a dividir o mesmo espaço, exige muita organização por parte do MST. Os acampamentos contam com a presença de um ou mais militantes do MST – a liderança – que para além de pertencer à coordenação geral do acampamento assume a negociação política do processo de luta iniciado. Normalmente estes estiveram presentes no trabalho de base e conduziram a ocupação. Ficam assim responsáveis por gerir e dar unidade a todas as equipas que compõem o acampamento; negociação com o governo e órgãos competentes da reforma agrária (Incrá); encaminhar todas as acções de luta que emergem nas assembleias gerais, mas também comunicando sempre os resultados e o andamento do processo no acampamento. Para estes fica ainda reservada a tarefa de auxiliar na resolução de problemas mais complexos que possam surgir no acampamento, bem como organizar e conduzir as assembleias de acampados⁵⁵. As famílias são então divididas nos chamados núcleos de família que congregam cerca de 30 famílias, embora este número dependa do total de famílias que compõem o acampamento. Os grupos são usualmente formados com critérios (de acordo com a região ou cidade de origem ou pela proximidade espacial dos barracos). Em cada núcleo são eleitos um coordenador e uma coordenadora por forma a salvaguardar a questão de género. Para além disso, cada núcleo é organizado por diversos sectores: segurança⁵⁶, alimentação, saúde, higiene e educação. De acordo com a

⁵⁵ Os representantes do MST (lideranças) no interior do acampamento fazem muito um trabalho de orientação, ou seja, procuram promover gradualmente a autonomia dos/as próprios/as acampados/as. Para além disso, o facto de viverem juntamente com as pessoas no acampamento e de vivenciar as suas experiências, o seu sofrimento, as suas alegrias, mortes, nascimentos, etc isso garante-lhe a possibilidade de compreender melhor o outro e um verdadeiro envolvimento. Desta forma, uma das grandes tarefas que desempenham é sustentar a esperança para que as pessoas não esmoreçam; fortificam o colectivo; a cooperação por forma a que a vontade de lutar cresça e vingue. Tudo isto faz com que os verdadeiros protagonistas da luta sejam as famílias acampadas.

⁵⁶ Aqui destaca-se a vigilância do acampamento que, normalmente se instala na entrada de acesso ao acampamento. Esta é responsável (dia e noite) pelo controle da entrada de pessoas estranhas ao acampamento, mas também para prevenir a

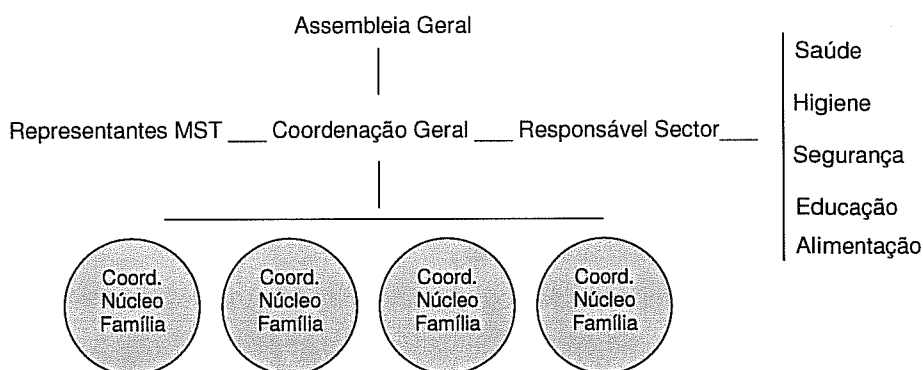
necessidade de cada acampamento poderão surgir outros como finanças, lazer, etc. Também, cada núcleo possui um/a responsável por cada sector que faz equipa com os/as responsáveis de sector dos outros núcleos, reunindo-se regularmente para planear e avaliar actividades.

Portanto, a liderança do MST e o conjunto de coordenadores/as de núcleo eleitos pelos/as acampados/as formam a chamada coordenação geral do acampamento. Assim sendo, várias reuniões ganham forma:

- Reuniões da coordenação geral do acampamento: têm periodicidade semanal, no entanto são realizadas extraordinariamente as vezes que forem necessárias, no sentido de acompanhar todos os assuntos referentes ao acampamento. Aqui participam os líderes do MST; coordenadores dos núcleos e os representantes de cada sector. Há um esforço para que estas reuniões sejam construídas de forma colectiva por todos e, apesar dos líderes do MST irem introduzindo subtilmente alguns pontos importantes previamente preparados, a participação é geral tendo todos voz e voto. As temáticas abordadas cingem-se à vida quotidiana no acampamento, eventuais discórdias ou conflitos que surgem no processo, informações acerca do processo de negociação com o Incra e outros órgãos do governo, informes diversos sobre água, alimentação, etc. Dois dos coordenadores dos núcleos de famílias assumem os papéis de: coordenador da pauta da reunião e redactor que a cada reunião permutam para que todos possam passar pelas mesmas funções. Na perspectiva do MST “tal procedimento é importante para politizar os membros do acampamento (...) além de possibilitar uma medição das características que indicaram capacidade de liderança, clareza e convencimento destes” (Turatti, 2005:56).
- Reuniões entre os coordenadores dos núcleos e as famílias: nestas reuniões o papel dos coordenadores é o de encetar discussão acerca dos assuntos tratados nas reuniões da coordenação geral e para informar de resoluções; mas também de registar sugestões e reivindicações ou reclamações dos/as acampados/as por forma a serem encaminhadas para análise na pauta da reunião seguinte de coordenação geral.
- Assembleias Gerais: são realizadas com todo o acampamento e são o órgão máximo de decisão. Ou seja, os assuntos decididos, previamente discutidos nos núcleos através do processo atrás descrito, serão votados pelo todo como sejam as soluções adequadas ao colectivo (MST, 1986; Turatti, 2005; Diário de Campo, 25 a 31-08-07, Sertão).

entrada de álcool, droga ou armas. Este é um momento delicado e esta foi uma das formas encontradas para garantir a segurança de todos/as.

Representação Gráfica da Organização do Acampamento:



Fonte: Turatti, 2005:57

A partir daqui a participação é intensa e a “vida” do acampamento passa a ser definida pelos próprios. Neste clima de intensa participação, uma das grandes preocupações do movimento é para que não haja lugares vazios/vagos. *I.e.*, partem do pressuposto de que as pessoas têm habilidades e capacidades pessoais que, caso as pessoas aceitem, são uma valia para a luta. Ora, na nossa opinião, pessoas que nunca experienciaram a possibilidade de participar e percebem agora que podem fazê-lo, a nosso ver, parece-nos ser algo revolucionário no interior de cada ser humano.

Os/as trabalhadores/as que estão nos acampamentos sobrevivem através de algumas doações de alimentos de entidades da comunidade local como igrejas, sindicatos e por vezes até de prefeituras; recebem também cestas básicas⁵⁷ do governo. A sobrevivência no acampamento é também assegurada por pequenas hortas e criação de animais; produção de carvão para vender; pequenos trabalhos de artesanato e trabalhos mantidos no exterior (trabalhos em fábricas, ao dia fora, safra, etc) sendo alguns anteriores ao acampamento. As famílias do acampamento estão cadastradas (inscritas) e devem permanecer no acampamento uma vez que quando o Incra proceder ao assentamento das famílias em áreas desapropriadas estarão em primeiro lugar aquelas que permaneceram mais tempo no acampamento. Na hora da divisão para assentar as famílias será levada em conta toda a diversidade: aqueles que trabalham durante o dia e voltam todos os dias à noite; aqueles que trabalham e moram ainda na antiga casa e apenas passam o fim-de-semana no acampamento; aqueles que vivem permanentemente no acampamento; aqueles que apesar de estarem no exterior deixam alguém (filho, primo, esposa, etc) no seu lugar.

⁵⁷ É uma medida do governo federal para auxiliar a população brasileira mais carenciada. Contudo, apesar desta significar uma ajuda importante na vida quotidiana a maioria das vezes tem um atraso de entrega da remessa de quatro a cinco meses, quando deveria ser mensal, e uma das acções do MST é fazer ocupação da BR ou da entidade que tem as cestas básicas retidas como forma de pressão para que sejam liberadas mais rapidamente.

Com o passar do tempo, o acampamento é associado a um momento de intensa luta onde se começa a desenhar um forte colectivo sendo travadas diversas lutas na sua condição de acampados/as: ocupações de prédios públicos e caminhadas por forma a fazer pressão sobre cesta básica, carro pipa⁵⁸, lona preta, celeridade na averiguação do Incra acerca da improdutividade das terras, etc. A relação com uma intensa mobilização para a acção é fortíssima e ali é a oportunidade que as pessoas nunca tiveram de lutar e de se indignar contra aquilo que sempre viveram.

Baseados no companheirismo e na solidariedade, os/as acampados/as no desenvolvimento do processo de luta popular vão se constituindo como Sem Terra, ou seja, desenvolvendo um sentimento de pertença e uma identidade com o movimento. Simultaneamente ao processo de luta conquistam uma nova identidade. Neste sentido, a luta do MST está muito para além de superar a condição de excluídos da terra, é uma luta que não se limita à aquisição de terra, é antes uma luta por justiça social.

O Pré-Assentamento

É ainda durante o acampamento que se procede ao planeamento e preparação do futuro assentamento, esta é a fase a que chama de – pré-assentamento. É uma fase delicada, que exige muita discussão acerca do projecto de assentamento e o esclarecimento de todas as dúvidas. Em resumo exige que seja um processo maturado com o tempo, daí que deva ser uma fase a decorrer sem pressas. É necessário levar este processo de discussão com a devida atenção e cuidado, pois trata-se de uma decisão que irá afectar a vida dos/as, ainda, acampados/as e, nesse sentido, eles/as necessitam tempo para que se possam apropriar das ideias, para que as possam conceber e projectar um futuro. Fruto desta discussão é que poderá formar-se um assentamento com possibilidades de singrar no campo da reforma agrária. Nesta fase discute-se o projecto do assentamento enquanto um local que combina produção e vida social, nesse sentido, a discussão articula: moradia, participação dos/as assentados/as e cooperação agrícola.

O MST nesta fase trabalha de acordo com sete acções que irão orientar toda a dinâmica do processo de assentamento mas, mais do que isso, a preparação desta etapa terá repercussões futuras no sucesso do assentamento vindouro. Devendo ser aplicadas de forma combinada, essas acções são resumidamente: controlo político sobre o projecto do assentamento e a divisão da área; sorteio em grupos de famílias; processo de titulação; organização da moradia; organização dos núcleos de base; organização da produção e da cooperação agrícola; a formação como método de acompanhamento e qualificação de

⁵⁸ A maioria dos acampamentos não possuem água, salvo raras excepções que estão junto a algum curso de água, e nesse sentido é necessário lutarem para que venha o chamado "carro pipa" com água para as pessoas usarem durante o acampamento.

consciência (MST, 2001). Uma vez mais, e como forma de assegurar uma intensa participação, serão as famílias que irão pensar e planejar toda a estrutura do assentamento com base nestas sete acções. Cabe advertir que as famílias são livres de optar por trabalhar de forma individual no futuro assentamento, não sendo por isso excluídas do conjunto do assentamento. O MST respeita as suas decisões ficando na esperança de que no futuro possam vir a compreender as vantagens da proposta colectiva de organização agrícola dos assentamentos.

O Assentamento – a Luta continua

Esta é a fase da conquista da terra, e representa um momento de grande felicidade e vitória da longa luta encetada até esse momento. Mas estará a luta consumada?

O MST foi construindo a sua história e o seu conhecimento a partir dos sucessos e dos fracassos das experiências vivenciadas e, durante a década de 90, começa a perceber os assentamentos e a cooperação agrícola como uma forma de resistência e de continuidade da luta. Assim, fruto dos desafios que enfrentavam nos assentamentos, das discussões e dos estudos referentes ao modelo de cooperação agrícola que almejavam, deparam-se com o facto de após a conquista da terra haver ainda um longo caminho a percorrer e, na realidade, os desafios e a luta intensificam-se. Na fase de assentamentos, a luta das famílias sem terra estende-se muito para além da conquista da terra, ganhando visibilidade outras lutas como crédito, escola, moradia, etc.

Mas como será esta nova realidade? As famílias passam agora para uma situação que já não é provisória e onde a questão da produção passa a ser central dada a necessidade de sobrevivência e, como consequência disto, novas relações sociais se estruturam. Agora é tempo de proceder à execução do projecto de assentamento e em breve serão concedidos os primeiros créditos⁵⁹ para a construção das casas em cada lote e aquisição das primeiras ferramentas e sementes para dar início à produção.

Fruto das decisões assumidas anteriormente no pré-assentamento, existe uma grande diversidade de experiências organizacionais nos assentamentos, contudo, todas as experiências de colectivização tentadas no assentamento giram em torno de dois grandes princípios: a convivência e a participação. A convivência intensa entre os/as assentados/as e a participação nas decisões referentes ao mesmo são aquilo que garante que este seja

⁵⁹ Diversas portarias internas ao Incra esclarecem acerca dos direitos das famílias assentadas relativamente à obtenção de créditos. Assim, existe crédito referente à implantação que se dividem em: crédito alimentação, crédito fomento e crédito habitação; crédito para a produção que se divide: Crédito do PROCERA-Custeio, Crédito do PROCERA-Investimento; crédito do PROCERA-Cooperativo. Existem também os recursos referentes a obras públicas (escola, posto de saúde, energia eléctrica, água e assistência técnica). Todos estes créditos saem do orçamento do Incra e juntamente com a parcela de terra terão que ser pagos pelas famílias assentadas, em todo este processo nada é concedido gratuitamente (CONCRAB, 1998a).

um núcleo social e não apenas um lugar de produção, onde somente o aspecto económico é valorizado. Assim sendo, é com base neste entendimento que o MST configura um método de organização que combina três cenários: moradia; núcleos de base e cooperação agrícola. Estes são decisivos para criar em cada pessoa o esforço de pensar colectivamente o assentamento.

Moradia: Numa sociedade em que é tido como normal viver e trabalhar de forma isolada o MST, com o objectivo de promover os princípios da proximidade onde seja possível a convivência e a participação, vê como essencial a proximidade das moradias e aqui se estabelecem duas formas de organização: as agrovilas ou os núcleos de moradia. Nas agrovilas as casas são construídas num lote reservado para essa finalidade e os lotes individuais são afastados dessa zona. Contudo, ao longo do tempo esta proposta foi-se revelando desajustada principalmente devido à longa distância entre a agrovila e o lote individual onde está localizada a roça. Assim sendo, o MST foi desenvolvendo uma nova forma de organização das moradias e surgem os núcleos de moradia onde as casas são construídas nos lotes individuais, mas o assentamento é parcelado em lotes que facilitam a proximidade entre as diversas moradias. No assentamento existem vários núcleos, cada um com cerca de 10 a 15 famílias e no centro de cada núcleo existe um local reservado à construção de diversos equipamentos e infra-estruturas comunitárias.

Núcleos de Base: À semelhança do acampamento, o núcleo de base será a instância básica para a gestão do assentamento. Cada núcleo integra em média 15 famílias (jovens, crianças, adultos e idosos) que discutem e decidem a direcção do assentamento. Esta é uma estrutura que dá primazia à democracia participativa e directa. Também aqui cada núcleo tem como coordenador, um homem e uma mulher, eleitos pelas famílias do próprio núcleo e os/as coordenadores/as todos juntos compõem a coordenação geral do assentamento. Será importante manter uma pauta comum para todos os núcleos debaterem por forma a que o assentamento, como um todo, consiga ter uma unidade nas suas decisões. Assim, deverá estar assegurado que todas as discussões importantes sejam submetidas aos núcleos procurando construir o consenso nestes espaços. A assembleia geral, tal como no acampamento, deverá funcionar apenas enquanto local para o referendo das diferentes propostas, pois todo o trabalho de discussão será nos núcleos. Para além disso, cada núcleo integra também um representante nos diferentes sectores formando equipas de trabalho que operacionalizam assuntos como: escola, saúde, produção, formação, cultura, etc. O importante é que todos participem e tenham uma função.

Cooperação Agrícola: A cooperação agrícola é “uma forma de organização da produção por meio da divisão social do trabalho (...) permite ao trabalhador rural romper com a auto-suficiência e o individualismo, e acreditar no êxito da aplicação da força conjunta na produção” (Morissawa, 2001:230). Assim sendo, a cooperação agrícola emerge enquanto

instrumento pedagógico que contribuirá para a construção de um projecto estratégico de mudança da sociedade. Várias formas de cooperação são estimuladas no assentamento como: mutirões, grupos colectivos, troca de dias, etc contudo estas ganham forma e denominação própria quando inseridas no chamado Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que pode ser composto por três tipos: Associação; Cooperativa de Prestação de Serviços – CPS e Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA (CONCRAB, 1997a; CONCRAB, 1997b; CONCRAB, 1998b). Relativamente à primeira, a produção ocorre no lote familiar e a associação presta algum serviço de interesse comum. Em alguns casos, serve apenas para a representação política dos assentados; a CPS é um desdobramento da associação, ou seja, planeia, organiza e comercializa as principais linhas de produção dos assentados nos seus lotes familiares, além disso presta serviços de assistência técnica, serviços de máquinas, etc; a CPA é o tipo de cooperativa almejada pelo MST pois é o tipo de cooperativa onde os factores de produção (terra, trabalho e capital) são administrados colectivamente. A propriedade e a produção são sociais, isso faz com que esta seja a mais difícil de chegar, mas a que apresenta melhores resultados (MST, 2001; Morissawa, 2001; CONCRAB, 1998). Para a cooperação agrícola todos os assentamentos contam com a existência de uma área destinada à produção colectiva. Fica igualmente assegurada outra área que funciona como reserva natural destinada à preservação da vegetação característica da região.

Contudo, quando falamos de cooperação agrícola significa falar igualmente da existência de muitos conflitos entre as velhas formas de produção e os modelos alternativos de cooperação; entre a dualidade do individual e do colectivo; entre a urgência do presente e imediato e a incerteza do futuro. Assim verificam-se factores internos e externos que estão na origem de tal descompasso: o cansaço provocado pela luta longa e fastidiosa⁶⁰; depois de longa espera o desejo de começar a produzir é tão intenso que faz com que os/as assentados/as coloquem o trabalho e a produção em primeiro plano; as dificuldades e moratórias em obter créditos e assistência técnica por parte do governo; os/as assentados/as quando recebem a terra têm muito presente na sua memória passada que a mesma era cultivada apenas pelos membros da família, o que os impele a querer trabalhar a terra de maneira tradicional e individualizada. Tal como Adilson Lopes Francisco refere “uma das grandes dificuldades que o movimento Sem Terra tem encontrado na organização dos seus assentamentos é a desconfiança que as pessoas têm do trabalho cooperativo.

⁶⁰ Note-se que as pessoas já vêm de uma luta no acampamento muitas vezes de anos (existem acampamentos com 12 anos), com muitos despejos e tudo isso provoca um desgaste muito grande. Para além desse acumulo, nos assentamentos os projectos e financiamentos estão longe de ser imediatos, ou pelo menos céleres. Tudo isto tem um peso significativo na vivência das famílias.

Afirmam que, muito embora haja um grande trabalho no sentido de uma conscientização social e política, há uma grande propensão para o trabalho individualizado na família. (...) Reverter princípios e valores impostos por uma cultura que se apresenta pautada no individualismo e na ganância, requer um processo intrincado de conscientização. A transformação social é um processo complexo, que se não reduz à tomada de posse de uma parcela de terra.” (Francisco, 2007, pp 358-59).

Ora, perante isto o deficit existente entre a proposta do movimento quanto à organização dos assentamentos e a verdadeira acção dos/as agricultores/as assentados/as será um dos grandes desafios que o MST tem pela frente. No entanto, o movimento procura colmatar tais contradições através de algumas estratégias como: uma aposta no estudo e na qualificação profissional; acompanhamento com assistência técnica⁶¹ quer para a produção, quer para a elaboração de projectos técnicos; formação da juventude para que possa ser um motor da cooperação nos assentamentos; funcionar e decidir segundo os núcleos de base; os/as assentados/as continuarem a contribuir para fazer ocupações e auxiliar aqueles que ainda estão no processo de luta pela conquista da terra.

⁶¹ Esta é uma componente muito relevante na medida em que poderá solucionar os impasses tecnológicos e será um veículo para a formação. Assim, recomenda-se que a equipa de técnicos/as agrícolas possa ser multidisciplinar e morem dentro dos assentamentos, na medida em que desta forma poderão conviver com as famílias assentadas em todos os momentos e não apenas aquando da produção. O MST acredita que assim se fará um trabalho mais completo de acompanhamento aos trabalhadores/as rurais.

“Conquistamos o direito de pensar que é o que o capitalismo nos tira, que é o direito de pensar, ser livres no nosso pensamento de ter o livre arbítrio” (Lú, MST, 2007)

CAPÍTULO III.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

"Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem" (Saramago, 1995:310).

Neste capítulo, e com o intuito de proceder a uma análise suficientemente abrangente que nos possibilitasse uma melhor e maior compreensão do contexto em que acontece o quotidiano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentamos os resultados provenientes da triangulação de dados alcançada nomeadamente pela análise de conteúdo efectuada às entrevistas em profundidade; à consulta dos diários de campo e à análise documental de registos localmente produzidos e publicações internas ao MST. Para a integração destes diversos dados a observação participante, no decorrer do trabalho empírico, afirmou-se o substrato essencial pois permitiu-nos a contextualização dos dados no seu *habitat*.

Assim, na análise das categorias que se seguem procurámos sumariar os aspectos mais evidenciados pelos/as entrevistados/as, complementando-os com a transcrição de excertos que nos parecem representativos dos seus discursos, segmentos da redacção do nosso diário de campo e de textos consultados.

De seguida, é nossa intenção construir um quadro de análise crítica onde procuramos a interligação entre o quadrante teórico e os resultados provenientes do trabalho empírico.

GRELHA DE ANÁLISE

Dimensões Teóricas	Categorias	Subcategorias
Ideologia / processo de Naturalização	OPRESSÃO (IDEOLOGIA DOMINANTE)	Trabalhos Anteriores e História de Vida
		Reacções Externas
		Opressão – Naturalização
		Oposição / Resistência Capitalismo vs Povo
Processo de De- Ideologização e Conscientização	EPISÓDIO MOBILIZADOR	Perfil Pessoas - Condições Pobreza
		Perceber Contexto
		Entrada
	PROBLEMATIZAÇÃO/CONSCIÊNCIA CRÍTICA	Formação Política
		História Colonial
		Consciência Crítica
	IDENTIDADE SEM TERRA	Família
		Ser Militante (compromisso)
		Colectivo/Companheirismo
	MÉTODO	Participação Organizada e Intencionada
		Relação Dialógica – Democrática
		Auto-Crítica (Avaliação e Auto-Avaliação)
		Sonho vs Policiamento
	EXISTÊNCIAS INDIVIDUAIS	Desenvolvimento e Expressão de Capacidades Individuais
		Entre-Ajuda Companheiros
	PODER	Relações de Poder entre Membros
	Capacidade/Poder Mobilização	
	Luta de Massas	
	Noção Classe / Consciência Classe	
Participação Política/Ação Política	RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA: PRAXIS	Aprendendo e assumindo funções Movimento
		Experiência do Dia-a-Dia/Aprendizado Prático
		Teoria – Prática
		Participação de Todos
	PROJECTO COLECTIVO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: Acção Politizada	Luta Justiça Social
		Sociedade Socialista
		Visão Mundo
		Principais Mudanças que Movimento trouxe para sua vida
		Trajectória – Processo
		CONSTRUTORES da HISTÓRIA / NÃO NEUTROS
	RELAÇÃO INDIVIDUAL – COLECTIVO: PESSOA	

QUADRO 1 – GRELHA DE ANÁLISE: CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

Subcategorias	Definições
Trabalhos Anteriores e História de Vida	História de vida onde são salientados os diversos momentos e espaços vivenciados antes da entrada ou até do primeiro contacto com o MST.
Reacções Externas	Forma como a sociedade brasileira em geral reage ás acções do movimento; forma como os <i>media</i> apresenta o MST ao Brasil; forma como a sociedade percebe a acção do movimento; imagem/visão que os próprios membros do MST tinham antes de fazerem parte do mesmo.
Opressão – Naturalização	Refere-se ao facto das relações de poder serem vistas como naturais e não como práticas de exploração
Oposição / Resistência Capitalismo vs Povo	Refere-se às dificuldades que o movimento Sem Terra e os seus membros enfrentam quando se confrontam com o sistema vigente.
Perfil Pessoas - Condições Pobreza	Refere-se ao contexto de vida das pessoas, bem como ao tipo de trabalho desempenhado.
Perceber Contexto	Apreensão do contexto em que as pessoas vivem e sobrevivem.
Entrada	Como as pessoas conheceram o movimento; qual(ais) o(s) motivo(s) que os/as levaram a querer fazer parte deste movimento social e o momento em que entraram e começaram a fazer parte.
Formação Política	Refere-se a todo o processo de formação levado a cabo pelo movimento, no sentido de formar cidadãos/ãs politizados/as.
História Colonial	Importância dada à compreensão da herança histórica e cultural e sua repercussão na actualidade brasileira.
Consciência Crítica	Refere-se ao processo das pessoas perceberem e adquirirem compreensão crítica acerca da sua realidade, passando a considerar as condições de miséria das suas vidas como um resultado da injustiça social.
Família	Subcategoria referente às motivações que os sujeitos/militantes valorizam como sendo as principais para a existência de um sentimento de familiaridade.
Ser Militante (compromisso)	Diz respeito àquilo que os sujeitos da investigação entendem que é um militante; como se sentem enquanto militantes e qual o papel/comportamento que um militante deve assumir.
Colectivo/Companheirismo	Referente à acção colectiva e a todas as formas de colectividade e cooperação assumida pelos membros do movimento.
Participação Organizada e Intencionada	Referente à participação organizada e metódica levada a cabo pelo MST, com vista a alcançar os objectivos que se propõem.
Relação Dialógica – Democrática	Referente à importância do diálogo e da comunicação enquanto princípio transversal a todas as acções e actividades do movimento. Diálogo para: resolver problemas; reflexão e auto-reflexão sobre desvios e contradições; eleição de novos membros (instâncias representativas, sectores e colectivos).
Auto-Crítica (Avaliação e Auto-Avaliação)	Processo de avaliação e auto-avaliação das diferentes atitudes e comportamentos assumidos pelos membros do movimento.
Sonho vs Policiamento	Dada a dificuldade de se evidenciarem na correlação de forças existente na sociedade e dada a existência de contradições no seio do próprio movimento, existe por parte dos membros do MST um esforço para pensar de acordo com a ideologia e objectivos do mesmo. Daí a expressão "Crer para Ver", na medida em que se trata de um esforço de primeiro crer e/ou acreditar para mais tarde ver os frutos desse seu esforço.
Desenvolvimento e Expressão Capacidades Individuais	Inclui (i) a descoberta de capacidades que a pessoa não sabia que tinha; (ii) quando as pessoas sentem reconhecimento e valorização pelo desempenho das suas acções; (iii) quando as pessoas ganham confiança nas suas competências participativas por assumirem determinadas funções.
Entre-Ajuda Companheiros	Diz respeito à importância da ajuda e/ou apoio prestado pelos/as companheiros/as e de que forma esse apoio se revelou decisivo para a sua continuidade e motivação.
Relações de Poder entre Membros	Refere-se à presença dos vários tipos de relações entre os membros do MST: relações de poder iguais e desiguais.
Capacidade/Poder Mobilização	Refere-se à capacidade que o movimento demonstra de mobilização dos seus membros, bem como a capacidade de congregar números expressivos de pessoas para os actos de reivindicação.
Luta de Massas	Esta subcategoria pretende elucidar o poder social que pode exercer uma determinada comunidade, bem como a forma como o movimento ao longo do tempo se foi ampliando.
Noção Classe / Consciência Classe	Subcategoria que se refere à existência da noção de consciência de classe.
Aprendendo e assumindo funções no Movimento	Refere-se à forma como as pessoas começam a assumir funções no movimento e à forma como vão aprendendo com ele
Experiência no Dia-a-Dia/Aprendizado Prático	Esta subcategoria pretende evidenciar as vivências, partilha e exigências do quotidiano que são responsáveis pela mudança de visão; responsáveis por uma mudança da forma de pensar o mundo e a vida.
Teoria - Prática	Subcategoria que se refere à ligação entre a formação e estudo (teoria) praticados pelo movimento e a aplicação prática (acção) na vida quotidiana das pessoas.
Participação de Todos	Subcategoria que se refere à busca, por parte do MST, de que todos os seus membros estejam permanentemente envolvidos e a participar. Refere-se à valorização do outro mediante a sua participação. A valorização e o reconhecimento do outro é inerente ao seu processo de participação.
Luta Justiça Social	Subcategoria referente à ideia de que o movimento sustém uma luta, não apenas por um "pedaço de terra", pelo contrário trata-se de uma luta mais alargada, uma luta por Justiça Social.
Sociedade Socialista	Subcategoria referente à descrição interna do movimento daquilo que é uma sociedade socialista
Visão Mundo	Subcategoria que pretende evidenciar a possibilidade de uma visão de mundo diferenciada daquela que a pessoa tinha antes da sua entrada no movimento.

Principais Mudanças que Movimento trouxe para sua vida	Esta subcategoria corresponde às principais diferenças / mudanças que aconteceram entre a vida que levam hoje e antes da sua entrada para o movimento (visão; formas de pensar; sentimentos; formas de agir).
Trajectória – Processo	Subcategoria que evidencia a ideia de que as mudanças apenas acontecem no decorrer do tempo. Processo de longo prazo que dá origem à ideia de trajectória.
Construtores da História / Não Neutros	Subcategoria que faz referência ao "sentimento" de como progressivamente as pessoas se foram sentindo elementos importantes e constitutivos com algum contributo a dar á sociedade.
Relação Individual – Colectivo: Pessoa	Subcategoria referente à relação harmoniosa entre interesses individuais e colectivos. Pretende evidenciar a sensibilidade do movimento para a manutenção de um equilíbrio entre o individual e o colectivo; entre as subjectividades e o colectivo.

QUADRO 2 – GRELHA DE DEFINIÇÃO DAS SUBCATEGORIAS

1 – OPRESSÃO (IDEOLOGIA DOMINANTE)

Ao analisar a trajectória e as vivências dos sujeitos entrevistados anteriores à entrada no MST, pudemos perceber temas comuns que se tornam salientes. Através das suas narrativas torna-se evidente um discurso que faz referência aos "Trabalhos Anteriores e História de Vida"; "Reacções Externas"; "Opressão – Naturalização" e "Oposição/Resistência capitalismo vs povo".

1.1 Trabalhos Anteriores e História de Vida

Esta sub-categoria refere-se à história de vida onde são salientados os diversos momentos e espaços vivenciados antes da entrada ou até do primeiro contacto com o MST. Por isso, optámos por incluir referências à família, trabalhos anteriores, vivência urbana ou rural.

Analisando assim as histórias de vida dos sujeitos entrevistados podemos constatar que os trabalhos/profissões desempenhadas eram muito variadas: dona de casa; possuía uma lanchonete; trabalhar numa firma e cortador de cana. Através dos discursos de L, Cr, S, Ca podemos constatar essa diversidade.

"O que é que tu fazias antes de entrar pró movimento. Como é que era a tua..."

C: Como a média da vida, dona de casa eheheh. Como aquelas mulheres que é dona de casa. Porque eu era casada, não era do movimento, casada há 16 anos a minha vida era só prá marido, família do marido, não tenho filhos e minha família. A minha vida era só essa, cuidar do meu m..., da família dele quando tinha algum problema e da minha família, era isso." (Cr)

"... a firma que eu trabalhei foi em supermercado, é loja eu trabalhava lá e passava o dia todinho trabalhando até ao Domingo até 2 horas da tarde tava trabalhando, o tempo era pouco. Era, eu trabalhava e não aguentava e trabalhei também no Gedia que é um depósito de de farelo de trigo, cada um saco pesa 50 quilos e eu passava o dia todinho carregando e descarregando de 20 toneladas de 28, 30 tonelada e eu descarregava." (Ca)

"...eu tinha uma lanchonete e tinha que abrir ela às 16h porque eu vendia pastel e caldo prá pessoas que vinham beber..." (L)

Tendo em atenção os dados em análise podemos perceber que dos 12 entrevistados/as, oito entraram para o movimento ainda bastante jovens, sendo que três entraram ainda na infância (entre 8 e 10 anos) acompanhando os seus pais. À excepção dos/as entrevistados/as que entraram ainda em criança no MST, todos os outros se situavam na idade de adolescência e jovem/adulto, rondando idades entre os 17 e os 21 anos. De uma maneira geral, as suas vivências eram já marcadas pelas asperezas da vida e com forte presença do trabalho para sobrevivência.

S: Eu cortava cana.

- E há quanto tempo é que tu já cortavas? Porque saíste de casa estavas a dizer com 11 anos?

S: É saí de casa com 11 anos.

- Tiveste que trabalhar?

S: É comecei a trabalhar com 11 anos, já sabia o que era a dureza da vida, né. (S)

“...saí de casa com 11 anos de idade, então acho a vida já ensinou bastante à essas pessoas que estão no Movimento...” (S)

De uma maneira todos moravam num contexto urbano, estimando-se que uma boa parte em favelas. Há um predomínio na área chamada Metropolitana⁶², situada a litoral e no sertão do estado de Pernambuco, onde Petrolina é uma cidade com forte concentração de serviços e comércio.

“...eu sou de Petrolina né, que é o sertão do estado (Co)

“Sou de Petrolina...” (D)

“...na Metropolitana eu ficava assim mais, São Lourenço da Mata é mais dentro da cidade (...) minha família é daqui de perto de Timbaúba” (Cr)

“...eu moro no lado do Recife, em Olinda...” (Ca)

“Eu sou da metropolitana também né, moro lá em Olinda...” (S)

“...eu sou do sertão de São Francisco, moro em Petrolina...” (L)

⁶² A Região Metropolitana do Recife (RMR) é constituída pelos municípios de Recife, Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. “Segundo estimativas da fundação IBGE, a RMR compreende uma área de 2.201km² e tinha em 1975 uma população de 2.153.435 habitantes. Em 1970 o sector terciário ocupava na RMR 68,5% da população economicamente activa” (Santos,1983:13).

O facto de habitarem em contexto urbano, terá presumivelmente implicações ao nível do tipo de trabalhos desempenhados, significando na maioria das vezes desempenhar trabalho para outrem (patrão).

“...minha família toda produzia em terra arrendada...” (E)

“...minha avó no caso prá criar os filhos né dela, teve que se dispor a trabalhar assim, prá um patrão e tal e aí ela foi criou essa cultura mas que nunca perdeu o sonho de ter a sua própria terra, de trabalhar, de produzir nela né...” (Co)

Quanto aos sujeitos entrevistados que entraram no movimento já na idade adulta, dois deles tinham já um agregado familiar. As entrevistadas L e Cr eram casadas (neste momento ambas se encontram separadas) no entanto apenas uma delas tem 3 filhos (duas filhas e um filho).

1.2 Reacções Externas

Esta sub-categoria pretende descrever a forma como a sociedade brasileira em geral reage às acções do movimento Sem Terra; a forma como os meios de comunicação social abordam as notícias referentes a este movimento social; mas também a imagem/visão dos próprios membros do MST antes de fazerem parte do mesmo.

De uma maneira geral, podemos dizer que a imagem do MST surge ainda bastante associada à violência e ao forte preconceito. A sociedade brasileira percepção as acções do MST como sendo fruto da invasão e do roubo e em consequência desenvolve fortes mecanismos de discriminação e exclusão.

“Prá cê ter uma ideia, a gente foi pra o encontro Sem Terrinha, agora no encontro Sem Terrinha lá em Recife, então a gente foi comprar água mineral e quando chegou na pista o cara abriu o carro assim e disse essas pestes já estão passando aqui né, e aí eu abri a porta do carro olhei prá cara dele e disse «tu sabe o significado dessa marcha que as crianças tão fazendo pra tu chegar e ficar chamando de pestes». (S)

“...e assim acabar com o preconceito, porque no Brasil existia e existe muito preconceito. Existe, tem cursos aí que o pessoal é muito discriminado na faculdade né e a gente vai quebrando isso com o decorrer do tempo. Às vezes as pessoas nossas que estão na faculdade são muito melhores que as pessoas que tão lá fazendo um curso, né e as pessoas ainda zombam né, hei sem terra não sei o quê, somos sem terra e somos sem terra com orgulho e conseguimos dominar os conhecimentos.” (D)

Esta discriminação eu pude presenciá-la em inúmeros episódios quotidianos, inclusivamente alguns que se passaram comigo pelo facto de ser associada ao Movimento Sem Terra. Relativamente á discriminação que D se refere, encontrámos novamente esta situação junto

de uma turma do curso de Pedagogia composta por membros do MST, no âmbito do PRONERA, a decorrer na Universidade de Pernambuco (UPE)⁶³.

Na perspectiva dos sujeitos entrevistados esta é uma imagem criada pela *mídia* que de uma maneira geral intitula os membros do MST como desordeiros e destabilizadores da ordem e que, ao invés de ocupações, fazem a invasão de propriedades privadas e públicas. Isto é bem visível em matérias publicadas, por exemplo na capa da revista “*Veja*” tais como “A tática da baderna⁶⁴”; “A onda selvagem” ou “O fogo da baderna” (Análise Documental: Sá, 2001, pp 6-7) ou através dos discursos dos/as entrevistados/as

“Mas a sociedade lá fora não enxerga. A sociedade lá fora enxerga totalmente diferente porque a mídia quando bota falar do movimento, a mídia diz que o movimento tem um monte de baderneiro né, um monte de baderneiro, um monte de preguiçoso entendeu, a mídia fala muito, ela é folgada (...) mas a realidade da coisa é totalmente diferente né, se você for a uma ocupação você vai ver a alegria do trabalhador, quando ele entra na terra que está desapropriada e ele sabe ali que aquele sonho é dele, que ele conquistou aquela vitória ali, que ali vai ser o futuro da família dele entendeu.” (S)

“A rede globo passa muitas notícias que diz ser sérias né, e quem vê acha que é séria porque eles fala com muita seriedade, mas quando vai olhar pro real mesmo é outra coisa. Porque acontece com o nosso movimento sem terra, a gente ocupa né e eles dizem invade, o sem terra tá roubando não sei o quê assim...” (D)

⁶³ Os/as jovens explicavam-nos que no início do curso tinham sido muito discriminados/as pelos/as alunos/as que frequentavam outros cursos na Universidade. Sentiam-se «olhados» e por vezes existiam algumas referências ao facto de pertencerem ao movimento sem terra «olha os sem terra». Na cidade procuravam andar em grupo e as raparigas normalmente nunca andavam sozinhas, este foi um mecanismo que desenvolveram para se proteger de algum comentário. Simultaneamente, também o aluguer de casa foi dramático na medida em que as pessoas faziam alguma resistência em alugar pelo facto de eles pertencerem ao movimento. Entretanto com o decorrer do tempo a própria universidade e a cidade em geral, foram-se acostumando á sua presença e, actualmente, as relações são diferentes e de tranquilidade. (Diário de Campo, 10-11-07, Nazaré da Mata). Outro episódio revelador da discriminação foi aquando da realização de um trabalho de base a decorrer na região da Mata Norte. A equipa destacada necessitava alugar uma casa durante algum tempo naquela região para levar a cabo o referido trabalho de base junto da população de vários municípios pertencentes à Mata Norte, no entanto, houve uma grande agitação na comunidade em relação à sua presença e dificuldades para alugar a casa. Na altura procurei perceber melhor o porquê de tanta hostilidade e inclusivamente falei com algumas pessoas da comunidade, nomeadamente a senhora que alugou a casa. Quanto à equipa que coordenava o trabalho de base, de alguma forma já habituados a este tipo de reacção, referem-se á situação explicando que as pessoas ficam inseguras de os ter como vizinhos pois alegam que eles se instalaram ali para tirar as coisas dos outros. Perguntei como reagiam nessas situações, explicam que procuram falar com a(s) pessoa(s) que aluga(m) a casa alegando os motivos pelos quais estão ali, quanto tempo, e qual o seu objectivo durante a sua estadia. Quanto à senhora que alugou a casa perguntámos o porquê das dúvidas iniciais e o estar na iminência de não conceder o aluguer, ela explicou que os vizinhos lhe diziam para não confiar porque se ela alugasse eles depois tomavam-lhe a casa e ficavam com ela. Portanto subjacente está a ideia de que os Sem Terra são ladrões de propriedades de outrem (Diário de Campo 08-11-07, Sirigi).

⁶⁴ Baderna palavra usada para indicar “desordem, confusão, bagunça. Em resumo: subversão da ordem” (Sá, 2001:8).

Esta imagem criada está também presente quando visitei dois assentamentos na região do sertão pernambucano e, confrontada com a enorme produção e bem-estar que se fazia sentir em ambos, questionei o militante que nos acompanhava o porquê de não divulgarem um pouco mais aquelas imagens de produção até para contrapor todas as ideias e visões criadas em torno do MST. O militante explicou-nos que é difícil ter espaço para o fazer através da televisão de massas que chega a casa dos brasileiros, porque para a TV globo essas seriam as últimas imagens que eles passariam acerca do MST (Diário de Campo 30-08-07, Lagoa Grande).

Assim, tendo os meios de comunicação social uma forte influência na criação de imagens e predominando uma comunicação de massas, facilmente as pessoas desenvolvem no seu imaginários imagens-tipo acerca do MST.

“E também parte muito assim, como a mídia tem um poder muito grande e influência muitas pessoas, passa a imagem que quer passar, como nós vimos na escola é a imagem só do confronto [referindo-se à violência] que também não parte eh dos trabalhadores né, eh sempre vem vem da dos policiais, da de todo o sistema e aí acaba influenciando as pessoas prá pensar que o movimento é um monte de baderneiros, como essas pessoas vê só na mídia isso...” (CI)

“...não tem mesmo essa política que diz que o povo tem que ficar oprimido não, a gente tem que gritar e lutar pelos nossos direitos mesmo entendeu. Aí a elite não gosta, a elite cai matando em cima de nós né, a elite cai matando ali em cima «oh xente aquilo são um monte de rebeldes, de bagunceiros, destruidor», quando a gente passa com quase duas mil pessoas numa cidade é o povo fechando a porta e tudo.” (S)

Algumas jovens com quem conversei referiram-se à estranheza (admiração, surpresa) que as pessoas desenvolviam ao saber que elas pertenciam ao movimento sem terra porque “andavam bem vestidas”. Ou seja, vestiam-se normalmente no entanto existe ainda uma imagem marcada de que os sem terra são esfarrapados, sujos e sem escolarização. Uma das jovens conta que quando frequentava a escola, as colegas não acreditavam que ela vivia no “sítio”⁶⁵ porque ela se vestia bem, “até parecia uma patricinha”⁶⁶. Estas imagens chegam a ser de tal forma fortes que aquando de uma conversa com uma militante do MST ela explicava que nos encontros nacionais de educação, os professores que iam participar dos encontros

⁶⁵ Sítio é a palavra usada para designar o campo, o meio rural.

⁶⁶ Patricinha é uma palavra usada como equivalente à palavra “betinho” que usamos em Portugal.

"...iam com medo de ir para um barraco de lona, etc iam com estereótipos do que iam encontrar e quando chegavam ficavam desorientados, desconcertados porque viam um pavilhão com boas condições para se fazer o encontro." (Diário de Campo, 09-10-07, Caruaru)

E continua chegando mesmo a tocar o ridículo da situação, dizendo

"...com os professores aí sim nós fazemos formação, com esses professores, prá esses grupos. Eles têm sim um imaginário, mas quando as pessoas conhecem eles dizem «Ah mas vocês afinal são assim». Então a gente vira extraterrestre, porque a mídia é forte na imagem que ela constrói do MST." (Diário de Campo, 19-10-07, Caruaru)

Os actuais membros do MST, não estando em condições diferentes, eles mesmos interiorizavam e reproduziam essas imagens-tipo antes da sua entrada no movimento. Nesse sentido, melhor do que ninguém eles próprios podem testemunhar essa visão e os seguintes excertos demarcam bem a expressão deste tipo de sentimentos

"...eu via o movimento em relação a... assim como todo o mundo hoje vê, algumas pessoas de fora que não conhece o movimento, bagunceiros, baderneiros, não ocupava pra mim é invadia..." (Cr)

"...eu tinha uma visão totalmente diferente do movimento, eu era uma... assim eu tinha uma visão de latifundiária, o movimento prá mim era um bocado de mendigo, um bocado de desocupado, eu tinha preconceito com a vida que eles levavam então..., que era muito pobre, morar dentro de um bocado de barraco de lona, de areia, cozinhando a lenha, três panela preta ali prá mim era a maior pobreza do mundo." (L)

Também por vezes aparece referência ao movimento como se fosse uma "seita" que além de levar propriedades, também leva pessoas. Está de tal forma interiorizada a ideia de que o MST retira os pertences dos outros que uma das entrevistadas antes de iniciar o seu activismo no movimento refere

"Eu disse Sem Terra aqueles vândalos, aqueles vagabundos desocupados e fui atrás dela (...) eu disse moço é pra lá que eu estou indo pra pegar minha filha que eles levaram..." (L)

Noutra situação, outra das entrevistada, no primeiro contacto que teve com o movimento esta imagem estava ainda muito presente e no seu discurso percebe-se o tipo de referenciais construídos

"...e eu com medo eu, «minha irmã, o que é que a gente tá fazendo aqui Paula, vai que vem um tiro por aí». Meu pensamento era esse porque o que eu via na televisão e na visão [das pessoas em geral] era isso que onde tivesse reunião sem terra tinha pistoleiro, eh ia ter massacre ia morrer, esse era o meu medo" (Cr)

Estas imagens-tipo são de tal forma depreciativas e "carregadas" de estereótipos que a sociedade raramente as questiona. Isto está bem presente num episódio onde uma das

entrevistadas mesmo já fazendo parte do movimento há algum tempo, a família quando confrontada com esse facto reagiu da seguinte forma

“Quando chegou lá na prefeitura na cidade, a cidade parou minha irmã disse que me viu e se escondeu com vergonha vermelha, a mais velha, que ela não faz parte do movimento não, ela assim «meu Deus do céu Cr está doida» e eu lá gritando com boné na mão, com um facão (...) uns colega meu disse Cr tu é doida, pessoas que me conhece, «você é doida tu aí no meio». E eu disse olha eu sou sem terra, no meio da cidade que todo o mundo me conhece, então é assim quando eu tou no meio ou tou numa luta prá mim, aonde eu tou, o que eu tou querendo fazer, o que eu acredito... não posso fazer nada é o que eu acredito né.” (Cr)

Portanto, pelo seu discurso deixa antever que a própria família tinha alguma dificuldade de aceitar que um dos seus membros pertencesse ao movimento sem terra.

Para além disto, muitas vezes estas imagens acabam por se reproduzir em acções de violência e confronto, existindo uma expectativa prévia de que haverá represálias e alguma hostilidade vinda das forças de segurança pública

“E de alguma forma a família da gente né, alguns que no início tinha «ah sai daí que vai apanhar» e na época que eu entrei era de facto..., o número de conflitos que a gente tinha na época, então o número de conflito era maior, aí a gente apanhava muito, então a gente não ia pra Recife pra não apanhar da polícia né, já saía de casa a saber que ia apanhar e ser baleado, com a perna quebrada, com a cabeça... eu tenho um monte de cicatriz na cabeça...” (E)

Pude também presenciar esta expectativa quando no X Encontro Sem-Terrinha, durante uma reunião de preparação para a realização de uma marcha de três mil crianças em Recife, uma das coordenadoras da reunião alertou para o facto dos adultos responsáveis pelas crianças e pela organização da marcha não ripostarem a qualquer que fosse a provocação vinda da população (Diário de Campo,10-10-07, Recife).

1.3 Opressão - Naturalização

Esta sub-categoria constrói-se com base em narrativas onde as relações de poder são vistas como naturais e não como práticas de exploração. É perceptível no discurso dos/as entrevistados/as a referência a uma análise crítica (ou pelo menos problematizadora) relativamente ao funcionamento das relações sociais e de convivência na sociedade brasileira anterior à sua entrada ou início do seu activismo no MST. Esta análise surge à medida que vão fazendo a descoberta das formas de sociabilidade e convivência no movimento Sem Terra e simultaneamente por contraposição àquilo que viveram e experienciaram anteriormente ao seu activismo.

Assim, torna-se evidente por um lado uma expressividade centrada em anteriores formas de “olhar” o mundo desenvolvidas pelos próprios

“Então talvez se eu não tivesse no movimento, eu pensaria só em mim porque o mundo aí fora é uma competição, cada um quer ganhar e nunca quer ajudar o próximo, eu acho que se não fosse esse movimento eu era assim, só queria ganhar porque é o que a gente vê hoje em dia.” (Cl)

“Porque antes eu não tinha esse ver, antes eu não tinha ah eh eh, a sociedade pra mim, latifundiário pra mim era o homem rico que tinha trabalhado e que tinha conseguido as coisa e não sabia por trás desse latifúndio o que é que eles fazia pra conseguir o que eles tem hoje.” (Cr)

“...antes a gente dizia tem o rico e tem o pobre. Hoje eu não digo que tem o rico e tem o pobre; tem na sociedade o opressor e o oprimido, isso hoje. Se me perguntasse o que era o opressor e o oprimido eu não sabia dizer...” (Cr)

Segundo esta perspectiva, é totalmente diferente utilizar uma ou outra designação, na medida em que na primeira “homem rico e homem pobre” assenta na questão da meritocracia, do mérito próprio e na segunda “opressor e oprimido” é uma distinção com base na exploração de alguns homens e mulheres sobre outros/as.

“...hoje eu sei assim distinguir, aí hoje eu não digo pobre nem rico, hoje eu tenho essa visão das pessoas menos favorecidas e aqueles mais favorecido.” (Cr)

“... prá mim qualquer presidente que entrasse podia entrar, sociedade prá mim, sociedade era tudo em geral está entendendo, pra mim como eu disse a você pobre, rico está entendendo [bateu com as mãos uma na outra significando uma expressão de que pouco importava isso].” (Cr)

Por outro lado, tornam-se evidentes as narrativas que se centram em explicar o processo de naturalização das relações de exploração. Maritza Montero (1994; 2003; 2004a) definiu-o como o processo de “Naturalização” onde o tipo de interações seria fruto de uma ordem natural das coisas e, nesse sentido, inquestionáveis. Os excertos seguintes delimitam bem esse silenciamento e, ao mesmo tempo, um auto-silenciamento

“Era uma pessoa sem perspectiva, porque o capitalismo faz isso né, transforma as pessoas, cega as pessoas como se fosse máquina, só lhe permite ver, ouvir e calar. Você não consegue ir além do que isso desse ver, ouvir e calar.” (P)

“... o capitalismo nos tira, que é o direito de pensar, ser livres no nosso pensamento de ter o livre arbítrio.” (Cl)

“Qual é a estratégia, porque é que acontece isso que só passa música degradante no rádio, na rádio né que é livre, que diz ser livre né. Porque é que só passa música (...) que destrói a imagem da mulher e não passa uma música de qualidade, uns mpb assim que seja de reflexão, até porque... como Tom Jobim né ou outros artistas brasileiros.” (D)

Outros/as entrevistados/as fazem ainda referência a esse processo de “familiarização” (Montero, 1994; 2003) e à forma como ele opera

“... a questão da ideologia né, porque a ideologia ela tem um peso muito grande na sociedade brasileira porque ela camufla, ela tem essa quest., ela faz com que o trabalhador né, o camponês nesse país veja a coisa camufladamente, não consiga enxergar, não consiga ter perspectiva porque parte da questão de uma determinada elite que é, representa o quê, 25% da população. “ (A)

“Hoje em dia a gente vê aí a cultura de massa que tem né, que só leva as pessoas a pensar eh bobagem a pensar..., ou não pensar nada né, ser totalmente alienado. E o movimento como participei desde menina, o movimento ele me fez ver a realidade né.” (Cl)

“S: Lá fora Mara, lá fora a gente não tá sabendo o nosso direito porque o capitalismo ele não ensina verdadeiramente o direito da classe sofredora. Ele tenta cegar de tudo né, ele não explana a realidade da coisa como é...” (S)

Parece ainda ser perceptível uma tentativa de alterar um processo historicamente construído e nesse sentido um jovem refere

“... possibilitar uma visão critica a todos os jovens né, pra não dizer assim, oh sempre foi assim nós nascemos pobres vamos morrer pobres, porque sempre vamos ser pobres ninguém vai mudar isso” (Co)

1.4 Oposição/Resistência Capitalismo vs Povo

Esta sub-categoria refere-se às dificuldades que o movimento Sem Terra e os seus membros enfrentam quando se confrontam com o sistema vigente. Isto é expresso especificamente relativamente a dois grandes campos: um relativo à sua subordinação aos preceitos e normas do governo e do sistema vigente que, segundo eles, tem levado ao seu «sufocamento» e onde a tática tem sido a resistência; e outro relativo aos obstáculos colocados pelo sistema vigente às diversas acções de pressão para a reforma agrária.

Relativamente ao primeiro campo, isso é claro quando ouvimos o testemunho do entrevistado E que pertencendo ao sector de produção nos fala mais centrado nessa área, embora isso reflecta a acção do movimento como um todo. Segundo E a forma de lutar contra o sistema tem sido pela resistência, procurando buscar pequenas experiências positivas e bem sucedidas no sentido de fazer anunciar formas de produção alternativas que não passem pela exploração da classe operária e degradação do meio ambiente e dessa forma questionar o modelo hegemónico.

"...na verdade o grande né, o grande desafio que o MST enfrenta é construir uma estrutura voltada pro socialismo dentro de um modelo capitalista perverso que exclui, que nega direitos, então acho que o grande desafio nosso, é a gente, é a gente fazer resistência ao modelo hegemónico da agricultura, então a resistência hoje tem sido, é a nossa, é a nossa tática de desafio da gente ir buscar, pequenas experiências que venha eeehh mudar a forma de produzir e questionar o modelo, o modelo hegemónico, então acho que esse desafio de conviver dentro desse sistema tem sufocado a gente porque na verdade, se pegar o orçamento da agricultura familiar, comparado ao orçamento do agronegócio, um negócio muito grande, a burocracia do créd., do acesso ao crédito é...

- Imensa ...

E: Então é muito difícil de a gente sobreviver dentro desse sistema, mas a gente tem conseguido buscar né algumas experiências positivas né, do ponto de vista de pequenas criação, de pequena... de produção, nessa questão da agroecologia..." (E)

Contudo, nessas formas de resistência o assentamento revela as suas potencialidades e, ao longo de um percurso que se adivinha sempre árduo e moroso, avançam referindo que o assentamento resulta melhor na luta contra o capitalismo do que a própria frente massa ou a ocupação como eles pensavam anteriormente.

"...então agora a gente está descobrindo que o assentamento é um potencial de luta contra o agronegócio, inclusive até com mais eficácia, é a conclusão que chegámos no momento, do que a própria frente de massa, que a própria ocupação do latifúndio, agora que a gente começa a mostrar uma nova forma de produzir, um novo modelo, uma nova estrutura é que a gente tá fazendo enfrentamento directo com o agronegócio." (E)

Nesta sua fala revela, uma vez mais, um movimento aberto à mudança e à evolução, não apenas nas suas convicções internas, como igualmente uma adaptação à própria evolução do sistema em que se encontram inseridos, na medida em que têm clara noção de que o mesmo hoje mudou as suas formas de actuar e de estar no meio rural.

De acordo com isto, está também a conversa que tivemos com uma militante que se referia à actualidade do movimento e exactamente a esta necessidade do movimento procurar enfrentar sempre as diversas formas assumidas por este sistema ao longo dos tempos. Assim, ela dizia que houve uma mudança e o capitalismo tem, hoje em dia, uma nova face. Neste momento, já não são aqueles coronéis e os seus jagunços com centenas de hectares de terra improdutivo, hoje o capitalismo tem outra cara, são empresas multinacionais produzindo imensa riqueza para o país e, nesse sentido, a luta de enfrentamento destas "novas faces" exige pensar e perceber como isso afecta o povo brasileiro. Por vezes, essa luta torna-se quase insustentável na medida em, como ela dizia «Como se contesta isso? Como se questiona isso? Como podemos dizer que isso está mal?» (Diário de Campo, 09-10-07, Recife). Então eles procuram sempre formas alternativas ao sistema.

No entanto, apesar das tentativas são muitas as formas de subordinação, ou até dependência, às formas de funcionamento do sistema.

"E: É um PEA, a gente chama (Plano de Exploração Anual) isso é uma medida burocrática que o estado criou, que o governo criou pra o assentado ter acesso ao primeiro crédito, ele tem que ter documento coisa simples, mas com plano de exploração daquela área, depois ele vai receber um crédito fomento, depois ele vai receber é o fomento e vai se preparar pra receber uma habitação e...

- Que é para começar a receber ferramentas, fazer as casas...

E: Exacto, então a gente faz, elabora esse plano teoricamente, aliás na prática o governo deveria financiar a elaboração desse plano, patrocinar a elaboração desse plano o que não acontece hoje. Ele determinou na lei que só libera a terra pro assentado se tiver a elaboração desse plano mas não determinou quem é que seria o, vamos dizer, o que financiava pra executar esse trabalho, então a gente vai fazer..., temos um convénio com o INCRA pra assistir 7.100 famílias no estado e nós temos quase, mais de 14.00 famílias assentada e esse número é crescente dos convénio é desde 2004 que não há alteração dele, não tem acréscimo, então é uma deficiência, é uma deficiência grande de quadro e de militantes, de técnicos liberados pra executar essa função porque os militantes que a gente consegue ter né, que são mais voluntários, não depende de convénio, nós temos um por cada brigada que são 36 e mais um por grande região que são mais 14, 50 e mais os que gente chama de internos que é os que vivem mais na secretaria, laborando, ainda mais uns 15, então a gente tem em torno de 65/70 militantes que estão fixos no sector que é na data 10% da demanda que a gente tem, então esse convénio atende mais uns 50% e os outros 50% a gente atende né de forma precária mas vai, o procedimento hoje do ponto de vista de é burocrático, é elaboração do plano de desenvolvimento, do plano de exploração, elaboração do plano de desenvolvimento e na sequência a elab. algum acompanhamento na produção desde o seu início e a elaboração dos crédito dos fomento né, o crédito individual, colectivo, de infraestrutura, etc. E aí a gente, a nossa, a nossa facção mais política é no campo de garantir que as própria família vá..., por isso que gente tem ido fazer muito o curso "Pé no Chão", com ênfase na agricultura, os que a gente tem feito, os cursos de né de agropecuária, os curso médio, a gente busca fazer o máximo pra que a Universidade bote um ganquinho ali pra que ele seja focado prá agricultura prá gente não depender só dos quadro dos militantes do sector e pra gente não depender de convénio de INCRA ou de técnico contratado, pra gente ter na própria área alguém que tenha domínio pra trabalhar com o sistema de gestão, com o sistema de cooperação, com o sistema de produção, os défices naturais pra que possa... A gente tem buscado alternativa nesse campo, mas a gente tem afirmado diversas vezes, a única saída que o MST tem é um acompanhamento sistemático, preciso e consistente nas áreas é quando nas áreas mesmo, nas próprias áreas de acampamento e assentamento tiver circulado técnicos formado só assim é que a gente vai conseguir superar está entendendo, dependendo de convénio do governo, ou de gente externa isso não vai poder ser..." (E)

Portanto, eles acabam por estar sempre muito dependentes dos recursos do estado e, por isso, sujeitos às suas regras. Daí que E na sua entrevista tenha reforçado a ideia de que o movimento vive sufocado pelo sistema vigente e a sua tática tem sido a resistência. Mesmo depois de alcançarem a posse da terra continuam «sufocados» devido às exigências de créditos, fomentos e burocracias. No excerto seguinte, mais uma vez vimos aqui a oposição capitalismo vs povo onde emerge a visão de que todas as regras vão no sentido de dificultar

o processo de emancipação dos assentamentos da reforma agrária:

"...o sector de produção ele trabalha nessa ideia de buscar eh..., no início a gente evitou constituir as cooperativas e as associações que é uma forma de deixar o assentamento amarrado ali, com muita burocracia, tem que declarar custo de renda, tem que declarar não sei o quê, mas por outro lado é a única forma que a gente tem de ir buscar recurso né; e a nossa estrutura organizativa predominante é os núcleos de base..." (E)

Relativamente ao outro campo, são muitos os exemplos referentes aos obstáculos às acções de pressão para a reforma agrária. Uns mais directos, outros mais imperceptíveis

"...outro problema é que o quadro funcional do INCRA ele é muito antigo então os seguidores do INCRA eles são da época do golpe militar, grande... 80% ou mais.

- Ah, então tem outra...

E: Então eles vieram pro INCRA, na verdade com um papel né de impedir com que a reforma agrária funcionasse, legalizar terra grilada..." (E)

"Apesar de ter gente lá que é contra a reforma agrária, tem gente que foi colocado lá pra impedir a reforma agrária." (E)

"... tem uma sacanagem do Estado que são as procuradorias dos órgãos públicos né, então foi criado a nossa procuradoria, os nossos procurador, e esses procurador eles não estão vinculados lá, à casa, ao INCRA né eles estão vinculado ao poder judiciário; e o poder judiciário no caso da reforma agrária é o inimigo. Então o poder judiciário brasileiro ele é extremamente contra a reforma agrária. Nenhum pedido de reintegração de posse foi negado na história do poder judiciário aí, são muito poucas as conquista que a gente teve e avanços de algum procurador, de algum desembargador né, ou juiz que consegue ter uma certa sensibilidade, mas os processos que saíram favoráveis à reforma agrária do poder judiciário foi quando o MST tava na porta do tribunal ou no fórum pressionando. Na maioria foram contra porque só é juiz na Brasil quem é de uma camada social bastante elevada, ou seja, então vai defender a sua classe, não existe um pobre juiz, não existe um pobre desembargador e muito menos procurador do INCRA." (E)

"...o 2º está relacionado com o financiamento agrícola, o financiamento agrícola destinado hoje à reforma agrária, é ineficiente, é muito pequeno, é muito burocrático e com juros né. Apesar de ter um certo rebate, mas é um financiamento caro prá reforma agrária porque o governo entende a reforma agrária como agricultor familiar e nós temos dito que é diferente, se pegar um agricultor familiar que tem 10 hc de terra e ele mora ali há 20 anos, 50 anos então ele já tem a bomba de irrigação, ele já tem a infra-estrutura de produção montada, um financiamento mesmo que tenha um pouco de juro e mesmo que não tenha rebate ele consegue pegar aquele financiamento e pagar porque ele tem a infra-estrutura básica garantida, ele já tem o curral, ele já tem a plantação de capim, ele já tem a casa, ele já tem a coveira já tem, ele já tem uma infra-estrutura montada. No caso do assentamento já não tem infra-estrutura montada, você tem a terra e só..." (E)

“É os 3 factores principal que determina eh um bom desempenho da agricultura né, a qualificação de mão-de-obra né dos assentado, a questão do financiamento acompanhado de assistência técnica logicamente é um limitante também grande, então a assistência técnica tem que tar em todo o processo né, então sem, então a gente poderia colocar inclusive como a 4ª questão, então é qualificação da mão-de-obra, financiamento, assistência técnica e comercialização. E esse processo no mercado capitalista você não consegue, você não consegue plantar abacaxi, por exemplo a minha cultura lá com Jaime, você não consegue plantar abacaxi e disputar com um cara, você não consegue disputar o abacaxi daqui com um fazendeiro que planta na Paraíba, ?? eu eu tenho que comprar os defensivo, mão-de-obra tudo, as muda num preço mais caro inclusivé do que o pessoal da Paraíba compra e eles conseguem ter 2000 hectares então se não tiver o comércio garantido, se não tiver um subsídio dessa produção então vai ser difícil...” (E)

De uma maneira geral, e em particular no excerto que se segue, tornam-se claros os obstáculos das medidas enunciadas pelo governo, limitando-os nas suas propostas de acções estruturantes. No excerto seguinte, E revela uma manutenção e preferência do governo pelas chamadas «políticas compensatórias» (e.g.: bolsa-família, cesta básica) em vez de políticas de mudança estrutural como a reforma agrária. Nesse sentido, o movimento luta para que fique lúcida a ideia de que a reforma agrária não se trata de um pedido ou uma solicitação, pelo contrário, trata-se de um direito de uma nação, um direito do povo. Subjacente está a ideia de que a reforma agrária é uma luta de todos/as, é uma luta do povo e não apenas dos/as camponeses/as pobres. Querem, por isso, alterar a visão em relação à agricultura e sistema de produção no campo.

“...o Banco leva em consideração eh, pra aprovar um projecto, a capacidade de pagamento, então isso é uma contradição, como é que você, se você está conseguindo sobreviver de cesta básica pra uma família, todo o mês é uma cesta básica pra uma família se alimentar, tem um custo de bolsa-família, cesta básica não sei o quê, não sei o quê. E aí o Banco pra financiar um projecto vai financiar pra aquela família que tá saindo da cesta básica e saindo do Bolsa-Família, ele não leva em consideração no no plano de trabalho, no projecto técnico que aquela família vai se alimentar, que o governo vai ter um vai ter um lucro, vai deixar de gastar todo o mês 100 reais do Bolsa-Família, do cartão do Bolsa-Família, vai deixar de gastar mais cesta básica. Então o Banco não considera isso, então a gente coloca no projecto olha a subsistência da família, aí eles diz não subsistência não é com o Banco, isso aí é com o governo federal, o Banco financia negócio então a gente está tentando quebrar essa história, o Banco não pode financiar negócio, quando tem que financiar a agricultura, a agricultura não é um negócio, a agricultura né ela tem que ser vista como um um instrumento de soberania, de uma nação, então é essa diferenciação que a gente precisa trabalhar.” (E)

Na análise desta categoria identificámos as variáveis que nos parecem estar na origem de um episódio mobilizador subjacente não tanto a uma decisão concreta e localizada no tempo mas, como o nome indica, a um momento ou uma fase que desencadeia abertura e curiosidade a situações de mudança. Assim, as sub-categorias “Perceber o Contexto”; “Perfil das Pessoas – Condições de Pobreza” e “Entrada”, além de estreitamente ligadas auxiliaram-nos a perceber um pouco melhor o porquê das pessoas decidirem enveredar pelo activismo no movimento Sem Terra.

2.1 Perfil Pessoas - Condições Pobreza

Nesta sub-categoria damos-nos conta de que, generalizadamente, as pessoas vivem numa situação de miséria e de trabalhos precários sujeitos às mais perversas formas de exploração.

Num primeiro quadrante surge o tema do êxodo rural⁶⁷ e a procura das famílias do campo de uma vida melhor que lhes pudesse eventualmente trazer algum bem-estar e qualidade

“... mas acontece que minha avó e os filhos dela é do campo e aconteceu àquele processo de sair do campo prá ir prá cidade tentar alternativa melhor.” (Co)

Estes fluxos migratórios parecem ter vindo a agravar-se e a dar origem a uma explosão de pessoas nos grandes centros urbanos. Este fenómeno apelidado por Gilberto Freyre de “inchação” (1951), manifesta-se impiedosamente e, neste sentido, um dos reflexos surge ao nível da habitação e da cultura emergente nesses locais que passam a ser as favelas. Esta vivência pode ser percebida nos testemunhos:

“Hoje em dia você viver numa favela você não vive bem, você vive com medo, com medo de qualquer dia levar um tiro porque é muita violência que a gente vê...” (Cl)

“A gente chega nas favelas aí tá, crianças sem expectativa de vida isso me revolta.” (Cl)

Num segundo quadrante, impedidos muitas vezes de sobreviver pela sua força de trabalho, uma vez que a modernização da agricultura e a penetração do capital fomentam a degradação dos empregos e conseqüentemente a miséria da população do campo, os/as trabalhadores/as e suas famílias vêem-se obrigados a permanecer em situações de extrema miséria parecendo não existir possibilidade de vislumbrar um futuro diferente daquele ou até mesmo uma réstia de expectativas que lhes possa trazer alguma esperança.

⁶⁷ Segundo Boaventura de Sousa Santos, “em 1970, cerca de 30% da população do Recife era constituída por não-naturais (migrantes). Na década de 60, o aumento relativo da população da cidade do Recife foi de 36% enquanto o da população do Estado de Pernambuco foi de 26%” (1983:13).

"... a gente vê aqui oh tanta, tanta, isso é trabalho de um ser humano né, corte de cana, aí a gente tava naquele dia conversando, a pessoa pra vir cortar cana você tem que fazer o que o usineiro quer, doze toneladas de cana eh, doze mil quilos de cana por pessoa num dia, pra ganhar uma mixaria isso é desumano." (C)

"... depois que terminou a escravidão ainda existe um pouco de escravidão aqui no Brasil por causa da mão-de-obra que é muito barata, você vê os outros países por aí, você sai daqui, você mesmo que mora lá em Portugal você vê a diferença de salário que existe aqui no país, entendeu? Então muitas pessoas sai de lá pra vir comprar terra porque a mão-de-obra aqui é muito barata então, se pega na cana do açúcar a escravidão é a mesma né." (S)

Num último quadrante, e como consequência dos anteriores, surge o tema da discriminação e da exclusão social visível nestas afirmações:

"... pessoas que são rejeitadas entre aspas pela sociedade né, discriminada, que sofre preconceito por ser pobre, por ser negro, por ser trabalhador, por morar em favela..." (C)

"Lá fora a gente não vê isso você não senta numa mesa num restaurante e vê uma pessoa assim prá pedir uma comida e você não vê ninguém dar de bom grado, dizer não tome isso, de jeito nenhum. Quando vai dar alguma coisa pra um mendigo, um guri dá mas não olha prá cara, está entendendo." (L)

"... a gente é excluído pela sociedade porque a gente é pobre, porque a gente é negro, porque a gente é homossexual (...) só não é excluído aquele que tem um bom estudo, aquele que tem um bom carro, que tem uma boa casa esses não são excluído, esses são os da sociedade e a gente como pobre, como empregado, como doméstica, como tudo isso que eu te falei são excluído." (Cr)

e nalguns casos de uma opressão internalizada:

"Eles não se percebem como construtores da história e ele pensa se eu sou pobre, então é porque eu sou preguiçoso." (Diário de Campo, 19-10-07, Caruaru).

2.2 Perceber Contexto

Interligada com a sub-categoria anterior identificámos igualmente referência à importância de "Perceber o Contexto", ou seja foi-nos possível verificar a importância que assume apreender o contexto em que as pessoas vivem, designadamente as suas dificuldades de sobrevivência e desigualdades gritantes. Somente vivenciando e percebendo a classe trabalhadora enquanto classe objecto de exploração e opressão, se poderá entender a necessidade de lutar pela reforma agrária tal como nos sugerem os discursos que seguem:

"... é uma classe sofredora né, nós somos uma classe sofredora, porque a classe trabalhadora é uma classe sofredora, oprimida né." (S)

"Enquanto houver isso, enquanto houver essa concentração imensa, essa desumanidade aqui, isso né motiva a lutar. Porque quando a gente vê o camponês saindo dessa escravidão, porque aqui ainda está no regime de escravidão né, isso é desumano." (Cl)

"E a gente quando tá dentro a realidade é totalmente diferente, você vê as pessoas numa ocupação alegre, tu chega num acampamento aquela alegria, mesmo as pessoas de fora dizem oh vem comer aqui, vem tomar uma aguinha não sei o quê, entendeu? As pessoas totalmente, boa mesmo, trabalhadora, uma coisa linda de se ver mesmo o povo. O povo do país é assim, mas só que os governante não enxerga isso né de fazer uma reforma agrária pra combater a miséria, tirar o amontoado de gente que existe na cidade ali vai gerando cada vez mais violência né, e a cidade vai cada vez mais inchando e as pessoas vão à procura de trabalho e não encontra nada. Aí o movimento acha só uma forma de libertar essas pessoas." (S)

Para além disso, identificámos que perceber o contexto na maioria das vezes significa vivenciar juntamente com o outro essa necessidade de luta e a própria luta por reforma agrária:

"... algumas famílias que a gente foi buscar na periferia de uma cidade ou numa vila, ou num engenho, ou numa fazenda que a gente conseguiu levar pra um acampamento né, participar da ocupação, ver apanhar, ser preso, eu ser preso junto com ele, às vezes passar fome junto com ele, ou ver passar fome no acampamento e depois ver ele produzindo como é o caso lá desse são são Basto, que a gente (...) ajudou o trabalho de base, então quem conheceu são Bastos né, com uma chuva de penca né, uma penca de menino pequeno passando fome, tudo nú sem camisa, descalço agora bem vestido, bem alimentado né, estudando cursando o 2º grau, querendo estudar no MST, e ver ele conseguindo sustentar a família do lote que ele tem, isso cria uma satisfação muito grande pra mim, pro militante né." (E)

"... se você for a uma ocupação você vai ver a alegria do trabalhador, quando ele entra na terra que está desapropriada e ele sabe ali que aquele sonho é dele, que ele conquistou aquela vitória ali, que ali vai ser o futuro da família dele entendeu. Aí é um sonho que o trabalhador tem entendeu, de construir assim a sua casa de construir o seu quintal com muita horta, muita comida e não ver os seus filhos passando fome, né." (Ca)

2.3 Entrada

Por último a sub-categoria "Entrada" refere-se especificamente à forma como as pessoas conheceram o movimento e qual(ais) o(s) motivo(s) que os/as levaram a querer fazer parte deste movimento social.

Identificámos então que todos os sujeitos entrevistados passaram pelo processo do trabalho de base e conseqüentemente a ocupação da terra improdutiva que culmina no acampamento, tendo sido naturalmente diferente o percurso e a duração de acampamento.

Portanto, todos os militantes são provenientes da base passando por todo o processo de luta pela terra.

Diversas foram contudo as situações que os levaram a ter contacto com o movimento Sem Terra. Assim, tal como referi anteriormente três dos sujeitos entrevistados tiveram o seu contacto com o movimento Sem Terra ainda em criança:

“... eu entrei no movimento eu tinha 8 anos, porque meu pai veio prá ocupação, como minha mãe trabalhava, 5 filhos, não tinha condição de ir pro acampamento ainda, então ele fez todo o processo de luta né, no acampamento, assim que saiu o assentamento que teve a posse depois de vários anos de luta, aí nós fomos, toda a família. Hoje em dia meus pais são separados, mas nós continuamos, eu, minha mãe e meus quatro irmãos continua morando no assentamento.” (C1)

“C: Porque em 2002 de facto a gente ainda era criança, a gente estava completando lá os 10 anos.

- Mas como é que aconteceu da vossa família ir para o movimento?

C: (...) nunca perdeu o sonho de ter a sua própria terra, de trabalhar de produzir nela né, então ela e os filhos decidiram ir prá uma área de assentamento quando passaram lá na casa dela e disseram «oh vocês têm oportunidade de agora lutar por aquilo que é de vocês» né, então eles passaram a ir e nós sem nenhuma noção, a principio a gente nem foi, e depois a gente foi conhecer sobre o que é que o movimento trabalhava e começamos a ir prá actividades do movimento.” (Co)

“...eh minha mãe foi pro movimento através do porta a porta né, que é o trabalho de base e aí como ela tava indo, nós novos, tinha que ir também e aí fomos.

- E há quanto tempo é que...

D: A gente em 2002 a gente fomos pra lá, 2002 a gente foi prá ocupar a fazenda Santa Tereza se eu não me engano que é do ex prefeito lá de Petrolina e ocupamos em 2002 e a gente passou 1 ano acampado né, um ano acampado de 1 ano prá poder ir prá casas né receber a posse e aí passamos mais um ano pré assentamento, depois do INCRA ter feito toda a vistoria a gente passou prá casas que tava sendo construídas já, eu nem esperei a vila ser completa totalmente a gente foi assim mesmo e as pessoas foram chegando e habitando o espaço.” (D)

Outros há que foram pelo interesse de conseguir ter terra para produzir:

“...a gente, quando eu fui pro acampamento né, não fui pensando em ser militante do MST ou de pensando de fazer revolução fazer transformação social, eu ia resolver o meu problema pessoal que era né, ter terra pra produzir, produzir terra, minha família toda produzia em terra arrendada...” (E)

No entanto, há ainda motivos que foram um pouco ao acaso, tal como uma das entrevistadas que refere ter ido apenas por curiosidade:

“... um colega da gente de eu e de minha irmã Ana Paula que ele faz parte do movimento que o nome dele é Chiquito e aí chamou minha irmã Ana Paula, vamo Paula prá..., Paulinha vamo lá no acampamento que já começou agora Chico Mendes lá em Tiulma. Aí ela fez eu vou, e aí vamo Cr e eu disse eu vou nada da outra vez eu vou, no outro dia. Aí ela foi no primeiro dia e aí foi e ia ter uma

assembleia no Domingo e aí ela fez Cr tu não tá fazendo nada tu vai comigo, eu disse tá certo vamo eu vou não tou fazendo nada mesmo. (...) uma assembleia já no acampamento esse acampamento tava com 1 mês, tava com um mês já, então eu fui né e eu cheguei e eu disse meu Deus do céu prá onde eu vou um lugar sem terra, que é que eu vou fazer?" (Cr)

Dois dos entrevistados tiveram contacto com o movimento accidental, um deles foi numa conversa ocasional com um dos militantes do MST e outra foi devido a um episódio em que a filha da entrevistada tinha decidido fazer parte de uma ocupação e a mãe, preocupada, ao ir procurá-la, acabou por ficar também:

"É eu conheci o movimento num bar né. Eu tava no bar tomando uma cerveja e aí chegou o cara, eu tava conversando sobre o trabalhador que ele sofre muito, porque eu trabalhava numa usina de cana-de-açúcar, ... o trabalhador sofre muito e aí eu tava contando as dificuldades que a gente passa, então o dirigente olhou pra mim e disse olhe tu tem quantos anos, eu tenho na faixa de 20 anos, eu tava com 22 anos pra 23 eu vou fazer 24 anos, a gente começou a tomar cerveja, eu comecei a contar a minha história todinha, aí eu também gosto, eu sou um cara que também gostava de estar empenhado nos livros né pra ficar dedicado também à política, saber as dificuldade lá fora né os direitos do trabalhador, ele disse porra tu é um cara desenrolado, tu queres estudar? E eu disse quero, mas pelo movimento e eu digo vamo lá." (S)

"... o meu conhecimento do movimento foi através de uma filha minha mais velha (...) Quando eu ia chegando no acampamento [referindo-se ao episódio de ir buscar a filha], quando eu fui entrando o pessoal tomaram a cerca e ficaram e começaram a gritar com foice, machado pra cima assim gritando e eu fiquei assustada com aquilo e aí eu disse «eu quero entrar e aí ele disse você não entra aqui porque você é a dona das terra». Achou que eu era a dona da fazenda, e eu disse moço eu não sou dona de terra não, eu vim pegar á minha filha aqui dentro. Sei que eu entrei, os policiais não entraram, eles fizeram uma assembleia, a minha filha me apresentou e eu disse um bocado de coisa e no final resumindo a história do acampamento eu já estava marcando o meu terreno, eu quero o meu barraco aqui, gostei da palestra, da forma como eles trabalhavam e fiquei dentro do acampamento, ia de manhã e voltava á tarde (...) Eu era casada e comecei a fugir sempre escondida, escondida pro acampamento mas sempre cumprindo com minhas obrigações e meu marido soube e pediu pra mim escolher, fazer uma escolha entre o movimento e ele, aí ele foi pro trabalho e eu fiz a escolha eu fui pro acampamento fechei as portas do comércio, ..." (L)

3 – PROBLEMATIZAÇÃO/CONSCIÊNCIA CRÍTICA

3.1 Formação Política

A sub-categoria "Formação Política" diz respeito a todo o processo levado a cabo pelo MST, onde existe uma forte ligação entre a formação e o estudo (teoria), levado a cabo pelo MST, e as suas formas de actuação (prática). Esta sub-categoria está presente em todos os

momentos e inicia-se assim que as pessoas têm contacto com o movimento, acontecendo por isso ao longo do tempo e numa estreita dualidade entre formação e prática.

Assim, nos discursos dos sujeitos entrevistados percebemos que a formação política está associada a várias perspectivas. Alguns referem-se à importância da teoria na formação política na medida em que permite uma reflexão colectiva e individual:

“Aí o que é que o movimento social vem, ele vem à busca do um resgate da consciência crítica, tendo um embasamento grande, um grande grande teórico que contribuiu muito que contribui pra educação Paulo Freire, com essa concepção de ensino progressista e partindo de muitos outros como Marx, Lenin revolucionários que contribuem pra questão dos movimentos sociais, e o que é que acontece fazendo com que esses sujeitos venham a compreender esses teóricos, e a partir daí fazer com que eles reflectam é por isso que no movimento social tem a questão da crítica e da auto-crítica...” (A)

Outros há que explicam a necessidade da formação política no sentido de desenvolver uma visão crítica sobre a estrutura social vigente e nesse sentido, poder desenvolver uma perspectiva crítica sobre as relações historicamente construídas:

“C: Não claro, pra poder ehh..., um processo de conscientização ela vem de né, de poder entender a raiz de tudo, desde quando, por exemplo desde quando..., eu começo pela realidade do Brasil, desde quando chegaram já chegou o capitalismo, desde quando os portugueses chegaram já chegou o capitalismo e aí se deu tudo, tudo, todo o sistema produzido aqui todo o sistema montado escravista né, e aí poder entender tudo e o que está por trás de tudo, o filme “Tropa de Elite” é um exemplo tem uma visão mostrando pra o povo mas também tem uma visão que eles queria passar que a juventude está ali na favela, que é o ruim da história; que o bope é o perigoso e que tem que ter cuidado com o bope, então sempre tem uma visão, tudo o que acontece na mídia, na verdade né na verdadeira mídia tem uma coisinha por trás que né... então a intenção mesmo, a conscientização política é dar uma visão crítica a todos os jovens né, pra não dizer assim, oh sempre foi assim nós nascemos pobres vamos morrer pobres porque sempre vamos ser pobres ninguém vai mudar isso, então a gente tem que quebrar essa visão que já foi imposta por o sistema capitalista e apoiar uma visão crítica a esses jovens que só tendo essa visão crítica que a gente vai conseguir o que queremos né.” (Co)

Na formação política a relação teoria-prática é essencial para avançar, na medida em que uma não funciona sem a outra. Por um lado, toda a parte teórica é assegurada em encontros, cursos, livros, teóricos de referência, no entanto nada disso faria sentido se não pudesse repercutir-se na prática, na acção juntamente com as pessoas. Por isso a entrevistada Cr nos diz que a formação começa na base, quando conhecemos a vida e as dificuldades das pessoas:

“o que é que é essa formação política? É cursos, é no quotidiano, é o quê?”

C: Eu acho que envolve os dois, eu acho que envolve os dois, tanto em cursos como também, a gente tem muitos palestrantes muito bons eh eh que ajuda, eu acho que isso também enriquece muito a gente

porque a gente temos nossos estudiosos, da gente, que faz parte da gente e também que dá, que amostra a gente quais são as nossas realidades também que sofre na pele enquanto, porque a gente é movimento, há muitas coisas e aí o movimento ensina a gente tanto com os livro com as palestra amostrando a realidade, acho que envolve tanto e..., acho que em relação a livros, a palestra, a encontros eu acho que a formação eu acho que vem disso tudo, de dentro da base, a base é que sustenta que levanta isso tudo que eu acho que é o princípio, que a base se você conhecer a vida de uma agricultor, de como trabalhar com eles, aí vamo ver a realidade dele quais são as dificuldade que ele tem e aí eu acho que já começa uma formação política, uma formação começa da base." (Cr)

A formação política, por sua vez, é também uma forma de garantir que o horizonte da luta e os objectivos do MST nunca se percam ou degradem isto é bem visível nos excertos que se seguem:

"...garante o processo de formação politico-ideológica pra que a pessoa possa compreender mais..." (E)

"...ele [referindo-se ao militante do movimento] entender a formação política e estar sempre lendo os livros pra que ele venha a compreender o que é a organização..." (Ca)

Por fim a formação política é igualmente associada à necessidade da pessoa se posicionar e decidir de que lado está, se do lado da solução ou do problema. Ele/ela é levado/a a pensar qual a sua função no mundo. A formação política assegurará a não neutralidade.

"S: A formação política que o movimento dá, é para que a gente possa viver numa sociedade para que quando a gente saia daqui..., a gente já vem de uma sociedade capitalista não é? A gente já vem de uma sociedade capitalista, então quando os educandos chega aqui no centro de formação eles chega totalmente diferente. Chega rebelde demais, ele não quer saber de colectivo, ele não quer saber de fazer tarefa, não quer saber de lavar prato, então o movimento ele resgata, resgata, resgata, trabalha naquela pessoa, naquela pessoa pra que aquela pessoa enxergue uma nova sociedade e ela se auto analisa, ele mesmo próprio e diga que ele é capaz de dar um passo à frente e não ficar ali oprimido naquela classe sofradora, e a classe opressora que ele está vivendo." (S)

3.2 História Colonial

Esta foi uma sub-categoria que se evidenciou nas narrativas analisadas, uma vez que percebemos a importância dada à compreensão da herança histórica e da sua repercussão na actualidade, na medida em que essa compreensão poderá potenciar uma visão crítica do sistema vigente. Por um lado, vimos a procura de um resgate da história passada e de uma análise do ponto de vista da criticidade e da problematização do que foi essa história e qual(ais) a(s) repercussão(ões) que trouxe para a actual sociedade brasileira. Assim, vários são os temas abordados. Sendo o nordeste pernambucano fortemente marcado pela colonização da corte portuguesa, a questão da colonização é objecto de discussão; a escravatura; os engenhos e a sua produção de cana-de-açúcar; o êxodo rural no século XIX

e as consequências que daí advêm. Portanto, o resgate da história passada é feita ao longo do contacto que as pessoas vão tendo no MST, nos cursos de formação, seminários, palestras, entre outros onde todos estes temas vão sendo discutidos. Por outro lado, o movimento assumindo que vivemos num mundo globalizado, percebemos igualmente a necessidade de análise de uma história presente onde o MST procede a uma análise da conjuntura nacional, mas também das relações que o Brasil desenvolve com outros países do mundo.

3.3 Consciência Crítica

Esta sub-categoria refere-se ao processo de quando as pessoas percebem e adquirem compreensão acerca da sua realidade, passando a considerar as condições de miséria das suas vidas como um resultado da injustiça social. Assim sendo, esta sub-categoria refere-se a diferentes momentos que podem igualmente ser desencadeados por e em diferentes situações. Aqui podemos dizer que se inicia um processo que Paulo Freire (1998) denominou de pedagogia da pergunta, onde as pessoas se começam a questionar acerca da sua realidade e das diferentes situações que vivenciam (Rivera, 2004). Assim, alguns questionam-se:

“Primeiro o movimento ele mostra a realidade que tem né, ele procura mostrar tanto pros jovens que entra qual é a realidade. Eh eu creio que a gente vê a realidade, daí do que a gente vê né, ele, o movimento ele dá muito isso a oportunidade de ver prá poder a gente tomar a nossa consciência crítica, aí você pergunta diante do que você vê que está acontecendo, aí você se pergunta é certo o que tá acontecendo...” (C1)

“... hoje eu sei porque eles são excluído, antes eu não ligava, hoje eu sei, hoje eu vou brigar com eles está entendendo prá não ser rejeitado, prá não ser excluído e quando eu tou na briga, às vezes eu me sinto excluída e aí eu vou brigar prá deixar de ser excluída pra eles me ver, oh aqui é Cr...” (Cr)

“... o sistema que o povo vive né, por exemplo e, nós fazemos trabalho de base e levamos as pessoas pro acampamento, prá ocupação da terra que até então eles não sabem nem o que é aquilo né. Então eles quebra a cerca e eles já quebra uma dúvida que eles não sabia que existia naquele momento, não sabia que existia aquele né, aquele momento” (D)

Uma das entrevistadas referiu-se a estes momentos como o desvelamento da realidade onde as pessoas descobrem, descortinam a realidade, onde é possível aceder a outra visão, algo que eles nunca tinham visto ou pensado:

“...uma vez um padre disse para os militantes, vocês «profissionais da ocupação»; a mídia chama «profissionais da invasão»; vocês não podem preparar as pessoas com a ocupação que vocês têm na cabeça, vocês têm que partir da necessidade das pessoas, daquilo que elas pensam. Porque quando vão fazer a ocupação, há o “corte” da cerca física, mas internamente cada pessoa sente aquele

momento à sua maneira. Nesse dia, acontece algo extraordinário, as pessoas cortam várias cercas e desvelam a realidade, percebem porque uns são ricos e outros são pobres, percebem que são explorados no seu trabalho, (...) há pessoas que vivem numa situação alienada, numa situação que nunca questionaram." (Diário de Campo, 09-10-07, Caruaru)

4 – IDENTIDADE SEM TERRA

4.1 Família

Esta sub-categoria é fruto de uma codificação "*In Vivo*" e aqui estão evidentes os motivos que os sujeitos/militantes valorizam como sendo os principais para a existência deste sentimento de familiaridade. O movimento é muito associado a uma família e não raras vezes ouvimos expressões como "o movimento é a minha família".

Aqui distinguem-se facilmente dois processos que ocorrem no decurso do processo levado a cabo pelo movimento Sem Terra. Por um lado, existe um crescente sentimento de utilidade das pessoas no interior do movimento. Ou seja, os seus membros sentem-se reconhecidos e valorizados pelas suas funções e capacidades, sentindo-se úteis e ao longo do tempo vão desenvolvendo um sentimento de pertença na medida em que ali têm uma função e carecem deles, da sua participação.

"C: Sabe que hoje em dia eu nem sei onde é que eu moro eheh. Então assim, eu digo assim eu sempre sou do Chico Mendes, esse acampamento que eu comecei eu faço parte dele ainda, eu sou acampada eu digo que sou acampada (...) mesmo trabalhando agora aqui na Mata Norte eu vou lá no Chico Mendes, eu resolvo alguns problemas lá assim, às vezes me meto até demais, mas assim é porque eu gosto, é porque as pessoas de lá assim me acolhem, pedem minha ajuda, aonde que eu puder ajudar porque eu faço parte desse acampamento." (Cr)

Por outro lado, há medida que o tempo decorre e o sentimento de pertença aumenta parece ser possível afirmar que os seus membros passam a perspectivar a sua família enquanto uma família alargada. Isto é, deixam de assumir um carácter individualista, onde em situações anteriores se preocupariam essencialmente com as suas próprias necessidades e as da sua família biológica, e exibem uma pertença e preocupação mais lata, essencialmente centrada na necessidade de luta pela justiça social passando uma boa parte do tempo centrados nesta "necessidade maior" e não tanto preocupados em solucionar assuntos individuais e/ou particulares.

"...eu passo 3 dias na minha casa em Petrolina e o resto do tempo é nos assentamentos. É 3 dias no assentamento de um, no assentamento de outro. A minha casa é os assentamento, tá com 3 meses que eu tou fora de casa, 3 meses. É que não vejo a minha filha, não vejo meu filho, que não vejo os mês

quatro neto. É tenho 2 netas e 2 netos então nem ligar a gente consegue, não tem como a gente entrar em contacto, assim em comunicação, mas quando eu retorno prá casa eu só passo 3 dias em casa mas não consigo passar mais que isso porque faz falta, faz falta esse esse conviver aqui com os meninos, o pessoal da coordenação está entendendo. O dia cedinho ter que acordar prá ir pro campo, á tarde prá silagem, estar dentro do capim cortando (...) tudo isso faz falta prá mim, quando eu estou fora faz muita falta muita falta mesmo, estar aconselhando os meninos, brigando com os meninos quando um está emburrado eu vou lá e converso, levantar eles cedo..." (L)

A família biológica nunca deixa de ser importante, mas os membros do MST acabam por desenvolver um compromisso com a intervenção do movimento, centrada não apenas na luta e defesa da sua família biológica, mas de todos os desfavorecidos que fazem parte do movimento e que ainda estarão para vir no futuro. A sua solidariedade é mais lata, não se restringindo apenas á sua família nuclear/biológica. Por isso vemos o discurso de Cr quando nos diz:

"...minha mãe mesmo diz, Cr você não é a minha Cr de antes, eu fico até triste eheh com isso, ela diz «você não é a minha Cristina de antes, você hoje é uma outra Cr». E eu digo, até digo mainha prá melhor ou prá pior eheheh. Aí ela diz não prá melhor, mas só que a minha Cr, porque... como eu disse, eu era muito de dentro de casa está entendendo, eu era muito família. (...) Não é que eu hoje deixe de ser família não, só que hoje a minha família aumentou, a minha família não é pai, mãe, irmão, tio, tia não hoje é todo um contexto, hoje, hoje a minha família aumentou assim a 1000% a minha família é um acampado, é um assentado, é um agricultor, é um mendigo é uma pessoa que... como é que se diz, que é rejeitada pela sociedade, são os excluído que a gente chama..." (Cr)

4.2 Ser Militante (compromisso)

Esta sub-categoria diz respeito àquilo que os sujeitos da investigação entendem que é um militante; como se sentem enquanto militantes e qual o papel/comportamento que um militante deve assumir. Assim a sub-categoria refere-se às características que os sujeitos ressaltaram que o militante deve possuir.

De uma maneira geral, os/as entrevistados/as salientam características como ter conhecimento das ideias que defendem, respeitar o colectivo, dar exemplo e ter disciplina, ou seja, ser coerente e sacrificar as vontades individuais às colectivas:

"C: Ele [referindo-se a um colega que foi assassinado] sempre dizia pra mim um militante tem que morrer defendendo a sua bandeira, porém ele morreu defendendo a sua bandeira..." (Co)

"...eu sempre achei que um militante é aquele que conhece, eh o que você defende né, deve conhecer o que você defende, deve ter o espírito de solidariedade, se indignar contra coisas cometida, como já dizia o mestre CheGuevara contras as injustiças contra as pessoas inocentes né, é ter o sentimento de poder ajudar as pessoas e acima de tudo saber respeitar as decisões que são tiradas do colectivo, se respeitar o colectivo, ser militante é tar a favor do povo né, tar a dispor do povo, ser militante é aquele

que está aquela grande fila assim e aí você não, na hora do trabalho você vai lá e é o 1º da fila e na hora do almoço você é o último da fila prá dar exemplo, então um militante é aquele que tem que tar de pé mesmo, 100% de pé e disposto e dando sempre exemplo prá massa né, prá o povo camponês ou em qualquer espaço que você teja, sempre esteja... o militante do movimento sem terra tem que ser aquele que faz a diferença né, tem que ser o bom no caso da disciplina, poder respeitar as decisões colectivas eu acho que no mais é isso mesmo." (Co)

Na fala de D, ser militante é muito mais do que ajudar as pessoas. Ele descobriu que não vai ensinar nada a ninguém, pelo contrário vai aprender muito e, nesse processo, a função dele como militante é construir *com* as pessoas uma visão crítica sobre a realidade. Através do seu excerto ele parece marcar uma diferença fundamental, enquanto militante ajudar as pessoas é diferente de assistencialismo/caridade. Ajudar as pessoas é ajudá-las a potenciar uma visão crítica sobre a sua própria situação de vida e realidade, isto é, a trabalhar no sentido da conscientização.

D: Olha eu sempre quis, quando eu tava, quando eu era criança tinha muita vontade de dominar a fala né. Quando eu tava assim iniciando que botava assim aquelas calças grandonas né, eu queria poder dominar o discurso, dominar a fala e poder contribuir com as pessoas né de outras áreas. Aí, por isso a vontade de sair e contribuir em outra regional né. E depois com a aprendizagem nos cursos né, "Pé no Chão" e outros cursos que eu vim fazendo no movimento né.

- Com tudo.

D: O processo de formação, aí a gente percebeu [através do dia-a-dia] que é mais né, não é só ajudar as pessoas, é divulgar né o que as pessoas, a diferença o nível de diferença entre uma classe e outra né. Uma tão pobre né, que somos nós, nós mesmos né que até às vezes passamos necessidades, grandes necessidades enquanto há outros que vivem lá luxando e sem o mínimo de pensar que existem crianças que estão morrendo de fome e eles lá. Então assim, lutar contra isso é uma coisa que vai se penetrando cada vez mais no coração de um militantes eu acho que um militante pra mim é justamente isso de tar eh como um soldado em guerra, sempre, sempre em alerta olhando eh a sociedade como um todo, olhando os locais os ambientes sem deixar vacilar, porque eh um militante ele tem que tar sempre agarrado. E militante pra ser militante ele tem que ser, tar lendo um livro até quando terminar, tem que tar lendo um livro e tem que praticar o que aquele livro passou pra ele né. Então é uma arma muito grande né, que é a questão da formação política, ou senão a gente não está preparado pra enfrentar o inimigo que é o sistema capitalista né. Então assim, se torna uma briga pessoal e colectiva em nome do militante e os demais, os demais famílias e os demais militantes contra esse sistema que aí tá. E a nossa luta não pára né, o nosso pensamento militante, o nosso espírito militante não pára enquanto a sociedade tiver do jeito que se encontra hoje, cada vez mais pior né, tentando lutar." (D)

Segundo D, ele revela a ideia de Prilleltensky e Nelson (2002; 2005), bem como de Kieffer (1984), onde o *empowerment* acontece ao nível individual, mas também colectivo. Paralelamente, remete para a ideia de Paulo Freire (1980; 2001) de que a conscientização é um processo permanente.

Militante parece também ser frequentemente associado a uma pessoa com conhecimentos; saber falar; saber negociar; estudar; saber lidar com o povo. De uma maneira geral há uma ideia de que um militante é uma pessoa respeitada e possuidor de sabedoria.

“o que é que pra si significa ser um Sem-Terra, ser um militante dos Sem-Terra.

E: Um motivo de muito orgulho né, ...” (E)

“[referindo-se ao papel do militante] Garantindo segurança prá famílias, e é assim que a gente trabalha dentro do movimento, e é assim que o movimento vem crescendo, essa preocupação que o movimento, não só o movimento sem terra como outros movimentos, se preocupa com o bem-estar não só dos jovens, mas também com os pais dessa juventude. De que ele vai viver, como ele vai viver, como ele vai dormir, ele tem um tecto, ele tem àquela comida garantida, não que a gente sustente ali a feira, porque quando a gente é acampado o movimento sustenta com uma cesta básica, que é dada do governo pela CONAVE só que nem sempre vem, mas quando a gente chega a um acampamento a gente dá segurança pros pais de família logo um pedaço de terra «olhe plante aí o que você quiser plante feijão, plante milho, plante o inhame, plante a macaxeira, plante a melancia» o tempo que eles estão lá eles estão plantando tirando pra o seu sustento.

Então essa é a preocupação do movimento e a preocupação também da gente como coordenadores, e de tar sempre vinculado com isso, a família de tar sempre sabendo, como os filhos estão aqui dentro do centro né...” (L)

Tal como refere L «tar sempre vinculado com isso» o papel do militante é no fundo estar sempre comprometido com essa grande tarefa e objectivo do MST, e serem o exemplo para os outros porque eles realmente são dados à causa.

“ [referindo-se aos acampados que ficam a aguardar notícias das negociações com o governo] Ficam ansioso então o papel do articulador, do militante dentro do acampamento é quando articular alguma coisa, assim que chegar passar prá massa.” (L)

“Você ir para um acampamento, prá uma área que o mato lhe cobre, você e os militantes ter que cortar, deixar tudo limpinho, desmarcar ruas por ruas, e ir dando aqui é o teu barraco, aqui é o teu barraco que é o papel do militante. Os acampados não faz nada, é o papel do militante garantir a segurança dentro de um acampamento e montar a vigia. Passa uma semana que o militante não pode dormir é vigiando pra que não venha pistoleiro, está entendendo fazer alguma maldade com as famílias, ele tem que garantir isso, o militante ele é instruído pra isso, ensinado pra isso garantir a segurança do acampado, do acampamento, está entendendo.” (L)

Em outra citação sua, L refere ainda que ser militante implica ter a responsabilidade de potenciar e manter a esperança e ser sempre optimista, nunca esmorecer:

“...quando eles terminam o trabalho em um acampamento aí ele faz o quê, troca, olhe eu vou levar vocês prá outro acampamento prá vocês ver o trabalho que a gente fez, no outro trabalho, aí leva num bem bonito ...” (L)

Por sua vez, S refere que qualquer militante, e de uma maneira geral qualquer membro do MST tem que saber ouvir as críticas que lhe são dirigidas e saber ultrapassar-se; saber dar um salto qualitativo e entender que aquilo que lhe dizem é pelo bem colectivo. Tal como eles referem «saber respeitar as decisões do colectivo».

S: Primeiramente pra ser um militante a pessoa tem que ter a dignidade, respeito com o próximo, não ter a cabeça de um capitalista, tem que saber chegar, tem que saber sair, tem que saber ouvir, também saber se explicar, não entrar em contradições, às vezes né. Isso machuca o povo, não se sujar na base, que é fundamental quando você se suja na base é um problema." (S)

S: Sujar [explicando o significado de não se sujar na base], por exemplo eu sou um militante e vou pra base só pra brincar, bagunçar não querer nada com a vida então a base não vai dar a mínima pra militância. Então vão dizer aquilo não é um militante, aquilo é um militonto né. Então você tem que ser um militante que a base lhe respeite né." (S)

"Então um militante ele tem que ser um militante, mais do que um militante.

C: E o militante ele tem que cumprir com o papel dele né, com o papel dele né. Se ele é mandado pra aquela área ele tem que ir pra aquela área.

S: Aí o movimento diz tarefa dada é tarefa cumprida.

- Pois eu ia perguntar exactamente isso, por exemplo porque é que vocês..., há pouco o S disse quando vamos para uma ocupação e tal, o que é que vos faz..., porque é que vão pra uma ocupação podiam dizer não eu agora estou a estudar, no meu... (não terminei S falou logo).

S: É tem que ir, tem que ir.

- Porquê?

S: Temos que ir porque estamos lutando pela luta de todos, então se a gente está dando uma de individualista, então está dizendo dentro de mim mesmo que eu não quero ser sem terra, entendeu." (S)

S: O que leva à auto-estima de um militante é uma ocupação né, uma ocupação porque ele vai ali com a expectativa de levar uma carreira da polícia né, com a expectativa de quando chegar lá, quando for derrubar a portera tenha meio mundo de capanga, de dono de fazenda entendeu, que meta bala pra cima, já vai nessa expectativa é ocupar, resistir e produzir né. Então o militante já vai nessa expectativa de ocupar, resistir e produzir. Porque quando o militante ele vai ocupar uma área, ele vai com a intenção de que aquilo ali progrida e ajude muitas famílias né. Que muitas famílias venha tirar dali, daquela área ocupada o sustento..." (S)

C: A questão do movimento é que ele quer melhorar né. E ele quer que um militante ele esteja formado em tudo, com uma formação política na ideologia né, que ele tenha a capacidade de chegar em qualquer lugar e ele saber se expressar, dialogar com qualquer uma pessoa e um militante ele tem sempre que estar formado, eu acho que essa é uma das características do militante ele entender a formação política e estar sempre lendo os livros pra que ele venha a compreender o que é a organização, pra depois ele pregar a vida real né, hoje a gente prega a vida real para que o povo saiba o que nós queremos, é isso que um militante procura. (Ca)

4.3 Colectivo / Companheirismo [Poder Popular/Ação Colectiva]

Esta sub-categoria refere-se a um dos princípios fundamentais do movimento Sem Terra – o Colectivo. Quer directa, quer indirectamente está presente em toda a narrativa subjacente ao movimento, na medida em que se consagra enquanto forma de estar e forma de actuar. Assim, o colectivo traduz-se em pensar e fazer todas as actividades na colectividade, dividindo esforços na medida em que isso assegura e garante uma colaboração e participação de todos.

“...essa questão da existência e de acreditar no outro, você acreditar e saber que existe uma utopia, não é, permeando tudo isso e que temos uma ideologia, uma ideologia, de lutar pelos homens.” (A)

“...e o movimento ele não me fez só ver e pensar em mim, eu penso na pessoa que está do meu lado, se eu tou tou num canto e eu posso dar um passo à frente eu não quero que o meu amigo, o meu companheiro fique pra trás eu tento levá-lo junto comigo.” (Cl)

“Quando a gente vai fazer uma ocupação quando a gente vai fechar uma BR estamos lutando por um direito não só nosso, mas por um direito de toda a humanidade porque é uma classe sofredora e a classe média que a gente tem no país hoje, eles não dá a mínima pra nós.” (S)

Decorrente da análise de conteúdo efectuada, podemos conjecturar vários significantes para a ideia do colectivo, e do poder popular desempenhado por uma acção colectiva. Assim, nas narrativas seguintes temos subjacente:

(i) A ideia de que os membros pertencentes ao movimento além de amigos/as passam a ser companheiros/as. A palavra companheiro/a, no âmbito do movimento, assume uma forte conotação na medida em que tem um significado diferente de amigo/a. Ser companheiro/a implica estarem e construírem dentro da mesma ideologia e o ser amigo/a poderá incluir isso ou não. Portanto, essa passagem de amigo/a a companheiro/a só se faz no colectivo, através de uma forte cooperação, e está intimamente relacionada com o sentimento de pertença e a identidade Sem Terra.

“Está ajudando e também está mostrando muito porque não é de uma hora prá outra que se formam os jovens, está mostrando prá eles que, além de amigos são mais né são companheiros eh que também sentem a necessidade de aprender todos e aí eles vão descobrir, eh a juventude daqui dos saberes da terra vai descobrir coisas boas, coisas novas né sobre o curso, ...” (Co)

“...tu dizer que teu amigo é teu irmão, é teu companheiro, de tu não ser capaz de traí-lo nunca. A amizade de teu companheiro né, de tu precisar de uma coisa e eu tiver, o teu companheiro tiver e ele me empresta entendeu, o movimento prega isso nas pessoas o companheirismo principalmente” (S)

(ii) Está igualmente subjacente o pressuposto de que somos todos iguais, da igualdade entre seres humanos, e de que não há tarefas específicas para uns e para outros. Está implícita a ideia de respeito pelo outro e de compromisso, em que se um falhar com a sua parte isso terá concerteza repercussões sobre o outro. No entanto, mais uma vez, este processo do colectivo acontece aquando de uma forte identidade que só se forma e edifica com o tempo (processo).

"...o movimento sem terra é um organismo vivo se um só falhar, se meu dedo falhar eu vou sentir dificuldade então esse é um exemplo muito bem trazido por Rubneuzza que o seguinte, isso é dividido por núcleos né e esses núcleos como você constou de 10 pessoas e essas 10 pessoas, no caso aqui está sendo 5, eh e essas 10 pessoas vão ter uma determinada tarefa e se uma dessas faltar, vai ficar mais difícil pra o grupo né, então o importante da conscientização política e da autodisciplina né, ou seja, eh a disciplina consciente que a gente chamamos, as pessoas dizem eu não posso faltar né porque depois eu vou ter que lavar sozinho que é a disciplina né, então a consciência né, a pessoa diz eu não vou faltar de jeito maneira eu vou tar lá. Por exemplo eu tou com o refeitório pra limpar, pra fazer a limpeza aí chega uma pessoa e diz «vamo limpar o refeitório agora», ele é do meu grupo, e nós vamos, aí quem não limpou diz «oh tu limpou de manhã então vamos lá né pela parte da tarde eu limpo» e o outro pela parte da noite então é uma divisão bem correcta." (Co)

(iii) A pressão das acções levadas a cabo pelo MST, que acontecem sempre no colectivo, e que revelam a miséria, a pobreza e a desigualdade são sinónimo de conseguir alcançar vitórias e, nesse sentido, espicaçam/acendem a motivação para a continuação da luta, promovendo simultaneamente um reconhecimento das capacidades e habilidades de cada um/a, tanto colectivo, como individual. Constroem, como D refere, uma «relação de força».

"Então assim se a gente vê que não tá, se todo o mundo for fazer individual não vai dar certo, a gente sabe que não dá certo, porque assim existe as tarefas aqui do centro por exemplo né. Eh lavar os banheiros, os pratos, ajeitar o refeitório então aí se for eu sozinho então vai sobrecarregar uma pessoa né, então colectivamente se constrói isso ali mais rápido né, a gente pode tirar um exemplo da ocupação que houve na CEDUC, o curso ele é financiado pelo Estado só que o estado ele não liberou o recurso. A gente ficou sabendo que estava preso na CEDUC, né. Então aí a gente foi prá CEDUC, a gente sabia que só apenas a coordenação não ia resolver, porque é preciso a pressão estudantil, jovem, então colectivamente a gente foi lá, eh conversamos o pessoal liberou parece que, teve uma reunião marcada pra não sei quando e liberaram o recurso né. Então a importância do colectivo é justamente prá isso porque, assim como se diz uma andorinha só não faz o verão né. Então colectivamente se constrói o povo unido eh constrói muito mais relação de força principalmente." (D)

(iv) Outra ideia subjacente à acção colectiva, é a de que viver colectivamente é sinónimo de concretizar um processo de conscientização onde, por um lado, é um processo/percurso e, por outro, exige um método com acções práticas organizadas que dão corpo e/ou

materializam essa conscientização.

“D: Assim, uma pessoa quando entra é como o Alex, Alex quando ele foi pro curso lá em Petrolina, ele era uma pessoa que ele não se considerava sem terra e foi-se encaixando no modelo. Então tudo faz parte do processo de conscientização, desde a entrada no núcleo, no NB que já é uma organicidade, que o movimento compõe núcleo de 10 ou de 6 de acordo com as pessoas né, com a quantidade de alunos. O viver colectivamente é um princípio de conscientização, um princípio do movimento que ajuda a conscientizar as pessoas, as famílias, aí eles mesmos se perguntam «porquê nós estamos no colectivo?», acho que porque se fosse só eu seria pesado prá mim lavar 20 panelas, agora 10 grupos 2 panelas pra cada um, então as coisas se tornam muito mais fáceis quando a gente divide tarefa, quando a gente faz com outras pessoas né, então assim é um processo de conscientização que já vem de um princípio né, o movimento tem diversos princípios em que as pessoas entram e vai se conscientizando, através da prática dessas [desses princípios], desse viver colectivamente.” (D)

(v) Nos excertos seguintes, L explica outras ideias relacionadas com o colectivo: uma delas tem que ver com a diversidade e a aprendizagem que esse propicia. Os encontros, palestras, passeatas, marchas, etc são acções que favorecem o colectivo e motivam, na medida em que também contribuem para concretizar o que os seus membros aprendem na durante a formação e o estudo realizado no movimento.

“O Movimento já diz, ele movimenta com pessoas, ele está lidando com pessoas, é como fosse uma manivela ou um moinho que vai ali vai aumentando, aumentando e não tem como parar é ele crescendo a cada dia certo, então vem os encontros e é nesses encontros que você aprende mais coisas, conhece mais pessoas diferentes né.” (L)

(vi) outra ideia do colectivo tem ainda que ver com aquilo que cada pessoa possa sentir, o que o outro sente. Esse sentimento é bastante valorizado pois permite compreender a percepção do/a companheiro/a.

“L: A Influência do colectivo e a importância da colectividade no nosso meio é justamente isso é para que você possa sentir o que o outro sente, temos 2 anos, vai fazer 2 anos que a gente tá nesse curso. Então se um sente uma dor, os outros fica de junto, todinho passa a sentir está entendendo.” (L)

(vii) por último o colectivo está ainda relacionado com a importância da partilha e da cooperação entre os seus elementos.

“...então esse aí é o colectivo que a gente tanto fala, é as tarefas, é a fila pro almoço, é o banho, é dividir o colchonete, é dividir o lençol, é conviver num espaço de 1, 2, 3 camas, 3 beliches onde cabe 6 pessoas, você respirar o mesmo ar que o outro respira. É você estar numa sala todo o mundo junto. É você fazer um trabalho e dividir brigada, tal tal mas ali nunca fica um sempre fica 4, 5 é o colectivo, está entendendo. É você dividir a mesma vassoura, é você dividir a enxada prá nós trabalharmos, isso é o colectivo. E esse tema, essa palavra tão pequena que é importante no nosso meio, sem o colectivo,

sem a colectividade não funciona e olhe que não só é aqui num acampamento também, no acampamento tem um colectivo da limpeza, tem um colectivo da horta, tem o colectivo de fazer o colectivo do almoço de Domingo, ninguém cozinha, tem o colectivo que faz um almoço debaixo de um pé de árvore, recolhe o alimento em cada casa. Olhe no Domingo é o almoço do colectivo bota uma mesa enorme feito de vara e todo o mundo almoça. Fica 5 cozinheiras servindo todo o mundo como tivesse no curso, ali em filas ali o almoço colectivo. Porque às vezes ali no meio, no meu assentamento é 39 famílias, às vezes 12 tem alimento o resto não tem é por isso que é importante o colectivo para que ele possa partilhar do que você tem.” (L)

Subjacente à acção colectiva, no testemunho de L, temos a alusão a uma família alargada. Além disso, L remete a acção colectiva também para a ideia da participação e do contributo de cada pessoa.

“ [referindo-se ao colectivo] Então isso a gente aprende no movimento, não importa se é teu sangue importa é que é um ser humano, que tu precisa da ajuda, que tu pode estar precisando da ajuda e a gente está sempre ali prá estender a mão, independente do que tu queira independente do que tu não queira. Quando tu não quer é que a gente insisti, a gente nunca dá as costas, «ele não quer deixa pra lá», não a gente fica ali insistindo «porque tu não quer, vamo ver só um pouquinho», até que você consegue conquistar e trazer ele pro meio do colectivo e quando ele vê meu Deus é uma família. A gente traz aqui pro meio. Então isso tudo aqui é colectivo refeitório é colectivo; aqui é colectivo, isso aqui foi tudo conseguido com a colectividade de cada um, aqui tem dedo de cada um está entendendo.” (L)

“S: É muito importante isso aqui, porque você aprende a ser uma família.” (S)

No testemunho de L, no movimento tudo é feito pelas pessoas no colectivo não há empregados/as ou pessoas mais especializadas para fazer determinadas tarefas e que por isso tenham maior importância ou poder. São todos iguais, todos merecem respeito, admiração e reconhecimento pelo seu trabalho.

“Então o colectivo prá gente é importante sem o colectivo o movimento não anda, sem o colectivo não há as brigadas de família, sem o colectivo não há a organicidade, então o colectivo é importante.” (L)

“Então se eu quero esse caderno eu não consigo porque ali tem uma resistência muito grande, então o que é que eu faço? Ele é bom não só pra mim, esse caderno não vai servir só pra mim vai servir pro colectivo, então eu jogo a proposta prá reunião, a reunião da direcção pra reunião estadual e aí a gente faz uma mobilização e a gente vai reivindicar. É com essa reivindicação que a gente conquista o que a gente quer, está entendendo. Como a gente foi, vai prá marcha nacional não vai só 2 ou 3 pessoas, na marcha nacional de 4 anos atrás foi 12.000 pessoas, está entendendo. Então ali daquelas 12.000 pessoas foi tirando 12 de cada estado prá ir pro Planalto reivindicar, o quê? Moradia, educação e saúde né. Prá quem será? Só foi prá eles? Não pro colectivo, está entendendo. Prá nós todos: assentamentos, alimentação, que tem acampamento que não tinha feira, a gente foi reivindicar tudo isso, então o

importante do movimento é isso porque não é eu sozinha que vou atrás das coisas. Porque se eu passar a fazer sozinha eu estou sendo individualista, estou pensando só em mim." (L)

A palavra resistência significa muito pois reflecte a noção da correlação de forças existente entre as classes. Prilleltensky (2003) chama resistência ao processo mediador entre a opressão e o bem-estar. Decorrente disso, para o MST está clara a noção de que só alcançam sucessos na sua luta se for através do colectivo. Isso é uma forma de pressão, onde a ideia-chave é conseguir as coisas no colectivo.

L dá-nos mais um exemplo que nos poderá auxiliar a perceber um pouco melhor a ideia do colectivo

"[referindo-se aos militantes que vão negociar com o governo] Porque quando ele sai Mara, eles articula dentro do acampamento dinheiro prá eles fazer a viagem, porque vai na viagem e lá precisa de se alimentar, então o que sobrar eles não podem gastar prá outro sítio, quando chega tem que prestar contas e dizer olhe gastei tanto e entregar pro acampamento. Então aí precisou do quê, do colectivo, da massificação, da organização não é isso, pra eles poder reivindicar os seus direitos, é por isso que a gente consegue hoje as coisas no movimento. A gente de vez em quando vê o assentamento tal saiu, graças a deus as casas vai sair, mas saiu porquê? Porque eles mobilizaram, os grandes mobilizadores do movimento foi lá e reivindicaram. Por isso que saiu." (L)

Na sua fala, este pensar no colectivo ajuda a fomentar um sentimento que se vem deteriorando e/ou desvalorizando ao longo do tempo, que é o compromisso e a lealdade para com o outro. *I.e.* quando eles chegam das negociações têm o compromisso, a incumbência de passar às pessoas o «informe» na medida em que eles só puderam realizar a negociação porque os que ficaram lhes possibilitaram a sua ida. Há uma interligação muito forte.

5 – MÉTODO

5.1 Participação Organizada e Intencionada

Esta sub-categoria refere-se ao método e toda a participação organizada e metódica levada a cabo pelo MST para alcançar os objectivos que se propõem.

O MST parte do pressuposto de que terá que existir um método e objectivos intencionados no sentido de realizarem um trabalho coerente, bem organizado e planificado. Isto é bem visível através das narrativas que se seguem

"...você não é um bom militante, você não acaba fazendo um trabalho bom, acaba fazendo qualquer coisa e prá organização qualquer coisa não serve." (Cl)

"...a juventude caminha por essa parte desde que ela esteja organizada, se ela não tiver não serve pra nada né, não serve pra nada." (Co)

Com base nos seus discursos e na observação participante aquando do trabalho de campo podemos provavelmente afirmar que são, extremamente focados na tarefa e nos objectivos que pretendem alcançar. Planeiam acções e estratégias, pois se não existir uma intenção concreta e operacional de nada serve o esforço dispendido.

"...a gente esteve estudando no encontro estadual passado, no ano passado, que seria importante a gente começar a criar os acampamentos pedagógicos... [referindo-se ao estudo onde planeiam as actividades e directrizes]" (Co)

"...então a gente está apostando nesse nesse planeamento..." (Co)

"...assim a juventude eu acho que ela tem sim um papel estratégico nisso..." (D)

"Porque, primeiro utilizar de que o teatro não é apenas eh uma simples peça que vai lá apresenta e sai, mas o teatro é uma coisa que a gente mostra prá se fazer né, trabalhar isso com os assentados eu acho que seria muito estratégico. Então teria uma intervenção muito grande, então a partir do momento em que eles vissem aquela peça eles então tá dizendo que é pra gente fazer tal coisa." (D)

"...porque o objectivo eh, em tudo existe um determinado objectivo, por exemplo no caso de um curso né, qual é o objectivo do curso, das pessoas que compõem, que fazem o curso, é terminar, assim como a coordenação do curso tem também um objectivo de ajudar também a concluir todos esses seus educandos né." (D)

"...a sociedade hoje é organizada, mas o método que a gente tem de organizar é muito fecundo, é muito forte né." (D)

"...[referindo-se às reuniões de negociação com o governo estadual ou federal] aí eles têm que estar tudo com a pauta ali que é uma pauta muito bem elaborada, certo onde tem as negociação que eles fazem com o presidente..." (L)

Também é possível analisar que em todos os encontros e actividades realizadas pelo movimento o objectivo central é discutirem, analisarem, estudarem e debaterem. Portanto toda a parte lúdica e cultural também é incluída, no entanto não como sendo um fim em si mesmo. Cada coisa tem por isso um momento específico para acontecer e, neste sentido, parece existir um salto produtivo e de qualidade no trabalho que realizam.

"L: [referindo-se ao encontro estadual da juventude] então vai ser a 1ª vez que eles vão se encontrar, eles vão ouvir a necessidade um do outro e vão poder fazer assim uma análise, ..." (L)

"C: E quando a gente quer reivindicar a gente vai ao congresso..." (Ca)

“Porque Che diz que a gente tem que mostrar a nossa rebeldia né então a gente mostra a nossa rebeldia na hora certa, na hora de pegar a gente pega, na hora de lutar a gente luta, na hora de resistir a gente resiste.” (S)

5.2 Relação Dialógica – Democrática

Esta sub-categoria foi uma das que se tornou evidente e transversal a todo o processo do movimento. Trata-se de uma sub-categoria que se refere especificamente á importância da existência e conservação do diálogo como um dos princípios fulcrais do movimento.

“ [referindo-se à decisão de um educando de abandonar o curso] ...porque a gente não conversou, se eu soubesse mais cedo a gente tinha sentado e conversado, eu tenho certeza que eu tinha conseguido convencê-lo a ficar mais algum tempo e terminar essa etapa.” (L)

“Depois que eles mobiliza, consegue tudo isso eles vêm pro assentamento independentemente da hora a que ele chegue faz uma assembleia e passa todo o informe pro acampamento, eles ficaram no acampamento esperando algumas informações, né ansiosos...” (L)

Isto manifesta-se nomeadamente através das várias formas de decisão e de participação, manifestando-se ao nível das instâncias representativas e dos sectores do movimento.

“...tem os sectores né e os sectores estaduais por exemplo o sector estadual é a Ana Emília que fica no escritório, e ela tem a tarefa de tirar junto com os dirigentes do movimento eh, cada dirigente que compõe as regionais e essas, e esses regionais, esses que no meu caso né têm a tarefa de tirar os dirigentes de micro e formar um grande colectivo. Daí ela passa uma tarefa pra nós, nós cumprimos né, nós passamos pro dirigente de micro e ele cumpre né. Aí da mesma forma se eles querem passar alguma ou a gente está precisando de alguma orientação ou formação política, aí eles passam pra mim e eu passo prá ela e assim vamos resolvendo.” (D)

“...eu jogo a proposta prá reunião, a reunião da direcção pra reunião estadual e aí a gente faz uma mobilização...” (L)

“Então nos acampamentos é tirado uma pessoa prá articular entendeu, o articulador dentro do acampamento...” (L)

“Porquê a base? Porque ali onde constrói o acampamento e o assentamento é através das pessoas, então a base são pessoa. O dirigente regional é onde ele rege a região que é o meu caso. Então dirigente é regional, ela busca a informação dos dirigente estadual, os dirigente estadual é onde está todas as informações, todo o foco está neles, porque é onde faz as negociação maior é com os dirigente estadual, então dos dirigente estadual vem pro dirigente regional que é no meu caso, dos regionais vai pros da micro, os da micro é que passam prá base, então é um conjunto, é uma árvore com muita copa, que tem a 1ª, a 2ª, a 3ª pra poder espalhar os frutos, há os meios prá base que é o povo, que tá lá tudo tudo precisando de informação, precisando de uma vitamina às vezes, de ânimo que tá ali dentro do

assentamento que não vai sair á parcela, não vai sair o fomento não vai sair mais terra tamo aqui, aí fico ali quando vem informação quando tal tal aí eles assinam, então é por isso que existe as direcções, é porque através das direcções que leva as informação prá o povo..." (L)

"...porque tem a reunião estadual e o encontro estadual é onde eles vão passar todas as informações do que precisa, do que o estado deles está precisando, do que as regionais estão precisando, do que o assentamento está precisando e aí eles têm que estar tudo com a pauta ali que é uma pauta muito bem elaborada, certo onde tem as negociação que eles fazem com o presidente, eles fazem a negociação directamente com o presidente, não é o negócio de mandar seu porta-voz é eles mesmo, é o dirigente estadual que faz e aí no encontro estadual ele joga prá massa [é quando se concretiza o encontro de todos] desse encontro é onde eles apresenta novos dirigentes, novos corpos prá trabalhar, novos militantes novos, está entendendo prá trabalhar com a base." (L)

Para além disto, a opção pelo diálogo e por uma estrutura democrática manifesta-se ainda ao nível de determinadas directrizes assumidas pelo movimento procurando ser as mais correctas e justas. Assim, percebemos que os militantes e dirigentes são escolhidos por votação e a cada dois anos procede-se á eleição de novas pessoas, onde há uma avaliação da pessoa no sentido de perceber se ele cometeu desvios no processo. Para além disso, todos/as os/as militantes provêm da base, ou seja são acampados/as e/ou assentados/as ou filhos/as de acampados/as e/ou assentados/as. Relativamente ao exercício de funções, todos passam por diferentes sectores e funções, isto acontece porque partem do pressuposto de que todos têm que experimentar as diferentes posições e compreender o outro.

Pudemos presenciar este facto aquando de reunião de coordenação estadual, onde um dos reparos era a necessidade das pessoas que estavam na secretaria estadual do MST, não ficarem apenas no escritório [secretaria estadual] e «colocar as mãos na prática, não ficar só lá» (Diário de Campo, 16-11-07, Caruaru).

Nesta sub-categoria é igualmente possível perceber a forte associação que é feita com a importância de todos participarem. Ou seja, o movimento contempla todas as formas e mecanismos de assegurar a maior participação possível das pessoas, na medida em que por um lado, isso parece assegurar que as pessoas se sintam a participar e, por outro parece assegurar a democratização dos conhecimentos e das decisões. Isto é bem visível pelos discursos de alguns dos sujeitos entrevistados.

"Então a melhor forma são esses encontros, encontros estaduais ou o congresso e marchas nacionais. Que a gente está em acampamento e de acampamento em acampamento a gente tem que levar seis famílias, seis representantes do acampamento certo, então desses seis ele [cada representante] pode levar um, então já faz doze então já é uma boa coisa. E oh outra é envolver os filhos nesses cursos, que

é através desses cursos que nós estamos fazendo que os pais lá continuam tendo outra visão do movimento.” (L)

“...daquelas doze mil pessoas foi tirando doze de cada estado prá ir pro Planalto reivindicar...” (L)

“[referindo-se ao coordenador/a que realiza uma articulação com o governo] Aí ele vai sozinho não, além de ele levar o ofício ele vai com doze pessoas, está entendendo. Vai ele como coordenador, aí tira de cada NB ele tira um coordenador, são dois coordenadores, um homem e uma mulher, se não puder ir os dois vai um e tem o representante da associação mais o vice, ou vai o representante ou o vice, e mais duas pessoas que são acampadas que não têm nenhum cargo dentro do acampamento, pra eles saber como está a mobilização.” (L)

5.3 Auto-Crítica (Avaliação e Auto-Avaliação)

Esta sub-categoria relaciona-se de forma íntima com a anterior, na medida em que tem subjacente um forte processo de avaliação e auto-avaliação das diferentes atitudes e comportamentos assumidos pelos membros do movimento:

“...essa questão da crítica e da auto-crítica, porquê? Porque vai permitir a esse *sujeito* que ele se avalie enquanto *sujeito* através de um processo reflexivo das suas acções, permitindo a ele que ele faça essa intervenção entre a crítica e a auto-crítica e aprenda também a ouvir no colectivo, através da colectividade que permita..., ele compreenda as pessoas [colectivo] e se compreenda enquanto *sujeito* daquele espaço e que do qual ele faz parte é por isso que surge essa questão da compreensão.” (A)

Aqui torna-se perceptível a existência essencialmente de duas configurações. Por um lado, a avaliação e auto-avaliação é utilizada como uma forma de acompanhamento do intenso processo de socialização subjacente ao movimento como forma de ir melhorando e assegurando qualidade e justiça no “caminho” que vão trilhando.

“O processo avaliação tem que ser sempre feito. O MST usa muito a questão da avaliação e auto-avaliação porque isso ajuda a melhorar o processo/o caminho.” (Diário de Campo, 17-11-07, Caruaru)

A propósito da nota de diário de campo anterior, a mesma aconteceu durante a realização da reunião de coordenação estadual, e aqui foi-nos possível observar a enorme capacidade de reflexão e auto-reflexão e/ou crítica e auto-crítica onde os membros reunidos analisavam e discutiam quer comportamentos e possíveis causas internas, quer conjunturas e causas externas.

É precisamente no dia-a-dia, onde se vão confrontando com as dificuldades e os sucessos, que vão reavaliando e procurando melhorar a sua actuação. Contudo, o grande obstáculo à conscientização, segundo o MST, parece residir no modelo e sistema de funcionamento da sociedade que as pessoas têm presente, na medida em que o encaram como o único existente. Na sua perspectiva, o facto de nunca terem conhecido outro acarreta dificuldades pois o ser humano revela dificuldades em acreditar naquilo que não vê, que não sente e menos ainda quando existe uma grande pressão para demonstrar que o MST não resulta e não atingirá os seus objectivos.

"...[referindo-se à função do sector de produção do movimento] mas isso a gente tem que buscar ter muita disciplina pra não permitir que o sector vire o sector económico do MST ou o assentamento, e então ter essa disciplina pra garantir que o sector cumpra a função dele nesse campo económico, mas seja assim como todas as células do MST, seja, um instrumento político-ideológico de mudança de comportamentos, no sentido de trabalhar com a agro-ecologia, com a produção orgânica e de fazer a pressão, fazer a luta política contra as transnacionais, contra o agronegócio." (E)

"...[referindo-se ao movimento sem terra] nós crescemos muito em quantidade e essa forma, essa quantidade, essa forma de..., da forma como está o território hoje, e aí a gente teve um momento na história que a gente, era era... viajava muito, gastava tanto tempo mais na estrada do que... até chegar lá né, e aí a gente viu uma nova forma de organizar a base, que antes a cada 5000 famílias era um dirigente, uma direcção, né um dirigente, aí tem tem o sector de formação, educação, cultura, todos os sectores que compõem a organização (que daí você já sabe) aí só tinha dificuldade de acompanhamento, era desenvolver essa consciência, era envolver a base eh nas mobilizações, nos actos políticos, com isso a gente fez, pensou outra forma né e a cada 500 famílias se tem uma coordenação aí fica mais fácil de envolver essa base de de trabalh., de fazer trabalhos políticos, formação eh, fazer programas de formação prá que eles desenvolve..." (P)

Ou seja, nesta citação podemos ver o esforço e a capacidade de constantemente se auto avaliarem e procurarem (re)inventar-se. A crítica e (auto)crítica parecem ser um dado fulcral na procura da melhoria do trabalho que desempenham no quotidiano.

Por outro lado, eles partem da convicção e têm plena consciência de que estão inseridos no sistema vigente que assume directrizes capitalistas e, nesse sentido, os ideais e formas de estar nesse sistema trarão como eles dizem "vícios, desvios e contradições". Isso é bem perceptível quando o entrevistado S se refere às contradições que por vezes acontecem e a clara noção de que se incluem num sistema e, nesse sentido, isso deverá ser tido em consideração.

"[referindo-se às contradições] Tem, tem as suas dificuldades sim mas, não podemos dizer que é perfeito, porque vivemos dentro deste sistema capitalista e aí você traz vícios, desvios." (S)

“Não adianta eu dizer prá você que eu estou pregando o socialismo, aqui prá você, e lá fora eu ser um capitalista. Não adianta eu dizer oh Mara coca-cola é coisa de capitalista, então todos nós temos um pouco de capitalista, tu agora quer ter uma roupa bonita e tu vai numa loja boa e compra né, vai numa loja boa comprar.” (S)

Assim, reconhecendo este facto como real e algumas vezes (in)transponível, procuram acerca disso desenvolver uma aprimorada avaliação e auto-avaliação de todo o processo.

“...do portão do centro de formação prá fora nós estamos numa sociedade capitalista e quando entramos pra cá pra dentro aí nós estamos entrando em uma sociedade socialista, só que com muitos vícios trazido pela sociedade capitalista né, que as pessoas que vem de lá são pessoas que a gente quer construir socialistas mas que estão numa sociedade capitalista. Então quando eles entram pra cá, a gente tenta construir esse processo mesmo.” (D)

5.4 Sonho vs Policiamento [CRER PARA VER]

Nesta sub-categoria assumem-se essencialmente dois procedimentos e/ou condutas intimamente relacionadas com um “cuidado” no tipo de linguagem que é usada. Segundo uma perspectiva da análise crítica do discurso, percebemos que o tipo de linguagem utilizada é igualmente pensada e estruturada por forma a assegurar uma coerência interna entre aquilo que se diz e aquilo que se faz. Assim, uma das condutas tem que ver com aquilo que é suposto pensarem que vai acontecer no futuro, fruto da sua luta.

“Você tem essa..., de os meus filhos vai nascer um dia, aí os meus filhos tem que pensar num neto que vai vir, então **a gente tem que** pensar assim.

- **Sempre numa perspectiva de futuro?**

S: Sempre numa utopia bonita, **a gente tem que** pensar.” (S)

“Então **ele tem que** enxergar um futuro lá na frente pra ele, mas não só pra ele, **ele não tem que** pensar assim, **ele tem que** pensar não eu só mas também um colectivo todo aqui.” (S)

Isto remete-nos para a ideia da importância de ser coerente com o sonho e de assumir responsabilidade de lutar pelas gerações vindouras. Mas mais do que isso, nota-se o cuidado para educar o pensamento nesse sentido (e.g.:«a gente tem que pensar assim») porque só assim, pelas suas narrativas, parece ser possível construir uma identidade diferente. De acordo com Rappaport, é necessário construirmos narrativas positivas de futuro (1981;1995; 1998; 2000).

Estas expressões: «temos que pensar assim»; «deve ser assim»; «tem que ser assim», entre outras parecem revelar o esforço para desenvolver um pensamento que esteja de acordo com a ideologia do movimento. Este cuidado que têm com a linguagem, parece

revelar muito mais uma forma de auxiliar a continuidade da crença no sonho/utopia, do que uma forma de ditar ou ordenar um tipo específico de linguagem.

“Então resistimos sim né, pra que a gente tenha um futuro melhor na frente, pra que os nossos filhos não venha passar o que a gente passou, mas que fique ali sentado no assentamento e ali progrida e mate a fome de muitas pessoas que venha à procura de nós.” (Ca)

Há, parece-nos, uma procura para acreditarem num mundo melhor e diferente daquele que eles conhecem e, nesse sentido, os cuidados a ter com a linguagem assumem-se cruciais

“...em tudo a gente tem que buscar um conhecimento que a gente veja que está sendo pro bem pra gente, para a nossa saúde e que a gente descubra e queremos também avançar, aprofundar nos estudos para que a gente venha a enxergar um mundo melhor.” (Ca)

Para além deste cuidado com a linguagem, percebemos também que o movimento procura, por forma a facilitar e a clarear os objectivos da sua luta, estabelecer o binómio: capitalismo vs povo no sentido de identificar claramente «o inimigo», *i.e.*, aquilo ou aqueles que estarão na base das desigualdades e exclusão. Apesar de nos parecer uma forma simplista de colocar as questões sociais inerentes a uma sociedade, o que é facto é que tem um resultado extraordinário junto da base que se inicia no processo de socialização do MST. Isto é, esta clareza auxilia inicialmente as famílias camponesas a identificar algumas das causas, que até então eram perfeitamente abstractas e “sem rostos”, da injustiça social e que se repercutem nas suas próprias vidas. Pudemos também constatar que, com a progressão do tempo estas construções mais simplistas vão ganhando outra forma e complexidade, sendo auxiliadas pela formação e pelo estudo.

Outra conduta tem que ver com o assumir de uma perspectiva optimista, onde é imperativo que a confiança e o crer que é possível estejam sempre presentes. Parece ser em última instância a ideia de que enquanto militantes estes terão que manter uma atitude optimista, uma atitude encorajadora para que isso também se estenda ao povo. Pudemos perceber claramente isto numa conversa com uma professora do movimento que leccionava um curso de pós-graduação no centro de formação Paulo Freire e que a certa altura nos explicava que:

“O educador, o militante tem que estar animado e o educador tem que ter a certeza de que é possível, as pessoas têm que acreditar.” (Diário de Campo, 16-08-07, Caruaru).

Ao longo do tempo do trabalho de campo, pudemos perceber a existência de um sentimento internalizado nos/nas militantes que se referia ao seguinte facto: se o/a militante

(educador/a) não acreditar que a finalidade maior do MST é possível e concretizável isso desmotiva; contudo a convicção e certeza das suas opções permite-lhes a eles/as e à base, com quem trabalham directamente, uma convicção e consequentemente maior motivação para a continuidade da sua participação nas diversas acções desempenhadas pelo movimento. Neste processo, há inclusivamente algum cuidado nas palavras que utilizam, ou seja, assistimos inúmeras vezes que de uma maneira geral mesmo quando as pessoas se referiam às dificuldades e desvios existentes usavam sempre a palavra desafios ao invés das anteriores [dificuldades; desvios] o que por um lado parece colocá-las numa posição de permanente luta e nunca desistência ou vencidas e, por outro permitir-lhes desenvolver uma perspectiva optimista.

“...sempre a nossa mente, principalmente da direcção do militante, que a gente vai conseguir né os nossos objectivos porque se não não teria pra que lutar mais.” (D)

De uma maneira geral, nas entrevistas as pessoas mesmo falando dos desafios existentes, logo de seguida se referiam a todas as coisas bem feitas e bem sucedidas que até à actualidade têm conseguido alcançar.

6 – EXISTÊNCIAS INDIVIDUAIS

6.1 Desenvolvimento e Expressão de Capacidades Individuais

Esta sub-categoria contempla três grandes abordagens perceptíveis durante a análise de conteúdo a que foram submetidos os dados, mas igualmente decorrente da observação participante levada a cabo no decurso do trabalho de campo.

Assim, foi-nos possível identificar i) a descoberta de capacidades que a pessoa até ao momento nem sabia que possuía

“E assim, aí eu comecei a desenvolver o que eu pensei que eu não tinha capacidade de fazer que era articulação⁶⁸, olha pela primeira vez eu sai prá rua prá pedir ajuda pra dentro do acampamento que o acampamento tava sem cesta básica, passou 6 meses sem cesta básica, os acampado com fome eu sai de porta-a-porta, sai de supermercado pedindo, assim de carro de mão de chapéu dos Sem Terra, pra alimentação, fui falar com o Prefeito, aí pronto ai comecei a articular...” (Cr)

⁶⁸ Articular é uma palavra usada frequentemente no MST e refere-se à capacidade de estabelecer contactos e relações entre a sociedade em geral e o movimento.

"...eu aprendi a ser articuladora que eu não sabia o que era, eh eh, então assim consegui segui, fui pra Feira Nova [localidade do estado de Pernambuco] também consegui lá em Feira Nova umas coisas também." (Cr)

"Todo o mundo é capaz. Quando eu entrei no MST eu não conseguia conversar mais do que cinco minutos com uma pessoa aí, não conseguia falar em público mais do que dez palavras né, era uma frase né. E isso o movimento veio né, a partir da da... pega o desafio tem que ir, tem que alguém ir, tem que fazer reunião, tem que fazer isso, tem que negociar e a gente foi, a partir da necessidade da demanda né, criando uma consciência e ao mesmo tempo uma habilidade prá questão, que é positivo né prá gente." (E)

"...[referindo-se à admiração dos pais em relação às capacidades dos/as filhos/as] os pais fica assim bobos eles fazem reunião, fazem assembleia «olha vamo reunir aqui o grupo» então com os coordenador eles mesmo, «oh vou passar isso aqui prá vocês tal tal», ver eles lendo..." (L)

"...tem meninos que fazem tarefa dentro de casa e que a mãe chegou pra mim e disse eles nunca lavaram nem uma cueca e chegam lá e as mães falam prá mim, eles pegam as roupas botam num carrinho de mão e descem lá prá fonte e lavam a roupa todinha da gente. Lavam a roupa, lavam a louça, varrem a casa, passam o pano, faz comida eu não tou fazendo mais nada dentro de casa, quer dizer isso é uma mudança né." (L)

ii) o reconhecimento e a valorização sentida pelas pessoas no exercício das suas acções

"...[referindo-se à sua liderança na ocupação de uma prefeitura] eu assim consegui, aí então eles ficaram impressionados, Cr tu conseguiste Josias começou a pular lá, todo o mundo telefonava directo prá mim prá saber como é que eu tava, que é a preocupação. Aí eles, aí eles fizeram a maior festa, Cr tu conseguiste (...)_aí eu consegui aí houve uma festa foi muito bom todo o mundo, com comida que fazia mais de 3 meses sem comida assim, cesta básica, sem leite sem essas coisa, veio óleo tudo, aí foi uma festa né, dentro do acampamento. Aí Josias «eu não disse a você ia conseguir», e aí foi que eu comecei a articular, eu saía com Josias pros assentamentos..." (Cr)

"...veio uma pessoa de Brasília aqui e (...) quando eu saí ele disse é você que a gente está procurando prá trabalhar na rádio em Brasília no congresso [Congresso Nacional do MST]. E eu disse eu, menina eu levei um susto né. Aí eu perguntei prá ele como é que tu me descobriu, através da rádio, você não é locutora da rádio aqui do centro, você não tem um programa e eu disse tenho. Como é o nome do seu programa? "O Som da Viola" de manhã às 05h30. Pronto me informaram desse seu programa então a gente quer que você trabalhe. Então isso prá mim foi muito gratificante." (L)

Percebe-se que a entrevistada L se sente reconhecida e valorizada pelo seu trabalho e, nos seus discursos, parece ser possível apreender que se sente muito mais capaz e com uma função útil desde que entrou para o movimento.

"Prá mim foi importante, muito muito mesmo, ainda hoje é importante, porque quando alguns que eu encontro dizem nossa maratonista e eu digo não sou mais, mas é, só me chamam assim. Nossa maratonista, eu me lembro disso. Hoje eles me vêem e já e falam outras coisas, por causa do filme que a gente fez né, (...) a gente fez o filme e esse filme quando eu cheguei em Brasília menina era gente correndo atrás de mim é ela mesmo, oh piercing dela, é ela meus Deus eu me escondia e perguntavam você é do filme e eu respondia ah ah ficava assim abestalhada. Eu fiquei assim tá entendendo, então eu agradeço a quem esse crescimento, ao movimento." (L)

iii) quando as pessoas ganham auto-estima e se sentem empoderadas por assumirem determinadas funções.

"Assim ehhhh eu vi agora, hoje, como eu disse, hoje eu vejo que aquela minha vidinha não tem nada a ver com hoje, hoje eu sou, vamo dizer, hoje eu sou mais dona de mim, antes eu não era, antes eu não ligava pra mim eu só ligava pros outros eu não via..., a minha família eu tinha que cuidar, não é que eu deixei a minha família que eu amo e cuido do mesmo jeito, mas hoje eu tenho mais segurança, hoje eu sei o que eu quero eu não vou deixar ninguém me manipular, vou... se precisar de cuidar de mãe, de pai, de irmão eu tou lá, mas agora eu tou lá ajudando, mas não como eu fui feita práquilo, eu faço parte, eu faço parte daquilo porque é a vida, mas não." (Cr)

"...o MST é uma das organizações que oferece muito essa capacidade de recuperar a auto-estima e, eh saber que não existe alguém que nasceu pra ser mais sabido ou prá ser mais importante e outros pra ser menos sabidos e menos importantes." (E)

6.2 Entre-Ajuda Companheiros

Esta sub-categoria advém de uma forte relação com a descrita anteriormente, uma vez que diz respeito à importância da ajuda ou do apoio prestado pelos/as companheiros/as e de que forma essa foi decisiva para a pessoa não desistir, acreditar em si e continuar motivada. Percebemos que a entre-ajuda parece ser fundamental existir em todo o processo do movimento. Kieffer, no seu trabalho sobre *empowerment* de 1984, referiu-se à importância do mentor como sendo uma figura crucial para que as pessoas de uma maneira geral se sentissem acompanhadas e seguras nas competências participativas que estavam a desempenhar e, numa fase inicial, a descobrir.

Aqui de forma muito semelhante, os sujeitos entrevistados referiram-se á importância deste mentor como sendo vital para que conseguissem levar a cabo as acções e responsabilidades que tinham a seu cargo. Assim nos discursos que se seguem podemos observar aquilo que significou sentirem o acompanhamento e o apoio prestado por esse mentor/a:

“...[referindo-se ao incentivo de outro militante para realizar a prova de entrada no curso que actualmente está a finalizar] então foi assim que eu comecei a entrar no curso, estudei, eu pensei, morrendo de medo eu acho que, eu dizia eu não tenho capacidades de fazer o vestibular, mas assim, pensei em desistir, mas ele disse não não você não vai desistir não, aí eu consegui, fiz o vestibular fiquei bestinha quando passei.” (Cr)

“Até a menina que veio comigo a Poeira, eu tava com muita dificuldade por ter passado muito tempo sem estudar, e pra mim você fazer a Faculdade assim que você não tem uma preparação como você tem assim antes, muito tempo parado aí eu queria desistir mas Ró (que você não conhece) e Cris me deram muita força prá eu ficar prá eu não... eu ia desistir, está muito difícil prá mim e aí eu..., mas as meninas disseram não cê não vai desistir não, cê não vai desistir não, você vai ficar você tem capacidade, aí eu mas eu acho muita dificuldade... Assim hoje eu tou aqui, às vezes pensando quantas coisas eu passei, ainda hoje eu brigo comigo mesma... meus Deus do céu tem hora que eu digo eu vou-me embora eu não dou prá isso não, mas aí eu vejo eu converso às vezes com as meninas, eu peço ajuda. As meninas hoje me ajuda muito né em relação a isso, Cleu, Aninha, Vau, as meninas me ajuda demais Tânia, então assim tou andando né, tou seguindo.” (Cr)

Também é possível perceber nos diversos discursos a importância desse mentor/a; desse companheiro/a para que as pessoas tivessem um pouco mais de confiança nas suas capacidades e acreditassem em si mesmas

“C: Ah eu fui, com medo, não vou dizer que eu não ia com medo, porque se eu dissesse isso eu tava mentindo, eu tava com medo mas como eu disse a você eu tinha uns amigos que era militante, teve um dirigente que ele veio pra me ajudar, ele falou assim oh Cr eu tou aqui pra te ajudar, tu sozinha leva jeito, mas eu tou aqui pro que você precisar, pegamos muitos... dos outros acampamentos os colega que se chamava Bode, eh uma turma todinha assim... Josias do outro lado telefonando, fazendo outra ocupação em Vitória não podia tar comigo.” (Cr)

“Mas sempre que que é assim, sempre tinha uns militantes que eu tinha muita amizade, então os militantes que a gente tinha sempre, me davam uma força, mesmo assim o que eu precisasse tava sempre, tinha militante comigo porque aqueles militantes é aqueles amigo, militante amigo seu, então foi isso também que me ajudou. Aí pronto aí Josias dizia «a gente, a gente vai conseguir», aí eu fui e ocupei, a primeira função minha sem o dirigente masculino só eu como feminino foi ocupar a prefeitura de São Lourenço.” (Cr)

Para além dessa constatação, percebemos igualmente que esta entre-ajuda revelou-se essencial para a manutenção da motivação e para uma opção por continuar ligada ao movimento

“...ele me deu livro prá mim ler sobre a história, como foi que começou a história do movimento, aí eu comecei ler. Aí ele me ensinou como formar os grupos de família, como dividir os sectores prá cada um, em fazer reunião isso aí foi me movendo [motivando]...” (Cr)

"...[referindo-se ao militante mentor] aí ele dizia não você vai ficar. Aí foi na época em que chegou Josias. Aí foi que eu acho que eu já fiquei mais por causa de Josias, porque Josias me dava uma força dizia «Cr você vai, eu tou aqui te ajudando até arranjar outro... Ele sempre dizia não você vai ficar, eu confio em você, você tem capacidade»..." (Cr)

..." o colectivo de que eu fazia parte foi responsável pela minha formação teve muito esse papel né, era um colectivo que a gente estudava, a gente ria né, a gente sofria né porque a gente não tinha um centavo pra comprar comida mas a gente era motivado, então isso na verdade foi o que me impulsionou porque eu não tava sozinha, era todo o mundo que tinha que fazer esse espírito de sacrifício e todo o mundo fazia com gosto, então isso fez a diferença na minha militância e faz até hoje a diferença" (Mi)

7 – PODER

7.1 Relações de Poder entre Membros

Nesta sub-categoria estão evidentes relações de poder iguais e desiguais. Ou seja, os sujeitos entrevistados/as por um lado referem-se a situações onde está contemplada uma relação entre iguais que tem subjacente o pressuposto de que vão sempre aprender com o outro; a diversidade existente em cada ser humano é algo valorizado parecendo considerar-se sempre a possibilidade de aprender com esse outro na medida em que ele é único.

"...e a igualdade, não existe porque eu sou dirigente, tem coordenação estadual, não existe um ser maior que o outro não, todos nós somos seres humanos. Não existe eu dizer sou uma classe maior do que tu, não. Existe a igualdade de ser humano, entendeu. Não existe saber de mais, existe saberes diferentes, então se tu sabe mais do que eu então tu vai me dar a tua experiência que tu tens e eu vou pegar a tua experiência e vou passar pra outro. Então existe saberes diferentes mas quando a gente se interage a gente, tu aprende comigo e eu aprendo contigo, então fica tudo igual né. Então tem uma história que a professora contou em que tinha um advogado e um professor e aí foram passar num rio né, então aí o advogado perguntou pro barqueiro você sabe de leis, ele fez não. Então tu perdeste a metade da vida barqueiro. Aí a professora na metade do rio a professora perguntou, barqueiro tu saber ler ele disse não, então tu perdeste a metade da vida, aí de repente vem uma onda e virou o barco e eles lá se debatendo e o barqueiro perguntou aos dois, vocês sabem nadar e aí os dois disseram não, aí ele disse então vocês acabaram de morrer no meio do caminho. Porquê? Porque antes eles não pediram instrução ao barqueiro né, por ele ser graduado, ser advogado prá ele nem importava ele era um simples barqueiro, mas o barqueiro se salvou e eles morreram. Então por isso que é bom a gente ter a experiência de um, a experiência de outro, não é porque ele sabe mais eu não vou ensinar a tu não. Se eu sei escrever meu nome eu vou ensinar a tu também a escrever teu nome, entendeu." (S)

"...a questão de formação política a gente diz que sabe dar formação política, mas a gente está sempre aprendendo, aprendendo aprendendo no decorrer do tempo, desenrolando né. Você só diz que está formado quando diz conquistei uma vitória e nunca pára." (Ca)

Na expressão do entrevistado Ca parece estar implícita a ideia de que a relação entre os membros não se dá pela relação professor-aluno; é contrária à educação bancária a que Paulo Freire (1970) se referiu em que uns sabem tudo e explicam e os outros ouvem e assimilam. Quando Ca diz "você está formado quando diz conquistei uma vitória e nunca pára" parece-nos estar muito próximo da ideia de querer dizer que aquela vitória eu ganhei, mas isso não me pode fazer pensar que eu tenho o saber absoluto, nem que sei mais que os outros. Diz-me, pelo contrário, que aquela eu conquistei mas "nunca pára" porque eu vou sempre aprender com o outro, com cada ser humano surge a possibilidade de aprender porque ele é único.

Por outro lado, os/as entrevistados/as admitem nas suas falas a existência de relações que pela sua natureza colocam em risco a organização e o bom funcionamento da ideologia de libertação e emancipação fomentada pelo movimento. Na análise é possível identificar o seguinte

"ele depois saiu, eu fiquei sozinha como dirigente, tive que ocupar ocupar prefeitura, fechar sozinha, isso também foi outra experiência prá mim, porque quando eu tava com o outro dirigente ele não deixava a gente, porque assim ele por ser mais antigo então ele não dava espaço prá mim, eu era dirigente só por ser dirigente mas eu não actuava assim como um dirigente. «Não Cr faz isso que num... não tem espaço porque...» ehhhh, mas tudo bem né. (...) o ser machista é assim que acha que mulher tá ali só pra cuidar. Dizia «não Cr tu fica só trabalhando com as mulheres, e eu com... » Só que eu não via esse negócio de trabalhar só com mulheres, porque eu ia trabalhar com os dois. (...) E aí eu cresci mais depois que ele saiu, depois que ele se afastou e foi pra outra regional." (Cr)

Na expressão seguinte, existe a ideia subjacente de que a militância à partida goza de um estatuto diferente e que, por isso merece ser respeitado. Desta atitude poderão advir riscos de desvirtuar e contrariar os princípios subjacentes ao movimento

"Então você tem que ser um militante que a base lhe respeite né. E quando você chegar na base, «eu sou um militante da organização do movimento dos trabalhadores sem terra e vim aqui fazer meu trabalho» e todo o mundo vai lhe respeitar, como militância que você é." (D)

7.2 Capacidade/Poder Mobilização [Movimento de Massas]

Esta sub-categoria evidencia a forte capacidade de mobilização que o movimento demonstra. Nas suas acções de pressão das estruturas sociais dominantes utilizam o seu eficiente poder de mobilização. Facilmente organizam uma multidão no sentido de reivindicar, como é visível através das citações que se seguem:

"...é através das direcções que a gente faz mobilização que junta o povo pessoas daqui com as de Bahia, de Pernambuco, a gente fez uma mobilização na ponte da Bahia,..." (L)

"Então eu fiquei como estava, então de longe eu avistei Jaime e quando ele me viu, aí então aquela multidão de lá de Pernambuco né eu já entrei gritando «Pátria Livre», todo mundo respondeu quando me viu foi aquela coisa aí depois quando eu olhei pro outro pessoal da Bahia, aquela multidão na Bahia, então entendeu aí como é a coisa né, como funciona o movimento, independente de onde você seja quando é prá mobilizar eles ficam sabendo. Como é que o da Bahia ficou sabendo do de Pernambuco, como é que o de Pernambuco ficou sabendo do da Bahia, os dirigentes estadual passa as informações um prá o outro..." (L)

"Então é essa coisa assim de de informe que a gente usa, passar um informe é nisso, é do Pernambuco prá Bahia, da Bahia passou pro Pernambuco e aí eles fizeram o quê, vamos unir e fazer uma mobilização, reivindicação." (L)

7.3 Luta de Massas [poder para fazer revolução]

Esta sub-categoria pretende elucidar o poder social que pode exercer uma determinada comunidade, bem como a forma como o movimento ao longo do tempo se vai alargando, amplificando. Assim, no discurso dos entrevistados S e Ca podemos perceber um pouco melhor este significado

"...o movimento hoje não tem só esse curso, o movimento hoje tem dois ônibus que saiu daqui e vai pra pedagogia em Nazaré da Mata, tem médico em Cuba entendeu. Alguns militantes já foi prá Venezuela, ainda estão lá ainda, e o movimento está sempre se espalhando. A nossa luta é, a gente diz que a nossa luta é internacional e sempre foi internacional porque a gente não está aqui só não mas estamos no Brasil todo. Quando a gente se junta pra fazer um congresso nacional se você vê só de militante é quase 20.000 né, imagina o resto que está espalhado pelo país, então se um dia a gente quiser parar o Brasil a gente pára." (S)

"S: De canto a canto do país a gente pára entendeu, nós somos um movimento de massa que luta que,..." (S)

"Eu acho que quando você se forma numa coisa, se você passou a sua experiência prá outra pessoa aquilo ali sempre vai crescer e aquela semente ali nunca morre né, é a mesma coisa quando tu planta uma planta, daquela planta tu tira aquelas sementes já vai plantando de novo, plantando de novo e de repente tu vê um roçado que... Então o movimento ele é isso." (Ca)

7.4 Noção Classe / Consciência Classe [Grupo Alargado]

Esta sub-categoria sugere a existência de uma noção ou de uma consciência de classe, na medida em que é perceptível, através das diversas narrativas, a ideia de que o facto de pertencerem ao movimento, todos juntos, lhes confere não apenas argumentos, como

também força para falar das injustiças a que se acham sujeitos. Na análise que se segue é possível reconhecer as tendências que exprimem este sentimento de grupo alargado, e de que forma esse o mesmo lhes permite um arcabouço para acreditar que estão do lado da razão, que possuem argumentos e, em função disso, poderem manifestar-se e reivindicar tais razões, encarando-as como formas de participação cívica que contribuem para a sociedade em que se inserem.

"[referindo-se a situações onde os seus direitos são violados] Eu vou prá briga (*risos*), mesmo sozinha sem ninguém. Se assim, agora eu vou prá briga e vou defender se eu tiver argumento, se eu tiver aquilo ali, se eu tiver controle, se eu tiver o controle de que aquela briga eu compro a minha mãe diz «ocê é doida». Eu digo sou doida não, hoje eu sei os meus direito, hoje eu sei brigar por eles e antes eu não brigava, sabia que tinha direito mas (bateu com as mãos uma na outra) deixava pra lá. Hoje não, hoje eu sei quais é meus direitos. Sei o direito do próximo que tá na minha frente tá entendendo. Eu digo «oh é assim, assim e assim, não deixa não, tu não faz passar pra trás não, tu tem teus direito procura, procura os teus direito, a justiça o que tu quiser, pinta e borda aqui, mas não deixa passar ninguém por cima de tu não».

- E essa questão que tu ainda agora disseste. Eu antes sabia que tinha direitos mas deixava pra lá, porque é que deixavas pra lá?

C: Eu acho que eu não tinha o conhecimento que eu tenho hoje, hoje eu sei brigar, hoje eu sei, hoje eu tenho argumento. Antes eu sabia, mas eu não tinha argumento, deixava passar, eu dizia «eu vou entrar em briga de cachorro grande?» (*risos*), essa minha visão era essa, hoje não, hoje eu posso até entrar na briga de cachorro grande porque hoje eu tenho argumentos pra brigar com o cachorro grande (*risos*).

- E esses argumentos foste... (não terminei, começou logo)

C: Eh esses argumentos, são assim que eu hoje, hoje eu tenho, hoje por estar no movimento, por ter esse conhecimento, porque me deram a oportunidade desse conhecimento, de saber brigar e dizer vai-te embora brigar que tu tem possibilidade, tu faz parte desse mundo que tu acha que não faz parte..." (Cr)

"Se você não for brigar por aquele teu direito, que antes eu sabia que tinha mas não ligava e não brigava porque prá mim passava, ah mas hoje eu vejo que se eu não brigar por esse meu direito, mais tarde eu não tenho possibilidade mais de brigar. Agora eu tenho a chance, antes eu não tinha a chance mas eu já tenho a chance de brigar, está entendendo." (Cr)

" [referindo-se ao momento em que percebeu a importância do colectivo] Então isso deixa a gente muito seguro, do que a gente faz e muito eh tranquilo nas afirmações." (E)

"S: Eu acho assim que que, o movimento Mara ele resgata, ele faz um resgate das pessoas que estão lá fora entendeu lá fora e tão sofrendo, é uma classe sofredora né, nós somos uma classe sofredora, porque a classe trabalhadora é uma classe sofredora, oprimida né e então o movimento liberta essas pessoas pra que ela grite pelos seus direitos, pra que ela consiga gritar e não ficar calada o movimento faz isso nas pessoas, então você tem essa formação política que o movimento dá, e quando você chega lá fora você não tem medo de gritar os seus direitos, você não tem medo de chegar num Hospital e dizer olha eu quero ser atendido dessa forma e dessa aqui, porque eu tenho os meus direitos. Tu tem direito de me dar uma boa educação, uma boa saúde, né. Tu vai lá na constituição que tu vai ver todos

os meus direitos lá, então o movimento passa isso todinho prá gente pra que a gente também passe prá sociedade lá fora,..." (S)

8 – RELAÇÃO TEORIA – PRÁTICA: PRAXIS

8.1 Aprendendo e assumindo funções no movimento

Esta sub-categoria refere-se á forma como as pessoas começam a assumir funções no movimento e à forma como vão aprendendo com ele. No processo de análise de conteúdo das entrevistas, foi-nos possível verificar que alguns sujeitos entrevistados abordam a forma como, ao longo do tempo, se foram integrando nas actividades do movimento e de que forma foram não só aprendendo mas também como foram assumindo diferentes cargos e funções no decorrer do tempo. Assim, eles centram os seus discursos na forma como foram assumindo para si aquela causa e como se sentiram ao iniciar o seu processo, mas também na demanda quotidiana exigida pelo movimento que rapidamente fez com que fossem sendo levados a exercer cada vez mais funções e dando o seu contributo.

Num primeiro momento, a entrevistada Cr exemplifica de forma muito clara o processo/percurso de envolvimento e associado a isso como ela se foi sentindo útil naquele espaço e como de alguma forma o seu esforço foi reconhecido especificamente quando a convidaram para ser formalmente coordenadora de um núcleo de famílias.

"[referindo-se aos seus contactos iniciais com o MST] Só que depois com o tempo eu fui me **acostumando**, chegava em casa ficava abusando começava a gritar grito de ordem, a minha mãe, minha mãe ria de se acabar ehehehe. Porque essa era a visão, eu contava a ela e aí eu dizia «diz aí companheiro», dizia prá minha mãe né e ela dizia "cês não presta não, «cês vai pra uma reunião e ainda vem mangando» e eu digo e aí companheira. E aí depois eu fui me **envolvendo**, eu fui na outra semana, me botaram em grupo de família, já participei de grupos de família, de reuniões das mulheres, no dia de fazer o vigia, eu não ia fazer o vigia mas eu fazia o trabalho que é duas horas do colectivo, e aí comecei a fazer amizade, minha irmã também foi logo pro sector de produção que ela gosta muito desse negócio de plantação e ela estudava, aí eu fiquei né, fui procurar saber da saúde das pessoas, os meninos ficaram interessado e aí eu comecei a ver as criança que não tinha tomado às vacina, aí já comecei, sem ninguém me pedir já tava a procurar as casa que tinha água acumulada prá não..., porque a gente tinha que guardar a água depois tampar, as pessoas que não tinham feito prevenção, as mulheres, aí comecei a andar nos posto a marcar e aí **fui me envolvendo**. Depois desse tempo aí os meninos me chamaram, que foi até Griba não sei se você conheceu. Não sei se ele é do centro de formação, «Cr você é uma pessoa tão interessada eu vou botar você prá tomar conta de um núcleo de família e começar a reunir o núcleo de família». Eu já participava só que assim ele me botou como coordenadora.

- Mais com uma função formal

C: Isso, isso.

- Ó Cr isso tudo ainda no acampamento?

C: Isso tudo no acampamento, essa minha função no acampamento, aí comecei a conhecer cada..., sectores que eu não conhecia, eu tava assim eu não sabia o que era dirigente..." (Cr)

Há também alusão à ideia de que com o decorrer do tempo as pessoas, sem estarem muito conscientes disso, e principalmente numa fase inicial, vão se envolvendo cada vez mais. Alguns dos entrevistados referem-se a isto dizendo

"Aí sei que a gente vai desempenhando aqui, vai desempenhando vai desempenhando, a direcção estadual me botou no colectivo de cultura, e aí hoje eu sou dirigente regional da cultura aí da metropolitana. A gente trabalha com a cultura regional e vai fazer uma faixa de dois anos e meio que eu tou aí nessa luta do movimento..." (S)

"Eu tenho três meninos na Pedagogia, fui eu que empurrei prá Pedagogia, (...) e é assentado e hoje tá lá. Ele estava satisfeito da vida, trabalhando no colectivo dentro do curso, trabalhou na ciranda no encontro Sem Terrinha, trabalhou na ciranda no congresso, quer dizer foi uma coisa assim que eu fiquei... quando eu vi ele eu chorei Mara, eu chorei, «ele disse L pára com isso», e eu disse eu em ver Márcio o tanto que tu cresceu isso prá mim é a maior satisfação do mundo porque tu disseste na minha cara, eu vou entrar no curso mas eu não vou fazer nada pro movimento, só quero o curso, e hoje eu ver você contribuindo pro movimento isso é uma forma que você cresceu, que você tá crescendo, e ele disse «eu vou crescer muito mais no movimento L».

E hoje eu vejo ele contribuindo, fazendo o curso e contribuindo pro movimento." (L)

Ou quando a entrevistada L refere que deixou de dar valor aos bens materiais e, em vez disso, passou a valorizar a relação entre as pessoas, o valor relacional. No entanto, esta foi uma aprendizagem que ao longo do tempo foi sentindo, nada tem que ver com algo que lhe foi ensinado ou dito para fazer:

"Eu tinha um racismo enorme com pessoas pobres, apesar de que eu era pobre, mas eu achava que era mais do que aquela pessoa e isso eu..., aprendi a andar de havaiana, está entendendo a andar de cabelo um pouco arrepiado, a andar com o cabelo sem estar escovado, a vestir uma roupa que não fosse de marca, isso o movimento me ensinou. Não é que ele disse aqui é a roupa que você tem que vestir não, foi com o tempo, foi um trabalho bem lento que eu aprendi e estou aprendendo a cada dia eu estou aprendendo mais..." (L)

Num segundo momento, podemos observar que perante a enorme demanda do movimento, e partindo o MST do pressuposto de que todos são válidos e capazes, isso faz com que a pessoa se sinta sempre muito solicitada e valorizada. Através do seu contributo e das suas capacidades, a pessoa é requerida constantemente para assumir diversas funções e responsabilidades. No testemunho da entrevistada L vimos isso claramente:

“...[referindo-se ao seu início no movimento] e com quinze dias me botaram pra fazer um curso de militante, onde a gente foi prá uma área passamos vinte cinco dias nessa área, fizemos o PDA da área que era um “Pé no Chão” que a gente fazia muito bem feito, a gente passava três dias dentro dos mato mas tinha que fazer o PDA da área, as medições das terras, quanto tempo que tem as terras lá, quem eram os donos, quantos assentados e com isso eu vim fazendo um curso, já está com seis anos que eu estou no movimento coordenando cursos, faço parte do sector de formação, sou dirigente do sector de formação onde trabalho com pessoas formando os militantes, formando essa juventude...” (L)

“Com seis dias eles me jogaram prá um curso, sem eu ter nenhuma experiência sem eu saber de nada e então quando eu cheguei do curso fui chegando e «daqui a doze dias a gente tá vindo aqui te buscar e você vai fazer outro curso» e aí vim fazer outro curso e aí quando cheguei aqui lançaram uma proposta assim, quem é que quer participar de uma maratona representando o movimento...” (L)

8.2 Experiência no Dia-a-Dia / Aprendizado Prático

Relacionada com a anterior, esta sub-categoria pretende evidenciar as vivências, a partilha e as exigências do dia-a-dia que são responsáveis pela mudança de visão; responsáveis pela mudança da forma de pensar o mundo e a vida. Isto é, é no aprendizado prático, na troca de experiências quotidianas que os seus membros se vão confrontando com as dificuldades e sucessos e nesse sentido vão desenvolvendo diferentes visões acerca da sua experiência de vida e da realidade onde estão inseridos.

“...é através dessa conscientização, tendo embasamentos teóricos e a partir daí ter a praxis. Porquê? Porque aí você vai ter que relacionar a sua teoria, com a sua prática e a nova prática, e a nova..., vai surgindo outra porque você vai interagir, a partir do momento em que você interage, que você passa a compreender aí, desde então você vai passar a compreender o outro...” (A)

Segundo o testemunho de um dos jovens está muito presente a ideia de que se aprende com a troca de experiências, com diferentes saberes, com a partilha mútua. Só assim é possível irmos alterando a nossa consciência, a nossa visão da vida e do mundo.

“...o importante prá mim não é a profissão, o importante prá mim é conhecer áreas, áreas de conhecimento diferente que eu possa ajudar mais tarde as pessoas né. Como por exemplo eu sei que agora mesmo nesse dia da aula aprendi que algumas plantas medicinais serve para tal dor né, erva-cidreira serve prá dor de cabeça, dor na barriga então eu quero passar isso pro povo né, apesar de que em relação a ervas as pessoas já vão me ensinar. Mas é só um exemplo, por exemplo eu vou lá e ensino oh você sabe disso então eu vou passar isso também, a ideia é sempre estar ajudando a abrir os olhos e a consciência das pessoas.” (Co)

É precisamente por estarem constantemente em contacto com as pessoas (e também diferentes pessoas) que os faz continuar motivados e a aprender sempre com a diferença do

outro, por isso a entrevistada L diz

“...então vem os encontros e é nesses encontros que você aprende mais coisas, conhece mais pessoas diferentes né. No congresso mesmo eu conheci tanta gente...” (L)

Há subjacente um gosto e um anseio por viajar e conhecer mais pessoas. Portanto, os encontros, palestras, passeatas, marchas, entre outras são ações que motivam porque concretizam o que eles aprendem na teoria.

É na relação humana quando interagem com outros, no colectivo, que aprendem; não é pensando unicamente em si e no seu bem-estar que vão aprender. Por isso ela continua dizendo

“...então isso pra mim é uma aula é com eles que eu aprendo, é com eles que eu estou aprendendo e quero aprender muito mais, muito mais está entendendo.” (L)

Ou seja, são as vivências e actividades quotidianas com o outro que parecem possibilitar-lhes toda a aprendizagem. Além disso, quando ela diz

“E é isso que faz eu ir mudando mais ainda quando eu vou aos encontros, como os encontros Sem Terrinha você vê, os pais fica nos assentamento e manda aquelas crianças, joga assim em cima da coordenação e diz toma é teu, cuida. Que não é fácil né, pra mãe não é fácil, imagina prá gente que não é nada. Então a gente ficar com aquela multidão de criança que foi o quê três mil né? Três mil crianças e a gente, cada coordenador ficar com trinta crianças e você ter que colocar prá dormir, ter que dar banho, ter que dar alimentação e ter o cuidado prá nenhum fugir.

Então é nisso aí que eu vou crescendo mais ainda, é com essa forma de trabalho, que eles trabalha do menor ao maior independente de quem quer que seja do preto ao branco, do aleijado ao são, do limpo ao sujo não tem diferença. Então é isso que fez com que eu mudasse a minha visão e continuo mudando a cada dia eu fico mudando.” (L)

A ideia subjacente é de que esse ir «mudando» continua a acontecer e por isso ela continua a mudar. Não foi algo pontual, não parou no tempo o movimento mantém isso sempre vivo porque essa parece ser a condição que lhe garante continuidade e garante que os/as militantes e/ou membros não percam o seu horizonte. Tal como L disse antes, "o movimento é uma manivela, um moinho" que se parasse de ter relação com pessoas (povo, base) morria. Apesar desta relação com as pessoas representar uma boa parte das contradições existentes no seu interior, no entanto, é exactamente isso que lhes permite garantir a participação dos seus membros e evoluir, não se fechando sob um ideal com contornos ditatoriais.

8.3 Teoria – Prática

Esta sub-categoria refere-se à ligação entre a formação e o estudo (teoria) e a acção (prática) que o movimento privilegia à medida que vai desempenhando as suas tarefas e

alcançando os seus objectivos. Assim, ao longo dos testemunhos dos sujeitos entrevistados podemos observar que procuram conjugar de forma equilibrada essa relação, na medida em que isso parece permitir-lhe alcançar um maior sucesso perante a demanda quotidiana

“A: Olhe eu eu era um educador completamente tradicional certo, e eu só passei a enxergar essa relação da teoria e da prática quando eu fui trabalhar na Base. Quando eu digo a base, é quando eu estou me relacionando à nossa base enquanto movimento, (...) e foi aí, quando eu fiz esse acompanhamento com uma garota de 14 anos que eu comecei a ver que eu teria que ver através das minhas acções enquanto educador, e tentar compreender a mundo dela. Compreender a realidade dela, porque ela tinha um comportamento completamente diferente, ela tinha aquele comportamento de uma aluna completamente se sentindo-se excluída, excluída da sociedade, foi a partir daí que eu comecei a perceber a minha função enquanto professor para trabalhar a partir da realidade dela, e tentar compreender a realidade dela e que foi um trabalho muito longo eu tive que trabalhar bastaste...” (A)

Na citação de Co observamos a relação teoria-prática onde eles só foram melhorando as suas práticas porque foram experimentando. Se não fosse pela metodologia que promove a estrita relação entre formação e acção, na sua perspectiva, provavelmente não teriam conseguido avançar.

“C: Claro é, a gente vem aprendendo com nossos erros né, (...) Então a gente vai vivendo e vai aprendendo...” (Co)

“...dominar as áreas do conhecimento que é uma das tarefa que o movimento nos delega pra cada militante né. Estudo, estudar, estudar sempre estudar né e praticar. Porque aí a gente sabe que praticando a gente exerce aquilo que é pra melhorar na sociedade que a gente estamos lutando por ela.” (D)

Há outros que referem não bastar a reflexão, será necessário colocar em prática as propostas de mudança

“...o movimento tem diversos princípios em que as pessoas entram e vai se conscientizando, através da prática dessas [desses princípios], desse viver colectivamente.” (D)

“...tem que tar lendo um livro e tem que praticar o que aquele livro passou pra ele né.” (D)

“...[não é só necessário você ver, se indigna tá e daí, tem que procurar, tem que ter iniciativa, pelo menos eu comecei tendo iniciativa, comecei do pouco, comecei a participar de encontros, comecei eh aí depois fui convidada pro sector de educação, comecei a trabalhar, ver a dificuldade do povo,...” (CI)

“...só desenvolve a partir do momento em que você participa, não adianta só teoria, você só ir lá e colocar todo o contexto mas eles têm que vivenciar prá poder desenvolver essa consciência (...) quando eu comecei a participar mesmo das actividades política enquanto militante, dos actos políticos foi

quando eu comecei a desenvolver uma consciência mais..., comecei a amadurecer né, mais crítica, a ver o mundo com outro olhar e poder transformar.” (P)

De forma mais paradigmática podemos observar esta relação entre teoria e prática, quando a entrevistada L se refere à forma de funcionamento de um dos cursos do movimento.

“[referindo-se ao funcionamento do curso “Saberes da Terra”] Porque quando a gente sai daqui pra nossas casas, a gente sai com um trabalho de campo, três folhas com um trabalho de campo, pra passar tudo o que a gente aprendeu pra eles [acampados/as e assentados/as]: como fazer uma horta medicinal, como fazer uma horta orgânica, como fazer uma silagem, como trabalhar na avicultura, com trabalhar com bovinos, com caprinos, com suínos. Tudo o que a gente aprende aqui a gente passa pra dentro do acampamento e aí cada um sai com uma tarefa. É dois assentamento e um acampamento que a gente tem que trabalhar, e a gente tem que trazer esse relatório feito, portanto quando a gente retorna a gente vê o processo andando, a gente vê aquela horta que você fez, com quarenta e cinco dias você retorna porque tem que fazer a especialização do trabalho, você chega lá e vê a horta «foi pra frente olhe eles entenderam como é que está indo a tua avicultura, oh xente está indo bem, legal demais da forma como vocês ensinaram», a gente vê que tá funcionando⁶⁹. O projecto “Saberes da Terra” está levando sem querer ou não técnicos não formados, mas técnicos lá pra dentro que é os meninos...” (L)

A pedagogia da alternância é uma metodologia usada em todos os cursos do movimento e, talvez seja, um dos exemplos mais paradigmáticos desta preocupação que o movimento tem em fomentar, de forma consistente e intencionada, a relação entre a teoria e a prática. A ideia, uma vez mais, é procurar sempre aplicarem aquilo que aprenderam teoricamente na prática e vice-versa porque, parece-nos ser exequível afirmar que, desta forma ao confrontar-se com as dificuldades estarão mais aptos para solucioná-las. Por um lado, o facto de perceberem que funciona [«a gente vê que tá funcionando.»] permite-lhes continuar motivados, com esperança e a acreditar que vale a pena continuar com aquela luta. Por outro, parecem sentir que as suas acções, o seu esforço é reconhecido e/ou recompensado o que os leva a potenciar capacidades individuais e provavelmente a sentirem-se mais empoderados e com maior auto-estima.

No testemunho do entrevistado S, claramente percebemos que a finalidade maior em apreender a teoria é para que possa ser aplicada na prática

“S: [referindo-se a um curso sobre direitos humanos] Não, eu fiz direitos humanos, de direitos humanos, algumas escutas com jovens, fiquei dialogando com os jovens (...) E os direitos humanos é um curso

⁶⁹ Todos os cursos do MST possuem esta componente – pedagogia da alternância – que consiste numa alternância entre um período de estudo e formação e, posteriormente, um período de aplicação na prática, e vice-versa.

que você vai saber de leis, pra você chegar, quando chegar um oficial de justiça você saber se explicar na frente lá do oficial de justiça, bater de frente com ele lá e você saber seus direitos também né.” (S)

“Pretendo ser um agrônomo se Deus quiser aí, pra estar trabalhando na terra, eu gosto da terra, de pessoas que trabalha na terra. (...) porque a escola do movimento, é uma escola que é diferenciada das outras né, diferenciada das outras escolas públicas então a gente aprende outras coisas e sai daqui já com uma especialização já, né com uma escola técnica agrícola, né, em que você já vai sair com uma especialização daqui do centro de formação...” (S)

Na análise destas duas citações elas exprimem que a escola do movimento, à semelhança da citação anterior da entrevistada L, lhes permite perceber como aplicar na prática aquilo que vão apreendendo na teoria, nos diferentes cursos de formação.

8.4 Participação de Todos

Nesta sub-categoria foi-nos possível perceber que o MST procura que todos os seus membros estejam sempre envolvidos e a participar. Há uma valorização do outro pela sua participação, isto é, a valorização e o reconhecimento do outro parece estar inerente ao seu processo de participação.

Isto é bem visível quando um dos dirigentes do movimento numa reunião da coordenação regional reforça a importância da participação e de como essa deve estar sempre assegurada entre os seus membros:

“o mais importante de tudo é não deixar instâncias vagas, ou seja, não deixar o cargo vago porque isso significa uma pessoa a menos no processo. Mesmo que hoje a pessoa não tenha qualidade, mas se não há ninguém temos que botar quem temos, porque depois as pessoas com a reflexão, com a formação política as pessoas vão aprendendo. Mas o mais importante é não deixar cargo vago”. (Diário de Campo, 17-08-07, Caruaru).

Relacionado com isto está o facto de que em todos os acampamentos e assentamentos estão representados todos os sectores do movimento, por isso em cada núcleo de família há um esforço para que estejam sempre representados todos os sectores. Assim, em conversa com um dos coordenadores de um assentamento em Nazaré da Mata, ele falava-nos acerca do esforço que faziam para que todos tivessem função no assentamento, pois nesse caso eles iriam sentir responsabilidade e que tinham um função no seu assentamento (Diário de Campo, 09-11-07, Nazaré da Mata).

Assim decorrente da análise parece ser possível reconhecer dois padrões relativamente à forma como a participação repercute os seus efeitos nos diversos membros do movimento: (i) de acordo com um primeiro padrão, a participação é sinónimo de reconhecimento e valorização, isto repercute-se na sua capacidade de delegar funções no outro. Ou seja, o

importante é participar; aquela ideia de estar sempre a fazer com que o outro sinta que a sua participação é importante, fazer com que as pessoas se sintam activas e a contribuir; (ii) de acordo com um segundo padrão, a participação é única coisa que garante que as pessoas se inscrevam na sociedade e se sintam, como Paulo Freire (1970, 1990, 2003) referia, construtores da História.

"...ela necessita de ter uma atenção né, e só com atenção a juventude vai se sentir importante e ela vai saber a importância dela prá construção de uma nova sociedade né, porque a maior força hoje está na juventude..." (Co)

Subjacente parece estar a ideia da valorização da(s) pessoa(s) para que elas possam sentir-se comprometidas. Na medida em que detêm a possibilidade de se sentirem úteis e com importância para aquele organismo, presumimos que isso os/as motiva e faz com que queiram continuar a luta.

Isso é bem visível na citação de Cr quando sente que pode ser útil para alguém e isso fá-la continuar. A sua participação alimenta a motivação que vai sentindo.

"...às vezes eu digo eu não vou mais fazer nada não, eu vou pra casa, mas quando eu chego na base e que eu vejo aquelas pessoas ali, tão lutando pelo seu sonho de ter um pedaço de terra, eu posso ajudar dar informação eh, trabalhar nos grupo, assim poder ajudar, mostrar o que eu aprendi pra fazer pra eles. Ai pronto aí mudo, aí já não tenho vontade de ir pra casa, tenho vontade de ficar lá..." (Cr)

Portanto, fruto da análise de conteúdo e da observação participante foi-nos possível perceber que este esforço para que todos participem surge também interligado com uma forma de valorização do outro.

"[referindo-se a um grupo de jovens que organizou] Então dali, eu montei um colectivo, dali um grupo jovem. Desse grupo a gente tirou um coordenador, uma coordenadora, um relator, um da infra pra cada um a gente deu uma responsabilidade então eles se sentiram o quê «puxa eu sou coordenador, puxa eu sou relator, eu sou da...». Então a gente montou o grupo de jovens, aí eu disse «oh vocês agora tiram o vosso grito de ordem, um nome do grupo jovem e eu quero que vocês botem no papel a necessidade que vocês tem o que vocês gostariam de trazer prá dentro do assentamento de vocês, o que vocês gostariam de modificar dentro do assentamento, o que tem dentro do assentamento que vocês não gostam, é a necessidade de vocês, então a mudança do assentamento o parte de vocês, vocês são a peça principal dentro do assentamento», então eles me colocaram muita coisa..." (L)

Esta é uma ideia sempre muito presente no movimento, atribuir funções e responsabilidades na medida em que isso possibilita às pessoas sentirem-se úteis e valorizadas. A atribuição de importância ao papel desempenhado e a valorização do outro é sempre procurada. Na citação de L há uma valorização dos jovens como sendo responsáveis pelo seu assentamento e, por sua vez, essa responsabilidade devolve compromisso para com o movimento e a sua luta.

No movimento a procura por estar sempre a participar é o que traz motivação tal como refere P quando diz

“Aí só vai acontecer se desenvolver, acontece sim mas a gente busca permanentemente estar fazendo trabalhos, aí prá isso temos encontros estaduais (...) é envolver eles em todos os momentos...” (P)

De seguida no sentido de provar a veracidade destas afirmações refere-se a ela própria verbalizando que só sentiu que começou a mudar as coisas quando começou a participar

“...minha consciência era ingênua né, aquele mundinho ingênuo achando que tudo... né, não tinha aquela consciência crítica né, consciência política de ver a coisa, de poder questionar, de poder eh ver situações e poder mudar transformar elas, e a partir que isso veio mudar quando eu comecei a participar.” (P)

9 – PROJECTO COLECTIVO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ACÇÃO POLITIZADA

9.1 Luta Justiça Social

Nesta sub-categoria realça-se a ideia de que o movimento sustém uma luta não apenas por um pedaço de terra, pelo contrário é uma luta muito mais alargada, trata-se de uma luta por justiça social. A existência desta luta maior revela-se nas afirmações dos sujeitos entrevistados:

“...por ter o nome movimento sem terra muita gente acha que ele é um movimento que luta só apenas por terra né. Não é. O movimento é um movimento que luta por uma sociedade socialista que engloba tudo né,...

- Engloba justiça social para que todos tenham...

D: justiça social, engloba alfabetização pra todos, engloba eh a parte cultural de toda a juventude, de todos os povos camponeses e operários né. Engloba todas essas essas dimensões artísticas, a dimensão educacional né então assim. A gente quer ocupar cada vez mais. Ocupar o teatro, a universidade né de direito, de todas as, os níveis de conhecimento, então a tarefa a nossa perspectiva é conseguir a cada dia dar passos e passos como uma marcha, o que leva uma ah..., pessoas cinco mil pessoas marcharem ali em fileiras reivindicando uma determinada coisa, então marchar em filas organizadas, o que é que leva essas pessoas da mesma forma que a gente querer construir essa sociedade né. Assim um mistério que se vai concretizando a cada dia, a perspectiva é essa (...) a justiça social nesse país, que a justiça é muito né banalizada.” (D)

“...o movimento sem terra né, vai além do romper as cercas do latifúndio, que é a terra até conquistar os direitos como a educação, a saúde e outras coisas, que faz parte da dignidade humana.” (P)

"E daí esse direito dar continuidade pros filhos dos assentados e assentadas, que aí não só tá ali na terra né, o acampamento é o início, o assentamento é a continuidade dessa luta que é ir buscar a luta por moradia digna, por saúde, aí a educação de qualidade, levar a escola prá o campo..." (P)

"Quando a gente vai fazer uma ocupação quando a gente vai fechar uma BR estamos lutando por um direito não só nosso, mas por um direito de toda a humanidade..." (Ca)

"...[referindo-se à finalidade do Encontro Sem-Terrinha] eles estão ali reivindicando um direito que é deles, um direito a uma boa educação, um direito que o estado veja uma possibilidade de fazer um projecto pra uma criança, pra um pai, uma mãe, um recém-nascido, que ele tá nascendo já, mas que ele cresça já com um futuro, entendeu..." (S)

"...porque o movimento hoje ele não pensa só no hoje, ele não pára aqui, ele pensa no hoje, no amanhã, no sempre né. O movimento vive nessa grande utopia, sempre descobrindo o imaginário né, sempre descobrindo o imaginário, sempre inventando novas mística e mostrando a realidade total da população brasileira. Aí ele vive nessa lógica o movimento, eh." (S)

"...então o movimento ele traz uma terra, ele trabalha nela, oferece a educação aos trabalhadores, oferece a educação aos filhos de assentados, passa formação política aos filhos de assentados, os filhos de assentados hoje vem pra esse centro de formação pra estudar, já pra sair daqui com uma formação política garantida, uma especialização né, o movimento hoje não tem só esse curso, o movimento hoje tem dois ônibus que saiu daqui e vai pra pedagogia em Nazaré da Mata, tem médico em Cuba entendeu." (Ca)

No entanto, para além desta visão alargada da luta, um dos sujeitos entrevistados atribui a esta um significado nobre, ou seja, na medida em que a considera um direito de uma nação, é um direito do povo. O entrevistado E na sua afirmação seguinte realça a ideia de que a reforma agrária é uma luta de todos/do povo, e não apenas dos/as camponeses/as pobres. Portanto, isto (re)coloca o tema da reforma agrária não como algo que eles estão a "pedir", mas antes como algo a que todos têm direito.

"Então o banco não considera isso, então a gente coloca no projecto olha a subsistência da família, aí eles diz não subsistência não é com o banco, isso aí é com o governo federal, o banco financia negócio então a gente está tentando quebrar essa história, o Banco não pode financiar negócio, quando tem que financiar a agricultura, a agricultura não é um negócio, a agricultura né ela tem que ser vista como um instrumento de soberania, de uma nação, então é essa essa diferenciação que a gente precisa trabalhar." (E)

Outros ainda associam essa luta maior por justiça social ao aparecimento de esperança e expectativas futuras diferentes daquelas que têm conhecido até ao momento

"...desde oito anos hoje já tenho vinte né, conheço os valores do movimento, sua ideologia, porquê luta não só é simplesmente porque quer terra né, é querer resgatar o que as pessoas perderam há muito tempo, o valor de viver, acho que o gosto da vida." (Cl)

9.2 Sociedade Socialista

Esta sub-categoria aparece na sequência da anterior, na medida em que podemos considerar que a engloba. Dito de outra forma, a sub-categoria da luta pela justiça social está contida na sub-categoria “sociedade socialista”. Esta sub-categoria mereceu o nosso destaque pela relevância da frequência com que surgiu no discurso dos diversos membros, não ficando circunscrita unicamente ao universo dos/as entrevistados/as. As definições e alusões a esta sub-categoria são muito próprias e fruto de uma definição interna ao próprio movimento. Assim, para uns:

“C: uma sociedade socialista, é onde o jovem tem a consciência do que vai fazer né, (...) então a autodestruição isso foi criado pelo sistema prá gente se autodestruir, como a cachaça também pra sermos dominados, a história da cachaça por exemplo né, a gente toma perde o controle de quem somos, fazemos coisas que não é parecido com nós e somos totalmente dominados pelo álcool e indo mesmo assim ao fundo, então as pessoas vão se matando entre si e a gente quer o seguinte, a gente quer que a juventude perceba o que é que ela é, o que é que é bom pra ela e não se destrua entende, e lute também pelos seus direitos e pelos direitos de todos né.” (Co)

Para Co sociedade socialista significa ter uma visão crítica do sistema em que se inclui e de como esse sistema o domina e/ou aliena. Em última instância trata-se de convocar os jovens para que pensem que sociedade querem e que depende deles a mudança dessa mesma sociedade. Outros referem-se a ela como

“D: A sociedade socialista a gente prega, sempre pregamos e assim, a gente tem exemplo de várias revoluções né, a revolução russa, a revolução cubana né e assim é um sistema que a gente vai vivendo, se libertando né, que não vai um prá explorar o outro. Por exemplo a gente vive hoje num sistema que é mais ou menos assim eu sou poeta, eu sou cantor e vou fazer uma música só que eu não vou fazer essa música prá expressar os meus sentimentos eu vou fazer essa música pra vender, então essa sociedade jamais a gente quer.

A gente quer uma sociedade que a gente possa compor uma música pra que possa expressar os sentimentos e as pessoas entenda, é tanto que hoje as pessoas ouvem uma música e as pessoas nem raciocinam o que ela quer dizer. Então a sociedade socialista eh, pra nós é ser libertado de toda essa opressão capitalista né, não existir essa diferença de classe né, é onde todas as famílias possam ter um pedaço de chão, as famílias agricultoras né, as pessoas que vivem nas cidades, os operários possam ter emprego né. Possam não viver mendigando, ou sem perspectiva de vida, crianças passando fome numa favela, então **é uma sociedade que envolva** e a gente tem um projecto de sociedade, o movimento sem terra, e os demais movimentos né, a via campesina tem um projecto prá sociedade socialista e assim se libertar né e assim fechar uma visão, e assim conscientizar todas as pessoas que é uma luta muito grande né, mas que é tarefa e a tarefa tem que ser cumprida né e assim de acordo com a necessidade do povo vai-se construindo essa sociedade. Dentro da sociedade capitalista, a gente tenta construir a sociedade socialista, são duas sociedades em uma só né, então assim do portão do centro de formação prá fora [sendo a entrevista realizada neste centro isso serviu como *e.g.*] nós estamos numa sociedade capitalista e quando entramos pra cá pra dentro aí nós estamos entrando em

uma sociedade socialista, só que com muitos vícios trazido pelo sociedade capitalista né, que as pessoas que vem de lá são pessoas que a gente quer construir socialistas mas que estão numa sociedade capitalista. Então quando eles entram pra cá, a gente tenta construir esse processo mesmo. Por exemplo nas nossas noites culturais, ontem teve alguns desequilíbrios né teve desequilíbrios, só que a gente procura escutar música de cantores como Luiz Gonzaga que são músicas que valoriza o nosso, a nossa cultura né, não música assim estilizada, essa música assim que a gente não, não está no nosso, na nossa política de fazer esses, reproduzir essa cultura de massa. Então assim a gente, a nossa sociedade socialista é justamente isso, é transformar as pessoas. Assim a nossa briga pessoal nessas duas sociedades é formar essas pessoas dentro dessa própria sociedade.” (D)

Essencialmente a visão que ressalta deste excerto é uma sociedade que não exclua, pelo contrário envolva.

Há ainda quem se refira à sociedade socialista como a fase que se seguirá ao capitalismo, não ficando esta passagem isenta da participação e contribuição de cada cidadão/ã e consequentemente do seu colectivo

“S: A gente já passou por muita fase né, por coronelismo né, aqueles coronéis que mandavam mesmo né, então o movimento está entrando hoje numa fase de acabar com o capitalismo e ser um país socialista, né.

Mas pra ser um país socialista vai depender de cada um de nós, de lutar pelos direitos e de ser uma pessoa socialista, não adianta eu dizer que sou socialista e pregar o capitalismo lá fora né.” (S)

9.3 Visão Mundo

A sub-categoria “Visão do Mundo” pretende evidenciar a possibilidade de uma visão de mundo diferente daquela que a pessoa tinha antes. Trata-se de permitir uma mudança na forma de encarar a vida. Todos os sujeitos entrevistados referem que essa visão de mundo se alterou embora sejam diversas as razões apontadas para isso.

De acordo com os discursos de Co e Cr constatamos que aquilo que esteve na origem dessa outra visão de mundo foi essencialmente o perceber que há uns que exploram os outros e, o facto de passarem a perceber essas relações, isso parece tê-los motivado para continuar uma luta pela justiça social. No caso de Co também foi clara a descoberta de um mundo globalizado e das relações entre as diferentes nações. Assim esta descoberta de que as coisas estão relacionadas, fá-lo perceber que o que acontece aqui tem repercussões noutra país do outro lado do mundo. Então são precisamente casos práticos como o da senhora idosa que os motiva para continuar e traz esperança.

“Co: Concerteza muda e não só em nós, mas eu acho o seguinte que a partir do movimento, e o nosso desejo era isso mesmo – conhecer – porque a gente sabia que as educações eram limitadas.

Por exemplo; quem descobriu o Brasil (*risos*), por exemplo a gente tem essa educação limitada né e também pela forma de poder conhecer, como eu já falei, o povo e a partir do momento em que a gente

conhece o povo a gente conhece um novo mundo, né. Porque a gente também passa a conhecer as necessidades deles e buscar alternativas prá tal necessidade, que não é tão fácil no mundo de hoje. A gente saiu pra vários seminário e não aqui só, Recife, São Paulo então esses seminários vai nos abrindo a minha consciência e vai tendo uma visão de mundo que não... (...) cada ponto, cada seminário, cada espaço de formação que a gente vai é uma aprendizagem diferente né, e essa aprendizagem, e essa a gente costuma botar em prática e vai-nos dando uma visão do mundo né, e a gente não... foi feito uma pesquisa, até eu meu lembro agora, que se fazia a pergunta aos, a determinadas pessoas se o mundo ia melhorar né, eles diziam não está muito difícil aí perguntava, eh o Brasil vai melhorar, e ela dizer o Brasil talvez né, e teu estado vai melhorar aí ele dizia eh o estado agora com o novo governador talvez vá né, e sua vida vai melhorar, ah minha vida vai concerteza. Então vê né, como é que o mundo não vai melhorar e minha vida vai melhor, está tudo..., são coisas ligadas né. Então, eh antigamente a gente não via, não tinha necessidade, a gente não se interessava de ver olhar o que é que estava acontecendo no Iraque, o que está acontecendo na Bolívia né ou na Venezuela e agora a gente tem que ver, tem que ter essa visão, tem que conhecer o que é que é de bom e o que é que é de ruim né, e a gente passou a entender esse processo que tem sempre uma classe superior que está prá explorar né e aí é através desse entendimento, dessa visão de mundo, que a gente vai ampliando o nosso desejo de poder ajudar mais ainda né porque sabe que o sistema é forte e é esse sistema que vai, que vai matando né aos poucos. Eu me lembro também de fazer um trabalho de base, tinha uma velhinha que começou a chorar, uma senhora que começou a chorar dizendo que o povo dizia né saia desse emprego porque você vai ficar mal, e ela acabou ganhando um caroço nas costas e tal e tinha toda uma dificuldade [referindo-se a uma senhora idosa que para sobreviver ainda tinha que trabalhar, pois o sistema de segurança social é inexistente], então o trabalho de base, ela agradeceu muito porque a gente estava passando por ali né, dando uma oportunidade prá ela e ela chorou e tudo mais. Mas... conseguimos né." (Co)

À semelhança de Co, a entrevistada Cr também se refere a uma descoberta onde, no seu entendimento, ao invés da existência de pobres e ricos, pelo contrário existem opressores e oprimidos. No entanto, esta descoberta apenas se deu no movimento pois enquanto frequentava a escola regular isso não lhe serviu para apreender essa visão. Na sua fala a sua passagem pelo movimento permitiu-lhe ter acesso a várias realidades que mais não são que as subjectividades de cada um.

"Cr: Totalmente diferente assim, hoje eu, hoje assim, hoje, antes a gente dizia tem o rico e tem o pobre. Hoje eu não digo que tem o rico e tem o pobre; tem a sociedade o opressor e o oprimido isso hoje, se me perguntasse o que era o opressor e o oprimido eu não sabia dizer, não é que eu já li Paulo Freire mas hoje aprendi o que é, hoje eu sei eu vou lutar prá derrubar esse opressor e aí a gente lutar pela igualdade, que não vai ser fácil (*risos*) e nem vai ser agora, mas eu acho que..., hoje eu sei o, assim distinguir aí hoje eu não digo pobre nem rico, hoje eu tenho essa visão das pessoas menos favorecidas e aqueles mais favorecido que é a quantidade de mais favorecido são a quantidade menor que tem e os desfavorecidos são os que querem trabalhar, são os que hoje tão lutando pelo pouco de respeito, hoje eles já entende um pouco mais do que antes, está entendendo. Hoje a gente vê mais as pessoas do campo lutando pela liberdade, por um futuro melhor pros filhos. Hoje, muitos ainda baixa a cabeça prá o latifúndio né, mas mesmo assim a gente hoje ainda consegue ter uma visão de que essa vida que eles tem não é a que eles quer. Eles podem lutar por uma melhor, então por eles ver isso e eu também

então assim, a minha visão é totalmente diferente, uma sociedade que a gente pode..., ser uma sociedade, que a gente fala muito igualitária, mas... (sorriu).

- Uma sociedade socialista...

Cr: Eh socialista, certo que a gente fala muito, mas eu acho que essa é a briga da gente, então eu faço parte dessa briga hoje, que antes eu não sabia nem..., prá mim qualquer presidente que entrasse podia entrar, sociedade prá mim, sociedade era tudo em geral está entendendo, pra mim como eu disse a você pobre, rico está entendendo [bateu com as mãos uma na outra significando uma expressão de que pouco importava isso]. Hoje não...

- Podias dizer que eras uma pessoa alienada?

Cr: Também, eu acho que não era alienada totalmente, mas era uma pessoa sem formação, como a gente quer, que a formação da escola não me amostrou isso. Hoje eu tou fazendo uma faculdade que se fosse, hoje eu tou vendo tudo o que eu não via mesmo estudando eu não tava vendo, hoje é uma realidade e estar dentro do movimento a gente conhece muitas, a gente tem muita formação política. Antes pra mim pra dizer a você a história do Brasil pra mim a princesa Isabel tinha libertado os escravos porque ela era boazinha [referindo-se à colonização portuguesa]. Hoje eu não tenho essa visão, hoje eu sei que não é nada disso." (Cr)

O que parece motivar para a continuidade da luta é terem esse sucesso, esse reconhecimento. Isto porque uma boa parte do trabalho que é realizado pelos/as militantes é com base no seu voluntariado e extrema capacidade de trabalho e de entrega à causa. Pudemos constatar esta situação inúmeras vezes, durante o trabalho de campo, onde as necessidades inclusivamente de comida não estavam asseguradas (e.g.: houve uma altura, num dos cursos a decorrer no centro de formação Paulo Freire, em que os recursos estavam fracos e durante uma semana os alunos/as passaram a comer mortadela e farinha (fuba) ao meio-dia e ao jantar).

"...então assim eh o movimento proporcionou que eu pudesse enxergar a sociedade como um todo né. Não somente a sociedade, uma visão de mundo né. O que é que acontece lá em Cuba, o que aconteceu há tantos anos atrás, quem foi Che, quem foi Fidel, quem foi Aide Santa Maria, José Martí então diversos lutadores que a gente sabe que talvez tem uma influência muito grande prá essa luta aqui no Brasil que é o movimento sem terra. Então assim pelo facto de conhecer né, dominar essa fala, dominar esses conhecimentos, organizar, a capacidade que nós temos de organizar eh, a capacidade que nós temos de mobilizar também as famílias, eu acho que isso é a maior coisa, a melhor coisa que ainda motiva né, ainda mais com essa crise que nós estamos passando que passa anos sem receber ajudas de custo que é aquela contribuição. Então o que motiva é isso né, assim o facto de estar sempre mobilizando, o facto de estar sempre contribuindo teoricamente ou praticamente com as famílias, então o que o movimento pôde me dar até hoje é que eu possa, eh dizer com isso foi bom prá mim né que foi justamente essa formação política, esse acumulo de conhecimento distribuído né, porque eu sempre socializo com os meus amigos né, com as famílias que eu tenho tempo pra discutir." (D)

Ou seja, isto ajuda-os a perceber/entender porque é que as coisas se passam assim porque é que as coisas acontecem daquela maneira. Isto confirmou-nos, uma vez mais, que sem método e/ou uma estratégia para concretizar as suas metas provavelmente nunca obtinham

os resultados que actualmente evidenciam:

"...nós estamos aí lutando, eh com com garra pra acabar com o nosso sacrifício dentro dos nossos assentamentos e acampamentos com o "Sim eu Posso" que vem de Cuba. Isso eu acho que é uma reflexão muito grande né pra nós, porque assim a gente vê como é que se trabalha todas essas relações né, as dimensões como a sociedade, a sociedade hoje é organizada, mas o método que a gente tem de organizar é muito fecundo, é muito forte né." (D)

E para além disso, não se acomodam, nem vão ficar à espera. "Construindo" revela a ideia de progressão ao longo do tempo.

"Se a lei não faz nós mesmo fazemos. Construindo." (D)

No seguinte excerto, E mostra que inicialmente as pessoas vão com um determinado objectivo na cabeça e o processo de conscientização é um processo; é uma trajectória que vai acontecendo ao longo do tempo á medida que se vão confrontando com a teoria e a prática e continua sempre, ele nunca pára é um processo permanente. Além disso, o movimento permitiu-lhes sentirem-se construtores da história (Freire, 1970, 1990, 2003; Cortezão, 2003) da humanidade.

"...quando eu fui pro acampamento né, não fui pensando em ser militante do MST ou pensando de fazer revolução, fazer transformação social, eu ia resolver o meu problema pessoal que era né, ter terra pra produzir, produzir terra, minha família toda produzia em terra arrendada, então tem todo o problema. Então o facto de ir pro acampamento e aí quando, chegar no acampamento ter conseguido, eh ter encontrado uma organização que fez enxergar que o meu problema indiv., pessoal eu não conseguiria resolver de forma individual, a gente, era besteira achar que resolveria de forma individual e entender que a gente apesar de camponês, semi-analfabeto, eh a gente tendo terra pra trabalhar poderia ter uma contribuição a dar à sociedade." (E)

Segundo testemunho de P o movimento está atento e pega nas capacidades das pessoas e, nesse sentido, está atento às subjectividades de cada um/a. Uma vez mais remete para a grande demanda do MST que é desconstruir o que historicamente foi construído.

"...pegando dentro do contexto educacional é isso né, e as escolas elas só ensinam..., ensinam num contexto de dar continuidade a uma classe que é a classe que escraviza né, que é opressora né. Não é, digamos que não liberta as pessoas pra se criar, recriar, pra ser reflexiva, pra se libertar né e aí ter liberdade, ter autonomia, esse sujeito crítico e aí termina condicionando muito as pessoas né, não não forma a partir do conhecimento que você trás, não tem a relação professor-aluno é bem, a questão de alienado, alienadora mesmo e aí, ela tem muito fundamento o que ela falou né ou escraviza ou liberta, o movimento proporcionou isso. Tem, tem as suas dificuldades sim mas, não podemos dizer que é perfeito, porque vivemos dentro deste sistema capitalista e aí você traz vícios, desvios. Quer dizer pra desconstruir isso, é um processo e aí é todo um processo de consciência né, e aí aos pouquinhos você vai." (P)

Os entrevistados S e Ca referem-se à visão do mundo como

“O movimento ele despertou em mim algo que eu não entendia né, o movimento despertou sim... Acho que despertou muito né, ainda está despertando ainda a vontade de lutar, lutar, lutar né. Acho que quando a gente está aqui a gente não quer parar não de lutar não. Você tem essa, de os meus filhos vai nascer um dia...” (S)

“Então eu descobri algumas coisas e o movimento fez-me enxergar um negócio mais melhor né, mais abrangente;” (Ca)

9.4 Principais Mudanças que Movimento trouxe para sua vida

Esta sub-categoria corresponde, grosso modo, a uma questão presente no guião de entrevista que questionava acerca das principais diferenças / mudanças que aconteceram entre a vida que levam hoje e antes de entrar para o movimento (visão; formas de pensar; sentimentos; formas de agir). Na descrição abaixo sumariámos os aspectos que pensamos terem sido mais enfatizados pelos/as entrevistados/as, apresentando-os através da transcrição dos excertos que parecem representativos do seu discurso.

Para a entrevistada CI as principais mudanças centram-se ao nível da sua capacidade para iniciar um questionamento acerca da realidade em que estava inserida.

“CI: Primeiro o movimento ele mostra a realidade que tem né, ele procura mostrar pros jovens que entra qual é a realidade. Eh eu creio que a gente vê a realidade, daí do que a gente vê né, ele, o movimento ele dá muito isso a oportunidade de ver prá poder a gente tomar a nossa consciência crítica, aí você pergunta diante do que você vê que está acontecendo, aí você se pergunta é certo o que tá acontecendo aí...” (CI)

Para Cr a principal mudança situa-se na possibilidade de ela sentir que pode ser útil e que a sua participação é importante. Sente que pode ser útil para alguém e isso fá-la continuar.

“Cr: Hoje eu tenho certas dificuldade, não tenho a vida que eu tinha antes, não viajo como eu viajava para me divertir, o que viajei agora mais no movimento foi por causa das reuniões, dessas coisas mas assim, mas hoje eu sou mais feliz. (...) Hoje eu sou, com todas as dificuldade que às vezes aparece na minha vida, que eu digo meu Deus do céu que situação assim, porque hoje eu vivo assim, mas é o que eu gosto é isso que tava faltando na minha vida sabe...” (Cr)

Para além disso, ela continua referindo que a principal mudança que o movimento trouxe para a sua vida foi ela ter percebido o que se passava e agora querer empenhar-se em que as pessoas retornem ao campo. Como ela diz «a minha briga agora é essa».

“Cr estavas a dizer que és mais feliz, achas que isso de alguma forma te trouxe assim uma maior realização para a tua vida? Assim realização no sentido de... (não terminei começou logo a falar)

C: Eu acho que, de conhecer, de conhecer, de conhecimento, ah ... o o verdadeiro, assim vamo dizer a verdadeira, sei lá a nação, acho que o que a gente vive, a sociedade da gente. Porque antes eu não tinha esse ver a sociedade pra mim, latifundiário pra mim era o homem rico que tinha trabalhado e que

tinha conseguido as coisa e não sabia por trás desse latifúndio o que é que eles fazia pra conseguir o que eles tem hoje. Certo que eles trabalharam, não tou dizendo que eles sempre roubaram, mas eles oprimiram muito os pequenos, eles não deram..., eles tiraram o máximo, tiraram as terra, tiraram o..., então assim hoje eu sei o conflito que há, o porquê. Porque tantos agricultores, que quando eu era pequena eu via muito mais agricultores, hoje a gente não vê mais a zona rural, a minha família que eu fui uma das pessoas que a minha vida assim de infância, quando eu não tava na escola na zona urbana eu estava dentro de, na zona rural trabalhando com meu tio cuidando de bicho junto com ele, plantando com meus primos está entendendo. Então assim, hoje eu vou prá zona rural a minha família lá é duas pessoas, dantes era assim tinha vinte, trinta primos lá, hoje se eu for procurar não encontro 10 porque foi expulso da zona rural prá cidade [êxodo rural], aí hoje eu vejo, hoje eu quero trazer aqui..., eu acho que talvez eu digo uma andorinha não faz o verão, mas faz eu junto com as pessoas que hoje eu conheço, a minha luta agora, a minha briga agora é essa é levar as pessoas da cidade pro campo. Então hoje eu tou mais realizada, mesmo que às vezes a gente chega na metade do caminho perde uma batalha, mas aí a gente vai atrás pra vencer a guerra." (Cr)

Para além disso, hoje tem uma visão diferente da escola e da educação; ela tem vontade de continuar a sua vida profissional numa perspectiva crítica. Assume ter esperança que a escola pública ensine segundo a realidade das pessoas.

"Cr: Olha prá começo, assim mudou a minha visão totalmente de sociedade antes e hoje, é uma das primeiras coisas que mudou. Hoje, outra coisa na minha vida mudou, hoje eu tou fazendo um curso universitário que eu não tinha oportunidade..." (Cr)

"Então aqui essa oportunidade pra mim foi muito boa, em relação á minha vida porque aí é uma vida profissional. Agora assim que já é me formando professora que eu não tinha essa visão de professora (*risos*) mas hoje eu já aceito, eu já gosto, eu já vejo, quando eu vou numa escola, quando eu faço feito hoje eu fiz uma entrevista com a professora, a gente fica agoniada querendo ensinar a ela o que a gente sabe prá ter uma vida melhor, uma educação melhor pros filhos da gente dos assentados, eu não tinha essa visão, hoje eu tenho, hoje eu quero brigar por uma escola melhor, era uma visão que eu não tinha, pra mim escola era escola, quem tava na pública não tinha condições de pagar particular. Então hoje não, eu já tenho outra visão que a gente pode ter uma escola pública mas boa, até melhor do que a particular, isso foi uma mudança né." (Cr)

Por sua vez, para a entrevistada L a grande mudança foi o movimento ter-lhe proporcionado encontrar uma valorização e simultaneamente um sentimento de pertença colectivo. Mais do que isso parece ter encontrado uma função no mundo. Pensamos poder sistematizar dizendo que o movimento lhe trouxe esperança.

"L: seis anos que eu tou no Movimento, eu não consegui aprender há seis anos atrás nada, no meio da sociedade que eu vivia, no meio das pessoas, dos burgueses que eu vivia..."

"...eu aprendi a amar. Que eu não sabia amar o próximo só queria amar a mim mesma (...) Aonde é que eu ia encontrar tudo isso. Aí fora eu não ia encontrar, porque eu não tenho estudo não é isso, aí fora é prá quem tem a faculdade já, quem sabe falar outros idiomas, o movimento não trabalha dessa

forma, ele trabalha prá pessoa chegar a isso, prá você chegar a uma faculdade, prá você aprender outros idiomas." (L)

As mudanças foram também ao nível da experiência do colectivo e da partilha

"L: a principal mudança minha foi essa relação de dormir todo o mundo junto no chão, que foi no curso que eu fiz, a gente teve que chegar lá e dormir todo o mundo junto dividindo os colchonetes, dividindo o lençol e na hora das refeições fazer aquela fila e a gente ter que dividir o pouco de comida, isso foi fazendo com que eu fosse mudando e vendo como era realmente o movimento." (L)

Para a entrevistada P ela evidencia uma mudança radical, essencialmente porque segundo o seu testemunho ela passou a reflectir, a questionar quando diz «não tinha aquela consciência crítica né, consciência política de ver a coisa, de poder questionar» mas para além disso foi possível passar à acção «e poder mudar transformar elas, e a partir que isso veio mudar quando eu comecei a participar». Portanto ela só sentiu que começou a mudar as coisas quando começou a participar. Esta sua afirmação revela que a conscientização é um processo e que tem um tempo de moratória. É necessário tempo para que as coisas comecem a fazer sentido na subjectividade de cada um/a. E muitas vezes, mais do que fazer sentido, comecem a ser reais, pois parece ser necessário ver algumas coisas para crer; é necessário ver algumas pequenas vitórias, pequenos sucessos.

Mais adiante ela reforça essa ideia da conscientização, dizendo que começou a reflectir «comecei a amadurecer né, mais crítica a ver o mundo com outro olhar» e depois passou à acção «e poder transformar». Subjacente está a ideia de um processo permanente; nunca se chega a mudar a «100%» porque nós estamos sempre a evoluir.

"P: Sim, sim. Eu acho que mudou tudo né, aqui já não sai a mesma pessoa que entra né. Foi uma mudança muito significada, na minha vida foi uma mudança muito significativa porque na..., ainda sou jovem né tenho vinte e sete anos só, mas assim eu era, estava saindo da fase da adolescência prá fase adulta né, tinha o quê dezassete anos e aí a minha consciência era ingénuo né, aquele mundinho ingénuo achando que tudo né, não tinha aquela consciência crítica né, consciência política de ver a coisa, de poder questionar, de poder ver situações e poder mudar, transformar elas, e isso veio a mudar quando eu comecei a participar. Eu participei do primeiro curso, mas aí ainda não foi suficiente, mas a partir que eu comecei a participar...

- E o que é que era esse primeiro curso?

P: Era o curso de técnico e administração de cooperativa lá em Rio Grande do Sul. Mas quando eu comecei a participar mesmo das actividades política enquanto militante, dos actos políticos foi quando eu comecei a desenvolver uma consciência mais..., comecei a amadurecer né, mais crítica a ver o mundo com outro olhar e poder transformar. Não vou dizer que eu mudei no 100% né, mas foi suficiente de eu sair daquela, sair daquela vida alienada né. Era uma pessoa sem perspectiva, porque o capitalismo faz isso né, transforma as pessoas, cega as pessoas como se fosse máquina, só lhe permite ver, ouvir e calar. Você não consegue ir além do que isso desse ver, ouvir e calar. E o movimento sem terra me proporcionou isso." (P)

9.5 Trajectória – Processo

Esta sub-categoria refere-se á ideia de que as mudanças apenas acontecem no tempo, com o decorrer do tempo. Ou seja, de forma recorrente assistimos ao aparecimento desta ideia de que todo o processo levado a cabo pelo MST faz sentido e apenas pode ser entendido considerando que acontece a longo prazo e é uma trajectória.

Através dos excertos que se seguem podemos ver claramente que a aprendizagem e o exercício de uma visão crítica e alternativa parece depender de um processo que é longo e que tem que ser, mais do que ensinado, terá que ser vivenciado, experienciado.

“Porque só assim conseguiremos mudar, eu não vou dizer que é da noite pro dia, mas é um processo que, talvez eu nem chegue a ver essa revolução, mas futuramente meus filhos, meus netos, bisnetos conseguirão enxergar. Saberão que foi uma luta, que essa luta não é de hoje não é, acredita-se que a luta pela terra ela vem desde a época de Jesus Cristo e você vê que não é uma coisa nova né...” (A)

“CI: Assim que nem eu já disse, como eu desde oito anos que participo a gente..., eu tenho uma visão da realidade eu acho que mais formulada, não sei se mais formulada não sei se esta seria a palavra, mais centrada do que muit., do que muitas pessoas hoje que não vivem no movimento como eu vivi e participei desde criança.” (CI)

“...está mostrando muito porque não é de uma hora prá outra que se formam os jovens...” (Co)

“...hoje eu sei eu vou lutar prá derrubar esse opressor e aí a gente luta pela igualdade, que não vai ser fácil e nem vai ser agora...” (Cr)

“Então é um processo formar essas pessoas...” (D)

“...o que é que leva essas pessoas da mesma forma que a gente a querer construir essa sociedade né. Assim um mistério que se vai concretizando a cada dia...” (D)

“... nós movimento sem terra conseguimos organizar essas famílias em vinte e quatro anos. (...) ...é assim, esse olhar prá trás né pro que a gente já construiu, apesar de muito sangue derramado que nós tivemos né como o companheiro Keno que foi assassinado no dia vinte e três se não me engano, e ver né foi muito dura essa luta mas estamos conseguindo transformar, está avançando né.” (D)

“...foi com o tempo, foi um trabalho bem lento que eu aprendi e estou aprendendo, a cada dia eu estou aprendendo mais...” (L)

“...prá poder desenvolver essa consciência que é um processo né, não é de uma hora pro, para o dia né.” (P)

“...a gente está sempre aprendendo, aprendendo aprendendo no decorrer do tempo, ...” (S)

Na narrativa seguinte, da militante da coordenação estadual do sector de educação, constatamos a ideia de Paulo Freire (1980, 2001) quando diz que o processo de conscientização assim que se inicia é permanente, nunca mais termina.

"...[referindo-se à fase posterior à ocupação] como as pessoas ficam vulneráveis é necessário que haja uma construção muito forte de outros referenciais para que a pessoa possa ir se alicerçando, para que a pessoa evolua e construa essa consciência crítica. Mas isso é algo longo que se dá [acontece] a vida toda." (Diário de Campo, 09-10-07, Recife)

Outros ainda se referem à importância deste processo, desta trajetória como sendo fundamental na demanda do MST em desconstruir o que historicamente foi construído. A entrevistada P refere

"Tem, tem as suas dificuldades sim mas, não podemos dizer que é perfeito, porque vivemos dentro deste sistema capitalista e aí você traz vícios, desvios. Quer dizer pra desconstruir isso, é um processo e aí é todo um processo de consciência né, e aí aos pouquinhos você vai." (P)

10 – CONSTRUTORES DA HISTÓRIA / NÃO NEUTROS

Esta categoria faz referência ao "sentimento" que fomos encontrando ao longo da análise de conteúdo em que as pessoas, de acordo com a trajetória que iam traçando no movimento, iam assumindo o sentimento daquilo que Paulo Freire designou por construtores da história. Isto é, a forma como as pessoas progressivamente se foram sentindo enquanto elementos importantes e constitutivos com algum contributo a dar à sociedade. Nesse sentido, e de acordo com a amplificação desse sentimento crescente posicionam-se perante a sociedade tomando partido (Menezes, 2007). Tal como refere Freire é impossível sermos neutros (1970).

Segundo os testemunhos facilmente percebemos como assumem esse posicionamento e de que forma se sentem construtores da história.

"Você problematiza, então você é obrigado a alterar os seus comportamentos. Tem que botar eles prá reflectir senão ele fala, fala, fala. Em história eu só decoro factos; mas eu não problematizo, não questiono. Eu conheço a história por ciclos (café, pau-brasil...). A gente conta com histórias bonitas, mas é uma formação que não leva a gente a despertar a criticidade. Eles não se percebem como construtores da história e ele pensa se eu sou pobre, então é porque eu sou preguiçoso. (...) Os estudantes que estudam em nossas escolas, o conhecimento passa a ser construído e não decorado. Eu preciso construir o conhecimento e não decorar, eles superam. (...) O que está em jogo é formar pessoas que pensam cada vez mais, e isso é perigoso, formar pessoas que pensam." (R)

No testemunho de R o papel da criticidade, ou seja, quando a pessoa é levada a reflectir e a problematizar isso faz com que ao longo do tempo ela se sinta parte da sociedade e que tem um contributo a dar, nesse sentido assume-se enquanto construtor/a da história.

De acordo com a narrativa seguinte, o movimento parece fazer com os seus membros deixem de ser objecto e passem a ser sujeitos construtores da história. Passam a ser protagonistas, por isso se sentem reconhecidos e valorizados no interior do movimento e, nesse sentido, desenvolvem ao fim de algum tempo identidade e sentimento de pertença. O MST parece conferir a possibilidade das pessoas verem as alternativas e posteriormente optarem, eles próprios é que tomam essa decisão de se comprometer, não assumindo uma neutralidade perante as situações.

"... aí daí você toma..., pelo menos eu foi assim, eu tomei essa causa prá mim né, eu vi que não tava certo tanta terra e tanta gente passando fome, eu vi que não tava certo tanta gente ter o conhecimento né, de tar em universidades e tantos que tem a mesma capacidade e ser excluídos dessa, desse conhecimento." (Cl)

"Aí cabe também aos jovens, por exemplo, ver a realidade né e querer fazer parte da realidade e transformar a realidade, ..." (Cl)

"...foi feito uma pesquisa até eu meu lembro agora que se fazia a pergunta aos, a determinadas pessoas se o mundo ia melhorar né, eles diziam não está muito difícil aí perguntava, eh o Brasil vai melhorar, e ela dizia o Brasil talvez né, e teu estado vai melhorar aí ele dizia eh o estado agora com o novo governador talvez vá né, e sua vida vai melhorar, ah minha vida vai concerteza. Então vê né como é que o mundo não vai melhorar e minha vida vai melhor, está tudo..., são coisas ligadas né." (Co)

"...a minha luta agora a minha briga agora é essa é levar as pessoas da cidade pro campo." (Cr)

"...ser uma sociedade, que a gente fala muito igualitária, mas...eheheh.

- Uma sociedade socialista?

C: Eh socialista, certo que a gente fala muito, mas eu acho que essa é a briga da gente, então eu faço parte dessa briga, hoje, que antes eu não sabia nem..., prá mim qualquer presidente que entrasse podia entrar, sociedade prá mim, sociedade era tudo em geral está entendendo, pra mim como eu disse a você pobre, rico está entendendo [bateu com as mãos uma na outra significando uma expressão de que pouco importava isso]. Hoje não..." (Cr)

"...eu não tinha essa visão, hoje eu tenho, hoje eu quero brigar por uma escola melhor, era uma visão que eu não tinha pra mim escola era escola, quem tava na pública não tinha condições de pagar particular, então hoje não, eu já tenho outra visão que a gente pode ter uma escola pública mas boa, até melhor do que a particular..." (Cr)

"- E esses argumentos foste..."

C: Eh esses argumentos, são assim que eu, hoje, hoje eu tenho por tar no movimento por ter esse conhecimento, porque me deram a oportunidade desse conhecimento, de saber brigar e dizer vai-te embora brigar que tu tem possibilidade, tu faz parte desse mundo que tu acha que não faz parte..." (Cr)

Segundo a narrativa de Cr, antes ela nem sabia que existiam excluídos, porque os excluídos tinham outros nomes: malandros; desgovernados; que não se interessavam pela vida; etc. Na perspectiva da entrevistada, a sociedade capitalista faz uma associação linear e simplista onde bens materiais são sinónimo de cidadãos/ãs incluídos/as e respeitados. Eles têm a noção de que são uma parte importante para a construção da história.

"...então a sociedade vê como... é excluído, só não é excluído aquele que tem um bom estudo, aquele que tem um bom carro, que tem uma boa casa esses não são excluído, esses são os da sociedade e a gente como pobre, como empregado, como doméstica, como tudo isso que eu te falei são excluído. Então hoje eu sei o que é excluído, eu hoje eu luto prá mostrar que a gente não somos excluído, somos pessoas que somos honestos, somos parte da sociedade, porque se não fosse a gente a sociedade não tava aí, porque a gente somos trabalhadores, a gente trabalha pra dar sustentação a esses latifundiários porque se não fosse a gente os trabalhador prá dar condições a esses latifundiários, então a gente, eles têm que se, que ver que a gente não somos excluídos, somos o alicerce deles, infelizmente a gente somos o alicerce deles e a gente não é conhecido. E a gente não quer ser alicerce, a gente quer ser por igualdade." (Cr)

"...e entender que a gente apesar de camponês, semi-analfabeto, eh a gente tendo terra pra trabalhar poderia ter uma contribuição a dar à sociedade." (E)

"...só vai se construir a partir do momento em que esses sujeitos sociais, esses sujeitos políticos (que aí são os militantes do movimento sem terra né, os educadores militantes) a partir do momento em que começa a participar, a começar a ter a vinculação a..., a desenvolver a pertença e aí começa a participar de mobilizações, a estudar, a fazer ocupações e aí a participar de toda a vida do movimento..." (P)

11 – RELAÇÃO INDIVIDUAL – COLECTIVO: PESSOA

Esta categoria pretende evidenciar a sensibilidade do movimento para a manutenção de um equilíbrio entre o individual e o colectivo; ou seja, a categoria refere-se à capacidade do movimento manter relação entre as subjectividades e o colectivo. Neste sentido parece-nos ser possível afirmar a relação harmoniosa entre os interesses individuais e colectivos, através do aparecimento da designação do conceito de pessoa. O MST procura não perder as subjectividades das diferentes pessoas, mas também procura não perder o sentido da unidade; a união colectiva. Contudo, conjugar as vontades individuais e colectivas torna-se um enorme desafio.

Na fala de A vimos que está muito presente esta questão do individual (Eu) e do colectivo.

“...vai permitir a esse *sujeito* que ele se avalie enquanto *sujeito* através de um processo reflexivo das suas acções, das suas acções permitindo a ele que ele faça essa intervenção entre a crítica e a auto-crítica e aprenda também a ouvir no colectivo, através da colectividade que permita..., ele compreenda as pessoas (*colectivo*) e se compreenda enquanto *sujeito* daquele espaço e que do qual ele faz parte é por isso que surge essa questão da compreensão.” (A)

Ainda no testemunho de A a diversidade referida por ele toca a questão do equilíbrio entre individual vs colectivo, onde ele refere que a escola não está preparada para lidar com a diferença e com as especificidades de cada um. Aqui vê-se também a influência de Paulo Freire (1970) quando se referem ao trabalho a partir da realidade que as pessoas trazem, a partir da sua história de vida.

“...a gente trabalha com a questão do “lixo da sociedade” mesmo, prostitutas, assassinos, pessoas que têm histórias de vida pesadíssimas né. Porque a sua educação de base é toda fragmentada e muitas vezes quando a gente se depara com essas realidades se sente assim chocados, porque não consegue né muitas vezes perceber que é através dessa realidade que a gente vai começar a se entender com esse ser humano porque..., com essa diversidade não é, essa diversidade que muitas vezes as escolas não estão preparadas para lidar com ela, a questão da diversidade porque a diversidade ela é muito pertinente. Quando passa prá subjectividade desses sujeitos é muito complicado porque eles, cada um traz a sua história, cada um tem sua história de vida e é através daí trabalhar com essa realidade que eles trazem prá tentar modificar, fazer com que eles enxerguem as duas faces da moeda entendeu.” (A)

Também Cr na sua citação se refere à questão da diversidade; das subjectividades de cada um que A anteriormente falava.

“...hoje é uma realidade e estar dentro do Movimento a gente conhece muitas...” (Cr)

Isto mostra que também há o individual no movimento e que o colectivo não “sufoca” isso. Quando ela diz «eu vou brigar para eles me ver», *i.e.* a Cr é uma pessoa, é única.

“...e quando eu tou na briga, às vezes eu me sinto excluída e aí eu vou brigar prá deixar de ser excluída pra eles me ver, oh aqui é Cristina...” (Cr)

Também o entrevistado E no seu discurso dá exemplo de um caso concreto que ele conheceu e que depois de um longo processo conseguiu mudar a sua situação de vida. Através da sua fala é possível reconhecer que o movimento detém um conhecimento das pessoas, não se trata de um aglomerado de pessoas indiferenciadas, pelo contrário demonstram atenção ao processo de cada pessoa.

“...algumas famílias que a gente foi buscar na periferia de uma cidade ou numa vila, ou num engenho,

ou numa fazenda, que a gente conseguiu fazer o trabalho de base com aquela família né e levar pra um acampamento né, participar da ocupação, ver apanhar, ser preso, eu ser preso junto com ele, às vezes passar fome junto com ele, ou ver passar fome no acampamento e depois ver ele produzindo como é o caso lá desse sêo Basto, que a gente chama lá de São Gregório, a gente ajudou o trabalho de base, então quem conheceu sêo Bastos né, com uma chuva de penca né, uma penca de menino pequeno passando fome, tudo nú sem camisa, descalço, agora bem vestido, bem alimentado né, estudando cursando o 2º grau, querendo estudar no MST, e ver ele conseguindo sustentar a família do lote que ele tem, isso cria uma satisfação muito grande pra mim..." (E)

"...no acampamento é um dos processos mais importantes que tem né, que daí vai, é além da da de lona preta né, são pessoas, não é apenas um aglomerado de pessoas, são pessoas que tem vida, que tem um contexto social, que tem toda uma cultura, todo um jeito de viver e de se organizar." (P)

Apesar de no discurso da L se notar que ela se sente valorizada e reconhecida pelo seu trabalho individual e o apreço das suas capacidades individuais; mas para além disso há igualmente um forte sentimento de pertença e orgulho de pertencer ao movimento Sem Terra e um querer colectivo que o próprio movimento seja reconhecido. Daí considerarmos que neste excerto existe toda uma relação harmoniosa entre os interesses individuais e colectivos.

"[referindo-se a um trabalho que realizou durante o V Congresso MST] Então eu fiz esse trabalho que você está fazendo, prá mim foi uma experiência muito boa e você vê que se olhar no olho da pessoa e ela expressar o que ela sente, o que ela gostaria de falar, como a gente entrevistando os guris que estão lá na rua catando lixo que a gente mesmo colocava. Aqueles barraqueiros que estava lá com aquelas barracas trabalhando, quer dizer naquela esperança de que eles ia apurar alguma coisa através do encontro da gente, não só da gente como dos outros encontros sociais. Então isso prá mim foi muito gratificante. A pessoa olhar assim prá mim e dizia olhe eu estou aqui todos os congressos eu estou aqui eu apuro tanto, é graças a vocês eu não tenho nada contra o movimento sem terra, e graças a vocês que a gente tira o pé da lama, o tempo que tem o congresso, que tá com o congresso a gente passa 7 meses/8 meses tira a barriga da miséria porque a gente apura dinheiro com vocês. E o guri olhava assim prá mim e sorria e disse «prá mim é a maior satisfação do mundo estar aqui no meio de vocês, trabalhando pegando o lixo de vocês, quando eu chego em casa vou contar todo o trabalho de vocês», isso prá mim é, sei lá, eu fico sem palavras, está entendendo." (L)

“Essa luta é nossa, essa luta é do povo, é só lutando que constrói um Brasil novo” (Severino, MST, 2007)

CAPÍTULO IV.

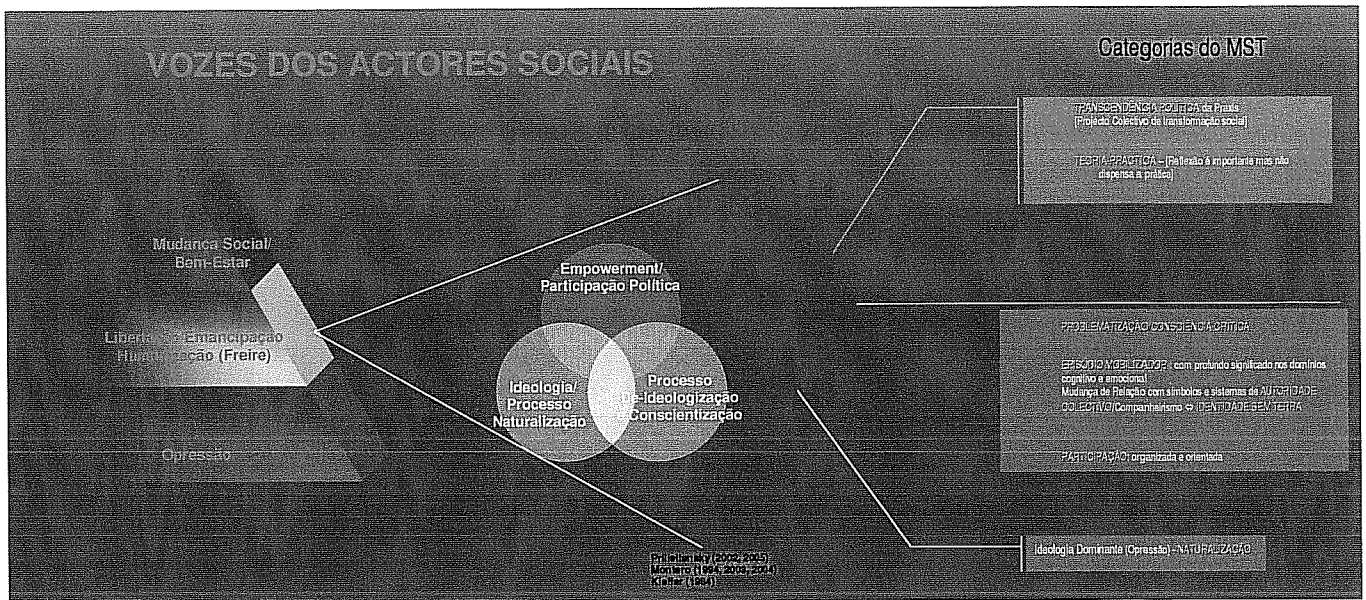
DISCUSSÃO DE RESULTADOS

PADRÕES E PROCESSOS SUBJACENTES AO *EMPOWERMENT* E À CONSCIENTIZAÇÃO

Neste capítulo, partindo do nosso referencial teórico, iremos proceder à análise da multidimensionalidade do espaço de socialização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. Após a apresentação dos resultados em categorias iniciamos agora a discussão dos aspectos que nos parecem relevantes destacar, enquanto possíveis contributos para futuros trabalhos de investigação que queiram aprofundar a participação em movimentos sociais como condição do *empowerment* e da conscientização. Esta componente do trabalho é a que incorpora mais contribuições pessoais da investigadora, na medida em que é ela quem assume a responsabilidade pelas inferências apresentadas. Iremos proceder então à relação entre a descrição dos resultados e a fundamentação teórica, por forma a inferir possíveis conclusões do estudo, procurando dar resposta aos objectivos delineados na fase inicial da investigação.

PADRÕES E PROCESSOS SUBJACENTES AO *EMPOWERMENT* E À CONSCIENTIZAÇÃO

Derivado da análise realizada estruturámos os nossos resultados em torno de três tópicos gerais: (i) os discursos que emergem da *ideologia dominante* e dos discursos de *naturalização* do processo de pobreza, que inevitavelmente nos remetem para a questão da opressão; (ii) os *processos de de-ideologização e conscientização* associados inevitavelmente ao chamado episódio mobilizador; à problematização das situações e contexto vivenciado; à identidade sem terra, método e às questões do poder; (iii) o último tema de análise faz referência essencialmente à *participação política ou acção politizada*, onde se torna saliente um processo de *empowerment* colectivo; a relação teoria-prática e um projecto colectivo de transformação social. Ao longo desta secção iremos procurar estabelecer um diálogo entre o empírico e os quadrantes teóricos e, por forma a tornar mais claro as nossas subjectividades, complementamos com um esquema elaborado por nós.



QUADRO 3 – VOZES DOS ACTORES SOCIAIS

(i) Discursos da ideologia dominante e de naturalização da opressão

Assim, um dos dados que nos despertou atenção relaciona-se com a importância que os discursos de naturalização assumem na opressão que está por detrás da manutenção da ideologia dominante. De acordo com esta visão as relações são vistas como imutáveis e os grupos oprimidos acomodam-se à visão disponível e possível naquele momento.

“Porque antes eu não tinha esse ver, a sociedade pra mim, latifundiário pra mim era o homem rico que tinha trabalhado e que tinha conseguido as coisa (...) aí hoje eu não digo pobre nem rico, hoje eu tenho essa visão das pessoas menos favorecidas e aqueles mais favorecido; prá mim qualquer presidente que entrasse podia entrar, sociedade prá mim, sociedade era tudo em geral está entendendo.” (Cr)

“antes eu não brigava, sabia que tinha direito mas (*bateu com as mãos uma na outra*) deixava pra lá. Antes eu sabia que tinha mas não ligava e não brigava porque prá mim passava. (...) Antes eu sabia, mas eu não tinha argumento, deixava passar, eu dizia «eu vou entrar em briga de cachorro grande?» (*risos*), essa minha visão era essa.” (Cr)

Pensamos que estes dados podem indiciar processos de naturalização, passando a existir uma familiaridade e conseqüente aceitação da opressão como algo comum ou até fazendo parte da vida quotidiana. Esse processo denominado de *naturalização* (Montero, 2003; 2004a; 1994; Watts, Griffith & Abdul-Adil, 1999) obstrui a compreensão das situações e injustiças por si causadas e direcciona-nos para as aceitarmos como sendo a única possibilidade de forma de vida. Este nosso argumento ganha sustentabilidade quando Maritza Montero se refere a estes processos enquanto processos de familiarização e

habituação que legitimam e alimentam a ideologia dominante num determinado momento histórico (2003; 2004a, 1998a). Vários autores se têm dedicado ao estudo da *ideologia* (Prilleltensky, 2003; Prilleltensky & Nelson, 2002; Nelson & Prilleltensky, 2005; Montenegro, 2002; Freitas, 2005) afirmando que as ideias dominantes frequentemente mantêm e reproduzem a estrutura social vigente dissimulando a correlação de forças existente. Assim, as relações de poder, exploração e opressão de uns sobre outros é justificada e compreendida com base mecanismos de explicação assente, na sua grande maioria, em questões relacionadas com o mérito da pessoa ou do grupo em questão. De tal forma que inclusivamente os/as próprios/as a reproduzem através de processos de internalização da opressão e desempoderamento. Pensamos ser possível analisar esse processo, não apenas no excerto acima, como também numa das conversas durante o trabalho de campo em que uma das militantes referindo-se ao ensino regular dizia:

“ Em história, eu só decoro factos, mas eu não problematizo, não questiono. Eu conheço a história por ciclos (café, pau-brasil,...) é uma formação que não leva a gente a despertar a criticidade. Eles [alunos] não se percebem como construtores da história e ele pensa se eu sou pobre, então é porque eu sou preguiçoso.” (R)

Decorrente daquilo que afirmámos anteriormente, e com base numa observação e análise mais alargada das condições económicas, sociais e culturais circundantes ao MST, podemos ainda reconhecer a temática dos fenómenos de poder e a existência de relações de poder assimétricas (Prilleltensky, 2003; Prilleltensky & Nelson, 2002; Nelson & Prilleltensky, 2005; Prilleltensky & Gonick, 1996) que caracterizam a opressão e a exclusão (Prilleltensky, 2003; Prilleltensky & Gonick, 1996; Martín-Baró, 2005; Sonn & Fisher, 2003).

Segundo Prilleltensky (2003), a opressão caracteriza-se por ser um processo ou um estado de poder assimétrico marcado pela dominação, subordinação e resistência, onde as pessoas ou grupos dominantes exercem o seu poder mediante o processo de restrição do acesso aos recursos materiais e favorecendo nos grupos subordinados a autodepreciação de si mesmos (Martín-Baró, 2005; Prilleltensky & Gonick, 1996). Na opressão coexistem as dimensões psicológica e política, ambas justificando e provando a culpabilização dos grupos oprimidos pela sua situação de desvantagem. Nos dois testemunhos que se seguem, embora já distanciados e influenciados por uma vivência e construção psicológica sobre as suas próprias trajectórias, pensamos ser possível analisar esse processo:

“eu não tenho estudo não é isso, aí fora é prá quem tem a faculdade já, quem sabe falar outros idiomas, o movimento não trabalha dessa forma, ele trabalha prá pessoa chegar a isso, prá você chegar a uma faculdade, prá você aprender outros idiomas.” (L)

"... a gente é excluído pela sociedade porque a gente é pobre, porque a gente é negro, porque a gente é homossexual (...) só não é excluído aquele que tem um bom estudo, aquele que tem um bom carro, que tem uma boa casa esses não são excluído, esses são os da sociedade e a gente como pobre, como empregado, como doméstica, como tudo isso que eu te falei são excluído." (Cr)

Destes testemunhos, pensamos ser razoável concluir que os mesmos parecem indicar que existem situações de opressão que se instalam e interiorizam impedindo que exista uma mobilização dos sectores da população excluídos. Segundo Montero isto é explicado quando a "ideologia existente mascara a realidade permitindo que a construção quotidiana do anómalo e do inaceitável se torne natural" (1994:5).

Posto isto, com vista à superação das condições de opressão e dos processos de naturalização que lhe são inerentes será necessário levar a cabo um processo de problematização do real, um processo de tomada de consciência (Freire, 1980; Montero, 2005; Montero 1994; Montenegro, 2001; Barreiro, 1973). Assim, tendo em conta que no nosso referencial teórico partimos do pressuposto de que a psicologia comunitária que se enquadra no paradigma crítico detém como finalidade última um processo de libertação para alcançar bem-estar e justiça social (Prilleltinky & Nelson, 2002; Nelson e Prilleltensky, 2005; Prilleltensky & Gonick, 1996; Moane, 2003; Montero, 2005; Watts & Serrano-García, 2003; Watts, Williams & Jagers, 2003) então, especificado o nosso posicionamento, a necessidade última será gerar consciência das necessidades para propósitos de libertação o que, invariavelmente, nos direcciona para o questionamento da situação social existente produzindo consciência explícita disso (Montero 2003; 2004b; 1998c). Neste sentido, nas acções do MST, podemos claramente observar um movimento que luta contra as diferentes formas de exclusão através de um significativo processo educativo, onde a educação transformadora se manifesta nas aprendizagens a partir dos conflitos, das diferenças, é aquela que interrompe o curso normal das coisas em que vivemos e que leva à "desnaturalização" das relações historicamente construídas (Vendramini, 2007; Montero, 1998b; 2003; 2004a).

"...possibilitar uma visão crítica a todos os jovens né, pra não dizer assim, oh sempre foi assim nós nascemos pobres vamos morrer pobres, porque sempre vamos ser pobres ninguém vai mudar isso, então a gente tem que quebrar essa visão que já foi imposta por o sistema capitalista e dar uma visão crítica a esses jovens..." (Co)

O desenvolvimento de um processo de "problematização", encerra em si a possibilidade das comunidades adquirirem compreensão e capacidade crítica acerca da sua realidade, passando a definir e/ou considerar as condições de miséria das suas vidas como um resultado da injustiça social. Com as suas raízes na educação popular, especificamente com Paulo Freire, a problematização (Freire, 1980; Koning, 2005, 1986; Montero, 2005; 1998a) será o passo inicial e necessário para o despontar de um processo de mudança social.

Problematização segundo Macedo e colaboradores “é implicar um grupo no objectivo da codificação da realidade em símbolos que possam gerar a consciência crítica e dar-lhes o poder de alterar as suas relações com a natureza e as forças sociais opressivas. Pôr problemas é um objectivo logicamente prioritário que permite que todas as conceptualizações anteriores de um problema sejam tratadas como questionáveis” (2001:146). Paulo Freire desafia-nos a problematizar as situações para questionar o porquê. Isto parece-nos estar bem presente na actuação do MST quando uma das entrevistadas refere

“o movimento ele mostra a realidade que tem né. Eh eu creio que a gente vê a realidade, daí, do que a gente vê né, ele, o movimento ele dá muito isso a oportunidade de ver prá poder a gente tomar a nossa consciência crítica, aí você pergunta diante do que você vê que está acontecendo, aí você se pergunta «É certo o que tá acontecendo?» ...” (CI)

Este acto de estimular permanentemente a pergunta (Freire & Faundez, 1998; Rivera, 2004), a curiosidade, possibilita a capacidade crítica perante a sociedade dominante e, no caso do MST, assume, provavelmente, o seu auge no momento específico da ocupação da terra e do “corte da cerca”. Isso revela-se no testemunho de uma militante quando nos falava do momento da ocupação e do seu significado “quando vão fazer a ocupação, há o “corte” da cerca física, mas internamente cada pessoa sente aquele momento à sua maneira. Nesse dia, acontece algo extraordinário, as pessoas cortam várias cercas e desvelam a realidade, percebem porque uns são ricos e outros são pobres, percebem que são explorados no seu trabalho, (...) há pessoas que vivem numa situação alienada, numa situação que nunca questionaram.” (Diário de Campo, 09-10-07, Caruaru).

Intricado com o acto de questionar está igualmente aquilo que Montero designou de “acesso às necessidades” onde a partir das dificuldades e potencialidades de comunidades e grupos a finalidade última é que as mesmas alcancem uma compreensão e consciência crítica do contexto em que estão imbricadas. De forma clara a autora refere que “o processo de acesso às necessidades desencadeia um processo de conscientização que, pelo facto de ser acompanhado por um processo de produção de conhecimento que direcciona para a revelação das causas e estabelecimento de conexões, envolve por isso um processo de de-ideologização. Ou seja, a conscientização tem uma natureza libertadora e assume uma posição política no sentido alargado do termo” (1994:8). Estabelecendo um paralelo com o processo do Movimento Sem Terra, na busca por reforma agrária, as diversas formas de luta usadas pelo movimento (ocupações, acampamentos, caminhadas, etc) emergem como as principais formas de pressão das forças sociais dominantes e de luta contra a opressão e exploração das famílias camponesas, impulsionando os seus membros a desenvolver uma consciência crítica acerca da “correlação de forças” (Stedile & Fernandes, 2005) existente e diversas leituras da realidade.

(ii) Os processos de de-ideologização e conscientização

Outros dos pontos que nos despertou atenção na análise dos dados, mas também durante o tempo de observação no terreno, tem que ver com a importância que episódios extremos de sobrevivência assumem nas motivações que estão por detrás do desencadear de um processo de mudança das suas situações de vida. *I.e.*, decorrente daquilo que dissemos atrás, existindo um sentimento de impotência generalizado entre a população, o que se revela fundamental para que se envolvam numa participação inicial?

Aqui várias perspectivas são apresentadas e convergem numa mesma direcção. Segundo, Kieffer (1984), na sua explicação acerca do *empowerment* enquanto processo desenvolvimental, na chamada "Era da Entrada" terá que existir um episódio mobilizador que adquira um significado simbólico e emocional suficientemente forte para desencadear uma participação inicial. Também Montero (2003) refere que apenas quando as necessidades têm profundo significado no domínio cognitivo e emocional (Sawaia, 1996; Cerrullo & Wiesenfeld, 2001), ou seja, quando as pessoas percebem o que está a acontecer, avaliando isso como negativo e desenvolvendo fortes sentimentos de rejeição e injustiça, apenas aí as pessoas se tornam capazes de levar a cabo acções para mudar a situação. Isso parece estar presente na fala de um acampado que entrevistámos que nos dizia

"eu achava que o latifundiário ele já era muito rico e eu fui gostando mais do movimento quando eu via as pessoas acampadas nas terras improdutivas sofrendo, e isso para mim era uma grande injustiça..." (ZP).

Relativamente ao MST, pudemos constatar que esse episódio mobilizador é desencadeado na medida em que as pessoas estão sujeitas às mais diversas formas de exploração, principalmente laboral, e, nesse sentido, a possibilidade de reivindicação junto do MST é a única possibilidade que, no futuro, lhes poderá permitir uma mudança na sua própria vida, mas também alcançar alguma dignidade humana enquanto cidadã/os que são. Assim, a ocupação da terra e a fase de acampamento, que reúnem pessoas com o mesmo problema (*e.g.*, expulsão da terra ou do trabalho), afirmam-se enquanto momentos e espaços socializadores envoltos de uma "atmosfera" de grande tensão social, mas simultaneamente de enorme solidariedade e ajuda mútua reunindo as condições para que emirjam, ainda com mais força, esses sentimentos profundos. Com o decorrer do tempo, isso irá permitir uma mudança na perspectiva de vida e a reelaboração da sua visão de mundo, interferindo nos seus hábitos e formas de agir. Pensamos que estes dados podem indiciar que episódios extremos e/ou situações sociais particularmente adversas levam as pessoas a agir e a mobilizar-se.

No entanto, é importante lembrar que estas reacções iniciais/primárias, e em última instância aquilo que impulsiona o processo de *empowerment*, nunca são orientadas pela formação de consciência ou fruto de uma análise intelectual. Referindo-se àquilo que pensava que acontecia após uma ocupação, uma das militantes dizia “aí eu pensei «Ah, finalmente adquiriram consciência...» mas vim a descobrir em Paulo Freire que não o que eles adquiriram foi o desvelamento, um desvendamento da realidade. Eles descobriram, descortinaram a realidade, aquilo que eles nunca tinham visto ou pensado” (Diário de Campo, 09-10-07, Caruaru). Kieffer, referindo-se a isto, afirma que “em cada caso, o episódio mobilizador tem algum significado simbólico ou emocional particular para a pessoa envolvida. Porque o episódio em si mesmo não quer dizer que tenha força e magnitude suficiente para desencadear isso. A provocação do *empowerment* é necessariamente uma consequência de um sentimento pessoal experienciado, de confrontação” (1984:19).

Contudo, apesar desta fase ser essencialmente marcada por um engajamento reactivo, a participação é exploratória, inconsciente e, muitas vezes, insegura. Podemos encontrar esta realidade quando uma das nossas entrevistadas dizia

[Referindo-se aos seus contactos iniciais com o MST] “E aí depois eu fui me **envolvendo**, eu fui na outra semana, me botaram em grupo de família, já participei de grupos de família, de reuniões das mulheres e aí comecei a fazer amizade. Fui procurar saber da saúde das pessoas, os meninos ficaram interessado e aí eu comecei a ver as criança que não tinha tomado às vacina, aí já comecei, sem ninguém me pedir já tava a procurar as casa que tinha água acumulada prá não..., porque a gente tinha que guardar a água e depois tampar, as pessoas que não tinham feito prevenção, as mulheres, e aí **fui me envolvendo**. Depois desse tempo aí os meninos me chamaram «Cr você é uma pessoa tão interessada eu vou botar você prá tomar conta de um núcleo de família e começar a reunir o núcleo de família». (...) essa era minha função no acampamento, aí comecei a conhecer cada..., sectores que eu não conhecia, eu tava assim eu não sabia o que era dirigente, coordenador...” (Cr)

Kieffer alega que, neste episódio mobilizador, “os indivíduos estão primeiro a descobrir os seus músculos políticos e potencialidades para o impacto externo. Através dos esforços iniciais (por tentativa e erro, eles começam a desenvolver o seu primeiro sentido deles mesmos, como seres humanos activos politicamente”. (1984:19).

Estreitamente relacionado com o aspecto anterior (o episódio mobilizador) e como consequência de um forte activismo, principalmente durante a fase do acampamento, percebemos igualmente a relevância que assume nas motivações que estão por detrás desse desencadear do processo de mudança das suas vidas uma alteração da relação com símbolos e sistemas de autoridade, inalteráveis até esse momento. No MST a rotina do acampamento é um exemplo de intensa formação dos acampados mediante: reuniões quotidianas dos núcleos de família; assembleias; as primeiras experiências de coordenação,

negociações e opinião acerca do encaminhamento do próprio acampamento; participação em cursos, caminhadas, ocupação de entidades públicas no sentido de alcançar recursos para o próprio assentamento; manifestações, entre muitas outras.

"É que a princípio no acampamento é um dos processos mais importantes que tem né. Esse é o momento fundamental de se desenvolver essa consciência, que é um momento que todo o mundo participa de um pouco de tudo, de todas as lutas, de todas as formas de buscar o direito, de ir prá's ruas, de se organizar né, de conquistar os direitos são fundamentais na vida né do ser humano" (P)

Assim sendo, a confrontação e desmistificação do poder simbólico da autoridade, através da reivindicação e do engajamento reactivo, é a demanda central (Kieffer, 1984; Montero, 2003). O apelo à criatividade, nomeadamente na gestão que os/as acampados/as fazem do próprio acampamento, a progressiva autonomia e participação de todos/as parecem ser a força alavancadora para o início do processo de desenvolvimento do *empowerment*.

Pensamos estar agora em condições de poder concluir que, com o decorrer do tempo, a continuidade deste engajamento e participação activa tende a subverter os ciclos de ineficácia e opressão. O facto de se envolverem num movimento social da envergadura do MST, e conseqüentemente nos seus intensos processos de socialização colectiva, isso parece indiciar que a existência de situações sociais adversas e o esboçar de uma alteração da relação com os sistemas de autoridade assumem-se como um ingrediente essencial no alargar das competências participativas e de uma acção politizada no colectivo ainda incipiente, com carácter básico (rudimentar) (Kieffer, 1984; Cerullo & Wiesenfeld, 2001).

Outro aspecto de extrema importância prende-se com a importância que o poder do colectivo, a acção colectiva pode ter na construção e edificação da chamada identidade sem terra. O MST através da intensa socialização política permite aos seus membros a aprendizagem prática de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar. Assim sendo, no quotidiano ganha relevância a importância do outro, o companheirismo entre os membros. De acordo com isto, será importante advertirmos para a ocorrência de dois aspectos subjacentes ao colectivo e que parecem ser essenciais para a maturação das competências participativas e do próprio colectivo. Por um lado, todos os/as entrevistados/as referem de forma intensa a importância que assumiu, no início da sua militância, a ajuda e o apoio prestados por outros/as militantes. Assim, para alguns dos/as entrevistados/as esse apoio reflecte-se nos seus testemunhos

"... Aí foi que eu fiquei mais por causa de Josias, porque Josias me dava uma força dizia Cr você vai, eu tou aqui te ajudando, ele sempre dizia não você vai ficar, eu confio em você, você tem capacidade (...) Mas sempre é assim, sempre tinha uns militantes que eu tinha muita amizade,

então os militantes que tinha sempre me davam uma força, mesmo assim o que eu precisassetava sempre, tinha militante comigo porque aqueles militantes é aqueles amigo, militante amigo seu, então foi isso também que me ajudou..." (Cr)

..." eu fui privilegiada nesse processo porque o colectivo que a gente fazia parte, foi o colectivo responsável pela minha formação, teve muito esse papel né, era um colectivo que a gente vivenciava muito a mística todo o dia, a gente estudava, a gente ria né, a gente doava o tempo inteiro (...) Então era um grupo muito interessante assim que a gente brigava, a gente ria, a gente sofria né porque a gente não tinha um centavo pra comprar comida mas a gente era motivado, então isso na verdade isso foi o que o que impulsionou porque não era eu que tava sozinha, era todo o mundo que tinha que fazer esse espírito de sacrifício e todo o mundo fazia com gosto, assim dava uma vontade de fazer, então isso fez a diferença na minha militância né e até hoje faz a diferença na minha militância" (Mi)

Encontramos sustentabilidade no processo de *empowerment* analisado por Kieffer (1984) na medida em que fala da importância da existência de um mentor. Segundo o autor esse desempenha um papel fulcral para que os novos elementos possam deixar emergir as forças latentes e passem a experienciar de forma autónoma as competências políticas não praticadas até àquele momento. O facto de existir um ambiente propiciador para que os novos elementos se possam revelar, isso permite simultaneamente que todos os medos e frustrações possam ser partilhados e conseqüentemente ultrapassados.

Por outro lado, partindo o MST do pressuposto de que todos/as possuem capacidades e habilidades, os/as entrevistados/as referem-se de uma maneira geral ao desenvolvimento e expressão dessas capacidades pessoais.

"E assim, aí eu comecei a desenvolver o que eu pensei que eu não tinha capacidade de fazer que era a articulação, olha pela 1ª vez eu saí pra rua pra pedir ajuda pra dentro do acampamento ... saí de supermercado pedindo, assim de carro de mão de chapéu dos Sem Terra pra alimentação, fui falar com o Prefeito, aí pronto aí comecei a articular e fiquei lá dentro do acampamento como coordenadora..."(Cr)

"Todo o mundo é capaz. Quando eu entrei no MST eu não conseguia conversar mais do que 5 minutos com uma pessoa aí, não conseguia falar em público mais do que 10 palavras né. E isso o movimento veio dizendo pega o desafio tem que ir, tem que alguém ir, tem que fazer reunião, tem que fazer isso, tem que negociar e a gente foi a partir da necessidade da demanda né criando uma consciência e ao mesmo tempo uma habilidade pras questões e isso é positivo né pra gente"(E)

Segundo Kieffer, através desse mentor, e do seu papel no desenvolvimento de cada pessoa, emergem as "forças latentes nutrindo uma acção independente e que suporta a experimentação autónoma nas competências políticas não praticadas" (1984:20).

Assim, a continuidade de uma participação cívica e política poderá, com o decorrer do tempo, subverter os ciclos de desempoderamento e opressão contudo, pensamos poder

afirmar com alguma certeza que isto é apenas verdade e possível se acontecer num contexto reflexivo e onde a participação é organizada e orientada.

I.e., fazendo um paralelo com as acções do MST, os seus membros, de acordo com a demanda de participação e acção criativa no seu interior, em vez de pacientes, vítimas da injustiça social, tornam-se agentes activos que lutam pelo seu futuro. Posto isto, todos (homens e mulheres) participam e tomam decisões sobre as actividades de mudança (Vendramini, 2007). Encontramos também esta ideia sustentada na ideia de Montero quando refere que, subjacente à psicologia comunitária, está a ideia de que as mudanças sociais terão que ser um resultado do trabalho levado a cabo pelas pessoas afectadas pelas circunstâncias mas, para que isso aconteça, a intervenção comunitária não dispensa uma tomada de decisão e controlo sobre as actividades de mudança que estão presentes nos grupos da comunidade organizada (2003).

É aqui que, nas palavras de Freire, as pessoas se começam a descobrir como “construtores da história” (1990; 2002; 2003). Paulo Freire apresentava a necessidade da construção do ser humano, da sua humanização (Souza, 2004), contudo refere que apenas “através da plena apropriação da língua padrão dominante é que os alunos se vêem linguisticamente *empowered* para engaja-se no diálogo com os diversos sectores da sociedade mais ampla” (Freire & Macedo, 1990:100). Atestando isto uma das nossas entrevistadas referindo-se a situações onde os seus direitos são violados dizia-nos

“Eu vou prá briga (*risos*), mesmo sozinha sem ninguém. A minha mãe diz «ocê é doida». Eu digo sou doida não, hoje eu sei os meus direito, hoje eu sei brigar por eles e antes eu não brigava, sabia que tinha direito mas (bateu com as mãos uma na outra) deixava pra lá. Hoje não, hoje eu sei quais é meus direitos. Sei o direito do próximo que tá na minha frente tá entendendo.

- E essa questão que tu ainda agora disseste «Eu antes sabia que tinha direitos mas deixava pra lá», porque é que deixavas pra lá?

C: Eu acho que eu não tinha o conhecimento que eu tenho hoje, hoje eu sei brigar, hoje eu sei, hoje eu tenho argumento. Antes eu sabia, mas eu não tinha argumento, deixava passar, eu dizia «eu vou entrar em briga de cachorro grande?» (*risos*), essa minha visão era essa, hoje não, hoje eu posso até entrar na briga de cachorro grande porque hoje eu tenho argumentos pra brigar com o cachorro grande (*risos*).

- E esses argumentos foste... (não terminei, começou logo)

C: Eh esses argumentos, são assim que eu hoje, hoje eu tenho, hoje por estar no movimento, por ter esse conhecimento, porque me deram a oportunidade desse conhecimento, de saber brigar e dizer vai-te embora brigar que tu tem possibilidade, tu faz parte desse mundo que tu acha que não faz parte...” (Cr)

Paulo Freire continua dizendo que “a voz dos alunos jamais deve ser sacrificada, uma vez que ela é o único meio pelo qual eles dão sentido à própria experiência no mundo” (Freire & Macedo, 1990:100). Apropriando-se da linguagem da cultura dominante, e sendo a sua voz (palavra) o meio de darem sentido à sua vida, eles/elas percebem a sua existência na

construção da história enquanto sujeitos. Atestamos este nosso pensamento com o testemunho dessa mesma entrevistada,

"...então a sociedade vê como... excluído, só não é excluído aquele que tem um bom estudo, aquele que tem um bom carro, que tem uma boa casa esses não são excluído, esses são os da sociedade e a gente como pobre, como empregado, como doméstica, como tudo isso que eu te falei são excluído. Então hoje eu sei o que é excluído, eu hoje eu luto prá mostrar que a gente não somos excluído somos pessoas que somos honestos, somos parte da sociedade, porque se não fosse a gente a sociedade não tava aí, porque a gente somos trabalhadores, a gente trabalha pra dar sustentação a esses latifundiários porque se não fosse a gente os trabalhador prá dar condições a esses latifundiários, então a gente, eles têm que se, que ver que a gente não somos excluídos, somos o alicerce deles, infelizmente a gente somos o alicerce deles e a gente não é conhecido. E a gente não quer ser alicerce, a gente quer ser por igualdade." (Cr)

(...)

"Se você não for brigar por aquele teu direito, que antes eu sabia que tinha mas não ligava e não brigava porque prá mim passava, ah mas hoje eu vejo que se eu não brigar por esse meu direito, mais tarde eu não tenho possibilidade mais de brigar. Agora eu tenho a chance, antes eu não tinha a chance mas eu já tenho a chance de brigar, está entendendo." (Cr)

Outro aspecto distintivo que nos chamou à atenção no processo de reivindicação e mobilização do movimento, foi o facto da relevância e necessidade que assume a participação das famílias camponesas apenas de uma forma intencionada e organizada, quando os objectivos e motivações maiores são comprometidos com um objectivo de transformação social mediante um projecto de reforma agrária com alterações na estrutura fundiária do país e, nesse sentido, apresentando e propondo mudanças estruturais e alteração da correlação de forças política na sociedade brasileira. Assim pudemos constatar que durante todo o processo do MST coexistem inúmeras desistências, desânimo, contradições, mas tudo isto é extremamente acompanhado por muita reflexão (avaliação e auto-avaliação) em relação a tudo aquilo que acontece no dia-a-dia. De acordo com esta necessidade de todo o processo ser acompanhado de uma estrutura organizativa que lhes permite eficaz articulação interna e que se reflecte num elevado nível de participação e capacidade de mobilização, encontra sustentabilidade quando Martín-Baró dizia que "a libertação histórica da opressão exige formas de organização e praxis política capazes de mudar/alterar as estruturas básicas da organização social exploradora" (2005:109). Por isso o MST diz que "preocupar-se com a democracia e não com a organicidade é ser antidemocrático por natureza, pois a organicidade é o elemento fundamental para que as bases possam participar" (MST, 2000, pp19-20).

(iii) Participação política ou acção politizada e empowerment

Decorrente do que referimos até aqui, parece-nos ser possível antever e realizar a associação de que uma participação cívica e política se acontecer num contexto reflexivo onde a participação é organizada e orientada/intencionada irá provavelmente favorecer o

aprimoramento e a maturação de capacidades e competências estratégicas de participação dos seus membros e consequentemente a construção de uma consciência política colectiva mais crítica. Este engajamento reactivo e a criatividade que daí nasce são a alavanca, ou talvez, o primeiro passo para o início de um processo de *empowerment*.

Relacionado com o aspecto anterior, o MST privilegia e procura assegurar uma forte relação e coerência entre teoria e prática, onde a reflexão é importante mas não coloca a prática de lado. Este foi outro dos aspectos que nos chamou à atenção, na medida em que percebemos o quão importante é a relação entre a teoria e a prática, *i.e.*, a capacidade de colocar a teoria em prática e vice-versa através de um diálogo que as alimenta mutuamente, e como o seu papel se assume relevante no desenvolvimento de uma acção politizada.

Daqui decorre que, por um lado, a prática/acção está no centro da aprendizagem do *empowerment*. No caso do MST a prática terá que estar presente, e isso é bem visível quando uma das militantes do MST nos diz "...só desenvolve a partir do momento em que você participa, não adianta só teoria, você só ir lá e colocar todo o contexto mas eles têm que vivenciar prá poder desenvolver essa consciência (...) quando eu comecei a participar mesmo das actividades política enquanto militante, dos actos políticos foi quando eu comecei a desenvolver uma consciência mais..., comecei a amadurecer né, mais critica, a ver o mundo com outro olhar e poder transformar." (P). Para o MST *empowerment* não é uma comodidade a ser adquirida, mas antes um processo de transformação construído através da acção.

Contudo, a construção de competências subjacentes ao *empowerment* somente progride através da repetição de ciclos de acção, reflexão, acção (Freire, 1980; 1965; 2002; 2006; Barreiro, 1973; Montero, 2005; Cerullo & Wiesenfeld, 2001).

..."porque cada ponto, cada seminário, cada espaço de formação que a gente vai é uma aprendizagem diferente né, e essa aprendizagem, e essa a gente costuma botar em prática e vai-nos dando uma visão do Mundo né..." (Co)

E, nesse sentido, a reflexão, e o papel da teoria, trata-se de um recurso incontornável para o crescimento dos próprios indivíduos.

"antigamente a gente não via, não tinha necessidade, a gente não se interessava de ver olhar o que é que estava acontecendo no Iraque, o que está acontecendo na Bolívia né ou na Venezuela e agora a gente tem que ver, tem que ter essa visão, tem que conhecer o que é que é de bom e o que é que é de ruim né, e a gente passou a entender esse processo que tem sempre uma classe superior que está prá explorar né e aí através desse entendimento dessa visão de mundo que a gente vai ampliando o nosso desejo de poder ajudar mais ainda na prática né porque sabe que o sistema é forte..." (Co)

“... Então o que motiva é isso né, assim o facto de estar sempre mobilizando, o facto de estar sempre contribuindo teoricamente ou praticamente com as famílias; então o que o movimento pôde me dar até hoje é que eu possa, eh dizer como isso foi bom pra mim né que foi justamente essa formação política, esse acumulo de conhecimento distribuído né, porque eu sempre socializo com os meus amigos né, com as famílias que eu tenho tempo pra discutir” (D)

Por vezes, o treino e instrução (formação/teoria) poderão ser úteis em momentos onde informação específica é requerida, contudo o recurso a estes momentos não são decisivos na promoção de elementos mais críticos inerentes ao *empowerment*. Estes apenas se completam pela experiência/prática. No MST a formação é um processo permanente, através do qual os membros são capacitados para aumentarem os seus conhecimentos e capacidade de intervenção na realidade social em que vivem. Isto é, a formação é sempre feita com o intuito de ser aplicada na prática.

“A questão do movimento é que ele quer melhorar né. E ele quer que um militante ele esteja formando em tudo com uma formação política na Ideologia né, que ele tenha a capacidade de chegar em qualquer lugar e ele saber se expressar, dialogar com qualquer uma pessoa e um militante ele tem sempre que estar formado, eu acho que esse é uma das características do militante ele entender a formação política e estar sempre lendo os livro prá que ele venha a compreender o que é a organização, prá depois ele pegar a vida real né, hoje a gente prega a vida real para que o povo saiba o que nós queremos é isso que um militante procura”. (D)

Outro aspecto importante da nossa análise desenvolvida em torno do MST, tem que ver com o facto de o MST, enquanto actor político, ir muito para além da luta pelo acesso á terra, *i.e.*, pretende a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais. Ou seja, trata-se de uma luta pela democracia, pela igualdade contra a exclusão. Neste sentido, o movimento através do seu projecto de sociedade faz aquilo que Cerullo e Wiesenfeld (2001) designaram de transcendência política da praxis propondo a passagem de acções políticas globais de mudança, do contexto cultural e ideológico. Vimos isso quando percebemos que a actuação do MST não se esgota com a conquista da posse da terra; a luta é muito maior. As populações do campo, não reivindicam apenas terra, querem mais que o reconhecimento da legitimidade da sua presença sobre a terra, por isso o MST é um movimento de luta pela terra, mas também tem um projecto e uma estratégia política de transformação radical da sociedade. Neste sentido, essa transcendência política da praxis implica transcender e/ou passar de acções parcelares (são aquelas que implicam uma compreensão dos problemas da vida quotidiana e a execução de actividades para os solucionar) para acções políticas globais, que envolvem uma mudança estrutural.

“Então a sociedade socialista pra nós é ser libertado de toda essa opressão capitalista né, não existir essa diferença de classe; é onde todas as famílias possam ter um pedaço de chão, as famílias agricultoras; as pessoas que vivem nas cidades, os operários, possam ter emprego, viver sem mendigar, tenham

perspectiva de vida; sem crianças passando fome ou numa favela. Então é uma sociedade que envolva e a gente tem um projecto de sociedade; o Movimento Sem Terra e os demais movimentos né tem um projecto pra sociedade socialista e assim se libertar, e assim conscientizar todas as pessoas. É uma luta muito grande mas para nós é uma tarefa a ser cumprida. E assim de acordo com a necessidade do povo se vai construindo essa sociedade "(E)

... " em Brasília a gente não foi só prá luta por nós Movimento Sem Terra, a gente luta pelos brasileiros que tão desempregados e que a cada dia aumenta. Então essas são as lutas objectivas da gente, cobrar esse direito: a reforma agrária, emprego, a justiça social porque nós não estamos tendo nada disso "(ZP).

Este projecto colectivo de transformação social, tem na sua base uma dinâmica de trabalho caracterizada por ciclos de reflexão e acção em que ambos se enriquecem e retroalimentam mutuamente. Assim, a reflexão sobre a planificação, execução e resultados de tais actividades constitui uma volta à actividade teórica que a nutre e a coloca num nível mais avançado de compreensão e conseqüentemente de actuação sobre a realidade.

Decorrente do que foi dito anteriormente a conscientização tem uma natureza libertadora e assume uma posição política no sentido alargado do termo. Para Paulo Freire (1965) a verdadeira conscientização é aquela que gera praxis, sendo esta entendida como acção política/politizada. Ainda acerca disto, Martín-Baró refere que o "processo de conscientização supõe a passagem da alienação à identidade social, ou seja, a passagem de uma consciência presentista, cujo único horizonte é a satisfação individual das necessidades imediatas, a uma consciência de classe, orientada para a formação e satisfação de necessidades sociais que respondam aos interesses de toda a comunidade social (o que só é possível orientando-se pelos interesses fundamentais dos oprimidos, dos «condenados da terra»). E esta passagem exige não uma simples mudança de valores ou aspirações, mas primeiro e fundamentalmente uma actividade organizada, grupal, que torne possível as necessárias transformações das estruturas sociais objectivas" (2005:109).

Assumimos então que, a dinâmica reflexão-acção constitui um meio pedagógico que, à medida que permite a compreensão e solução de problemas parcelares, prepara os sectores e grupos participantes para a compreensão e solução dos problemas de âmbito nacional. Podemos então falar de um processo de conscientização que, no seu início, estará muito mais centrado na solução de situações parciais, mas que deverá evoluir, com o tempo, para uma abrangência global onde se evidenciam causas maiores e estruturais. Decorrente do que foi dito anteriormente, pensamos poder caracterizar a conscientização enquanto processo de evolução contínua com a finalidade de gerar praxis (Freire, 1980).

Torna-se tarefa difícil procurar concluir um trabalho que no seu âmago teve um longo percurso e esteve envolto em diversas etapas, na medida em que parecerá sempre inconclusivo aos olhos de quem o produziu.

Contudo, procuramos aqui acentuar os principais resultados acerca da articulação entre os conceitos de empowerment e conscientização. Um processo de empowerment, comprometido com propósitos de transformação social, tem subjacente duas grandes dimensões a conscientização e a participação ou acção politizada. Por sua vez, a conscientização assume-se um processo fulcral, na medida em que permitirá não apenas um questionamento da ideologia, como igualmente uma acção direccionada a produzir mudanças estruturais que condicionaram essa mesma ideologia. Assim, isto faz com que o processo de empowerment seja um processo muito mais lato, que necessariamente terá na sua base uma acção colectiva comprometida com a mudança. Falarmos de empowerment com o intuito de mudança social, é sinónimo de falar de um empowerment no colectivo.

Ao longo deste trabalho demos conta das diversas fases e condicionalismos subjacentes a estes processos e, nesse sentido, percebemos que no seu início estão processos de problematização, muitas vezes desencadeados por situações extremas com um profundo significado emocional contudo, esses processos apenas estarão em condições de avançar quando acontecem por intermédio de uma participação activa e engajada que seja orientada e intencionada, e que se vai maturando e aprofundando com o decorrer do tempo e de forma permanente. Essa maturação é assim sustentada por ciclos de acção-reflexão-acção que asseguram, não apenas a estreita relação entre teoria e prática, como também uma progressiva construção dos sujeitos enquanto construtores da história, enquanto cidadãos/ãs. Transversal a um processo desta natureza estará sempre um processo de consciência crítica das circunstâncias circundantes, que apenas poderá ser levada a cabo no colectivo.

Gostaríamos ainda de tecer algumas considerações no que diz respeito às limitações deste trabalho, bem como desafios e pistas para futuras investigações.

Quanto às limitações identificámos que, *por um lado* os resultados aqui obtidos encontram-se estreitamente relacionados com a metodologia de investigação utilizada. Assim, aquilo que poderá representar uma valia para a investigação, no sentido em que lhe permite dar conta da complexidade e riqueza sociológica presente no real, poderá simultaneamente revelar-se enquanto fragilidade. *I.e.*, dadas as múltiplas possibilidades de categorização e codificação dos dados, o/a investigador/a inevitavelmente irá proceder a uma codificação

que não estará desprendida das suas intenções iniciais e, neste sentido, provavelmente outro/a investigador/a não chegaria às mesmas codificações e conseqüentemente conclusões. Estas nossas afirmações ganham sustentabilidade quando Giglione e Matalon se referem a este assunto dizendo que “quando alguém mais ingénuo pergunta como foi possível chegar a um tal resultado, a resposta, por mais elaborada que seja, não pode mascarar o facto de que ninguém sabe como, inclusivamente aquele que obteve o resultado em causa” (1992:211). Ora isto remete-nos para o facto de que todos os métodos de análise de dados que impliquem um processo de categorização, seja *a priori* ou *posteriori*, e estabelecimento de relações entre categorias implicam, necessariamente, tecer considerações, explicações e interpretações sobre o fenómeno em causa. Neste sentido, qualquer processo que envolva estes preceitos está longe de ser neutro e/ou objectivo. Uma vez mais, os autores Giglione e Matalon referem que “o acto de codificar constitui uma operação sobre o sentido efectuada pelo codificador, qualquer que seja a técnica de codificação utilizada” (2005:187).

Existindo sempre considerações e pressupostos prévios que irão delimitar a nossa análise, no entanto, orientámos a categorização e codificação por processos semelhantes àqueles utilizados pela metodologia da *grounded theory* onde os destaques foram emergindo dos discursos sem uma grelha de análise previamente estruturada. Assim sendo, no nosso caso, a subjectividade situa-se aquando do momento em que iniciamos as leituras e releituras dos dados, pois a partir daí vamos logo fazendo associações e relações não apenas com o quadrante teórico que nos orienta como também com os objectivos e questões de partida.

Apesar da subjectividade a que estão sujeitas as codificações, e estando conscientes deste facto, procurámos minimizar os seus efeitos: (i) socorrendo-nos, aquando do trabalho de campo, de um vasto número de técnicas de recolha dos dados que, posteriormente, nos permitissem “olhar” os dados através de diversas perspectivas por forma a esgotar os diferentes sentidos que pudessem assumir; (ii) apresentação de excertos suficientemente abrangentes que nos garantissem que os discursos dos entrevistados/as estariam em condições de ser perfeitamente contextualizados (quando se isso não era possível dada a extensão do assunto/tema recorriámos, nós próprios, à explicitação do tema que estava a ser abordado); (iii) de acordo com o tipo de análise a que submetemos os dados (indutiva e baseada em pressupostos de uma análise compreensiva) foi-nos possível enveredar pela formulação de categorias, que pretendemos que fossem, o mais fidedignas e próximas possível ao discurso originário dos sujeitos. De tal forma que, muitas das categorias assumiram nomes ou expressões frequentemente utilizadas pelos entrevistados/as.

Deste modo, pensamos ter-nos assegurado e acautelado de enviesamentos e subjectividades a que, naturalmente, um processo desta natureza está sempre sujeito.

Por outro, outra das limitações inerentes ao trabalho prende-se com a questão da replicabilidade e disseminação dos seus resultados em outros contextos (Wandersman, 2003). Ou seja, todo o processo de socialização inerente ao MST faz sentido unicamente no contexto mais alargado em que se insere e, nesse sentido, não é representativo da generalidade dos movimentos sociais.

O objectivo deste estudo era essencialmente perceber e compreender de que forma os/as militantes activos/as vivenciavam os processos de conscientização e *empowerment* inerentes a uma acção politizada desencadeado pela vivência junto de um movimento social como o MST. Nesse sentido, pensamos ter ficado completa a nossa finalidade uma vez que nos permitiu tecer sugestões e recomendações que poderão ser a base para futuras pesquisas.

Para futuras investigações, pensamos ser interessante analisar de que forma estes processos de conscientização e *empowerment* variam e se manifestam, de acordo com alguns critérios, quer individualmente, quer no colectivo e, de forma mais marcada, na construção de uma identidade e compromisso com o objectivo do MST de eliminar (pelo menos minorar) a pobreza e a desigualdade social.

Não coube neste estudo, nem em termos de tempo, nem de prioridade, abordar os critérios seguintes, no entanto, parece-nos relevante elucidá-los aqui. Considerando, que estes processos que abordámos no nosso estudo, estão intimamente ligados a um processo desenvolvimental e de maturação que ocorrem e se consolidam com o tempo pareceu-nos importante analisar: a questão da duração no tempo da militância exercida pelos membros, de que forma isso poderá ter influências ao nível da maturação dos processos referidos anteriormente. Isto porque uma das hipóteses, que julgamos ser possível concluir do nosso estudo, diz respeito ao facto do sucesso dos processos anteriores estar em muito relacionado com uma efectiva(s) estratégia(s) política(s) e o tempo de consolidação das suas propostas.

Outra das sugestões surge ao nível do tipo de militância e conseqüentemente do tipo de comprometimento que daí advém, *i.e.*, conforme os membros do MST desempenhem funções de direcção, liderança ou base se esse facto se repercute na consciência e acção politizada; também, durante o tempo do trabalho de campo, e que mais tarde se confirmou com maior veemência na análise dos resultados, nos pareceu fundamental os temas da juventude e o tema de género. São duas áreas em perfeita evolução no âmbito do movimento Sem Terra e, nesse sentido, com profundas repercussões ao nível da direcção e caminho que poderá tomar o próprio. Pareceu-nos ser interessante perceber de que forma a juventude, ou a questão de género se manifestará de acordo com os processos de

conscientização e *empowerment* envolvidos nos processos de transformação social almejados pelo MST.

Em resumo, o nosso estudo pretende representar a abertura do diálogo acerca de processos comunitários que tenham na sua base pretensões de transformação social e, nesse sentido, pensamos ter podido contribuir para o questionamento das nossas próprias intervenções comunitárias, bem como possibilidades e formas alternativas que potenciem e nos desafiem a problematizar as situações e os eventos quotidianos, remetendo sempre para uma abordagem dos aspectos e análise dos aspectos estruturais e conjunturais subjacentes à trama que nos envolve a todos enquanto cidadãos/ãs do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, J. (2005) *Da Esperança à Frustração: um paralelo da continuidade entre os governos FHC e Lula*. Monografia de Conclusão de Curso apresentada à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- ATKINSON, P.; COFFEY, A.; DELAMONT, S.; LOFLAND, J. & LOFLAND, L (2001) *Handbook of Ethnography*. London: Sage
- AZEVEDO, J (1998a) Metodologias Qualitativas: Análise do Discurso. In A. Esteves e J. Azevedo (Eds.) *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 107-114.
- AZEVEDO, J (1998b) Programas de Computadores para Análise de Dados Qualitativos. In A. Esteves e J. Azevedo (Eds.) *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 149-155
- BARDIN, L. (2004) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- BARREIRO, J. (1973) *Educação Popular e Processo de Consciencialização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BOGDAN, R e BIKLEN, S (1994) *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- BOGO, A. (1999) *Lições da Luta pela Terra*. Memorial das Letras: Salvador.
- BOGO, A. (2002) *O vigor da Mística*. Caderno de Cultura n.º2. São Paulo: ANCA/MST
- BURAWOY, M. et al. (1991) *Ethnography Unbound. Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press
- BURAWOY, M (1991) The Extended Case Method. In M. Buroway et al. (orgs) *Ethnography Unbound. Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press, 271-287.
- BURAWOY, M. (1994) Dois Métodos à procura da Ciência Skcpol vs Trotsky. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º40, 37-88.
- BURAWOY, M. (1998) The Extended case Method. *Sociological Theory*, vol.16, n.º 1, 4-33.
- BURGESS, R. (1997) *A Pesquisa de Terreno: uma introdução*, 1ª ed. Oeiras: Celta.
- BUSTON, K (1997) NUD*IST in Action: It Use and its Usefulness in a study of Chronic Illness in Young People. *Sociological Research Online*, vol.2, n.º 3, disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/3/6.html>
- CAMARGO, Aspásia. *DHBB: verbete temático: Ligas Camponesas*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes/htm/7794_1.asp
- CAMPOS, M. (2006) *Os Cassacos: novela*. Recife: Bagaço
- CARMO, H. e FERREIRA, M. (1998) *Metodologia da Investigação: guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- COFFEY, A., HOLBROOK, B. & ATKINSON, P. (1996) Qualitative Data Analysis: technologies and representations, *Sociological Research Online*, vol. 1, n.º 1, disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/1/1/4.html>

- CERULLO, R. & WIESENFELD, E. (2001) La Concientización en el Trabajo Psicosocial Comunitario desde la Perspectiva de sus Actores. *Revista de Psicología*, vol.X, n.º 2, 11-26
- COMPARATO, B. K. (2003) *A Ação Política do MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- CONCRAB (1997a) *Sistema Cooperativista dos Assentados*. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 05. São Paulo: CONCRAB.
- CONCRAB (1997b) *Questões Práticas sobre Cooperativas de Produção*. São Paulo: MST-CONCRAB.
- CONCRAB (1998a) *A Emancipação dos Assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter*. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 06. São Paulo: CONCRAB.
- CONCRAB (1998b) *Enfrentar os Desafios da organização nos Assentamentos*. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 07. São Paulo: CONCRAB.
- CORTEZÃO, L. (2003) Contributo para a compreensão do trabalho de Paulo Freire. *NUPEP – Fénix – Revista Pernambucana de Educação Popular e de Educação de Adultos*, Ano2, n.º1, 26-34.
- CUNHA, E. (2002) *Os Sertões*. São Paulo: Editora Martin Claret
- DAVISON, II, W. S. (2003a). *Psicología de la Liberación: Respuestas a la Opressão*. *American Journal of Community Psychology*, 2003, 31, 1-2.
- DEMAZIERE, D. E DUBAR, C. (1997) *Analyser les Entretiens Biographiques: l'Exemple de Récits d'Insertion*. Paris: Nathan.
- DENZIN, N. e LINCOLN, Y. (eds.) (1994) *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage
- FERNANDES, B.M. (1999) *MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Formação e Territorialização em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC.
- FERREIRA, Manuela (2008) *Análise de Conteúdo Qualitativa*. Módulo integrado no Mestrado em Ciências de Educação. FPCE-UP.
- FIELDING, N.G. & LEE, R.M. (1992) *Using Computers in Qualitative Research*. London: Sage.
- FRANCISCO, A. A. L. (2007) *Os Meninos e as Meninas Fizeram um Belo Balão: Contribuições do Pensamento de Paulo Freire para uma Leitura do Mundo da Educação de Infância*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Porto.
- FREIRE, P. (1965) *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1970) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1980) *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Editora Moraes.
- FREIRE, P. & MACEDO, D. (1990) *Alfabetização: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. & FAUNDEZ, A. (1998) *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- FREIRE, P. (2001) *Educação e Actualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire.
- FREIRE, Paulo e HORTON, Myles (2003) *O Caminho se faz Caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- FREIRE, P. (2006) *Extensão ou Comunicação?* São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P & NOGUEIRA, A. (2007) *Que Fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes.
- FREITAS, M.F.Q. (2005). (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projectos de transformação social: aproximações entre as Psicologia Social da Libertação e Comunitária. *PSICO*, vol. 36, n.1, 47-54.
- FREYRE, G. (1951) *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- FREYRE, G. (1998) *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- GHIGLIONE, R e MATALON, B (2005) *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- GUERRA, I. (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – sentidos e formas de uso*. 1ª ed. Editora Principia.
- JOSSO, M-C. (2002) *Experiências de Vida e Formação*. Lisboa: Educa.
- JÚNIOR, F. L. & GUZZO, R. S. (2006) MST e Consciência de Classe: Estudo a partir da Trajetória de Vida de um Militante. *Revista de Psicologia Política*, vol. 6, n.º 12, 1-47.
- KELLE, U (1997) Theory Building in Qualitative Research and Computer Programs for the Management of Textual Data. *Sociological Research Online*, vol.2, n.º 2, disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/2/1.html>
- KIEFFER, C. (1984). Citizen empowerment: A developmental perspective. *Prevention in Human Services*, vol. 3, n.ºs 2/3, 9-36.
- KONING, M. (1986). Da palavra à acção: história de um processo de conscientização de Mulheres, *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 825-852.
- KONING, M. (Coord.) (2005) *Rede de Mulheres 25 Anos Depois. Com Maria de Lourdes Pintasilgo*. Lisboa: Graal; Fundação Cuidar o Futuro, Rede de Mulheres.
- LAGE, A. (2005) *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- LEE, R.M. & FIELDING, N.G. (1996) Qualitative Data Analysis: Representations of a Technology: A Comment on Coffey, Holbrook and Atkinson. *Sociological Research Online*, vol.1, n.º 4, disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/1/4/lf.html>
- LINCOLN, Y e GUBA, E. (1985) *Naturalistic Inquiry*. Sage Publications.
- MACEDO, E.; VASCONCELOS, L.; EVANS, M.; LACERDA, M. & PINTO, M. (2001) *Revisitando Paulo Freire - Sentidos na Educação*. Porto: ASA.
- MACEDO, J.R. (2004) *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular.
- MARTÍN-BARÓ, I. (1986) Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, 22, 219-231.

- MARTÍN-BARÓ, I. (2005) *Acción e Ideología. Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA
- MELO, J.A.T. (Org.) (2006) *Reforma Agrária Quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília.
- MENDES, J.M. (s/d) Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. Texto Policopiado. Coimbra: CES – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- MENDES, J.M. (2000) *Do Ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores (1974-1996)*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- MENEZES, I. (2007) *Intervenção Comunitária: Uma Perspectiva Psicológica*. Porto: Livpsic.
- MINAYO, M.C.; DESLANDES, S. e GOMES, R (2007) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MIRE (2003) *Cadernos de Mística e Revolução*. São Paulo: Secretaria Nacional do MIRE
- MOANE, G. (2003). Bridging the personal and the political: Practices for a liberation psychology. *American Journal of Community Psychology*, 31, 151- 169.
- MONTENEGRO, M. (2002) Ideology and Community Social Psychology: Theoretical Considerations and Practical Implications. *American Journal of Community Psychology*, vol. 30, nº 4, 511-527.
- MONTERO, M. (1994) Consciousness Raising, Conversion, and De-Ideologization in Community Psychosocial Work. *Journal of Community Psychology*, vol. 22, 3-11.
- MONTERO, M. (1998a) Dialectic Between Active Minorities and Majorities: a study of social influence in the community. *Journal of Community Psychology*, vol.26, n.º 3, 281-289.
- MONTERO, M. (1998b) La Comunidad como Objeto y Sujeto de la Acción Social. In A. Martín (Eds.) *Psicología Comunitaria. Fundamentos y aplicaciones*. Madrid: Síntesis Psicología, pp. 211-222.
- MONTERO, M. (1998c) Psychosocial Community work as an alternative mode of political action (The construction and critical transformation of society). *Community, Work & Family*, vol.1, n.º 1, 65-78.
- MONTERO, M. (2003) *Teoría y Práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- MONTERO, M. (2004a) *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, Conceptos y Procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- MONTERO, M. (2004b) Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: una respuesta latinoamericana. *Psyche*, Vol. 13, n.º 2, 17-28.
- MONTERO, M. (2005) Between Person and Society: Community Psychology's Voyage into Complexity [Part VI: Looking Towards the Future]. In G. Nelson, & I. Prilleltensky *Community Psychology: in pursuit of Liberation and Well-being*. NY: Palgrave Macmillan, 489-501.
- MONTERO, M. (2007) *Hacer para Transformar: el método en la Psicología Comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.

- MONTERO, M. (2007) "Terrorismo e Paz". Conferência na Universidade de Sevilha.
- MORISSAWA, M. (2001) *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- MST (s/d) *Histórico do MST no Estado de Pernambuco*.
- MST (1986) *Construindo o Caminho*. São Paulo: Secretaria Nacional – MST.
- MST (1994) *Documento Básico do MST – Documento para debate e revisão durante 1994/1995*. MST
- MST (1997) *Organicidade Interna do MST*. Coordenação Nacional – MST.
- MST – Sector de Direitos Humanos (1998a) *A Lei e as Ocupações de Terras*. São Paulo: Secretaria Nacional – MST.
- MST (1998b) *Programa de Reforma Agrária*. São Paulo: CONCRAB.
- MST (1999) *Trabalho de Base*. Cartilha n.º 4. São Paulo: Consulta Popular.
- MST – Sector de Formação (2000) *Método de Organização: construindo de um novo jeito*. Caderno de Formação n.º 35. São Paulo: Secretaria Nacional – MST.
- MST (2001) *Construindo o Caminho*. São Paulo: Secretaria Nacional – MST.
- MST – Sector de Formação (2003) *Desafios da Formação*. São Paulo: Secretaria Nacional – MST.
- MST – Sector de Formação (2005a) *O Funcionamento das Brigadas do MST*.
- MST – Sector Nacional de Formação (2005b) *Método de Trabalho e Organização Popular*. São Paulo: ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola.
- MST (2005c) *O MST: A Luta pela Reforma Agrária e por Mudanças Sociais no Brasil – Documentos Básicos*. São Paulo: Secretaria Nacional – MST.
- NELSON, G., & PRILLELTENSKY, I. (2005) *Community Psychology. In pursuit of liberation and wellbeing*. NY: Palgrave MacMillan.
- POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S. e RAYBAUT, P (1999) *Histórias de Vida: teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- PRILLELTENSKY, I., & GONICK, L. (1996) Politics change, oppression in the social science: Past, present, and future. In E. Trickett, R. Watts, & D. Birman (Eds.), *Human diversity: Perspectives on people in context*. San Francisco: Jossey Bass, pp. 145- 177.
- PRILLELTENSKY, I., & NELSON, G. (2002) *Doing Psychology Critically. Making a Difference in Diverse Settings*. NY: Palgrave MacMillan.
- PRILLELTENSKY, I. (2003) Understanding, Resisting, and Overcoming Oppression: Towards Psychopolitical Validity. *American Journal of Community Psychology*, 31, 195- 201.
- QSR International (2008) NVivo 8. Austrália: QSR International Pty Ltd, disponível em www.qsrinternational.com
- QUIVY, R e CAMPENHOUDT, L.V. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais, colecção Trajectos*. Lisboa: Gradiva.
- RAPPAPORT, J. (1981) In Praise of Paradox: a social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, vol. 9, n.º 1, 1-26.

- RAPPAPORT, J & HESS, R. (Eds.) (1984) *Studies in Empowerment: Steps Toward Understanding and Action*. NY: The Haworth Press.
- RAPPAPORT, J. (1985) The Power of Empowerment Language. *Social Policy*, vol. 6, 15 – 21.
- RAPPAPORT, J. (1987) Terms of Empowerment/Exemplars of Prevention: Toward a Theory for Community Psychology. *American Journal of Community Psychology*, vol. 15, n.º 2, 121-148.
- RAPPAPORT, J. (1995) Empowerment Meets Narrative: Listening to Stories and Creating Settings. *American Journal of Community Psychology*, vol. 23, n.º 5, 795-807.
- RAPPAPORT, J. (1998) *The Art of Social Change: community narratives as resources for Individual and Collective identity*. Addressing Community Problems: Psychosocial Research and Intervention, pp 225 – 246. Thousand Oaks, LA: Sage.
- RAPPAPORT, J. (2000) Community Narratives: Tales of Terror and Joy. *American Journal of Community Psychology*, vol.28, n.º 1, 1-24.
- RAPPAPORT, J. (2005) Community Psychology is (Thank God) More Than Science. *American Journal of Community Psychology*, vol. 35, n.ºs 3/4, 231-238.
- RICHARDS, T.J. e RICHARDS, L (1994) Using Computers in Qualitative Research. In Norman Denzin e Yvonna Lincoln (eds.) *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage, 445-462.
- RIVERA, C. V. (2004) Refortalecimiento: Un Debate con el Empowerment. *Revista Interamericana de Psicología*, Vol. 38, n.º 1, 1-11.
- ROSA, M. (2004) A Nova Face do Sindicalismo Rural Brasileiro: A Reforma Agrária e as Tradições Sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. Vol. 47, n.º 3, 473-503.
- SÁ, R. B. (2001) Veja lidera bombardeio contra MST: um ano depois da edição de 10 de Maio de 2000. Mato Grosso - Cuiabá: Cadernos Populares – ADUFMAT.
- SANTOS, B.S. (1983) Os Conflitos Urbanos no Recife: o caso do Skylab. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º11, Maio, 9-60.
- SANTOS, B.S. (1995) Law, The State and Urban Struggles in Recife. In Boaventura S.S. *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge, 378-397.
- SARAMAGO, J. (1995) *Ensaio sobre a Cegueira*. Lisboa: Caminho.
- SAWAIA, B. (1996) Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In Regina Freitas Campos (org.) *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 35-53.
- SCOCUGLIA, A. (Org) (2006) *Paulo Freire na História da Educação do Tempo Presente*. Biblioteca das Ciências Sociais: Edições Afrontamento.
- SIEBERT, C. (2005) *Geografia de Pernambuco*. São Paulo: FTD
- SOUZA, J.F. (2004) Conferência “Núcleo Paulo Freire em Aveiro”. Universidade de Aveiro.
- SONN, C., & FISHER, A. (2003). Identity and Opressão: Differential Responses to an In-Between Status. *American Journal of Community Psychology*, 31, n.º 1/2, 117- 128.

- STEDILE, J.P. & FERNANDES, B.M. (2005) *Brava Gente: a Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- STRAUSS, A e CORBIN J (1990) *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*. Thousand Oaks: Sage.
- STRAUSS, A e CORBIN, J (1994) Grounded Theory Methodology – An Overview. In Norman Denzin e Yvonna Lincoln (eds.) *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage, pp 273-285.
- SULLIVAN, Mercer L. (2002) Exploring Layers: Extended Case Method as a Tool for Multilevel Analysis of School Violence. *Sociological Methods & Research*, n.º 31, 255-285.
- TAYLOR, S. e BOGDAN, R. (1987) *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós.
- TESCH, R. (1992) Software for qualitative researchers: analysis needs and program capabilities. In Nigel Fielding e Raymond Lee. *Using Computers in Qualitative Research*. London: Sage, pp 16-37.
- TESCH, R. (1995) *Qualitative Research: analysis types and software tools*. New York: The Falmer Press.
- TRICKET, E., WATTS, R., & BIRMAN, D. (1994). *Human Diversity. Perspectives on people in Context*. San Francisco: Jossey- Bass.
- TURATTI, M.C. (2005) *Os Filhos da Lona Preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda
- VALA, J (1986) A Análise de Conteúdo. In A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: edições Afrontamento, 101-128.
- VENDRAMINI, C.R. (2007) Aprendizagens Colectivas no Movimento dos Sem Terra. In R. Canário (Org.) *Educação Popular & Movimentos Sociais*. Lisboa: Educa – unidade de I & D de Ciências da Educação, pp 121-144.
- WANDERSMAN, A. (2003) Community Science: Bridging the Gap between Science and Practice with Community-Centered Models. *American Journal of Community Psychology*, vol. 31, n.º s 3/4, 227.
- WATTS, R. J., & ABDUL-ADIL, J. (1998). Promoting critical consciousness in young, African American men. In R. Watts & R. Jagers (Eds.), *Manhood Development in Urban, African-American Communities, Journal of Prevention and Intervention in the Community*. The Hawthorn Press.
- WATTS, R., GRIFFITH, D., & ABDUL- ADIL, J. (1999). Sociopolitical Development as an Antidote for Oppression - Theory and Action. *American Journal of Community Psychology*, 27, 255-271.
- WATTS, R., WILLIAMS, N., & JAGERS, R. (2003). Sociopolitical development. *American Journal of Community Psychology*, 31, 309- 325.
- WATTS, R. J., & SERRANO- GARCÍA, I. (2003). The quest for a liberating community psychology: An overview. *American Journal of Community Psychology*, 31, n.º 1- 2, 73- 78.

- WETHERELL, M. & POTTER J. (1995) Discoursing about Discourse Analysis, disponível em <http://www.psyceru.psych.ucalgary.ca/cournotes/psyc503/discourse.htm>
- WOLCOTT, H.F. (1994) Transforming Qualitative Data: description, analysis, and interpretation. London: Sage Publication.

Endereços Electrónicos:

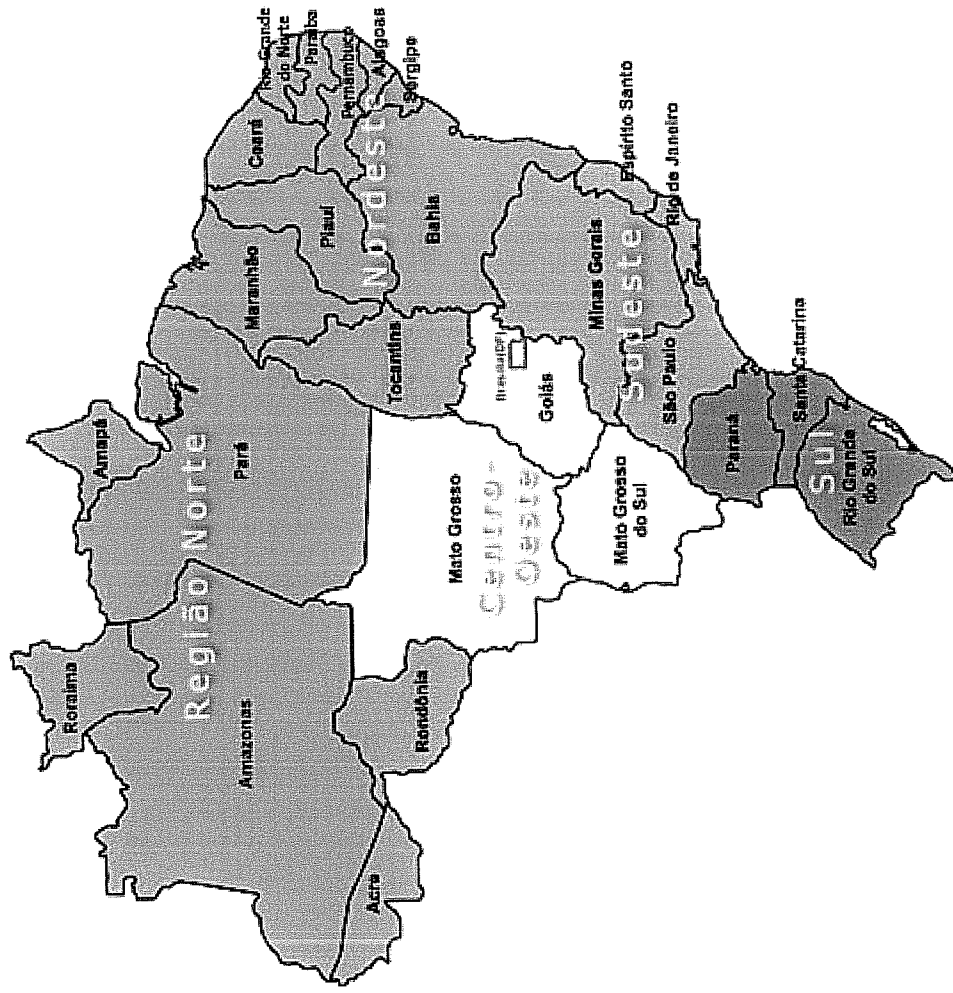
- <http://www.paulofreire.ufpb.br>
- Fundação Joaquim Nabuco, disponível em <http://www.fundaj.gov.br>
- <http://www.mst.org.br>
 - Entrevista “Lula dá adeus à Reforma Agrária”, Ariovaldo Umbelino, dados actualizados a 29/12/2008
 - Entrevista “Vinte e cinco anos de lutas”, Editorial do Jornal Sem Terra, dados actualizados a 23/12/2008
 - Entrevista “Ressuscitando usinas de cana falidas”, Messilene da Silva, dados actualizados a 05/11/2008
 - Entrevista “Fortalecer o debate do Programa Agrário”, Messilene da Silva, dados actualizados a 28/05/2007
- <http://www.infonet.com.br/lampiao/>

Documentário Consultados:

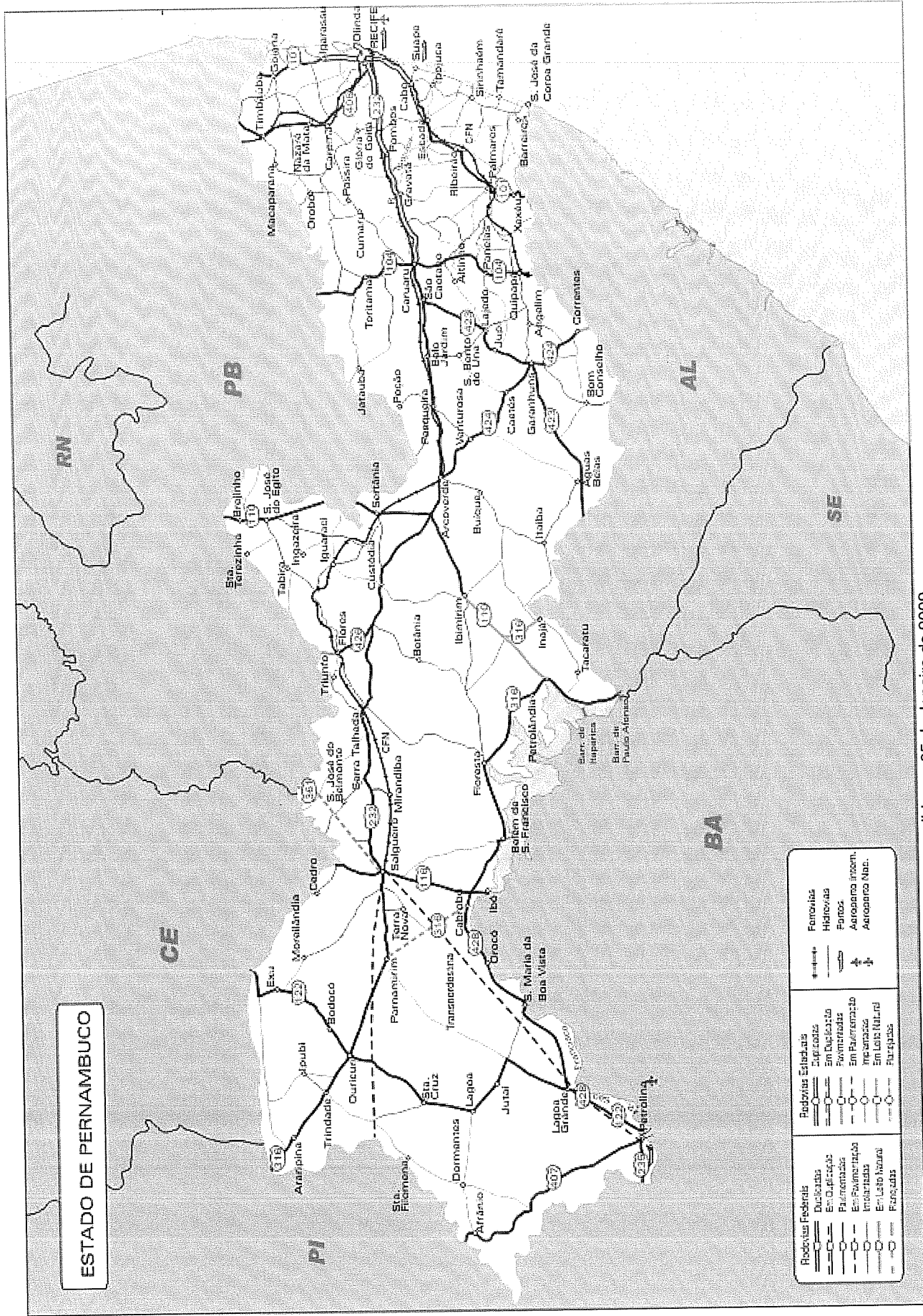
- Documentário: Terra para Rose
- Documentário: O Sonho de Rose
- Documentário: “MST – Terra, Esperança e Conquista de Todos”. Arcoiris.tv
Realização: MST. Produção: C.A.R.A. Produções.

- | | |
|----------|---|
| Anexo 1. | Mapas |
| Anexo 2. | Objectivos; Programa de Reforma Agrária; Compromissos com a Terra e Questão Agrária |
| Anexo 3. | Estrutura Organizativa |
| Anexo 4. | Trabalho de Base – Acampamento – Assentamento |

Grandes Regiões Brasileiras



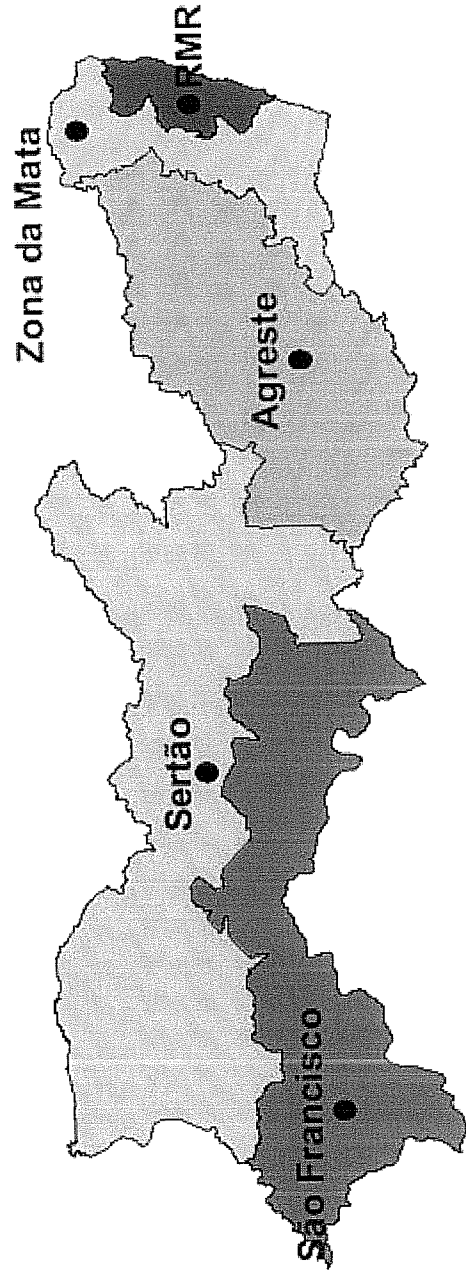
Mapa de Pernambuco



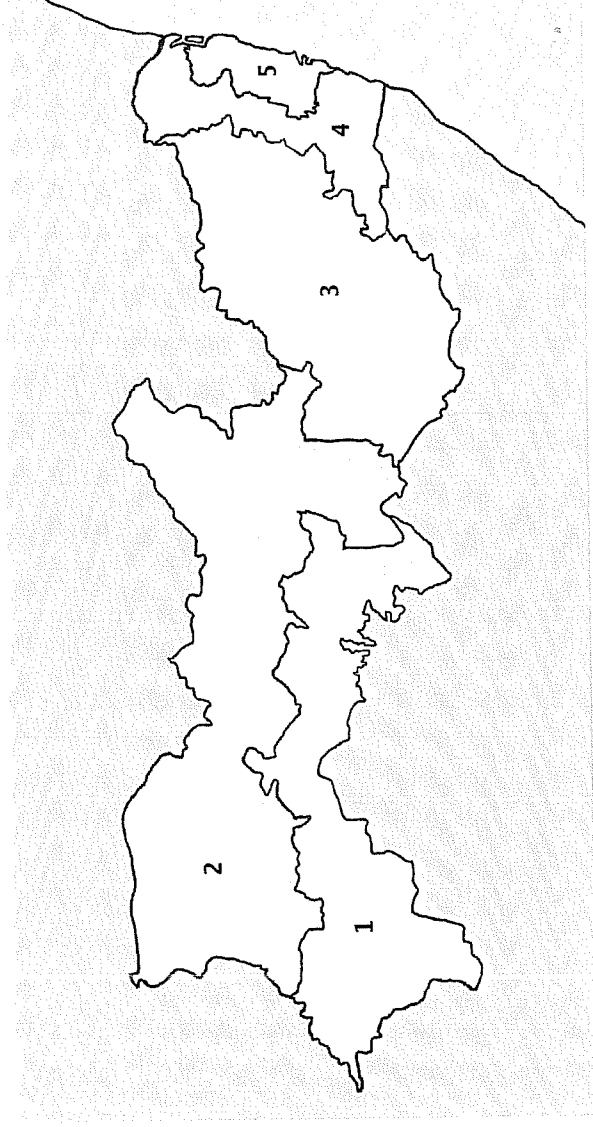
ESTADO DE PERNAMBUCO

<ul style="list-style-type: none"> Rodovias Federais Duplicadas Em Construção Paralelas Em Planejamento Interaduais Est. Lido Natural Ferrovias 	<ul style="list-style-type: none"> Rodovias Estaduais Capitais Em Duplicação Paralelas Em Planejamento Interaduais Em Lido Natural Ferrovias 	<ul style="list-style-type: none"> Ferrovias Hidroviavias Portos Aerospaciais Aerospaciais
---	--	---

Mapa das Regiões Naturais de Pernambuco



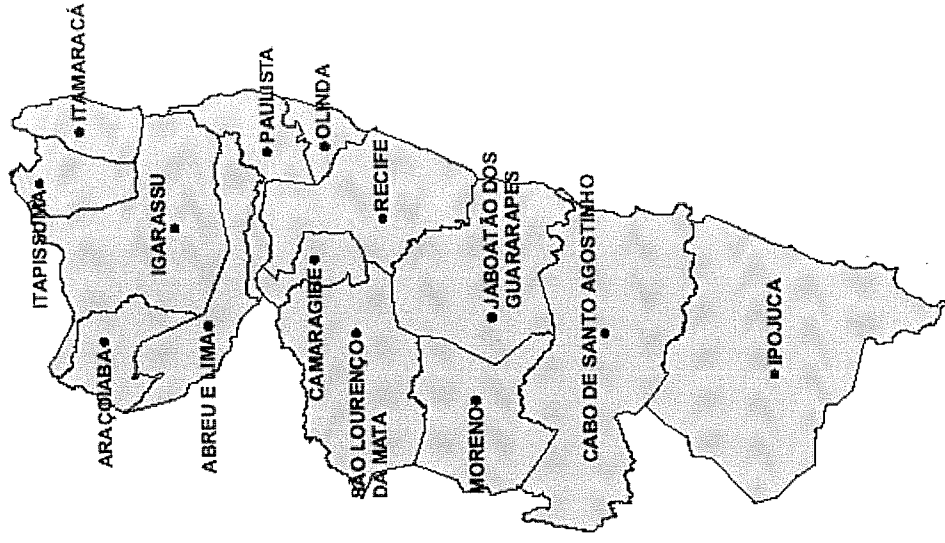
Mapa das Meso-Regiões Geográficas Pernambucanas



Pernambuco é subdividido nas seguintes mesorregiões:

1. Mesorregião do São Francisco Pernambucano
2. Mesorregião do Sertão Pernambucano
3. Mesorregião do Agreste Pernambucano
4. Mesorregião da Mata Pernambucana
5. Mesorregião Metropolitana do Recife

Região Metropolitana do Recife



Agreste



**ANEXO 2. OBJECTIVOS; PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA; COMPROMISSOS COM
TERRA E QUESTÃO AGRÁRIA**

OBJECTIVOS DO MST

Somos um Movimento de Massas, de carácter sindical, popular e político

1. Construir uma sociedade sem exploração e sem exploradores onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital
2. Lutar para que a terra, que é um bem de todos, esteja a serviço de toda a sociedade
3. Garantir trabalho para todos, com a justa distribuição da terra, renda e das riquezas
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos económicos, políticos, sociais e culturais
5. Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher

PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA

Lutamos por Terra, Reforma Agrária e pelo Socialismo

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir das reivindicações aprovadas em seus Congressos Nacionais, ratificadas nos Encontros Nacionais e nos Encontros Estaduais, realizados entre 1984 e 2002, considera que Reforma Agrária, de acordo com os interesses dos trabalhadores rurais e da sociedade brasileira, deve implementar as seguintes medidas:

1. Democratizar a propriedade da terra
2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objectivos da sociedade
3. Garantir que a produção agrícola esteja voltada para a soberania alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento económico e social dos trabalhadores
4. Lutar por uma política agrícola que garanta renda e melhores condições de vida aos trabalhadores rurais, estimulando formas cooperativas e garantindo preços rentáveis, créditos e seguro agrícola
5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmónico das regiões e garantindo geração de trabalho, especialmente para a juventude
6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido
7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável
8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, saúde, educação, cultura e lazer para todos
9. Garantir uma política de preservação das águas e garantir que ela seja um bem público
10. Garantir que as sementes sejam um património da humanidade, lutando contra qualquer forma de patenteamento da vida e contra o monopólio industrial e comercial

11. Garantir e incentivar a produção de alimentos saudáveis, contrapondo-se a produção de alimentos transgênicos
12. Legalização de todas as terras ocupadas pelos trabalhadores, demarcação de todas as terras indígenas e regularização fundiária dos remanescentes de quilombos
13. Desapropriação de todos os latifúndios, de acordo com a definição do Estatuto da Terra
14. Fixar em 35 módulos fiscais o limite máximo da propriedade rural individual
15. Expropriação de todas as terras de empresas multinacionais e dos latifúndios que obtidos de formas ilícitas, são usados para o cultivo de plantas psicotrópicas ou para o contrabando ou com existência de formas de trabalho escravo
16. Fim da política de colonização, promovendo o assentamento dos trabalhadores rurais na própria região onde vivem e em terras férteis e próprias para agricultura
17. Apuração de todos os assassinatos e punição dos responsáveis, mandantes e executores, dos crimes contra os trabalhadores rurais, em conflitos sociais.



COMPROMISSOS DO MST COM A TERRA E COM A VIDA

1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza
2. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura
3. Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Não usar agrotóxicos. Evitar a monocultura
4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas
5. Cuidar das nascentes, minas, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água
6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores
7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente
8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza
9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade
10. Jamais vender a terra. A terra é um bem supremo para as gerações futuras
11. Defender as sementes como patrimônio da humanidade e lutar contra os produtos transgênicos e o patenteamento das sementes

SÍNTESE DA QUESTÃO AGRÁRIA

Modelo Agro-Exportador [1500 - 1850]
<ul style="list-style-type: none">I. Produzir apenas para exportarII. Grandes fazendas em concessão de usoIII. MonoculturaIV. Trabalho EscravoV. Produtos: açúcar; café; algodão; couro; cacau; madeira e minérios

Crise [1850 - 1930]
<ul style="list-style-type: none">I. Fuga e Libertação dos escravosII. Crise entre os países europeus e a guerraIII. Queda da exportação de café e açúcarIV. Fim da concessão de uso, início da propriedade privada das terras (Lei n.º 601/1850)V. Surgem os camponeses: migrantes da Europa e os posseiros no Nordeste

Modelo de Industrialização Dependente

[1930 - 1980]

- I. A grande propriedade segue produzindo para Exportação. Além do açúcar, café, cacau, etc surgem a soja, laranja e as carnes de frango, suíno e gado
- II. A agricultura familiar convive com o modelo para produzir alimentos para as cidades, mas a baixos preços, para manter os salários dos operários baixos
- III. Agricultura familiar passa a produzir matérias-primas para a indústria e surge a agroindústria e os camponeses integrados
- IV. Os camponeses passam a fornecer mão-de-obra barata, enviando parte de seus filhos para a cidade
- V. Aplicam-se novas técnicas agrícolas para uso de máquinas, adubos químicos e agrotóxicos. É a chamada "revolução verde"
- VI. A agricultura em geral fica dependente da indústria. Vende seus produtos e compra os insumos agrícolas na indústria

A Crise do Modelo

[1980 - 1990]

- I. O capital estrangeiro dominante leva as riquezas para fora
- II. Achamento salarial e desemprego
- III. Diminui o poder de compra e o consumo
- IV. Crise na produção e no mercado interno
- V. A produtividade agrícola fica estagnada
- VI. O mercado externo de produtos agrícolas é limitado
- VII. Aumentam as diferenças e desigualdades sociais
- VIII. Aumenta a dívida externa
- IX. O capital financeiro começa a dominar a economia e o Estado

O Modelo Agrícola Norte-Americano

[1990 - 2002]

- I. Modernização das fazendas para exportação e deslocamento para as regiões do cerrado e Centro-Oeste
- II. Controle do comércio agrícola por grupos multinacionais
- III. Concentração da agroindústria, em grande fábricas e sob controle de poucas multinacionais
- IV. Agroindústria passa a selecionar os pequenos agricultores integrados
- V. O poder público se retira da agricultura: do crédito, da assistência técnica, da pesquisa, dos armazéns, da garantia de preços
- VI. Inicia um novo modelo tecnológico de produção, baseado na biotecnologia e no uso intensivo de capital

Consequências de Dez Anos de NeoLiberalismo

[1990 - 2002]

- I. Grande concentração de riqueza pelas multinacionais e capital financeiro e crise na indústria nacional e na agricultura familiar
- II. Aumenta a concentração da propriedade da terra
- III. Falência da agricultura familiar: desaparecem um milhão de pequenas propriedades
- IV. Dois milhões de assalariados rurais perdem trabalho
- V. Aumenta a pobreza e a desigualdade no campo
- VI. Governo se obriga a distribuir cesta básica, bolsa escola, bolsa gás, etc
- VII. Aumento das importações agrícolas
- VIII. Total dependência das multinacionais e do comércio agrícola internacional
- IX. Piora as condições de vida no campo e a juventude não tem perspectiva
- X. Estado perde controle dos estoques, dos preços e de toda a política agrícola

**O Povo Elege LULA para mudar o Modelo
[2002 – 2011]**

E Agora?

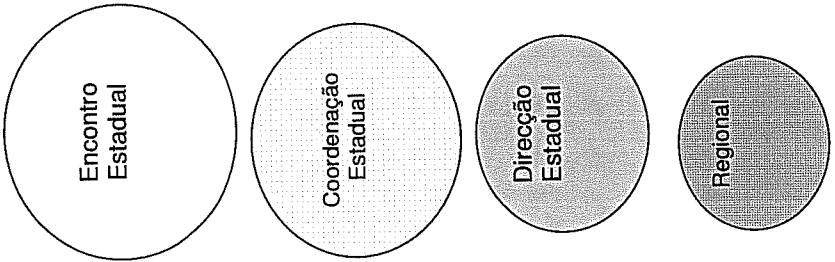
Precisamos construir um novo modelo agrícola

Pilares de um Novo Modelo Agrícola para o Brasil

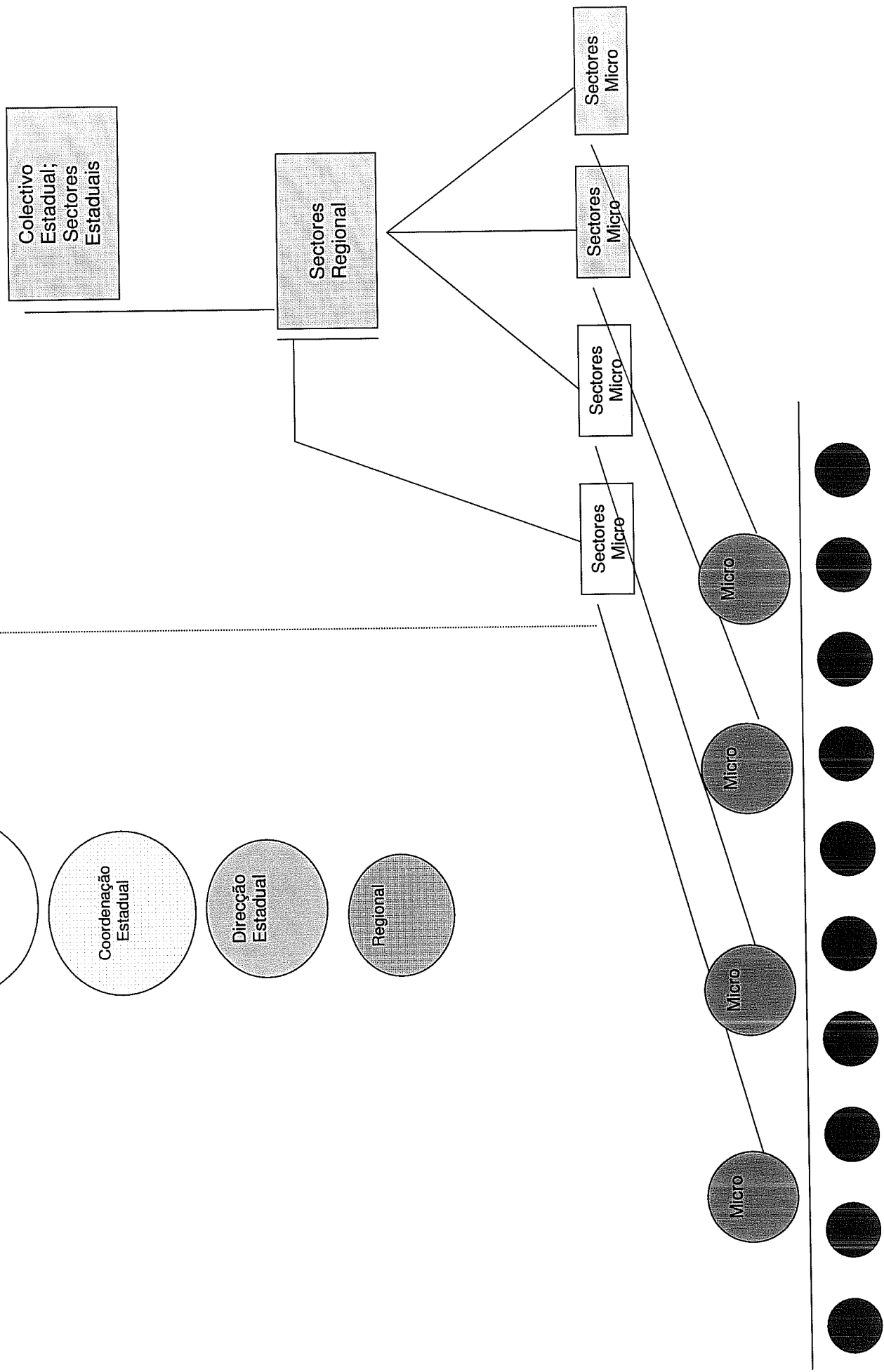
- I. Reforma agrária: com a desapropriação de todos os latifúndios improdutivos
- II. Garantia de terra e trabalho para todos os que querem viver no interior
- III. Soberania alimentar. Produzir nossos alimentos. Não depender de comprar no exterior, insumos e alimento
- IV. A agricultura familiar precisa ser valorizada, com políticas públicas de apoio, especialmente preços justos, crédito e assistência técnica
- V. Implantar agroindústrias no interior, em forma de cooperativas
- VI. Apoiar todo tipo de cooperativas entre os pequenos agricultores
- VII. Desenvolver técnicas agrícolas adequadas ao meio ambiente para uma agricultura sadia
- VIII. Os agricultores devem produzir suas sementes e não usar transgênicos
- IX. Toda a população do meio rural tem de ter acesso à educação, em todos os níveis e em escolas públicas
- X. O Estado precisa priorizar o atendimento aos trabalhadores/as rurais, através dos diversos órgãos públicos como: ministérios, INCRA, previdência, Embrapa, etc que devem ser melhor aparelhados para isso

ANEXO 3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

INSTANCIAS REPRESENTATIVAS



SECTORES E COLECTIVO



Representação Gráfica da Estrutura Organizativa do MST:

A estrutura organizativa do MST é composta por colectivos nas várias instâncias, desde a base (acampamentos e assentamentos) até às instâncias nacionais. Estes colectivos aparecem paralelamente em duas grandes dimensões: uma das instâncias representativas e outra dos sectores e colectivos.

SECTORES: Formação; Saúde; Produção; Frente de Massa	INSTÂNCIAS ORGANIZATIVAS DO MST	Organização do MST:
Sectores Nacionais	Direcção Nacional	Congresso Nacional Encontro Nacional Coordenação Nacional
Sectores Estaduais	Direcção Estadual	Direcção Nacional – Secretaria Nacional Encontro Estadual Coordenação Estadual
Sectores Regionais	Direcção Regional	Direcção Estadual – Secretaria Estadual Encontros Regionais Coordenações Regionais
Sectores Micros	Micro	Coordenação dos Assentamentos e Acampamentos (Brigadas)
Sectores NB (Assentamentos + Acampamentos)	NB/Núcleos Família	Grupos/Núcleos de Base/Núcleos de Família

INSTÂNCIAS REPRESENTATIVAS/ORGANIZATIVAS

As instâncias representativas são os espaços políticos onde se analisam as conjunturas e se traçam as linhas políticas gerais de actuação. Assim sendo, estas instâncias de representação são fóruns de decisão do movimento, que acontecem nos encontros estaduais e nacionais.

Essas instâncias, periodicidade de actuação e objectivos são os seguintes:

Congresso Nacional: realizado a cada cinco anos; define as linhas conjunturais e estratégicas do movimento.

Encontro Nacional: realizado a cada dois anos; avalia e aprova as linhas políticas e planos de trabalho dos sectores de actividades

Coordenação Nacional: reúne-se de acordo com o cronograma anual; é responsável pelo cumprimento das deliberações do congresso e do encontro e das decisões tomadas pelos sectores de actividades. A coordenação nacional é formada por aproximadamente noventa pessoas. Dois membros por estado eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada central das cooperativas estaduais; dois membros eleitos por sectores nacionais e vinte e um membros da direcção nacional eleitos no encontro nacional.

Direcção Nacional: composta por um numero variável de membros indicados pela coordenação nacional; deverá acompanhar e representar os estados.

Encontros Estaduais: realizados anualmente; aqui avaliam-se as linhas políticas, as actividades e as acções do MST, programas de actividades e elegem os membros das coordenações estaduais e nacionais.

Coordenação Estadual: é representada por um colectivo eleito no encontro estadual, nomeadamente pelos membros da direcção estadual, da central de cooperativas e dos sectores estaduais; são responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos sectores de actividades e pelas acções programadas nos encontros estaduais.

Direcção Estadual: composta por um numero variável de membros indicados pelas coordenações estaduais; responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, bem como pela estrutura organizativa e desenvolvimento dos sectores de actividades.

Coordenação Regional: composta por membros eleitos nos encontros regionais (onde estão assentados/as e acampados/as). Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembleias. Contribuem através das actividades referentes às instâncias e aos sectores.

Coordenação de Assentamentos e Acampamentos: composta por membros de vários sectores eleitos pelos assentados e acampados do movimento; responsável pela organização e desenvolvimento das actividades dos sectores.

Núcleos de Base: compostos pelas famílias camponesas ou grupos de trabalho específico (e.g.: educação, cooperação agrícola, saúde, género, etc) que compõem a coordenação do assentamento.

Em nenhuma das instâncias existem cargos como: chefe, presidente, director. Apenas existem dois graus de hierarquia: coordenadores e membros.

Secretarias Estaduais e Nacionais:

Em cada estado existe uma estrutura física de representação que são as secretarias estaduais. Em Pernambuco a secretaria localiza-se na cidade de Caruaru. Existem ainda as secretarias nacionais divididas por 3 delegações: São Paulo; Rio de Janeiro e Brasília.

SECTORES E COLECTIVOS

São sectores do MST:

Educação - Educação do Campo; PRONERA (articulação interinstitucional: Estado / Universidade/ Movimentos Sociais); fortalecer a educação nos assentamentos e acampamentos estimulando e desenvolvendo projectos educacionais utilizando metodologias específicas para o campo.

Comunicação - produção e divulgação de publicações do MST.

Formação - responsável pela formação política para fomentar a consciência crítica de classe.

Projectos e Finanças - diálogo com empresas, bancos e financiamentos do governo federal.
Produção, Cooperação e Meio Ambiente - responsável pelo desenvolvimento da cooperação agrícola (SCA) como forma de resistência.

Frente de Massa - responsável pelo desenvolvimento do processo de expansão do movimento.

Cultura – responsável pela acção e produção cultural do movimento; viabilizar o acesso à produção artística; valorizar as manifestações de cultura popular presentes nos diferentes estados, desenvolver linguagens artísticas contribuindo no processo formativo dos núcleos de base, fortalecimento da relação com artistas e intelectuais que apoiam a reforma agrária.

Saúde – referente à promoção e desenvolvimento da saúde e cuidados básicos nas áreas de reforma agrária.

Direitos Humanos – ocupa-se dos casos de violência e crime contra os trabalhadores/as rurais sem terra. e.g.: Massacre Eldorado dos Carajás; Massacre no Assentamento Pedro e Inácio.

Género – tem a tarefa de animar o debate de género nas instâncias e sectores do MST, conduzir as reflexões sobre essa temática nos espaços de formação, elaborar materiais, propor actividades, acções e lutas que contribuam para uma participação igualitária de homens e mulheres no MST, bem como reivindicar a implementação de linhas políticas de género.

São colectivos do MST: juventude e relações internacionais. Contudo, os sectores podem estar presentes ou não, nos diferentes estados e regiões, consoante a sua necessidade, ou seja, eles existem e têm razão de existir consoante a sua acção contribua para levar a cabo a reforma agrária.

Regionais nos Estados:

De acordo com os interesses e necessidades, cada estado poderá promover uma divisão regional, com instâncias organizativas e infra-estrutura necessária, formando as direcções regionais do seu estado. No caso de Pernambuco é dividido por 15 regionais, segundo o processo descrito atrás, não correspondendo à divisão administrativa do próprio estado.

De seguida, achámos importante fazer referencia aos seguintes excertos por forma a tornar-mos mais claro o funcionamento da estrutura organizativa do MST e suas instâncias de representação:

“Bernardo: Como acontece o processo eleitoral no MST?”

João Pedro: A discussão maior acontece nos estados. É lá que são discutidos os nomes, feitas as avaliações dos que já ocupam algum cargo e analisados os possíveis candidatos novos. É um processo mais democrático, uma vez que envolve um número maior de pessoas nas discussões. Também é mais sério, porque pode ser feito com um tempo maior e seguindo uma metodologia apropriada para cada realidade regional ou orgânica. (...) é mais educativo tanto para quem escolhe como para quem é indicado para o cargo, uma vez que a discussão gera um compromisso de ambos os lados”.

A este respeito gostaríamos ainda de referir que, perante a possibilidade do dirigente estadual representar uma região do estado ou uma quantidade de famílias, o MST optou pela possibilidade do dirigente representar uma certa quantidade de famílias intituladas de “brigadas” (entre 200-500 famílias). Esta decisão deveu-se ao facto de que no primeiro caso, o

dirigente, representando o território, necessariamente, imprime um estilo de trabalho de base sob a forma de “visitas” esporádicas pois perde muito do seu tempo a viajar de uma região para a outra e, para além disso, concentra-se nos problemas gerais e não sobre as situações específicas das pessoas. (MST, 2005b).

“Bernardo: As decisões são tomadas na interação entre todas essas instâncias?

João Pedro: Sim. Mantendo a linha política, proporcionamos liberdade na forma da sua implementação e de acordo com cada realidade estadual. Somos centralizados na linha política; o jeito de aplicar é completamente descentralizado”.

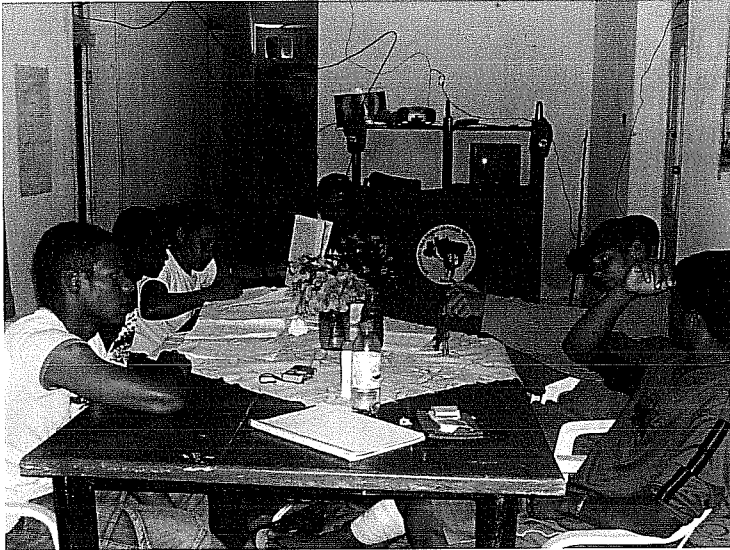
“Bernardo: Nessas instâncias também existe a iniciativa de renovação. Ela acontece em todos os encontros? É uma norma?

João Pedro: As normas internas estabelecem que quem é eleito tem mandato de dois anos. Antes do término do mandato, qualquer um pode renunciar ou ser afastado por decisão das instâncias, o que é normal em qualquer organização. O mandato não é sagrado, não torna intocável quem foi eleito. Outra característica, no mandato de dois anos, é que nesse período a pessoa passa por uma profunda avaliação. Tu podes ser reconduzido ao cargo ou não, dependendo da avaliação feita por todo o movimento. Isso faz com que não haja aquela sensação de perenidade em relação aos eleitos. Até poderia ser um problema porque, a cada dois anos, é necessário fazer eleições. Mas, ao contrário, o método tem se mostrado bastante pedagógico”.

(Fonte: STEDILE, J.P. & FERNANDES, B.M. (2005) Brava Gente: a Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo).

ANEXO 4. TRABALHO DE BASE - ACAMPAMENTO - ASSENTAMENTO

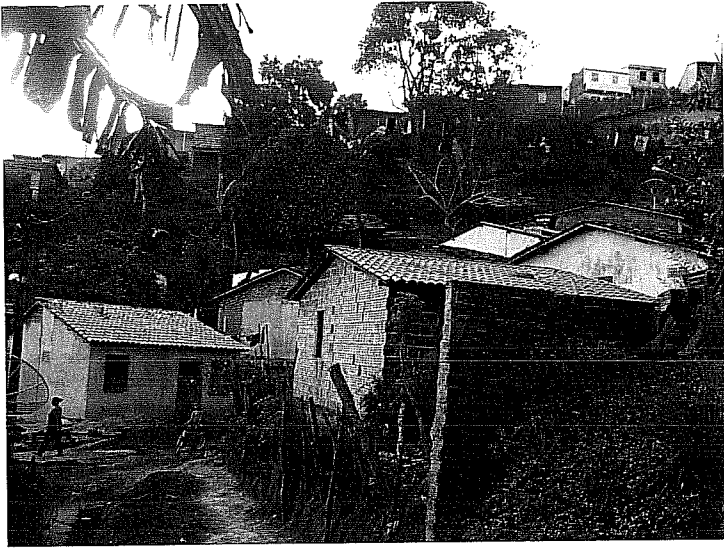
TRABALHO DE BASE



Reunião de planejamento e definição da estratégia do trabalho de base a realizar no dia seguinte



Reunião na rua com um pequeno grupo de moradores da favela no município de Nazaré da Mata (Mata Norte)

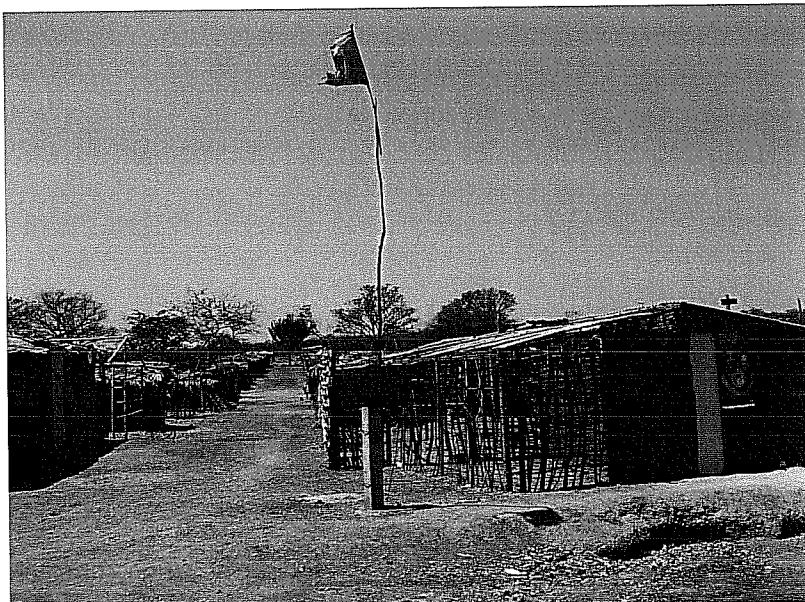


Favela no município de Machados (Agreste) onde se realizou uma parte do trabalho de base



Percorrendo a cidade no porta-a-porta do trabalho de base

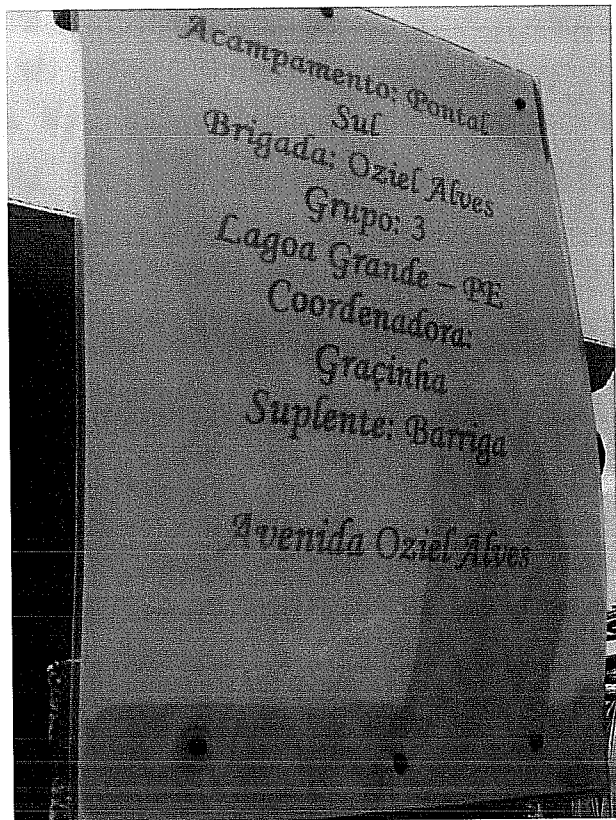
"Ruas"



Rua Nossa Senhora Aparecida



Juntando Madeira para fazer o carvão por um processo artesanal



Organização dos Núcleos de Família



A Vigilância na portaria do Acampamento Pontal Sul



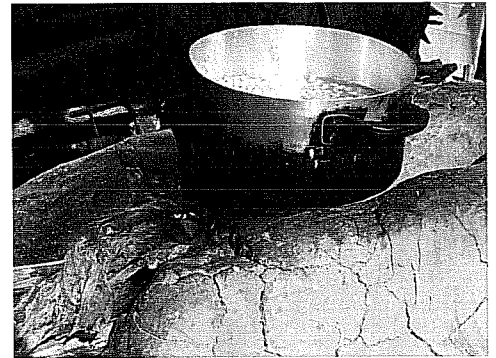
Várias formas de sobreviver: cultivando; criando alguns animais e tendo pequenas bancas que podem render meia dúzia de reais. Tudo são formas de auxiliar na sobrevivência cotidiana



Carro Pipa – abastecedor da única água existente no acampamento

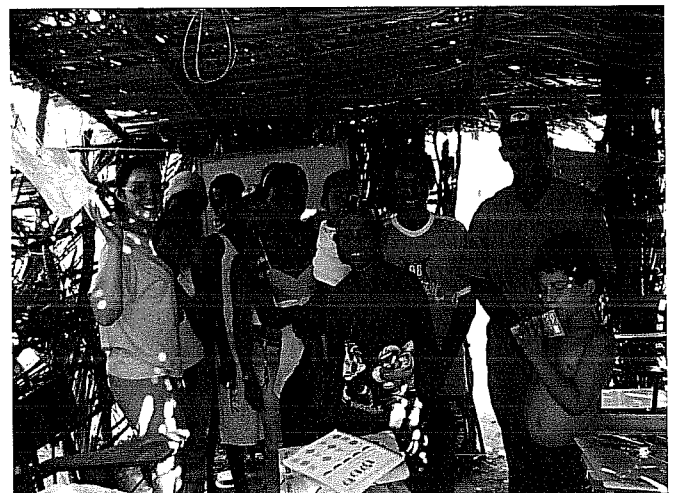


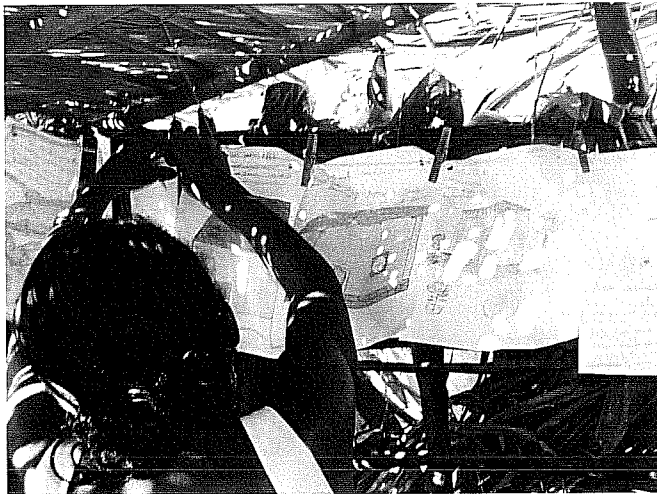
Fogões a Lenha



A Igreja do Acampamento

Interior da Escola do Acampamento Pontal Sul





Professora afixando os trabalhos dos alunos na Escola



Exterior da Escola do Acampamento Pontal Sul



O Acampamento Pontal Sul

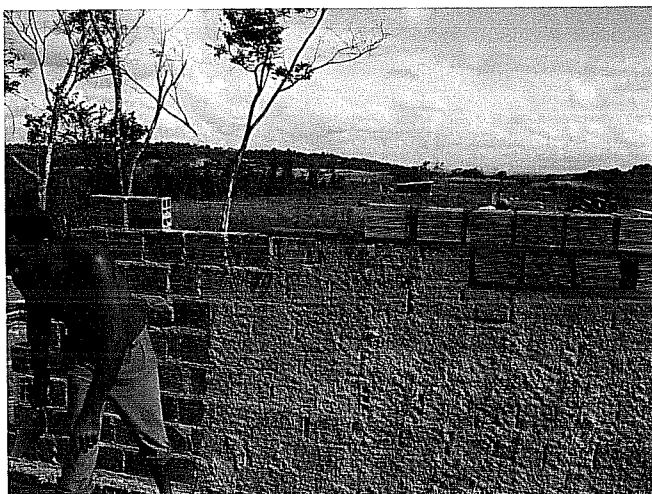
ASSENTAMENTO

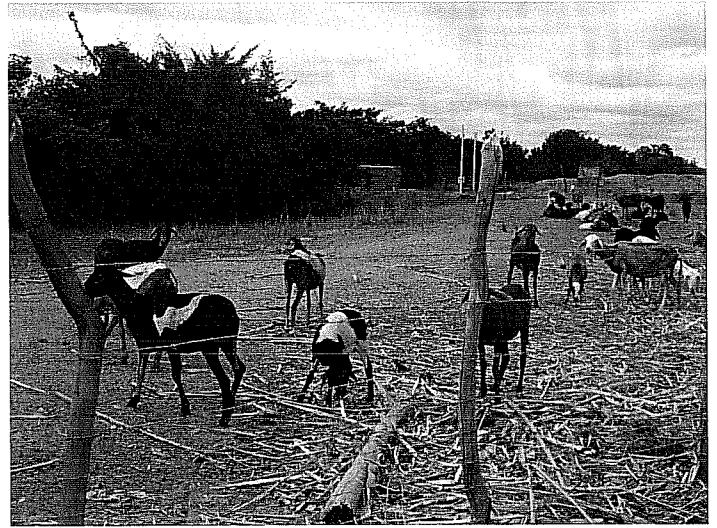
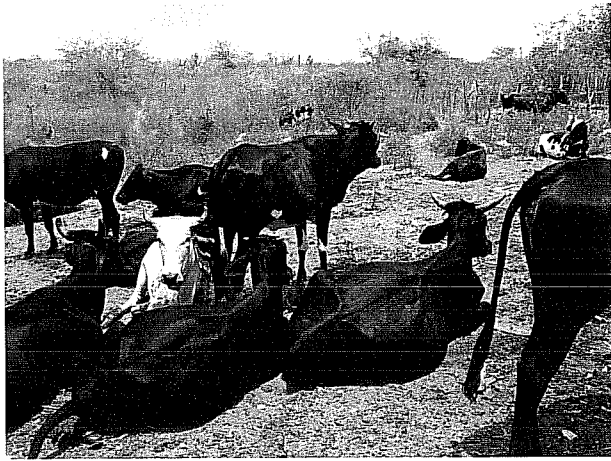


A Produção nos Assentamento São José do Vale (Sertão São Francisco)

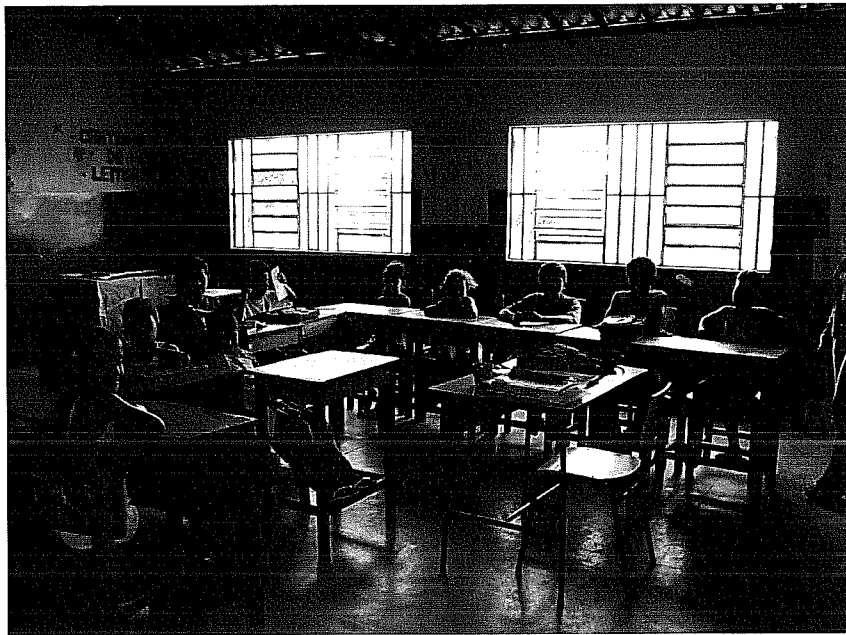


A Construção das casas no Assentamento Maré (Mata Norte)





Criação de Gado no Assentamento



A escola do assentamento São José do Vale (Sertão do São Francisco)



O Assentamento Pedro e Inácio,
no município de Nazaré da Mata
(Mata Norte)

